

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUCAS GAMA LIMA

**A DINÂMICA IMPERIALISTA CONTEMPORÂNEA: CAPITAL SEM
FRONTEIRAS E SUA (IR)RACIONALIDADE APÁTRIDA.**

**SÃO CRISTOVÃO
2015**

**A DINÂMICA IMPERIALISTA CONTEMPORÂNEA: CAPITAL SEM
FRONTEIRAS E SUA (IR)RACIONALIDADE APÁTRIDA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz
Conceição

**SÃO CRISTOVÃO
2015**

**A DINÂMICA IMPERIALISTA CONTEMPORÂNEA: CAPITAL SEM
FRONTEIRAS E SUA (IR)RACIONALIDADE APÁTRIDA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Prof^ª. Dr^ª. Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Manoel Fernandes
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Dr^ª. Josefa Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe

Prof^ª. Dr^ª. Marleide Sérgio dos Santos
Universidade Federal de Sergipe

**Às vítimas do capital, enredadas nesse
sistema imperialista mundial
espoliador e perdulário por
imanência.**

Agradecimentos

À Alexandrina pelos anos de ensinamento, convivência e paciência. Seu subsídio teórico e sua elevada sensibilidade humana foram fundamentais para a escrita dessa Tese.

À Vanessa Lima pelos longos anos de companheirismo e incentivo. Devo-lhe muito as condições para a elaboração desta investigação. Agradeço de coração tudo que fez por mim. Jamais esquecerei.

Aos meus amados pais e irmãos. Sempre buscando superar os obstáculos da vida com sorrisos e alegria. A todos vocês, um agradecimento especial.

A Márcio Reis pela pronta solicitude em me ajudar na confecção dos mapas e gráficos. Muito obrigado mesmo.

Aos camaradas do PCB, em especial, Ronilson, Pedro, Leandro, Leonardo, Allana e Saulo.

Aos companheiros do GPECT pelas discussões e partilha de conhecimento.

À família Gama (vovó, tios, tias, primos, primas e agregados) pelos bons momentos de descontração.

Aos colegas de trabalho do Codap.

Aos companheiros do Sintufs pelo convívio no exercício da militância. Com certeza, uma fonte inesgotável de aprendizado.

À Josefa Lisboa pela disponibilidade em ajudar.

Aos professores Rubens Mascarenhas e Israel Roberto pelas contribuições na Qualificação do Doutorado.

Ao professor Luciano Conhero por la oportunidad de conocer la resistencia del campesino-indígena delante de los ataques del capital.

Aos queridos técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

A Emmanuel Islas y su familia por la ayuda y acogida en momento tan difícil. Te extraño mucho!

A Guillermo Inchauspe por los buenos diálogos aunque lejos geográficamente.

Aos amigos de infância do Conjunto Santa Tereza. Com vocês a rizada e a nostalgia sempre estão asseguradas.

Ao casal amigo Marcelo e Sarah pelas injeções de ânimo através de irradiante alegria.

À Elisana Soares pela acurada sensibilidade.

À Carol pela permanente preocupação e poço de sinceridade.

A todos que me ajudaram a erigir este trabalho.

Los Nadies

Sueñan las pulgas con comprarse un perro y sueñan los nadies con salir de pobres, que algún mágico día llueva de pronto la buena suerte, que llueva a cántaros la buena suerte; pero la buena suerte no llueve ayer, ni hoy, ni mañana, ni nunca, ni en lloviznita cae del cielo la buena suerte, por mucho que los nadies la llamen y aunque les pique la mano izquierda, o se levanten con el pie derecho, o empiecen el año cambiando de escoba.

Los nadies: los hijos de los nadies, los dueños de nada.

Los nadies: los ningunos, los ninguneados, corriendo la liebre, muriendo la vida, jodidos, rejodidos:

Que no son, aunque sean.

Que no hablan idiomas, sino dialectos.

Que no profesan religiones, sino supersticiones.

Que no hacen arte, sino artesanía.

Que no practican cultura, sino folklore.

Que no son seres humanos, sino recursos humanos.

Que no tienen cara, sino brazos.

Que no tienen nombre, sino número.

Que no figuran en la historia universal, sino en la crónica roja de la prensa local.

Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata.

(Eduardo Galeano em El libro de los abrazos, 1993)

RESUMO

A presente Tese de doutorado objetiva refletir acerca das singularidades do imperialismo contemporâneo. Nas últimas décadas, o imperialismo como categoria de análise, perdeu centralidade nas análises marxistas da macroeconomia e geopolítica mundial, sendo substituído por categorias como globalização, mundialização, neoliberalismo e império. Não raramente, o imperialismo passou a ser concebido como uma investida militar de uma nação sobre outra ou, que representa um pensamento ainda mais simplificador, uma ação militar e econômica dos Estados Unidos. Prima facie, todos estes pressupostos parecem estar corretos, todavia o estudo das contradições imanentes ao movimento do capital e do significado do imperialismo capitalista mostram o quão são insuficientes. Temos como tese que o imperialismo, não obstante às tentativas de obnubila-lo por meio de várias expressões mistificadoras, continua a se constituir em ferramenta indispensável à compreensão da totalidade contraditória do capitalismo. A exata compreensão da dinâmica imperialista contemporânea representa uma tarefa hercúlea e não talmúdica, que exige perscrutar os escritos dos primeiros críticos marxistas do fenômeno, situados na II Internacional, transitando pelas análises dos teóricos marxistas da dependência, das décadas de 1960/70, em direção às análises mais recentes. As investigações realizadas por meio da leitura de ampla bibliografia sobre o tema, de documentos institucionais e da realidade nas diferentes escalas geográficas permitiram comprovar nossa Tese que o imperialismo é, ainda, a fase vigente do capitalismo, pois as alterações registradas neste modo de produção ao longo do século XX não foram capazes de superá-lo. O imperialismo recrudescu sua capacidade expropriadora e perdulária, através da formação de um sistema imperialista em escala mundial, que entrecruza os interesses dos diversos capitais situados em distintas formações sociais. A conhecida relação entre o centro imperialista espoliador, formado por um núcleo restrito de nações, e o volumoso conjunto de nações periféricas subjugado, já não retrata com rigor a realidade. Em que pese a continuidade das hierarquias político-econômicas entre as nações, o imperialismo não pode ser explicado simplesmente pelas mesmas. O alcance hegemônico do capital financeiro e a disseminação de sua face parasitária, o capital fictício, instou em escala mundial a interpenetração de propósitos entre as corporações sediadas em inúmeros países e os Estados. Já não se pode determinar a fronteira de um capital, pois sua racionalidade apátrida se apresenta de modo gritante, por meio das fusões, associações, *joint ventures*, carteis e profusão de ações e derivativos. Intensificaram-se as expropriações primárias e secundárias praticada contra os trabalhadores e as rivalidades entre as burguesias nacionais estão crescentemente imiscuídas do desejo comum de alavancar a auferição do lucro e de toda riqueza social. O que nos permitiu concluir que o imperialismo contemporâneo é mais nocivo e representa um risco não somente aos trabalhadores, mas, também, à humanidade, pois coincide com o momento em que o capital articulado em diferentes escalas subtrai virulentamente os direitos, a riqueza social e, inclusive, os meios elementares à (re)produção da espécie.

Palavras-chave: Imperialismo, capital financeiro, espaço, escala

ABSTRACT

The present doctoral thesis aims to reflect on the uniqueness of contemporary imperialism. In the last decades, imperialism as category of analysis, lost centrality in the Marxist analysis of macroeconomics and global geopolitics, being replaced by categories such as globalization, globalization, neoliberalism and empire. Not infrequently, imperialism began to be designed as a military onslaught of one nation over another or, that represents a thought further simplifying, one military action and economic of the United States. *Prima facie*, all these assumptions appear to be correct, however the study of immanent contradictions to the capital movement and the meaning of capitalist imperialism shows us how insufficient they are. We have as thesis that imperialism, despite attempts of obscuring it through several mystifying expressions, continues to be an indispensable tool for understanding of the contradictory totality of capitalism. The exact comprehension of the contemporary imperialist dynamic represents a Herculean task and not Talmudic, which requires scrutinizing the writings of the early Marxist critics of the phenomenon, located in the II International, transiting by the analysis of Marxist theorists of dependency, the decades of 1960/70, toward the most recent analyzes. The investigations performed through reading the extensive bibliography on the subject, of institutional documents and the reality in different geographical scales allowed to aver our thesis that imperialism is, still, the current phase of capitalism, on this account the recorded changes in this mode of production along the XX century were not able to overcome it. The imperialism intensified its expropriating and wasteful capacity through the formation of an imperialist system on a global scale, which intersects the interests of sundry capitals located in distinct social formations. The known relation among the spoiler imperialist center, formed by a restrict core of nations, and the massive set of subdued peripheral nations, no longer accurately portrays the reality. Regardless the continuity of political-economics hierarchies among the nations, the imperialism can not be explained simply by them. The hegemonic reach of finance capital and the dissemination of its parasitic face, the fictitious capital, urged worldwide interpenetration of purposes among based corporations in numerous countries and states. No longer can determine the boundary of a capital, because its stateless rationality presented itself in clamant way, by means of mergers, associations, joint ventures, cartels and profusion of actions and derivatives. Intensified the primary and secondary expropriations practiced against workers and the rivalries between national bourgeoisies are increasingly blend of the common desire to leverage the profit gather and all social wealth. What allowed us to conclude that contemporary imperialism is more harmful and represents a risk not only to workers, but also to humanity, because it coincides with the time wherein the articulated capital in different scales virulently subtracts the rights, the social wealth and even the elementary means to (re) production of the species.

Keywords: Imperialism, finance capital, space, scale

RESUMEN

La presente Tesis de doctorado objetiva hacer una reflexión acerca de las singularidades del imperialismo contemporáneo. En las últimas décadas, el imperialismo como categoría de análisis, ha perdido centralidad en los análisis marxistas de la macroeconomía y geopolítica mundial, habiendo sido sustituido por categorías como, globalización, mundialización, neoliberalismo e imperio. No raramente, el imperialismo ha pasado a ser concebido como un asalto militar de una nación sobre otra o que representa un pensamiento aún más simplificador, una acción militar y económica de Estados Unidos. A primera vista, todos estos presupuestos parecen estar correctos, sin embargo el estudio de las contradicciones inmanentes al movimiento del capital y del significado del imperialismo capitalista nos enseña como son insuficientes. Tenemos como tesis que el imperialismo, aunque los intentos de obnubilarlo por medio de varias expresiones mistificadoras, continúa a constituirse en herramienta indispensable a la comprensión de la totalidad contradictoria del capitalismo. La exacta comprensión de la dinámica imperialista contemporánea representa una tarea hercúlea y no talmúdica, que exige estudiar los escritos de los primeros críticos marxistas del fenómeno, situados en la II Internacional, transitando por los análisis de los teóricos marxistas de la dependencia, de las décadas de 1960/70, en dirección a los análisis más recientes. Las investigaciones de la lectura de la extensa bibliografía sobre el tema de los documentos institucionales y la realidad en diferentes escalas geográficas correspondientes a demostrar nuestra tesis de que el imperialismo es también la fase vigente del capitalismo, ya que los cambios registrados en este modo de producción a lo largo del siglo XX no fueron capaces de superarlo. El imperialismo intensificó su capacidad expropiadora y perdularia, a través de la formación de un sistema imperialista mundial, que se cruza con los intereses de los diversos capitales ubicados en distintas formaciones sociales. La relación conocida entre el centro imperialista espoliador, formado por un pequeño núcleo restringido de naciones, y el enorme conjunto de las naciones periféricas subyugado, ya no retracta con rigor la realidad. A pesar de la continuación de las jerarquías políticas y económicas entre las naciones, el imperialismo ya no puede explicarse simplemente por ellas. El alcance hegemónico del capital financiero y la difusión de su cara parasitaria, el capital ficticio, instó en escala mundial la interpenetración de propósitos entre las empresas con sede en muchos países y Estados. Ya no se puede determinar los límites de un capital, porque su racionalidad apátrida se presenta flagrantemente por medio de fusiones, asociaciones, *joint ventures*, los carteles y profusión de acciones y derivados. Se intensifica as expropiaciones primarias y secundarias practicadas contra los trabajadores y las rivalidades entre las burguesías nacionales están inmiscuidas cada vez más del deseo común de apalancar la extracción de beneficios y toda la riqueza social. Lo que nos permitió concluir que el imperialismo contemporáneo es más perjudicial y representa un riesgo no sólo para los trabajadores, sino también a la humanidad, ya que coincide con el momento en que el capital articulado en diferentes escalas substrahe virulentamente los derechos, la riqueza social y incluso los medios básicos a la (re)producción de la especie.

Palabras clave: Imperialismo, capital financiero, espacio, escala

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Fluxo de capital transfronteço no mundo	220
Figura 2- Gráfico de Principales exportadores de cereales en el mundo	240
Figura 3- Gráfico da América Latina: estrutura percentual do valor das exportações agrícolas 2000 e 2008	241
Figura 4- Gráfico da Participação percentual da superfície colhida dos principais cultivos na América Latina	242
Figura 5- Gráfico da America Latina: taxa de crescimento do valor das exportações agrícolas, 2000-2008	243
Figura 6- Mapa da distribuição das principais empresas do agronegócio mundial (2014)	248
Figura 7- Gráfico da estrutura percentual das unidades de produção no México (2007)	252
Figura 8- Gráfico do total de armas vendidas por companhia no ranking SIPRI 100	264
Figura 9- Gráfico da divisão de armas vendidas pelas companhias no Ranking SIPRI 100, por país	265
Figura 10- Mapa da distribuição das principais empresas do comércio mundial	266
Figura 11- Mapa da distribuição geográfica das transnacionais brasileiras (2011)	272
Figura 12- Gráfico da América Latina e Caribe: lucros líquidos de investimento direto no exterior (1995-2013)	275
Figura 13- Gráfico da distribuição das fusões, aquisições e novos projetos de investimentos anunciados por empresas translatinas, por região ou país de destino, (2005-2013)	276
Figura 14- Desemprego no mundo	280

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1- Situação das inversões líquidas de capitais na Inglaterra	189
---	-----

TABELAS

Tabela 1- Crecimiento del producto interior bruto de los principales países desarrollados: 1980-1996 (tasas de variación anual)	116
Tabela 2- O crescimento em cinco grandes países da OCDE	116
Tabela 3- Crecimiento dos salários reais	127
Tabela 4- Crecimiento dos encargos sociais reais	127
Tabela 5- America Latina y el Caribe: privatización, 1990-1997	129
Tabela 6- Tasas de ahorro e inversión y balanza por cuenta corriente de los países desarrollados (1980-1996)	133
Tabela 7- Mercados internacionales de capital (1972-1980)	135
Tabela 8- Mercado Internacional de prestamos (1972-1980)	136
Tabela 9- Dívida dos agentes privados em relação ao PIB	137
Tabela 10- Balanza Comercial de Estados Unidos con Alemania, Japón y el Mundo (1963-73)	201
Tabela 11- Servicio de la deuda 1976/1983 nas três principais economias da América Latina	210
Tabela 12- Mercados de câmbio; volumes diários globais (bilhões de dólares)	217
Tabela 13- Reserva de divisas	218
Tabela 14- Despesas das empresas em P&D	225

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
EPÍGRAFE	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
RESUMEN	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE QUADROS E TABELAS	12
INTRODUÇÃO	15
1ª PARTE- O DEBATE MARXISTA DO IMPERIALISMO	23
Capítulo 1- Imperialismo: o enfoque dos marxistas da II Internacional.....	23
1.1- A análise de Rudolf Hilferding	24
1.2- A análise de Rosa Luxemburgo.....	30
1.3- A análise de Nicolai Bukharin.....	35
1.4- A análise de Vladimir I. Lenin	39
1.4.1- A influência de John Hobson na crítica de Lenin ao imperialismo	47
Capítulo 2- O imperialismo mediado pela relação desigual entre as formações sociais.....	51
2.1- Sweezy e Baran: teoria do subconsumo e imperialismo	51
2.2- A Teoria da Dependência	61
2.3- Um balanço das teses cepalinas: a industrialização como alternativa ao subdesenvolvimento	63
2.4- A Teoria Marxista da Dependência: contexto histórico e pressupostos teóricos ...	69
2.4.1- A análise de Rui M. Marini	72
2.4.2- A análise de Theotonio dos Santos	90
Capítulo 3- Século XXI: que imperialismo?	103
3.1- O imperialismo de David Harvey: sobreacumulação e o lado de fora do capitalismo	103
2ª PARTE- GLOBALIZAÇÃO OU IMPERIALISMO?.....	113
Capítulo 4- Globalização: uma nova fase do capitalismo?	113
4.1- Reflexões sobre a concepção de crise em Karl Marx	118

4.2 - A acumulação mundializada do capital como resposta a crise	121
4.3 - A acumulação mundializada do capital e sua esfera financeira	138
Capítulo 5- A dinâmica escalar do imperialismo no século XXI	141
5.1- A produção espacial escalar do capital	141
5.2- A produção espacial escalar sob a fase imperialista do capitalismo	147
5.3- Luxemburgo e o imperialismo como resolução da crise de acumulação do capital: política de subordinação de espaços dotados de relações não-capitalistas	156
5.4- O imperialismo contemporâneo e sua acumulação por espoliação: uma nova dinâmica espacial escalar do capital?	163
 3ª PARTE- CAPITAL FINANCEIRO	169
Capítulo 6- A (im)precisão de um conceito	169
6.1- No caminho da precisão de um conceito	186
Capítulo 7- A incontrollabilidade do capital – as formas visíveis e invisíveis da desigualdade substantiva e universal do capital em tempos de crises	213
7.1- Hegemonia do capital financeiro	214
7.1.1- O processo de financeirização da agricultura	229
7.1.2- A influencia do agronegócio no México: o caso do milho	251
Capítulo 8 – Novo significado da partilha territorial	257
8.1- A volatilidade da categoria de dependência no imperialismo vigente	270
8.2- O recrudescimento das expropriações primárias e secundárias pelo capital	279
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289

INTRODUÇÃO

Esta tese parte da premissa de que o imperialismo capitalista, não é um “*Deus ex-machina*” que aparece aleatoriamente na história, senão, resultado da conformação de uma natureza singular de acumulação do capital que repercute em todas as dimensões da vida (política, econômica, etc.). Não se trata de mera querela política entre Estados ou de qualquer investida militar de um Estado sobre o outro. Trata-se como alertou Petras (2007) de uma realidade econômica estrutural determinante onde o imperialismo não é um jogo de conspirações ou de estratégias operadas pelos governos.

O imperialismo como categoria analítica segue essencial, não obstante as “mudanças” no/do capitalismo ao largo de mais de um século que impelem à atualização da crítica imperialista cunhada inicialmente pelos marxistas da Segunda Internacional, a saber, Hilferding (1985), Bukharin (1984), Lenin (2002) e Luxemburgo (1984).

Consideramos que o advento do imperialismo na segunda metade do século XIX, correspondeu a um momento singular do desenvolvimento capitalista que consistiu na tendencial proeminência do capital financeiro no (re)ordenamento da economia mundial e na nova fase do desenvolvimento capitalista, assinalada pelo poder dos monopólios. Essa fase alçou as corporações empresariais a um processo sistemático – de proporções inéditas – de concentração e centralização do capital que, *pari passu*, suprimiu a atuação dispersa dos capitalistas e exigiu do Estado um papel decisivo na proteção comercial dos monopólios nacionais e na abertura de novos territórios de reprodução do capital.

Enfatiza-se, que o devir capitalista, ora descrito, não se plasmou de modo uniforme pelos países. Em realidade, a formação do capital financeiro radicou-se a *priori* nas economias mais desenvolvidas do capitalismo, sujeitando as demais formações sociais aos imperativos da reprodução ampliada do capital – por meio de invasões, saques, guerras, lucros extraordinários, mecanismo da dívida, pagamento de royalties e toda sorte de expedientes – e aprofundando a divisão internacional do trabalho – não obstante o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo ter conduzido o surgimento de monopólios em alguns países periféricos, através da articulação subordinada ao capital estrangeiro, e dos investimentos de seus respectivos Estados.

A crise de acumulação de capital nos anos de 1970, derivada, sobretudo das dificuldades de realização das mercadorias e da queda da taxa de lucros contribuiu para uma significativa mudança no capitalismo, matizada na acelerada renovação do capital constante, na desregulamentação do controle de movimento de capitais, no fim da paridade do ouro-dólar, na flexibilização das fronteiras para a circulação de mercadorias, na invenção das tecnologias de informação para a sincronização do processo produtivo e financeiro entre as empresas multinacionais¹, e no impulso desmesurado ao deslocamento de capital monetário das atividades produtoras de mais-valor para os investimentos de caráter eminentemente fictício. Além disso, se registrou a expansão das relações sociais capitalistas a países, até então, marginalizados da acumulação internacional de capital, a exemplo da China, intensificando o processo de internacionalização do capital iniciado no último quartel do século XIX.

O aprofundamento da internacionalização capitalista facilitara a transnacionalização produtiva e vice-versa, promovendo um estupendo aumento das operações industriais e financeiras a partir dos anos 1980, assim como novos instrumentos de proteção do capital especulativo – já que a economia mundial, com o *boom* de crédito, tornou-se menos estável. O capital sobranço do processo produtivo – capital industrial valorizado através do trabalho material – passou a buscar lucros na esfera financeira, utilizando-se, especulativamente, das oscilações do mercado de *commodities*, das taxas de juros e câmbio, entre outros instrumentos, para acumular nessa esfera. Isto só se tornou possível graças aos avanços das telecomunicações, que permitiram acompanhar, em tempo real, essas operações (ALMEIDA, 2009, p. 373).

Estas alterações estavam balizadas nas tendências do desenvolvimento do capital, já anunciadas por Marx (1988), e cujo devir mais notável foi o maiúsculo descolamento entre o processo produtivo e a propriedade do capital em proporções bem superiores ao observado por Hilferding (1985), Bukharin (1984) e Lenin (2002).

No capitalismo contemporâneo vigoram relações sociais de troca que já não se centralizam pela busca da exploração de mais-valor. Embora este permaneça

¹Explica-nos Del Roio (2013): “A reordenação da hegemonia do capital passa pelo reforçamento do capital financeiro (com o ressurgimento da especulação) e pela desestruturação da classe operária e suas relações de solidariedade social (institucionalmente expressas no sindicato e partido de massa) no próprio processo de produção. A ofensiva do capital promove uma fundamental mudança na sua própria materialidade e também na forma da acumulação. [...] é desencadeado um processo de inovação gerencial e tecnológica com o objetivo de, a um só tempo, desarmar politicamente o movimento operário e resgatar a produtividade do capital: o “emagrecimento” da produção baseada na grande indústria articula ambos os objetivos. Esse processo inovativo é conduzido precisamente pelo capital financeiro, o setor mais fortalecido com a crise dos primeiros anos 70 e o maior beneficiário e receptor do serviço das impagáveis dívidas acumuladas pela zona periférica do sistema imperialista, contando com capital excedente a ser investido na produção de ciência e tecnologia”.

indispensável ao capitalismo, compreende-se que a economia vem sendo comandada pela lógica onisciente do D-D', e os Estados contribuem para o aprofundamento desse quadro com sua própria participação no mercado financeiro, através da venda de títulos de sua dívida soberana, além da concessão de empréstimos e desregulamentação fiscal e monetária.

Passado quase um século desde as críticas iniciais ao imperialismo dos autores da Segunda Internacional, pode-se observar que o capitalismo recrudescceu sua dinâmica contraditória, ensejando uma nova reflexão sobre o imperialismo. O modo de produção capitalista segue, inevitavelmente, extraíndo trabalho excedente, haja vista a recente incorporação de mais de 1 bilhão de trabalhadores, oriundos de ex-países “pós-capitalistas”². Porém, as operações financeiras na economia mundial superam em muito a produção de mais-valor. Um exemplo ilustrativo desse fato é o volume de negócios do mercado de futuros da bolsa de valores. Segundo Harvey (2011), somente esta operação especulativa movimentou, no ano de 2008, mais de 10 vezes o valor total da produção de bens e serviços no mundo.

A hegemonia do capital financeiro na economia mundial tornou-se um fato incontestável. Hoje é possível registrar um número expressivo de empresas que, apesar do nome-fantasia e do registro de atividades-fim, em nada contribuem para a geração de riqueza por meio da venda de bens e serviços. O foco das mesmas é a compra e venda diária de ações, debêntures, títulos da dívida pública e privada, empréstimos e seguros, ou seja, é a punção sobre a riqueza fictícia – e dialeticamente a real.

“[...] o capital fictício tem existência real e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação. O capital fictício tem movimento próprio. Assim ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 295, 296).

Fontes (2010) explica que nos encontramos na mais torrencial propriedade capitalista “por ela mesma”, que a torna mais abstrata, socializada de modo desigual e indiscutivelmente mais virulenta. Um propriedade que assumiu proporções inauditas, máximo fetiche do dinheiro.

Nas novas condições em que se delineia o processo de acumulação do capital, verifica-se a (res)significação de sua escala de atuação. O capitalismo continua a depender da escala local para a valorização do capital, produção/realização de mais-

² Utilizo-me de expressão elaborada por Mészáros (2009).

valor por meio do trabalho explorado, porém, o processo de acumulação, descolou-se da escala local, forjando um processo de auferição de lucros (fictícios) que se consuma em escala mundial. Ou seja, a produção puramente abstrata de riqueza (res)significou a produção espacial, pois mesmo sendo imprescindível a subordinação do espaço absoluto – enquanto relativo – para a continuidade da produção de mais-valor, este espaço absoluto inscreve-se numa trama muito mais complexa que outrora, uma vez que seu destino está lançado em outra escala. O que se deseja afirmar é que no imperialismo contemporâneo, os interesses traçados em escala mundial, mais que em qualquer outro momento, exerce uma prevalência sobre a reprodução espacial. A permanência dos investimentos de uma empresa situada em um determinado lugar está em função da capacidade de promoção de lucros e da continuidade do ciclo vicioso que remunera o capital portador de juros e sua derivação mais abstrata, o capital fictício, ambos, integrantes do capital financeiro. Logo, o que rege a localização e deslocalização dessas empresas, portanto, é a capacidade de atender a este diverso e seletivo grupo de usurpadores da riqueza social.

Podemos afirmar, então, que o imperialismo contemporâneo corresponde à continuidade da fase do modo de produção capitalista, iniciada nos albores do século XX, com alterações importantes. No imperialismo contemporâneo a produção de riqueza fictícia assume patamares jamais vistos e comanda toda a produção social. Trata-se de um imperialismo distinto daquele analisado pelos pensadores da Segunda Internacional, haja vista que o capital financeiro eminentemente especulativo se desenvolveu, assumindo dimensões inauditas e dispondo de um maior poder político sobre as ações dos Estados e dos indivíduos. Entretanto, em que pese a pujança atual do capital financeiro bem como o entrelaçamento dos capitais monetários provenientes de *players* de distintas formações sociais na sanha comum pelo açambarcamento da riqueza social, o imperialismo contemporâneo não anula as relações desiguais de produção e de troca entre os países, preservando a histórica sujeição dos países periféricos, que condiciona o desenvolvimento econômico dessas formações sociais a uma articulação subordinada aos países centrais. Dessa feita, enfatizamos que a financeirização do capitalismo ou, como também é conhecida, a mundialização do capital integra o imperialismo contemporâneo e reatualiza as disputas entre as corporações pela apropriação monopólica do espaço.

O capitalismo, em sua fase imperialista acentua sua tendência a apropriar-se de novos territórios e de novos mercados, em sua partilha do mundo, o que faz com que a mundialização, a partir dessa perspectiva, se situe no âmbito da fase imperialista do capitalismo, privilegiando a expansão do sistema mundial capitalista (OSORIO, 2012, p. 84).

Apesar da continuidade das hierarquias político-econômicas entre as nações é preciso observar que o desenvolvimento das forças produtivas, a formação de corporações transnacionais e a indiscutível capacidade ordenadora do capital financeiro têm inserido alguns países periféricos como parcela integrante de um sistema imperialista em escala mundial, vide o que se passa com a externalização das atividades produtivas e financeiras de corporações radicadas em países como o Brasil, a China e a Índia. Há uma estreita colaboração entre as burguesias das distintas formações sociais para o açambarcamento da riqueza social. Cada vez mais imiscuídas, essas burguesias, não obstante a acidez compulsória da rivalidade, mantém uma articulação, instável por natureza, visando assegurar a continuidade do processo de auferição de lucros produtivos e patrimoniais. Por conseguinte, a famosa relação entre um centro espoliador e uma periferia indefesa necessita ser revista, pois a acumulação mundializada de capitais, sob a ordem hegemônica do capital financeiro, tem propiciado uma interpenetração de interesses sem paralelo na história que recrudesce a fase imperialista do capitalismo, tornando-a potencialmente mais expropriadora.

Outrossim, busca-se na presente tese deslindar o imperialismo contemporâneo, compreendendo-o como a forma em que se substancializam o conteúdo das relações capitalistas. Por tratar-se de um fenômeno de origem secular e em franco movimento não se pode apreender a urdidura de seus fios sem inscrevê-lo no método de análise histórico-dialético. Este permite a realização de uma análise que capte a singularidade/totalidade do imperialismo nas diferentes escalas geográficas. Busca-se revelar as maiúsculas contradições do imperialismo contemporâneo e seus efeitos eminentemente deletérios para a humanidade sem perder de vista seu caráter processual e histórico.

A ciência geográfica é imprescindível para o êxito desse estudo, pois o imperialismo segue seu curso expropriador e parasitário por consistir de uma torrencial dinâmica espacial escalar em constante processo de alteração, que afeta a todos. Entretanto, também se dialoga com a Economia, com a História e com a Sociologia. O referencial de investigação está balizado nas leituras de Karl Marx e de vários autores

marxistas. Há um fecundo diálogo com os mesmos no qual se busca obter os elementos necessários ao entendimento das alterações no modo de produção capitalista, ao longo do século XX e, por conseguinte, do imperialismo.

O estudo lançou-se pelo levantamento bibliográfico sobre o arcabouço teórico epistemológico de autores que escreveram sobre o imperialismo e/ou as relações desiguais de produção e troca entre as nações desde o século passado. Fez-se uso também de levantamento de dados e informações em fontes documentais provenientes de instituições multilaterais, a exemplo da FAO e da OIT e de conhecidos institutos de pesquisa, a exemplo do Sipri e do Mckinsey Global Institute.

A **hipótese de tese** que orienta a investigação é que: o imperialismo contemporâneo se materializa pela hegemonia do capital financeiro, que (res)significou o regime interestelar de valorização do capital, potencializando sua capacidade expropriadora e seu caráter perdulário.

A **Tese está dividida em três partes e sete capítulos**, além da presente introdução e das considerações finais. A **primeira parte** é destinada à exposição do debate marxista sobre o imperialismo que permeou todo o século XX, alcançado os anos mais recentes. A princípio faz-se uma análise do pensamento dos primeiros críticos marxistas do imperialismo, situados na II Internacional Comunista, mais precisamente de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nicolai Bukharin e Vladimir I. Lenin, evidenciando que os mesmos, ademais de pioneiros na tentativa de desnudar os mecanismos engendrando o imperialismo, suscitaram uma profícua investigação sobre as alterações na economia capitalista. Seus escritos são peça-chave, pois os mesmos se valem dos estudos de Marx sobre a dinâmica expansiva do capital como base para a compreensão do fenômeno do imperialismo. Em seguida é realizada uma exposição dos escritos de Paul Baran e Paul Sweezy acerca do capitalismo monopolista, evidenciando que apesar de não possuírem uma teoria do imperialismo, indiscutivelmente, influenciaram na elaboração teórica posterior dos representantes marxistas da dependência e no interesse basilar destes nas relações desiguais entre as nações centrais e periféricas do capitalismo. Acerca da teoria da dependência são tecidas considerações sobre a importância histórica de seu corolário como contraposição em relação ao pensamento reformista e pró-capital presente às formulações dos cepalinos. Ademais, se analisa os fundamentos da explicação veiculada pelos teóricos marxistas da dependência acerca das relações desiguais de produção e troca de mercadorias entre as economias centrais e as economias dependentes. É mister o debruçamento sobre as premissas dessa

teoria, pois ela vai ser o esteio do conceito de subimperialismo. Por último, faz-se uma análise dos pressupostos apresentados por David Harvey ao que ele chama de novo imperialismo. Este autor identifica na acumulação por espoliação o dinamismo que orienta a expansão do capital ao final do século XX, fazendo do imperialismo uma síntese de relações socioespaciais, que atentam contra os trabalhadores.

Na **segunda parte**, é inaugurada uma discussão do caráter mistificador do conceito de globalização. Aponta-se que o escopo da globalização destina-se a anular o entendimento das contradições subjacentes à acumulação mundializada do capital. Além disso, é realizada extensa análise do desenvolvimento do capitalismo no século XX e o paulatino fortalecimento dos propósitos do capital financeiro. Como última atividade desta seção é feita uma investigação sobre a dinâmica espacial escalar do imperialismo contemporâneo, na qual se compreende que, sob a hegemonia do capital financeiro, é na escala mundial que se realiza a maior parte das operações produtivas e financeiras. Mostra-se que nas últimas décadas com a formação de um mercado financeiro global há articulação interescalar para a valorização do capital sem paralelo na história. Também é realizado um diálogo com Rosa Luxemburgo e seu entendimento sobre o imperialismo, onde se demarca a divergência com sua tese da imperiosa necessidade capitalista de incorporação de relações não-capitalistas. Compreende-se que no bojo do processo de expansão do capital, este engendra formações sociais de acordo com seus propósitos, combinando convenientemente a produção espacial de relações de produção capitalista com a manutenção de relações não-capitalistas. Por fim, também se estabelece um diálogo com David Harvey e seu conceito de acumulação por espoliação, onde se apresenta uma divergência. A acumulação por espoliação é tratada como o dinamismo que rege o novo imperialismo e em parte concebida como a subjugação de relações externas ao capitalismo. Diferentemente, compreende-se nessa Tese que o dinamismo do imperialismo contemporâneo não se materializa na produção de espaços dotados de relações não-capitalistas, mas na subjugação de qualquer relação útil ao processo de reprodução ampliada do capital.

Na **terceira parte**, é feita uma análise da categoria capital financeiro, evidenciando que apesar de corretamente eleita como dimensão inextricável da fase imperialista do capitalismo, a mesma foi imprecisamente reduzida a um processo de cunho histórico, a saber: a união entre os bancos e as indústrias. Discute-se que o capital financeiro representa o paulatino deslocamento da propriedade do capital monetário das atividades produtivas de valor, conforme Karl Marx havia anunciado, e que seu

aprofundamento, por meio da difusão e generalização do capital fictício, é uma das características centrais do imperialismo contemporâneo. Também nesta última seção é reunido um conjunto de dados e informações que atesta a magnitude do capital financeiro na atualidade e sua capacidade ordenadora da economia mundial. Por fim, é realizada uma reflexão acerca do novo significado da partilha territorial, apontando que esta tornou-se mediata, baseada primariamente no controle econômico e por isso, enredada em laços de dominação mais fortes.

As páginas seguintes representam o esforço de investigação de uma categoria tão cara ao marxismo e ao entendimento da coluna vertebral que sustenta a ordem geopolítica mundial. Evitada por muitos, por tratar-se de uma categoria que pressupõe o conflito por imanência, repleta de conotações, a presente investigação trilha um caminho inverso: perscruta a maneira como se substancializa o imperialismo na contemporaneidade.

1ª PARTE- O DEBATE MARXISTA DO IMPERIALISMO

Capítulo 1- Imperialismo: o enfoque dos marxistas da II Internacional

Marx, embora não tenha formulado uma teoria ou, sequer, um conceito sobre o imperialismo, suscitou, por meio da análise sobre a (re)produção do capital, as bases fundamentais para seu posterior estudo, uma vez que era cristalina sua idéia sobre a tendência do capital a expandir-se sobre os rincões da Terra³. Diversos trechos de suas publicações apontam para essa compreensão, como em dois parágrafos dos Grundrisses, escritos na metade do século XIX:

“O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, tem a tendência de criar continuamente mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; considerado aqui do ponto de vista do mais-valor absoluto ou do trabalho excedente, de causar mais trabalho excedente como complemento para si mesmo; no fundo de propagar a produção baseada no capital ou o modo de produção que lhe corresponde. A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito de capital” (Ibid, 2011, p. 332).

“A exploração completa da terra, para descobrir tanto novos objetos úteis quanto novas propriedades utilizáveis dos antigos; bem como suas novas propriedades como matérias-primas etc; daí o máximo desenvolvimento das ciências naturais; [...] tudo isso é igualmente uma condição de produção baseada no capital” (Ibid, 2011, p. 333).

Em sua verve, à Marx coube analisar o estágio inicial da relativa separação do capital destinado a extrair o mais-valor, do capital portador de juros. O primeiro, responsável pela subsunção formal/real do trabalho, o segundo, determinado a puncionar o lucro do primeiro. Ambos, enredados na trama da relação social de exploração capitalista.

O capital produtor de lucro é o capital real, o valor posto simultaneamente como valor que se reproduz e se multiplica, e como pressuposto que permanece igual a si mesmo, que se diferencia de si mesmo como mais-valor posto por ele mesmo. O capital produtor de juro, por sua vez, é forma puramente abstrata do capital produtor de lucro (MARX, 2011, p. 753).

³ Marx foi misteriosamente presciente ao prever que o capitalismo se espalharia por todo o mundo (WOOD, 2014, p. 97).

Como Marx analisou, o paulatino descolamento da propriedade do capital *tout court*, da propriedade do capital funcionante é característica inarredável do capitalismo. Não se trata da ausência e/ou falha na regulação das relações capitalistas que envolvem as instituições financeiras e as indústrias. Na verdade, trata-se de síntese de um processo anterior de acirrada concorrência econômica que demandou a oferta de capital-dinheiro para a continuidade do processo de acumulação, resultando numa relativa separação, bem como, em concentração e centralização do capital.

As considerações de Marx sobre o devir do processo de acumulação do capital tornaram-se a chave-mestra para os primeiros estudos marxistas do imperialismo, cunhados pelos teóricos da II Internacional (Hilferding, Luxemburgo, Bukharin e Lenin)⁴. Estes se lançaram a analisar o quadro econômico e político, em curso no último quartel do século XIX, que culminou na formação do capital financeiro. A realidade com a qual lidaram os primeiros estudos marxistas acerca do imperialismo caracterizava-se pelas alterações antitéticas do capitalismo da livre-concorrência em uma economia hegemônica pelos monopólios e na paulatina transição do centro de acumulação capitalista da Inglaterra para os Estados Unidos e Alemanha.

1.1- A análise de Hilferding

Rudolf Hilferding, importante militante da social-democracia austríaca, destacou-se na publicação da primeira obra dedicada à análise da economia financeira e sua correlação com o imperialismo, a partir do postulado marxiano. Neste opúsculo, denominado de “O Capital Financeiro”, publicado entre 1909 e 1910, Hilferding, argutamente, lança mão dos cristalinos ensaios de Marx sobre a tendência ao crescimento das formas mais abstratas e fetichistas de acumulação, visando aprofundar a análise sobre a inevitável imbricação das operações bancárias e toda sorte de ações com fins especulativos, com as atividades industriais. Sem sombra de dúvidas, os escritos de Hilferding contribuíram, decididamente, para a elucidação desta nova fase do desenvolvimento capitalista, em gestação desde o último quartel do século XIX e que se tornou tão presente, durante o século XX.

⁴ Embora Trotsky disponha de textos dispersos sobre a economia mundial nas primeiras décadas do século XX, o mesmo não possui uma teoria do imperialismo. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que Trotsky legou ao pensamento marxista uma importante contribuição: a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Posteriormente, essa teoria será efetivamente utilizada por outros marxistas na crítica ao imperialismo.

Hilferding, em seus estudos, retoma as anotações de Marx no livro I de “O Capital” sobre o objetivo da produção capitalista e a preponderância do dinheiro nas relações de troca. A finalidade da produção capitalista é a obtenção do lucro, não obstante, o capitalista precisa comandar uma relação social, onde a conquista do mais-valor não prescindia do esteio da produção. Nesse processo, é do dinheiro que o capitalista necessita para iniciar e encerrar seu empreendimento. Ainda que não lhe agrade a “apavorante idéia” de imobilizar seu capital no processo produtivo, tampouco lhe importa se o valor de uso em que se reveste a mercadoria produzida por seus trabalhadores é uma caneta ou um par de sapatos. Ele convive somente com duas preocupações: o quantum de investimento que será inicialmente empregado para a produção e, ao final, a taxa de lucro auferida – todos representados socialmente por massa monetária, por dinheiro.

No processo de troca, a mercadoria revelou-se um valor de uso; provou que satisfaz qualquer necessidade, quicá em medida socialmente exigida. Torna-se, dessa maneira, valor de troca para todas as outras mercadorias que satisfazem a mesma condição. Expressa-se, assim, a sua transformação em dinheiro, o representante absoluto do valor de troca. Tornando-se dinheiro, transformou-se igualmente em valor de troca para as demais mercadorias. A mercadoria tem que converter-se, pois, em dinheiro, porque é só então que ela expressa socialmente seu valor de uso e seu valor de troca, como união de ambos, que representa (HILFERDING, 1985, p. 39).

Nesse sentido, Hilferding propõe que, com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, cresce a necessidade de massa monetária, na forma de crédito, para a expansão das atividades fabris, através da qual, os Bancos vão cumprindo um papel de destaque na intermediação das concessões creditícias. Como detém a prerrogativa de concentrar e administrar massas de valor e de origem distintas, os Bancos assumem um papel cada vez mais preponderante e imprescindível na condução das indústrias – visando à obtenção de um lucro ascendente – e, além disso, se capitalizam com a elevada quantidade de operações que realiza.

Se, com a expansão da indústria, a função do banco (como mediador do crédito) exige uma concentração progressiva do capital bancário, sua função como instituição de investimento exige igualmente a maior concentração possível. Evidencia-se aqui, de imediato, a superioridade do grande banco nos negócios mais lucrativos; ele fará mais, maiores e melhores negócios. [...]. Ele poderá colocar grande parte das aplicações em seus próprios clientes. O banco terá, então, de reunir condições de levantar, com segurança, somas cada vez maiores que

necessita. Para isso, necessitará de um grande capital próprio e de muita influência no mercado (HILFERDING, 1985, p. 99).

Debruçando-se atentamente sobre o livro III de “O Capital”, Hilferding registra que a transformação da produção individual capitalista em um regime de associações de investimento, materializadas por meio das sociedades anônimas, cria o ilusório entendimento de que há, necessariamente, uma multiplicação do capital. Na verdade, os investimentos realizados pelos acionistas na Bolsa e que, por sua vez, podem servir para oxigenar as atividades fabris, resultam de seu ignominioso desejo de ver rapidamente um determinado quantum de dinheiro acrescido. Porém, esse dinheiro acrescido não representa fielmente o desempenho da taxa de lucro do industrial, uma vez que esse dinheiro acrescido alimenta-se da especulação.

O crescimento das atividades industriais conduz à concentração das propriedades em grupos maiores, sedentos por capitalização para dar continuidade à expansão da extração de trabalho excedente. Logo, na análise de Hilferding, isto provoca a oferta de ações na Bolsa pelas empresas industriais e, contraditoriamente, a compra destes papéis até mesmo por seus adversários – grupos concorrentes que atuam no mesmo ramo produtivo. Como sociedade anônima já não é mais possível demarcar, meridianamente, a linha entre os vários empreendimentos produtivos, sobretudo, porque o dinheiro, representante de um quantum de valor, é impessoal e sua existência por si só não atesta sua origem, a exemplo dos investimentos de um grande Banco⁵, que reúne uma quantia significativa de dinheiro e utiliza-o na aquisição de diversos títulos de rendimento.

Com o desenvolvimento de sociedade anônimas, por um lado, e com a crescente concentração da propriedade, por outro lado, vem crescendo o número de grandes capitalistas que investiram seu capital em sociedade anônimas diversas. A posse de muitas ações confere, todavia, o poder de se nomear um representante para a direção da sociedade. Como membro do conselho fiscal, o grande acionista recebe, primeiro, em forma de cotas de participação nos lucros, uma parte destes, tendo ainda a oportunidade de influir na administração da empresa ou de aproveitar seus conhecimentos sobre a política da empresa, seja para especular ou para lucrar em outras transações comerciais. Forma-se, assim, um círculo de pessoas, que em virtude do poder do capital próprio ou na condição de representantes do poder reunido do capital alheio (como diretores de banco), fazem parte dos conselhos fiscais de um grande número de sociedade anônimas. Surge

⁵ Hilferding (1985) afirma que, mesmo sendo exequível a compra de ações de empresas adversárias pelos Bancos, é inconcebível que a alegria da valorização de seus investimentos, através do sucesso de um empreendimento, derive do infortúnio de outro empreendimento que, coincidências à parte, também é seu cliente.

assim um tipo de união pessoal, de um lado, entre as diversas sociedades anônimas e, a seguir entre estas e os bancos, circunstância que deve ser da maior influência para a política de sociedade, por formar-se entre as diversas sociedades um interesse comum de proprietários (HILFERDING, 1985, p. 123 e 124).

A consolidação das sociedades anônimas faz diminuir a influência pessoal de um capitalista. Todos detêm, em maior ou menor medida, responsabilidade sobre os desdobramentos que venham a surgir nos negócios produtivos para os quais dispenderam seu dinheiro. Naturalmente aqueles que detêm valorosos investimentos nas compras dos “papeizinhos” dispõem de cotas de participação nos conselhos de administração dos empreendimentos. Isso, porém, não significa que os investidores capitalistas possuam maiores preocupações com os entevos do processo produtivo. A autonomização paulatina do dinheiro diante do processo $D - M - D'$, tão bem exposta por Marx no livro III de O Capital, é um fato incontestável para Hilferding, e essa relação se exprime de forma transparente na Bolsa, onde a riqueza particular do investidor – que aparece na forma líquida de dinheiro – o conduz a imaginar que a valorização de seu investimento pode se realizar de modo alheio aos caminhos e descaminhos do processo produtivo. Como a autonomização do dinheiro e, por que não dizer, o seu emponderamento, forja uma relação social em que uma massa monetária é representante de um valor, mesmo que ele já não mais exista ou jamais tenha existido, verifica-se que esse processo é a riqueza abstrata em seu mais alto grau de devaneio.

A tendência à superação dialética da concorrência rumo à formação dos monopólios, ao passo em que se desenvolvem as relações capitalistas, é um fato que não pode ser olvidado. A concorrência continua a existir, mas numa proporção diferente, pois maior parte do volume de negócios a ser executado perpassará pelos notáveis grupos empresariais, indissociavelmente, articulados com o capital portador de juros dos Bancos e os investimentos especulativos da Bolsa. O capital financeiro, então, para Hilferding (1985), pressupõe a união pessoal do capital bancário – este, cada vez mais imbricado com os fictícios capitais da Bolsa e, nesse sentido, por muitas vezes representando um único personagem – e do capital industrial na forma de monopólio.

O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança seu apogeu com a monopolização da indústria. O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; com isso, a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior. Mas o banco dispõe do capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco. É evidente que, com a crescente

concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas. Isso é tanto mais verdade quando, como vimos, cada vez mais o grande banco obtém o poder de dispor do capital fictício (HILFERDING, 1985, p. 219).

Na análise de Hilferding, nos chama a atenção, sua capacidade em desvelar as entrelinhas da formação dos monopólios, ao expor que os mesmos contribuem para a expansão do mercado mundial e que sua força reside, sobretudo, no uso do protecionismo econômico via Estado. Os monopólios na fase do capital financeiro se forjam no interior das formações nacionais protegidas pela sobretaxação dos produtos estrangeiros e/ou ingresso de capital do exterior. Hilferding (1985) explica que o protecionismo tornou-se um recurso indispensável para a segurança e desenvolvimento dos monopólios e que naquelas formações sociais, onde o Estado interveio em favor da proteção dos seus grupos monopólicos, foi possível observar seu significativo crescimento econômico – a exemplo dos EUA e Alemanha que superaram, em um tempo relativamente curto, o país da livre-concorrência, a Inglaterra, na produção industrial anual de diversos produtos.

O protecionismo não somente contribuiu para viabilizar a formação dos monopólios como também, fomentou a exportação de capital. Hilferding (1985) afirma que a criação de um monopólio pressupõe a consumação do chamado capital financeiro – a união dos bancos com as indústrias – elevando consideravelmente a produtividade. À luz do livro III de O Capital, Hilferding coaduna com a explicação de que a produtividade, ao aumentar o volume de mercadorias, o faz com uma composição orgânica diferente, tendendo a diminuir a taxa de lucro do capital. Mesmo que o protecionismo seja um recurso valioso para os interesses dos monopólios da nação, a dimensão do mercado interno impõe limites à taxa de lucro, sendo inevitável a exportação de capital. E esta não somente serve de contratendência à crise do capital, como também, é um recurso imperioso para a continuidade do crescimento dos monopólios.

Sabemos, porém, que a abertura de novos mercados é um importante fator para acabar com uma depressão industrial, para prolongar a duração da prosperidade e para atenuar os efeitos das crises. A exportação do capital acelera a colonização dos países estrangeiros e desenvolve amplamente suas forças produtivas. Ao mesmo tempo, aumenta no interior a produção daquelas mercadorias que são enviadas ao exterior como capital. Dessa forma converte-se numa poderosa força motriz da produção capitalista que, com a

generalização da exportação de capital, entra num novo período de *Sturm und Drang*, enquanto reduz o ciclo de prosperidade-depressão e a crise aparece mais benigna (HILFERDING, 1985, p. 299).

Em formações sociais, cujo desenvolvimento da economia alavancou a formação de imponentes monopólios, se cercaram de proteção contra o assédio das mercadorias e das próprias produções de monopólios estrangeiros, mas impelidos pelos mesmos desejos de seus concorrentes lançaram-se ao exterior buscando vencer a barreira protecionista de seus oponentes. O Estado cumpriu aqui um duplo papel essencial, pois além de oferecer subsídios ao enfrentamento monopolístico no exterior – visando superar todas as restrições impostas pela concorrência –, disponibilizou todo o aporte militar possível para subjugar regiões inteiras ao domínio do capital dos monopólios da nação, destruindo relações não-capitalistas e favorecendo a construção das condições objetivas para viabilizar a exportação de capital, em todas as suas formas (exportação de mercadorias e extração de mais-valor no exterior).

Vê-se que a exportação de capital na fase monopolística do capitalismo, não raramente, realizou-se aliando uma disputa em âmbito econômico e militar. Vê-se também, que a formação dos monopólios, definitivamente, não extinguiu a concorrência. Pelo contrário, a intensificou em patamar jamais visto, significando uma antítese ao pressuposto da doutrina liberal, uma vez que a concorrência inscreve-se em uma disputa qualitativamente diferente que pressupõe a atuação dos monopólios, servindo-se dos investimentos bancários e especulativos, e principalmente do Estado. Hilferding (1985) utiliza a expressão “território econômico” para designar o espaço pelo qual é possível aos monopólios da nação consumarem sua exportação de capital. As formações sociais com elevado excedente de capital tendem a expandi-los para o exterior e, como já foi dito, o Estado é indispensável para a realização dessa iniciativa. A diferença é que a existência de um expressivo “território econômico” é um importante indicador da pujança econômica dos monopólios da nação.

Quando maior o território econômico e maior o poder estatal, tanto mais privilegiada a posição do capital nacional no mercado internacional. Assim o capital financeiro torna-se portador da idéia de fortalecimento do poder estatal por todos os meios. Mas, quanto maiores forem as diferenças que se tornaram históricas no poder estatal, tanto mais diferentes serão as condições da concorrência e mais exasperadas, porque tanto mais auspiciosa será a luta dos grandes territórios econômicos pelo domínio do mercado mundial. Essa luta será tanto mais exacerbada quanto mais desenvolvido for o capital financeiro e mais forte for o seu empenho pela monopolização

de porções do mercado mundial para o capital nacional; mas, quanto mais avançado o processo de monopolização, tanto mais exasperada a luta pelo resto (HILFERDING, 1985, p. 311).

O imperialismo para Hilferding (1985), se materializa, portanto, por meio da intervenção estatal no exterior, buscando viabilizar o território econômico de seus monopólios. Quanto mais desenvolvida a economia, com os monopólios, trustes e cartéis, mais empenhado estará o Estado em assegurar êxito na exportação de capital, subsidiando a produção nacional para fortalecer sua luta contra o protecionismo monopólico do exterior, intervindo na aniquilação de relações sociais não compatíveis com a compra e venda de mercadoria e quando necessário, apropriando-se de novas áreas. Embora se realize pela bandeira da defesa dos interesses da nação, o imperialismo não nutre qualquer sentimento de amor aos compatriotas, pois seu olhar é indiferente aos problemas da população nacional; se deseja tão somente que os interesses do capital financeiro sejam assegurados e, dessa forma, que as relações de produção capitalista se universalizem sem perder de vista o controle sobre o trabalho, ou melhor, o controle sobre a luta de classes. Nesse sentido, o imperialismo contribui para a internacionalização da produção capitalista, ao tempo em que afiança a paulatina preponderância do capital financeiro em todas as relações sociais decorrentes desta expansão.

O imperialista não quer nada para si; mas também não é nenhum ilusionista ou sonhador que desfaz o enredo inextricável das raças em todas as etapas do desenvolvimento e com todo o tipo de possibilidades, em vez de desenvolver a noção incruenta da humanidade. Com olhos duros e lúcidos, contempla a multidão dos povos e vê, olhando sobre todos eles, sua nação própria. Ela é real, vive no poderoso Estado, cada vez maior e mais poderoso, e sua elevação vale todo seu esforço. Consegue-se assim o abandono do interesse individual por um interesse geral superior que constitui a condição de toda a ideologia social vital; o Estado estranho ao povo e a própria nação se combinam numa unidade, e a idéia nacional é colocada como força motriz a serviço da política. Os antagonismos de classe desaparecem para o bem da coletividade. A luta de classes, estéril e perigosa para os proprietários, dá lugar à ação coletiva da nação unida pelo mesmo fim de grandeza nacional (HILFERDING, 1985, p. 315).

1.2- Análise de Rosa Luxemburgo

Rosa Luxemburgo destacada dirigente da socialdemocracia alemã dedica parte significativa de sua militância a combater o revisionismo que se impregnava nas fileiras

do partido socialdemocrata. O revisionismo, à sua maneira, interpretava mecanicamente os escritos de Marx e fazia-se representar como o verdadeiro herdeiro do legado deste, perante o movimento operário. Luxemburgo não somente divergia de tamanha distorção do pensamento marxiano, como também procurava lê-lo em movimento, sem a esterilidade das leituras revisionistas que empurravam a classe operária ao apassivamento.

Luxemburgo buscou fazer uma releitura do processo de acumulação do capital, à luz da análise crítica dos apontamentos de Marx, em sua maior obra, que não coincidentemente, chamou-se “A Acumulação do Capital”, publicada em meados de 1912. Ela inicia seus estudos demonstrando que a reprodução simples e a reprodução ampliada, distante de serem derivadas da produção de mercadorias, sob o modo de produção capitalista, remonta sua existência aos primórdios da organização societal humana. Afirmando que a reprodução simples foi a primeira forma de produção social da espécie. Porém, assentada em seus próprios limites, não proporcionava a expansão da produção e, em decorrência, o crescimento natural da comunidade. Dessa forma, o aparecimento da reprodução ampliada representou uma revolução no modo de produzir, pois permitiu a existência de um volume seguro de excedentes para a sobrevivência da espécie. Em síntese o corolário da explicação de Luxemburgo reside na tentativa de demonstrar que o capitalismo não gera a reprodução simples e a reprodução ampliada, mas ele as ressignifica, pois as mesmas passam a ser guiadas pela apropriação da mais-valia.

A reprodução ampliada não é nenhuma invenção do capital. Na verdade, ela sempre constituiu a regra em todas as formas sociais históricas marcadas pelo progresso econômico e cultural. A reprodução simples – mera repetição do processo produtivo em sua proporção original – é possível de fato, e pode ser observada durante longos períodos do desenvolvimento social. [...] a reprodução simples constitui a base, sendo uma indicação segura da estagnação geral, tanto cultural como econômica. Todos os progressos decisivos verificados na produção e os grandes monumentos da cultura, como as obras hidráulicas do Oriente, as pirâmides egípcias, as estradas militares romanas, as ciências e as artes gregas, o desenvolvimento do artesanato e das cidades na Idade Média, seriam impossíveis sem a reprodução ampliada (LUXEMBURGO, 1984, p. 13 e 14).

Nota-se que o objeto de estudo de Rosa é o livro II de O Capital – em que Marx aborda o processo de circulação do capital, através do exame dos dois departamentos da produção social (Meios de Produção- I e Meios de Consumo- II). Rosa corrobora com a

explicação marxiana sobre a reprodução simples do capital – reprodução em que a maior parte da mais-valia é consumida pelo próprio capitalista, na compra de mercadorias do Departamento II –, afirmando que a mesma correspondeu ao processo inicial da produção capitalista e que sua permanência é incompatível com esse modo de produção.

Sua divergência, porém, deriva da explicação marxiana sobre a reprodução ampliada. Segundo ela, Marx equivocou-se ao analisar a reprodução do capital social total em dois departamentos, supondo a sociedade está dividida somente em burgueses e operários. Luxemburgo explica que a reprodução ampliada do capital da forma que está posta no livro II de O Capital faz parecer que pode prosseguir, indefinidamente, baseando-se apenas no intercâmbio de mercadorias entre os dois departamentos mencionados. Assim, em sua avaliação, há uma inconsistência na explicação de Marx, pois o mesmo desconsiderou que a reprodução ampliada, ao destinar uma enorme fração do mais-valor para o processo produtivo, elevava a produtividade e provocava um desequilíbrio entre os dois departamentos, razão pela qual, o excedente de mercadorias já não poderia ser consumido plenamente entre os dois departamentos, uma vez que as burguesias capitalistas dos mesmos estariam devidamente imbuídas tão somente do desejo de acumular capital, ou seja, de evitar gastos improdutivos do mais-valor, a fim de reinvesti-la na produção de mercadorias.

O esquema marxista da reprodução ampliada não corresponde, portanto, às condições da acumulação, enquanto ela progride: não é possível mantê-la dentro do quadro estrito das relações e dependências recíprocas e fixas que existem entre os dois grandes departamentos da produção social (departamento dos meios de produção e departamento dos meios de consumo), formulados pelo esquema (LUXEMBURGO, 1984, p. 285 e 286).

A preocupação de Luxemburgo é com a possibilidade de realização das mercadorias, ou seja, com a viabilidade do consumo do conjunto das mercadorias excedentes disponíveis, supondo a existência tão somente de um processo de circulação do capital social, entre os dois grandes departamentos, conforme ela deduz dos escritos marxianos. O pressuposto de sua explicação é que o capitalismo é o primeiro modo de produção que tende a universalizar-se, uma vez que o capital em seu processo de reprodução, não pode confinar-se a um determinado espaço geográfico. Porém, nessa tendência histórica, o capitalismo carrega consigo o germe de sua própria destruição,

pois a reprodução ampliada do capital torna-se insustentável se sobreviver apenas do mais-valor, presente na forma tipicamente capitalista de produção.

Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira ou os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social. A questão dos elementos materiais da acumulação do capital está longe de encontrar-se resolvida pela forma material da mais-valia de cunho capitalista; essa questão, pelo contrário, vem-se se transformando em outra totalmente diferente. Para o emprego produtivo da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha cada vez mais do globo terrestre todo a fim de ter uma oferta qualitativa e quantitativamente ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção (LUXEMBURGO, 1984, p. 245 e 246).

Luxemburgo se contrapõe a tese de que o modo de produção capitalista pode se sustentar em um tempo longo, sem que o globo terrestre disponha de relações sociais não-capitalistas. Sua tese é que “a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não-capitalistas. Sem esses modos [...] não pode efetuar-se” (LUXEMBURGO, 1984, p. 285).

Todavia, como o capitalismo possui uma tendência a universalizar-se, destruindo quaisquer relações de produção não-capitalistas, a possibilidade de crise é sempre iminente. O capitalismo não consegue coexistir com uma economia natural que não esteja calcada na compra e venda da mercadoria, portadora de mais-valor, doravante, há a impossibilidade de acumulação de capital, pois esta torna-se uma contingência histórica, advinda das dificuldades do processo de circulação do capital – quando o mesmo não dispõe de áreas de economia não-capitalistas.

Vemos, no entanto, que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedade não-capitalistas. [...]. Em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não-capitalistas. Verdade é que, por si só, a hipótese do domínio geral e exclusivo do capital não basta para que a acumulação do capital se configure como tal, uma vez que sem o meio não-capitalista ela se torna inconcebível sob todos os pontos de vista (LUXEMBURGO, 1984, p. 250).

Assim, Rosa condiciona a sobrevivência das relações capitalistas à existência de economias não-capitalistas⁶. Somente por meio das trocas entre modos de produção distintos é possível ajustar a contradição essencial da acumulação do capital que é a insuficiência de consumo para o volume da produção. Nesse sentido o imperialismo para Luxemburgo advém da necessidade dos países capitalistas de conquistarem áreas que ainda não estejam sob o domínio do capital a fim de realizarem seu mais-produto. A exigüidade dessas novas áreas define a virulência das ações dos Estados capitalistas. A finitude do globo terrestre com restritas áreas não inclinadas às relações de trabalho matizadas pelo capital, transformam a busca pelas mesmas em um processo de beligerância que tende a transformar em catástrofes econômicas e sociais o cenário mundial.

Por isso, Rosa afirma que o imperialismo corresponde à fase final do desenvolvimento capitalista, pois talha-se em uma disputa sem precedentes das nações com grande desenvolvimento das forças produtivas por escassas áreas. Deste modo, ao tempo em que o imperialismo é a válvula de escape para o descompasso entre a produção e a realização, ele também representa o retorno dessa contradição, à medida em que ele volta-se contrariamente a qualquer modo de produção antitético ao capitalismo.

O imperialismo hodierno não representa, como em Bauer, um simples prelúdio da expansão do capital, mas constitui a última fase de um processo histórico de desenvolvimento: é o período da concorrência geral e mundial mais acirrada dos Estados capitalistas, da luta pela conquista do que sobrou das regiões não-capitalistas ainda existentes neste mundo. A catástrofe econômica e financeira constitui, portanto, o elemento vital dessa fase final, a forma normal de ser do capital, da mesma maneira que já o fora em sua fase de formação, durante “a acumulação primitiva”. [...]. O que melhor caracteriza o imperialismo enquanto luta final de concorrência pela hegemonia capitalista não é apenas a energia e versatilidade da expansão – sinal específico de que começa a fechar-se o círculo do desenvolvimento –, mas também o contragolpe sofrido pelo capital nessa luta decisiva pela expansão, com a consequente volta das zonas pretendidas a seus países de origem. O imperialismo leva, assim, a catástrofe (ou seja, sua forma de existência) da região periférica de seu desenvolvimento de volta para o respectivo ponto de partida (LUXEMBURGO, 1984, p. 400 e 401).

⁶ Callinicos (2009) explica que o imperialismo para Luxemburgo provoca a conquista abrangente do mundo pelo processo de acumulação de capital, criando limites à sobrevivência da sociedade capitalista. “The comprehensive conquest of the world by the accumulation process, however, highlights the self-defeating logic of capitalism, since its historical tendency is to subvert itself by assimilating and transforming non-capitalist economic forms, thereby driving towards the impossibility of realizing accumulated surplus-value inherent in a pure capitalist society” (Ibid, p. 38).

Em síntese o corolário da explicação de Luxemburgo ancora-se na tentativa de evidenciar a contradição da reprodução ampliada do capital. Debruçada sobre o livro II de O Capital afirma ter Marx se equivocado ao resumir a sociedade em proletários e burgueses, dispostos nos dois grandes departamentos da produção social, e supondo ser possível a continuidade do processo de acumulação do capital, baseada somente no intercâmbio entre os mesmos. Em sua análise era, portanto, o subconsumo que empurrava o capital a expandir-se pelo globo terrestre, em busca de novos depósitos para sua mais-valia, ou melhor, em busca de uma solução à contradição concernente à reprodução ampliada.

1.3 - Análise de Bukharin

Nicolai Bukharin foi um dos principais dirigentes bolcheviques da revolução russa de 1917. No exílio por vários anos, em razão da perseguição czarista, valeu-se de sua formação em Economia, de suas leituras dos escritos de Marx em O Capital e da orientação valiosa de Lênin para elaborar talvez seu maior opúsculo: A economia mundial e o imperialismo, escrito em 1916, mas somente publicado em 1918. Neste, Bukharin se propõe a analisar as transformações na economia mundial nos albores do novo século, que aliam, inextricavelmente, o imperialismo ao militarismo. Notavelmente, Bukharin vale-se de conceitos suscitados por Hilferding e diverge da explicação do capitalismo estacionário presente em Luxemburgo e da explicação de um ultraimperialismo pacífico de Kautsky.

Bukharin inicia sua análise, explicando que a internacionalização da economia industrial capitalista ergueu-se sobre toda a população mundial, sendo um fato, incontestavelmente, de enorme dimensão. Porém, essa internacionalização não se efetuou à margem do processo de internacionalização bancária. As duas se complementam. E a sua fusão representa a criação de uma força sem precedentes: o capital financeiro. Somente a fusão entre o capital bancário e o capital industrial confere ao capital financeiro, o poder de expandir-se dentro e fora da nação. Esse capital financeiro é ávido por lucros e ao expandir-se pelo globo terrestre, parece não querer ignorar qualquer espaço que, em potencial, lhe forneça lucro.

O capital financeiro é, sem nenhuma sombra de dúvida, a mais penetrante forma de capital – justamente a que, como a natureza, sofre

do que antes se chama o *horror vacui* e sente a necessidade de cobrir cada “vazio”, não importa se se encontra em regiões “tropicais”, “temperadas” ou “polares”, desde que o lucro transborde em quantidade suficiente (BUKHARIN, 1984, p. 51).

A expansão do capital financeiro provoca a agudização das lutas das burguesias nacionais. Os monopólios nacionais imbuídos do desejo de esquadriñar qualquer ponto da terra para a realização e/ou exploração de mais-valor travam uma batalha, às vezes surda, às vezes barulhenta – esta, em razão do uso da força militar do seu respectivo Estado. Ou seja, para Bukharin, a internacionalização da economia capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, gera uma acirrada disputa entre a burguesia mundial, somente atenuada com o desenvolvimento das sociedades anônimas. Estas, ao limitarem as “idiossincrasias” dos capitalistas individuais, em nome da co-participação na propriedade dos ativos – materializada na venda de ações – eleva o capital a uma concorrência, em cuja qual, o discurso patriótico dos interesses da nação já não é depositário de tanta primazia. Bukharin evidencia que essa é uma contradição do período histórico de crescimento do capitalismo financeiro no mundo, pois ao mesmo tempo em que a internacionalização dos negócios exige a intervenção do Estado, na proteção dos interesses da nação, também impõe um freio aos mesmos, com a expansão e consolidação do sistema de compra e venda de ações. Nesta tratativa é possível notar como Bukharin convergia com as ideias de Hilferding sobre a condição singular em que se deu a internacionalização da economia capitalista, amalgamada pelo capital financeiro.

A formação dos monopólios nacionais, mesmo capitalizados com os investimentos de financistas de diversos países, não dissolveu a retórica apelativa do nacional para fazer o Estado atuar em seu favor. Pelo contrário, as aventuras dos monopólios nacionais, mundo afora, decorreu, contraditoriamente, das proteções alfandegárias, instituídas pelo Estado que conferiram àqueles a tranquilidade para a produção em âmbito nacional. Além disso, a inclinação da expansão dos monopólios para outras nações resultou de uma necessidade de ampliação do território econômico – conforme já havia escrito Hilferding – dos monopólios, de onde poderiam estabelecer um vasto controle sobre o processo de produção e circulação do capital.

O grande papel econômico que desempenham hoje os direitos alfandegários conduz a uma política agressiva do “capitalismo” moderno. As taxas aduaneiras beneficiam os monopólios com uma mais-valia que lhes serve de prêmio de exportação na luta pelos

mercados (*dumping*). Essa mais-valia pode crescer de duas maneiras: em primeiro lugar, por meio de um escoamento interno mais intenso, dentro de um mesmo território nacional. Em segundo lugar, por meio do alargamento deste último. No que se refere ao primeiro instrumento, o problema fundamental está na capacidade de absorção do mercado interno. É difícil conceber a grande burguesia empenhada em aumentar o quinhão da classe operária e em escapar assim das dificuldades à sua própria custa. Atilada no domínio dos negócios, ela prefere agir de outro modo, ampliando o território econômico (BUKHARIN, 1984, p. 71).

Assim, Bukharin não se ilude com as teses reformistas que preconizavam um possível desenvolvimento capitalista mais harmonioso, por meio do equilíbrio das forças econômicas, a exemplo de Kautsky. Este pressupunha que as disputas imperialistas se tornariam memórias do passado, uma vez que, em sua análise, a tendência do capitalismo é galvanizar a formação de um grande monopólio que dominasse todo o globo terrestre – por isso, a denominação de ultraimperialismo – forjando um novo período de relações amistosas duradouras entre as nações, mesmo que sob o capitalismo.

A teoria de Kautsky não é pois, no mínimo que seja, realista. Não interpreta o imperialismo como o satélite inelutável do capitalismo desenvolvido, mas como um dos “aspectos sombrios” do desenvolvimento capitalista. À semelhança de Proudhon, cujas utopias pequeno-burguesas Marx combateu com tanta dureza, Kautsky procura suprimir o “sombrio” imperialismo sem tocar na inviolabilidade dos traços “radiosos” do regime capitalista. Sua concepção leva a dissimular as gigantescas contradições que dilaceram a sociedade moderna e é, por isso, uma concepção reformista (BUKHARIN, 1984, p. 135).

Bukharin prevê que sob os auspícios do capital financeiro, a incursão ao exterior jamais limitar-se-á a simples venda de mercadorias, como acontecera na época do livre-câmbio. O que caracteriza a atual fase do desenvolvimento capitalista é a cobiça pela posse de novas áreas, de alargamento do chamado território econômico. E tal feito é, em geral, regado a sangue e suor dos que são subjugados através da força militar do Estado. Quando não se realiza a intervenção direta, media-se a subjugação por meio das dívidas, empréstimos governamentais ou de monopólios que os colocam na grata posição confortável de credores. Mas não são simples credores, pois por meio dessa condição, gozam do direito de impor nos contratos de empréstimo a permissão para a construção de empreendimentos (industriais, ferroviários, portuários, etc), nos países beneficiários do crédito. A essa relação pautada no domínio do capital financeiro – este

compreendido na aliança entre o capital bancário e industrial – que se vale de sua envergadura econômica para coagir direta e indiretamente uma outra nação, dá-se o nome de imperialismo.

Bukharin afirma que a expansão do capital financeiro ao impulsionar uma elevada produção industrial dos países, especialmente para a exportação de capitais, acentua o desequilíbrio na divisão social interna entre a produção industrial e agrícola. Nesse sentido, inscreve-se na política imperialista, a busca pela disposição de áreas que complementem a estrutura da produção da nação imperial com a satisfação da demanda de bens agrícolas.

Na realidade, uma superprodução de produtos industriais é uma subprodução de produtos agrícolas. Quando ocorre, essa subprodução é, para nós, importante na medida em que a demanda da indústria é desmesuradamente alta, isto é, na medida em que as massas consideráveis de produtos fabricados pela indústria não podem ser trocados por produtos da agricultura. Em outras palavras: na medida em que, entre esse dois ramos, o equilíbrio da produção se rompeu (e se rompe cada vez mais). Eis por que a indústria em crescimento procura um “complemento econômico” agrário, o que, no contexto do capitalismo – e, sobretudo, dada a existência de elementos monopolizadores, isto é, o capital financeiro – conduz fatalmente à subordinação dos países agrários, por meio da força militar (BUKHARIN, 1984, p. 96).

O que se pode observar desta assertiva do economista russo, é sua pressuposição de que a produtividade agrícola mostrava-se incapaz de acompanhar com a mesma rapidez a produtividade industrial, dessa feita, sendo a demanda por bens agrícolas superior a sua capacidade de oferta, era mais um impulso à anexação imperialista das novas áreas. Bukharin, portanto, creditava à expansão do capital financeiro – coligido com o imperialismo – a responsabilidade pela constante construção e renovação da divisão internacional da produção. O tempo desta era a medida da força econômica e militar dos monopólios nacionais.

Nota-se no corolário do pensamento de Bukharin a indissociabilidade entre o capital financeiro, o imperialismo e o militarismo. Na medida em que o capital financeiro representa a supremacia das relações mais alienadas em nome do lucro, tornam-se corriqueiras as ações diretas e indiretas de coação de um povo sobre o outro. Na retaguarda dos interesses dos monopólios nacionais, esconde-se a retórica das armas e estas são imprescindíveis para os interesses dos primeiros, pois “o domínio do capital

financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro” (BUKHARIN, 1984, p. 120).

A supremacia do capital financeiro e sua avidez pelo lucro revelam sua gênese saqueadora e invasiva sobre os povos que ousem resistir ou mesmo retardar seus ignominiosos desejos. Eles, como a consumação da riqueza mais abstrata não preza pela razoabilidade, não guiam-se pela mediação, mas pelo imediato. Assim, Bukharin reitera as posições de Hilferding de que a expansão do capital financeiro se materializa destruindo as relações não-capitalistas e comprimindo a passos largos a própria atividade capitalista com o emponderamento das corporações monopólicas. Desse modo, percebe-se que Bukharin rejeita a tese de Luxemburgo de que ações imperialistas movem-se pela busca de áreas não-capitalistas para resolver um problema de circulação do capital do próprio capitalismo. Em síntese, Bukharin compreende o imperialismo em estreita conexão com a formação do capital financeiro e a expansão deste media-se pelo uso da força para converter as áreas de economia não-capitalista em territórios econômicos dos monopólios nacionais, anunciando um futuro de constantes guerras.

1.4- Análise de Lenin

A contribuição de Lênin ao estudo do imperialismo foi, sem reservas, de grande notoriedade para a luta política de seu contexto e para subsidiar as análises acadêmicas e a luta política posterior. Militante de profundo comprometimento com a construção da sociedade comunista, esforçava-se para ser a práxis em pessoa, aliando teoria e prática numa síntese revolucionária bastante surpreendente. Para a escrita de seu famoso livro “O Imperialismo: fase superior do capitalismo”, Lênin valeu-se da tentativa de rechaçar as premissas reformistas que tinham ganhado corpo dentro do movimento operário e dos partidos socialdemocratas, especialmente, o alemão – e que muitas vezes pressupunham a domesticação do capitalismo e o chauvinismo, a exemplo de Kautsky e seu conceito de ultraimperialismo – fazendo jus a uma análise rigorosa das transformações por que passava o capitalismo, com o fito de explicar a gênese do capital financeiro e sua inextricável relação com o imperialismo.

A referida obra foi elaborada quando ainda se encontrava no exílio – sua publicação data do ano de 1916 –, em meio às correspondências aos camaradas russos e a sua intensa militância política. Como precisava vencer a censura czarista e ao mesmo tempo dar uma resposta célere ao social-chauvinismo – que cerrava fileiras entre os

operários, com o ingresso de seus respectivos países na I Primeira Guerra Mundial –, Lênin não se deu ao privilégio – como foi falado pelo próprio – em trazer à tona as demais dimensões do imperialismo, detendo-se no que supunha ser seu aspecto econômico. Porém, não obstante Lênin ter imaginado que seu opúsculo padecia de um maior aprofundamento, pode-se, sem sombra de dúvidas, afirmar que tornou-se uma obra síntese dos esforços em desfraldar o imperialismo, pois Lênin retomou as leituras de Marx e debruçou-se sobre as análises da economia mundial coligidas com o imperialismo, já anteriormente realizadas por Hilferding e Bukharin.

O pontapé da análise de Lênin está na tentativa de demonstrar a singularidade da fase atual do desenvolvimento capitalista. Ele a aborda desta maneira, pois acredita neste momento de sua análise, num processo dialético de negação da negação, que o capitalismo transformou-se para se manter hegemônico. Sem desfazer-se daqueles elementos que conformam seu *modus-operandi* (compra de força de trabalho e mercadorias, busca pela mais-valia e concorrência) o capitalismo os reinscreveu “certo por linhas tortas”, a saber, a escala de acumulação de capitais atingiu um patamar imenso que contribuiu para a formação de monopólios, sendo estes não mais representados somente pelo capital industrial e/ou bancário, mas pelo capital financeiro, expressão superior do capital. Assim os acontecimentos históricos que desembocaram nessa conjuntura histórica, objeto de análise de Lênin (2002) são:

- 1) em meados de 1870 o capitalismo alcança seu grau máximo da livre-concorrência, de onde os monopólios irão ser gestados;
- 2) depois da crise do capitalismo de 1873, assiste-se a formação dos cartéis, prelúdio da formação dos monopólios;
- 3) os monopólios já se constituíram como ente organizador da vida econômica mundial, elevando o capitalismo a sua condição imperialista.

Lênin quer afirmar que na fase de desenvolvimento capitalista ora estudada os capitalistas, particulares que atuavam sem muita articulação e de modo independente, são arrastados pela força penetrante dos monopólios. Com a ascensão desses, a concorrência mítica, desenhada nas fantasias do liberalismo clássico, cede lugar a um outro tipo de concorrência, onde as grandes corporações associam-se, socializam seus compromissos e contam com um sistema de investimentos de significativo volume, além do uso da ciência em seu favor.

Isto nada tem já que ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos, que senão conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minério de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos partilham entre si por contrato. Monopoliza-se a mão de obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação – as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa (LENIN, 2002, p. 19 e 20).

O capital financeiro talha o mundo a sua imagem e semelhança, possibilitando a formação de gigantescos monopólios que administrados por uma oligarquia financeira disseminam a especulação como a expressão proeminente da obtenção de lucros. Por meio do capital financeiro, os bancos se afirmam poderosamente numa relação social, onde os mesmos reúnem a primazia de concentrar vultosos recursos de diversos monopólios e a prerrogativa de movimentá-los a seu bel-prazer – sempre em nome de seus próprios lucros – contando com as informações financeiras privilegiadas que detém.

A emergência do capital financeiro com a intensificação da venda de papéis, aquisição da dívida soberana dos Estados e as fusões de organizações empresariais, consolida o que já existia como tendência dentro do próprio capitalismo: a separação entre a propriedade do capital e o exercício da função empresarial. Lênin destacava a “impessoalidade” que tomava conta das operações comerciais e financeiras mundiais, pois as empresas já não eram constituídas de capital próprio, mas de múltiplos capitais, que pela força social que detinham, comandavam as empresas mesmo à distância. O capital financeiro, portanto, representava a consolidação da divisão entre os que dispunham do capital em sua forma-dinheiro e os que viviam das atividades produtivas de mais-valor, entre os usurpadores da riqueza social e os que inseriam como exploradores de trabalho excedente. Ressaltando-se, porém, que nesta relação social, os primeiros, paulatinamente adquiriam a primazia de ditar o ritmo do processo de acumulação.

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o *rentier*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de ‘poder’ financeiro em relação a todos os restantes (LENIN, 2002, p. 45).

Dessa forma, Lênin demonstrou estar imerso na leitura dos escritos do livro III de O Capital de Marx, pois este, mesmo sem afirmar que a tendência à separação entre capitais conformava característica de uma nova fase do capitalismo, a anunciava como germe que se desenvolve no seio desse modo de produção. Marx, inclusive, enfatizou que a primazia dos que concentravam os capitais na forma-dinheiro era tão significativa, que transformava a relação social entre investidores e produtores numa curiosa relação de patrões e empregados. A perspicácia de Lênin, porém, está em identificar que essa contradição, desenvolvida no interior do capitalismo, conformou a fase imperialista desse modo de produção, em cuja qual, o capital financeiro – espinha dorsal dos monopólios – empurra o capitalismo a sua fase imperialista. Uma fase que, segundo Lênin (2002), apresenta os seguintes pressupostos:

- 1- a concentração da produção e do capital a uma escala sem paralelo na história econômica, cujo desembocadouro é a formação dos monopólios;
- 2- a união íntima entre o capital bancário e o capital industrial com a hegemonia do primeiro, dando origem ao capital financeiro;
- 3- a prevalência da exportação de capitais sobre a mera exportação de mercadorias;
- 4- os monopólios são administrados por um punhado de oligarcas financeiros dotados de tamanho poder, que se associam, formando grupos monopólicos para a execução da partilha econômica do globo terrestre;
- 5- os monopólios não esquadrinham o mundo sem pilhá-los, e para isso, contam com o imprescindível apoio dos exércitos dos Estados capitalistas, verdadeiros cartões de visita para a posterior subjugação.

Em síntese, deduz-se dos pressupostos de Lênin, que o período concorrencial que dominou as relações capitalistas em pouco mais de um século da existência desse

modo de produção, serviram para uma maiúscula acumulação de capitais, advinda do êxito de alguns capitalistas e da falência de outros. Logo, esse excedente de capitais é o ponto de partida para a constituição dos monopólios, empreendimentos singulares das corporações capitalistas, que contarão com um aporte de capital de um outro patamar, o financeiro. Consorte Lenin, é o capital financeiro, por meio da fusão entre o capital bancário e o industrial, que comanda os monopólios e hegemoniza as relações econômicas mundiais. O capital financeiro por sua voracidade – em decorrência de oferecer lucros imediatos a seus investidores – é, sobretudo, expansivo. Assim os especuladores clamam por sua expansão sobre os rincões da terra, pois a espiral crescente de lucros não pode estagnar. Como não dispõem da força militar para a subjugação dos povos resistentes e/ou de economias não assentadas em relações capitalistas, o capital financeiro consome as pazes com aquele que na fase áurea da livre-concorrência foi o desafeto do capitalismo, o Estado.

Sobre o Estado, Lênin evidencia o quão é visceralmente ligado ao capital financeiro e como a nova fase do desenvolvimento do capitalismo, jamais poderá dissociar-se desse ente jurídico-político. Nesse sentido, Lênin retoma a análise, anteriormente feita por Hilferding (1985) e Bukharin (1984), sobre como nessa quadra da história o capitalismo agrava suas próprias contradições. Ora, se os monopólios representam a coroação da força do capital-mercadoria com a força do capital-dinheiro, e sua existência condiciona-se à internacionalização da economia capitalista, a fim de garantir a continuidade da acumulação de capital, nada mais insensato que os monopólios recorram aos expedientes protecionistas. Mas, *mutatis mutandis* o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista, de hegemonia do capital financeiro se cristaliza com a virulência dos direitos alfandegários, com as restrições à entrada de capitais do exterior, em resumo, com a intervenção estatal nos assuntos econômicos.

A Inglaterra é a primeira que se transforma em país capitalista, e em meados do século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a oficina de todo o mundo, os fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias primas. Mas este monopólio da Inglaterra enfraqueceu já no último quartel do século XIX, pois alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários protecionistas tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns

poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme excedente de capital nos países avançados (LENIN, 2002, p. 47).

A imbricação entre o capital financeiro e o Estado é um fato iniludível, e os monopólios são forjados e expandidos em decorrência desse elo. O Estado com seu aporte militar encarrega-se de quebrar a resistência de outras nações, conquistando novas áreas não somente para assegurar a realização das mercadorias, mas a produção de capital no exterior. Para Lênin esse é mais um pressuposto presente na formação do capital financeiro. A política exterior já não tem como marco a troca de mercadorias, mas a exportação de capitais para as regiões onde a taxa de exploração da força de trabalho é maior e/ou seja possível dispor de matérias primas e recursos naturais. As associações internacionais acotovelam-se, representadas pela diplomacia militar de seus respectivos Estados, para alcançar o conforto do domínio territorial dos mercados no exterior.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos (LENIN, 2002, p. 62).

A nova fase do desenvolvimento do capitalismo é imperialismo, porque o recurso à guerra, já não é medida excepcionalíssima ou um desvio político, mas uma dimensão incondicional dos monopólios e do capital financeiro. Neste ponto, reside o ponto da divergência entre Lênin e Kautsky. Este, em seus dois livros “O Imperialismo”, e “O Imperialismo e a Guerra”, supõe ser o imperialismo uma medida contingencial para a resolução de um problema econômico, a desproporção da produção industrial frente à produção agrícola. Para Kautsky, a escassez de terras e produtos agrícolas está numa razão diretamente proporcional à expansão do capital industrial nos países desenvolvidos, induzindo a uma opção política pelo uso das armas com o fito de conquistar regiões agrárias. Em outras palavras, o imperialismo para Kautsky decorreria de uma iniciativa política para ajustar um desencontro na economia. Além disso, Kautsky não supunha que o imperialismo perdurasse conflitos armados por muito tempo, pois considerava que a vigência longa de contendas bélicas redundaria bastante onerosa para as nações envolvidas. Assim, Kautsky contrariava qualquer

prognóstico de recrudescimento das hostilidades diante dos embates econômicos, preferindo preconizar que o imperialismo logo se tornaria um superimperialismo ou ultraimperialismo, no qual, as potências imperialistas se associariam, firmando acordos de exploração do globo terrestre e preterindo o recurso à força militar.

Não poderá a política imperialista atual ser suplantada por outra nova, ultraimperialista, que em vez da luta dos capitais financeiros entre si estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente? Tal nova fase do capitalismo, em todo o caso, é concebível. A inexistência de premissas suficientes não permite resolver se é realizável ou não (KAUTSKY, *apud* LENIN, 2002, p. 89).

O fio da análise de Kautsky reside na tentativa de justificar as inflexões programáticas do Partido Socialdemocrata Alemão, que pressupunham a possibilidade de administrar o capitalismo e, portanto de reformá-lo sem romper com a sociedade classista.

Kautsky rompeu com o marxismo ao defender, para a época do capital financeiro, um ideal reacionário, a democracia pacífica, o simples peso dos fatores econômicos, pois este ideal arrasta objetivamente para trás, do capitalismo monopolista para o capitalismo não monopolista, e é um engano reformista (LENIN, 2002, p. 85 e 86).

A compreensão de Lênin sobre o fenômeno do imperialismo situa-se numa direção diametralmente oposta a de Kautsky, por vários pressupostos. O primeiro é que o imperialismo constitui parte inextricável da própria dinâmica capitalista. A escala de concentração de capitais adquiriu tamanha envergadura que o imperialismo torna-se uma imperiosa necessidade. Não se trata de uma mera opção, escolha política. Mas do mais profundo impulso à continuidade da acumulação, para a qual os monopólios não podem se eximir, sob pena de anularem-se. Segundo, o imperialismo é derivado do capital financeiro, da celebração da união do capital industrial e do capital bancário. Este capital financeiro é ávido por lucro, seu combustível é a continuidade do processo de acumulação, sendo necessário para isso incorporar novos rincões do planeta às relações sociais capitalistas. Nesse sentido, lhe é indiferente os apelos contrários ou as vidas ceifadas durante os conflitos pelo domínio territorial, ele apenas observa, imponentemente do alto, seu indispensável parceiro – o Estado – massacrar impiedosamente aqueles que porventura se arrisquem a resistir. Terceiro, a expansão do capital financeiro não move-se pela busca de regiões agrárias a serem anexadas por uma desproporção entre a produção industrial e a produção de alimentos, muito embora

Lênin não tenha deixado de ressaltar como a agricultura se encontrava, à sua época, “em toda a parte, enormemente atrasada em relação à indústria” (Ibid, 2002, p. 48).

A expansão do capital financeiro rumo ao exterior, movia-se pela possibilidade de auferição do lucro em patamares maiores, nos países cujo desenvolvimento das forças produtivas se encontrava muito aquém dos países exportadores de capital. Por último, a possibilidade de existência de acordos entre associações monopolistas, não autorizava a afirmar o surgimento de uma paz duradoura, sob o “sol” capitalista. Muito pelo contrário, a homologação de um cessar-fogo entre nações imperialistas era, dialeticamente, a preparação de um novo conflito, a transformação em seu contrário. O que se anunciava, em decorrência da hegemonia do capital financeiro na promoção das relações sociais em todo o mundo, era a guerra como dimensão ordinária do capitalismo.

É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo (LENIN, 2002, p. 59).

Ademais há que se registrar que a fase imperialista do capitalismo não era para Lênin um *ad infinitum*, mas a etapa superior do capitalismo. Aquela que corresponde à máxima elevação de suas contradições, que longe de serem superadas, concorrem para a própria degeneração do capitalismo.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição (LENIN, 2002, p. 94).

Lênin afirmava que a emergência dos monopólios, sob a batuta do capital, financeiro alçava o capitalismo a um voo, jamais visto, permitindo sua própria internacionalização e o aumento dos lucros. Entrementes, a restrição da concorrência, ou melhor, a mudança qualitativa da disputa concorrencial, operada agora por meio dos monopólios, bem como a avidez por lucros do sempre sedento capital financeiro, transformava a nova fase do capitalismo em parasitismo. Parasitismo, porque imbuídos do alcance rápido do lucro, possivelmente conquistado com a anexação de novas áreas, os monopólios capitalistas paulatinamente se eximiam de inovar, de dar continuidade ao progresso técnico e suas burguesias ou oligarcas financeiros representados pelo Estado

se tornariam meros usurários, somente comprometidos com a punção sobre a riqueza social. Em razão disso, Lenin falava na formação de Estados *rentiers* ou Estados parasitários, portadores de um capitalismo decadente, pois seriam lócus de burgueses que viviam às custas da punção sobre a riqueza produzida em outros países, contribuindo assim para o desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e semicoloniais e/ou periféricos, em detrimento do capitalismo das economias avançadas.

Em suma, para Lenin o imperialismo é a materialização da força do capital financeiro, a consumação de suas aventuras sobre os destinos da raça humana. Aventura à qual o capital financeiro não pode, sob hipótese alguma, abdicar, sob o risco de autoabdicar-se.

1.4.1- A influência de Hobson na crítica de Lenin ao imperialismo

Um economista inglês de filiação liberal-reformista, John Atkinson Hobson, exerceu influência na elaboração do postulado de Lenin acerca do imperialismo. Ainda que não fosse rebento da tradição marxista, Hobson foi pioneiro em trazer à tona – através de seu livro *Estudo do Imperialismo* – em 1902 algumas características do imperialismo, à luz da investigação da economia inglesa.

Hobson parte da premissa de que o imperialismo é consequência das dificuldades ou impossibilidades de investimento lucrativo das corporações monopólicas em seu próprio país. Ou seja, para Hobson o capitalismo apresentava limites que levavam ao subconsumo dos produtos. Em conjunção com essa premissa Hobson explicava que a tendência seria sempre o investimento em outros países buscando recompor a rentabilidade.

[...] llegamos así a la conclusión de que el imperialismo es el esfuerzo de los grandes magnates de la industria por ensanchar el canal de salida de sus excedentes de riqueza, para lo que buscan mercados e inversiones en el extranjero donde colocar los bienes y el capital que no pueden vender o utilizar en su propio país (HOBSON, 2009, p. 101)⁷.

Os investimentos do capital considerado excedente em outros países exigiam a proteção do Estado, logo vultosos gastos militares e a anexação de países coloniais ou

⁷ “[...] Chegamos à conclusão de que o imperialismo é o esforço dos grandes magnatas da indústria por alargar o canal de saída de seus excedentes de riqueza por meio do qual buscam mercados e investimentos no exterior onde colocar os bens e o capital que possam utilizar ou vender em seu próprio país”.

de menor envergadura política, econômica e militar. Nesse sentido, a tão propalada partilha territorial das colônias entre as nações imperialistas, descrita por Lenin, era um legado da investigação do economista liberal sobre atuação empírica do Estado inglês.

A medida que una nación tras otra se va industrializando cada vez más y más eficientemente, más difícil resulta para sus fabricantes, comerciantes y financieros conseguir que sean rentables sus recursos económicos, y más tentados se sienten a recurrir a sus respectivos gobiernos para asegurar para uso particular, por medio de la anexación y el sistema de protectorado, algún remoto país subdesarrollado (Ibid p. 96; 97)⁸.

A esse respeito é importante ressaltar que não somente Hobson detectou que a anexação imperialista seria a tônica do imperialismo, como desvelou o mito do fim do protecionismo, haja vista que as incursões do capital no exterior contavam sempre com recursos de cunho protecionista.

Mas Hobson foi mais além, investigou que o desenvolvimento do imperialismo desaguava em atividades financeiras de natureza meramente especulativa, transformando substancialmente a economia das nações imperialistas. Ainda que em sua obra não estivesse de forma cristalina o conceito de capital financeiro, Hobson perspicazmente observou que, em paralelo ao imperialismo, elevavam-se as inversões nas bolsas de valores e a especulação.

La masa de inversores son en gran medida, lo mismo en los negocios que en la política, instrumento de las grandes compañías financieras, que utilizan las acciones, obligaciones y demás valores, no tanto como inversiones que han de producir un interés, sino como medio para especular en el mercado monetario. Los magnates de las bolsas obtienen sus ganancias administrando grandes cantidades de valores, financiando compañías y jugando con las fluctuaciones de los valores. Los grandes negocios – la banca, los corretajes, el descuento de efectos, la concesión de prestamos, la promoción de firmas comerciales – constituyen el ganglio central del capitalismo internacional (Ibid, p. 73;74)⁹.

⁸ “A medida que uma nação depois da outra vai se industrializando cada vez mais e mais eficientemente, mais difícil resulta para seus fabricantes, comerciantes e financeiros conseguir que sejam rentáveis seus recursos econômicos, e mais tentados se sentem a recorrer a seus respectivos governos para assegurar para uso particular por meio da anexação e do sistema de protetorado, algum remoto país subdesenvolvido”.

⁹ “A massa de investidores são em grande medida, o mesmo do negócio e da política, instrumento das grandes companhias financeiras que utilizam as ações, obrigações e demais valores, não tanto como investidores que tem que produzir juros, senão como meio para especular no mercado monetário. Os magnatas das bolsas obtêm seus lucros, administrando grande quantidade de valores, financiando companhias e jogando com flutuações dos valores. Os grandes negócios – os bancos, os corretagem, os

Hobson também foi suficientemente extraordinário ao perceber que a transição do capitalismo liberal para o capitalismo de cunho imperialista contribuía indubitavelmente para a monopolização do capitalismo com a emergência dos *trusts*, cartéis e fusões entre as corporações. No entendimento de Hobson o imperialismo assinalava a pujança do capital concentrado e centralizado em detrimento da livre concorrência, ocasionando o desaparecimento de inúmeros e menores empreendimentos.

Durante o período de libre competencia de las manufacturas que precede a la fusión de empresas, aparece con caracter crónico una situación de “superproducción”, en el sentido de que las fábricas no pueden sobrevivir más que a costa de reducir los precios continuamente, hasta que se llega a una situación en la que los competidores más débiles se ven forzados a cerrar, porque el precio de venta de sus productos no llega a cubrir los costos reales de producción. El primer efecto de una fusión acertada de empresas es el cierre de las fábricas peor dotadas, quedando las mejor instaladas o mejor situadas para atender a todo el mercado. Este proceso puede ir o no acompañado de un aumento de precios y de certa disminución del consumo: en algunos casos, la mayoría de los beneficios de los trusts proceden de la subida de precios, y en otros son consecuencia de la reducción de los costos de producción por medio del empleo exclusivo de las factorías más eficientes y de la detención de las pérdidas que suponen competencia¹⁰ (Ibid, p. 91).

Não resta dúvidas que os escritos de Hobson exerceram expressiva influência sobre o entendimento de Lenin acerca da nova fase do capitalismo, o imperialismo¹¹. Como exemplo estão: a necessidade de expansão de mercadorias e capitais para o exterior; o protecionismo estatal e anexação territorial; o vínculo indissolúvel entre o

desconto de efeitos, a promoção de firmas comerciais – constituem o gânglio central do capitalismo internacional”.

¹⁰ “Durante o período de livre concorrência das manufacturas que procede à fusão de empresas, aparece com carácter crónico uma situação de “superprodução”, no sentido de que as fábricas não podem sobreviver mais que a custade reduzir os preços continuamente, até que se chega a uma situação em que os competidores mais débeis se veem forçados a fechar, porque o preço de venda de seus produtos não chega a cobrir os custos reais de produção. O primeiro efeito de uma fusão acertada de uma empresa é o fechamento das fábricas pior dotadas, restando as melhores instaladas ou melhores situadas para atenderem a todo o mercado. Este processo pode ir ou não acompanhado de um aumento de preços e de certa diminuição do consumo: em alguns casos, a maioria dos benefícios dos *trusts* procedem da subida dos preços, e em outros são consequência da redução dos custos de produção por meio do emprego exclusivo das fábricas mais eficiente e da detenção das perdas que supõem concorrência”.

¹¹ El trabajo de Hobson no era socialista. Creía que el imperialismo se originaba en la posición dominante de ciertos intereses económicos y financieros concentrados, y que las reformas radicales que abordaran la mala distribución del ingreso y las necesidades de la economía doméstica podían frenar el impulso imperialista. Su trabajo adquiriría mayor significación aún a través de la influencia ejercida sobre los análisis marxistas del imperialismo que estaban surgiendo en esa época (FOSTER, 2006, p. 449).

Estado e as corporação monopólicas e; a tendência ao crescimento dos investimentos financeiros e o parasitismo de diversos grupos.

No entanto, as convergências entre os dois se encerram por aqui, pois enquanto o economista liberal concebia o imperialismo como consequência de uma repugnante distribuição dos ingressos dos trabalhadores que os impedia de consumir as mercadorias dos monopólios radicados em seu país, ou seja, concebia um imperialismo como fruto de uma opção política dos administradores do Estado (por isso se tornou um dos maiores defensores por reformas sociais que majorassem o poder aquisitivo dos assalariados), Lenin concebia o imperialismo inscrito no próprio desenvolvimento do capitalismo, por conseguinte, impossível de ser destruído com reformas sociais, senão, pela própria destruição do modo de produção capitalista.

Capítulo 2- O imperialismo mediado pela relação desigual entre as formações sociais

2.1- Sweezy e Baran: teoria do subconsumo e imperialismo

Paul Sweezy, marxista norte-americano de grande relevância no século XX, cerrou fileiras junto a Paul Baran, marxista nascido no antigo Império Russo, com o fito de evidenciar a singularidade da economia mundial sob a direção do capitalismo monopolista, bem como a centralidade da categoria “excedente econômico” como explicativa das crises.

Sweezy, antes mesmo de firmar parceria de estudo com Baran, já procurava explorar, com maior atenção, o problema do descompasso entre a produção e a realização das mercadorias, em sua obra mais conhecida, “Teoria do Desenvolvimento Capitalista”, publicada na década de 1940. Neste opúsculo, Sweezy assinalou que Marx não dedicara análise sobre o subconsumo na produção capitalista, concentrando seu foco ao âmbito da produção, *in situ*. Desta feita, podemos afirmar que o centro da análise de Sweezy é o processo de circulação do capital, secundarizando as mudanças na composição orgânica do capital como deflagradora principal da crise.

Sweezy destacou que o subconsumo exerce preponderante influência sobre a dinâmica da economia mundial, sendo uma dimensão indissociável do funcionamento do capitalismo que contribui para dois distintos desdobramentos: a crise e a estagnação. A crise adviria da oferta adicional de bens de consumo ao mercado, ou seja, do desequilíbrio entre a oferta potencial e procura potencial de consumo, ocasionando uma redução da capacidade de produção adicional. A estagnação derivaria da ociosidade de parte dos recursos produtivos, face a incapacidade do mercado de absorver o volume potencial de bens de consumo. A respeito deste último, Sweezy afirmou que, em razão do capitalismo sempre apresentar uma capacidade potencial de produção raramente usada – sob pena de padecer do subconsumo – seu ritmo normal é o da estagnação.

Sweezy elencou alguns fatores que contrabalançam a tendência ao subconsumo, a saber: a industrialização, o crescimento populacional, os gastos estatais, os investimentos errôneos e o consumo improdutivo. No pensamento do autor norteamericano, a industrialização é medida privilegiada de contraposição ao subconsumo, consistindo na possibilidade de criação de novas indústrias em outros países que descomprima o mercado do país exportador.

Disso podemos concluir que a industrialização (estabelecimento de novas indústrias) contrabalança a tendência ao subconsumo, e aproximadamente em proporção à cota relativa do investimento total pela qual é responsável. Não é necessário dizer que esse fator foi de primeira importância durante os séculos XVIII e XIX (SWEEZY, 1983, p. 174).

Todavia, no mundo tomado por monopólios, afirma Sweezy, a luta pela criação de novas indústrias em outros países tende a ser cada vez mais hostil, colidindo interesses antagônicos de grupos econômicos e contando com a resistência dos povos dos países subdesenvolvidos, para onde se destinam majoritariamente a exportação de capital.

Em seu propósito pela construção de uma teoria marxista do subconsumo, Sweezy também asseverou ser de grande valia o estudo do crescimento populacional. Em sua análise hipotética, um país que apresenta taxa pequena de crescimento populacional concorrerá para fortalecer a tendência ao subconsumo. Isso se deve, porque o capitalista que deseja expandir sua capacidade produtiva – não havendo contingente significativo de trabalhadores disponível para a sua incorporação no esteio do processo produtivo – destina a cota de acumulação ao crescimento de capital constante e variável nas empresas e empregados já existentes, porém, logo percebe que a elevação da porção do capital variável tende a reduzir a taxa de lucro, lançado mão de um recurso que somente contribui para dar forma à tendência inexorável de subconsumo no capitalismo: a dispensa de força de trabalho. Entretanto, quando o cenário consiste de rápido crescimento populacional, é possível ao capitalista conciliar um aumento do capital variável com a manutenção de suas taxas de lucro. Ou seja, Sweezy atribui ao crescimento populacional o poder de neutralizar a tendência ao subconsumo.

[...] a cota de acumulação que pode ser dedicada ao capital variável sem reduzir a taxa de lucro depende em grande parte da taxa de crescimento populacional; quanto mais rápido este, tanto maior a cota destinada ao capital variável, tanto mais rápido o crescimento do consumo, e tanto menor o perigo do subconsumo. Isso significa que a força da tendência ao subconsumo está em relação inversa da rapidez do crescimento da população, sendo fraca em período em que este é rápido, e mais forte à medida que a taxa de crescimento declina (SWEEZY, 1983, p. 177).

Quando não é possível obter esse crescimento populacional, em âmbito nacional, se faz necessária a expansão da empresa industrial rumo a economias não-capitalistas a

fim de, por meio da expropriação, assegurar o incremento de capital variável e congelar a incapacidade do consumo. Nesse sentido, presente no corolário do pensamento de Sweezy está: o crescimento populacional imbricado com a necessidade de criação de novas indústrias em países que ainda não dispõem de força-de-trabalho como mercadoria. Não é a toa que Sweezy delineou um futuro adverso ao capitalismo, em razão da tendência negativa de crescimento vegetativo que já se realizava nos países de economia desenvolvida, na primeira metade do século XX.

Se a população tem sido importante no passado, não o será menos no futuro. É com relação a isso que a conhecida tendência decrescente na taxa de crescimento populacional, característica de todos os países capitalistas altamente desenvolvidos, adquire significado especial.[...]. Segue-se que, do ponto de vista da expansão capitalista, a situação parece tornar-se cada vez mais desfavorável. No que se relaciona com o crescimento natural em números, portanto, a resistência ao subconsumo está diminuindo; e quanto a esse aspecto a marcha do capitalismo na direção de um estado de depressão crônica parece difícil de evitar (SWEEZY, 1983, p. 177; 178).

Para a materialização da industrialização no exterior é imprescindível o uso da força do Estado. Logo, explica-se porque o Estado também é considerado, por Sweezy, um mecanismo de contratendência ao subconsumo. Essa instituição responsabiliza-se não somente por assegurar a hegemonia das relações sociais no interior da nação de “economia desenvolvida”, como atua diretamente na promoção da expansão dos monopólios sobre os demais países, aliando-se à luta dos capitalistas contra o subconsumo.

O fato de que a principal função do Estado seja a de proteger a existência e a estabilidade de determinada forma de sociedade não significa que não execute também outras funções de importância econômica. Pelo contrário, o Estado tem sido um fator de grande relevância do funcionamento da Economia dentro da estrutura do sistema de relações de propriedade que garante (SWEEZY, 1983, p. 190).

Em síntese, é notório que o pano de fundo da análise econômica de Sweezy reside no esforço de inscrever o subconsumo como central na deflagração da crise ou da estagnação capitalista. Os fatores contratendências atuam de forma articulada, obtendo alcance distinto nas diversas formações sociais. Todavia, interessa-nos no presente estudo, a análise de sua compreensão sobre o imperialismo plasmada na teoria do subconsumo.

Ainda em “Teoria do Desenvolvimento Capitalista”, Sweezy estabelece uma diferença entre o período concorrencial e o período monopolista. O período concorrencial foi marcado pela industrialização de poucas nações matizadas por políticas econômicas distintas entre os países, pois enquanto a Inglaterra – pioneira no processo de industrialização e hegemônica no comando da economia mundial, à época – praticava a livre-concorrência, sem se preocupar em demasia com as tarifas de comércio sobre produtos estrangeiros, os demais países, especialmente, Estados Unidos e Alemanha buscavam a proteção de suas indústrias como intervenção estratégica. Ademais, no período concorrencial dominava a circulação de mercadorias, pois não se verificava, ainda, a exportação de capital como veículo principal das atividades econômicas.

O capitalismo monopolista irrompe com a centralização do capital industrial consorciado com o crescimento dos bancos¹². O monopólio representa uma relação econômica qualitativamente diferente entre os representantes das frações do capital, pois a pujança das organizações econômicas é diretamente proporcional à capacidade de associar-se, de modo que nas novas corporações torna-se corriqueira a posse de cargos em várias empresas concorrentes, pelos mesmos *managers*.

O crescimento do capital monopolista representa a emergência de sociedades anônimas, através das quais as corporações se reproduzem. Baseado nos apontamentos do livro III de O Capital, Sweezy também reiterou a tendência à separação da propriedade do capital da função de direção, registrando que isto não significa a democratização da propriedade capitalista, mas o reverso da medalha, a concentração. Em sua análise, os monopólios, uma vez consolidados, buscam a máxima lucratividade, com os seguintes desdobramentos:

- 1- O monopólio representa o controle sobre a rotação do capital das mercadorias monopolizadas, estas têm preços diferentes de produtos oriundos de empresas não-monopolizadas, e por sua vez, produz taxas de lucro superiores às empresas pertencentes aos monopólios;
- 2- Há investimentos no capital constante das empresas monopolizadas que reforçam a tendência a diminuição dos lucros, ao subconsumo.

¹² Sweezy (1983) destaca que Hilferding, equivocadamente, acentuou por demais a importância dos bancos, na formação do capital financeiro.

3- Em razão da impossibilidade de absorção do volume de mercadorias produzido pelos monopólios, os capitalistas buscam regiões controladas por empresas concorrenciais.

4- A produção social média se eleva, incorrendo na diminuição dos lucros monopólicos ao patamar dos lucros de empresas concorrenciais, em virtude do subconsumo. Isto leva a diversificação da produção industrial com a invenção de novos produtos e os investimentos em gastos improdutivos, a exemplo da publicidade.

O objetivo de Sweezy com esta exposição era demonstrar a força dos monopólios – que influíam para o desaparecimento de parte das empresas não-concorrenciais –, bem como demonstrar os limites do próprio monopólio, face à inexorável tendência à estagnação e crise do capitalismo. Obviamente, os monopólios não estavam sozinhos na empreitada contratendencial, uma vez que contavam com o apoio irresoluto do Estado. Ou seja, a despeito das empresas concorrenciais, cuja bancarrota não representava um perigo iminente à economia do país, os infortúnios dos monopólios deviam, em tese, serem evitados pela ação estatal, haja vista que a dimensão dos negócios assumida por empresas dessa natureza arrebatava, inevitavelmente, o destino das economias nacionais.

Na época do capitalismo concorrencial, o resultado era o desaparecimento de numerosas firmas, a falência e ruína de muitos capitalistas. Quando uma indústria em decadência, porém, é sede de grandes organizações monopolizadoras, com ramificações por todo o sistema econômico, as falências e bancarrotas são questão muito mais séria; torna-se necessário ao Estado intervir por meio de empréstimos de fundos públicos, subsídios e, em certos casos, de propriedade governamental das empresas já não-lucrativas. Dessa forma, os Estados capitalistas são forçados a um grau sempre maior de “socialismo”. O que é socializado, quase sempre, é o prejuízo dos capitalistas (SWEETZY, 1983, p. 242).

Faz-se necessário ressaltar que, assim como destacara Hilferding (1985), Bukharin (1984) e Lênin (1984), Sweezy também registrou que, em uma economia hegemonizada pelos monopólios, o Estado intervém largamente. Como na análise de Sweezy, a supremacia dos monopólios impunha, contraditoriamente, obstáculos à manutenção de seus lucros, o Estado intervinha em duas linhas: o cerco protecionista aos interesses dos monopólios nacionais e; a garantia da expansão dos monopólios ao exterior.

O cerco protecionista consistia no soerguimento de tarifas aos produtos estrangeiros. O objetivo era taxar sobremaneira a concorrência monopólica do exterior,

de modo a evitar a queda dos lucros. Os lucros de monopólio somente eram possíveis, quando se restringe o campo de atuação de um outro monopólio. Nesse sentido, o Estado era funcional aos propósitos dos monopólios, porque se arvorava da prerrogativa jurídico-política para fazer valer os interesses “nacionais”.

A garantia da expansão dos monopólios ao exterior, significava a exportação do capital, cujo propósito consistia em “retardar o amadurecimento das contradições do processo de acumulação nos países exportadores e apressar seu aparecimento nos países importadores de capitais” (SWEETZY, 1983, p. 224). Essa incursão dos monopólios ao exterior contava com a cobertura do Estado, que não-raramente, acionava seu aparato militar com o objetivo de ampliar o “território”. Nesse sentido, Sweezy coadunou com a idéia que Hilferding já havia suscitado anteriormente, quando anunciara a irremediável inclinação à expansão do “território econômico” de um país, sob o domínio do capital financeiro.

[...] o objetivo último do capital monopolizador deve continuar sendo sempre a ampliação do alcance dos produtos monopolizados, de um lado, e a expansão do mercado protegido, de outro. Ambos esses objetivos demandam a expansão do território sob domínio político do país do monopolizador. O desejo dos monopolizadores de ter acesso exclusivo a matérias-primas escassas que possam ser usadas para conseguir lucros de todo o mundo é particularmente forte, e isso pode se realizar muito mais facilmente quando concessões e proteção do Estado são proporcionadas, ou seja, quando a região produtora de matéria-prima está sob controle do Estado do monopolizador (SWEETZY, 1983, p. 230).

Como a expansão dos monopólios ao exterior tratava-se de uma disputa pelo destino da economia nacional – desde que se queira evitar ou concorrer para atenuação da crise e/ou estagnação – Sweezy (1983) interpretou que ela não se materializou harmoniosamente, mas, cerrada em conflitos¹³. Deste modo, é possível extrair dessa exposição sua compreensão sobre o imperialismo. Sweezy (1983) definiu o imperialismo como uma fase do desenvolvimento capitalista em que predomina o capital monopolista, estando os países economicamente desenvolvidos impelidos à exportação de capital. Essa exportação de capital decorre das contradições gestadas pelo próprio capitalismo, que não permite a manutenção das taxas de lucro entremeadas,

¹³ Sweezy faz coro com aqueles que dispensaram críticas ao postulado de Kautsky do ultraimperialismo. Para Sweezy(1983), os acordos selados por monopólios na forma de cartel ou congênere, apenas representam um equilíbrio momentâneo de uma disputa ardua, porém, passível de ser superado, desde que um dos signatários se sinta suficientemente forte para rompe-lo.

somente, no interior da nação. Formam-se, portanto, acordos e/ou associações entre os monopólios para a acirrada disputa no mercado mundial, bem como para o desbravamento de terras ainda não subordinadas ao capitalismo.

Esses acordos dos monopólios não seriam possíveis sem a intermediação do poder do Estado, logo, o conflito internacional sob o imperialismo, advém das disputas entre capitalistas nacionais rivais, sob a proteção do seu respectivo Estado, pois na “esfera internacional os interesses do capital são direta e rapidamente traduzidos em termos de política estatal” (SWEETZY, 1983, p. 235).

Paul Baran publica em 1957 a famosa obra “Economia Política do Desenvolvimento”. Resultado de intensos diálogos com Sweezy na *Monthly Review*¹⁴, este opúsculo retoma a discussão inaugurada pelo pensador norteamericano sobre o subconsumo para, decididamente, lançar mão do conceito de excedente econômico, como núcleo central de sua explicação sobre desenvolvimento e imperialismo.

Baran opta por não usar o conceito de mais-valia, preterindo a análise das relações entre o capital e o trabalho. Sua preocupação centra-se na produção e destino do excedente econômico. Para Baran, o excedente econômico é a diferença entre o que se produz na sociedade e seu consumo efetivo, dividindo-se em real ou efetivo. Baran vai demonstrar que o excedente econômico real ou efetivo existiu em diferentes modos de produção, não sendo privilégio do capitalismo. Todavia, sob a vigência do capitalismo monopolista o problema do excedente econômico se notabiliza. Isso porque o capitalismo monopolista potencializa o descompasso entre a capacidade de produção num dado momento histórico e seu consumo efetivo.

A emergência das empresas monopolísticas ou oligopolizadas representa uma produção de excedentes em uma escala inédita, além da concentração da riqueza mundial em poucas firmas. Com isso, como explica Baran, se aprofunda uma auferição desigual de lucros e uma apropriação também desigual do excedente. Porém, conquanto o imenso volume de excedentes apto para o reinvestimento na produção seja muito maior, os monopólios e oligopólios não o fazem. Todo o avanço tecnológico disponível e apropriado pelas empresas monopolísticas é conscientemente subutilizado pelos capitalistas envolvidos nessas firmas, impondo à economia mundial uma tendência à estagnação, subemprego e à superprodução. Essa é para Baran, uma das principais contradições do capitalismo monopolista:

¹⁴ Revista marxista, criada em 1949, sob a coordenação de Paul Sweezy e Leo Huberman.

Não há dúvida de que em certa fase do desenvolvimento capitalista [...], o crescimento da grande empresa, do monopólio e do oligopólio constituiu um fenômeno progressista, pois possibilitava o aumento da produtividade e o progresso da ciência. Não é menos verdade que esse mesmo fenômeno tende a tornar-se hoje uma força retrograda – econômica, social, cultural e politicamente – pois dificulta e distorce o processo de desenvolvimento das forças produtivas. O fato de que a concorrência não seja compatível com a produção moderna, tecnicamente avançada, não equivale à proposição de que monopólios seja uma estrutura racional para o desenvolvimento das forças produtivas (BARAN, 1984, p. 96).

Os monopólios e oligopólios são instituições que comandam a economia mundial. Originadas no seio dos países centrais do capitalismo, ou como mormente refere-se Baran, países avançados, essas instituições concentram e centralizam enormes somas de capitais. Apesar de pouco utilizarem esse prodigioso excedente econômico na continuidade do processo de acumulação de capital, não deixam de expandir-se. O desembocadouro dos investimentos são as economias pouco desenvolvidas ou atrasadas. Para isso, contam com o indispensável apoio do Estado, através de diversas formas: empréstimos, força militar para garantia de investimentos no exterior, provisão de infraestrutura básica para as atividades econômicas, etc. Ou seja, para Baran, os monopólios e oligopólios apesar da pujança econômica, dependem não raramente da intervenção do Estado. Estes se responsabilizam por quebrar a resistência interna e, especialmente, externa à expansão destas maiúsculas corporações.

A inevitabilidade de expansão dos monopólios e oligopólios rumo a outras economias reside em sua necessidade inexorável de buscar um destino à superabundância de capitais que produziu. Sendo incapaz de conquistá-lo somente em suas economias de origem, precisa correntemente deslocar-se entre diversos países. Como esse movimento não se materializa na mais absoluta fraternidade, mas regado a grandes disputas, conflitos e guerras, verifica-se que a internacionalização dos monopólios e oligopólios sobre o globo é um momento de paz precária. Baran explica que neste momento, em que se concorre uma tenaz disputa pelo desembocadouro do excedente econômico, entram em choque monopólios e oligopólios adversários, onde o impasse, não raramente, é resolvido por meio do uso da força militar.

Neste sentido, na interpretação de Baran, o imperialismo consistiu em um momento da economia mundial em que os monopólios e oligopólios, que exercem uma centralidade sem igual, lançam-se à procura de áreas para seus investimentos. Baran destacou que o imperialismo de outrora difere do imperialismo analisado por ele, pois o

primeiro matizava-se pela simples pilhagem de toda sorte de recursos das colônias, enquanto o último destina-se a solucionar, ainda que parcialmente a contradição indissolúvel do capitalismo monopolista, a demasiada produção de excedentes não consumidos.

Devemos reconhecer [...] que tanto o próprio imperialismo quanto o seu *modus operandi* e roupagens ideológicas não são hoje exatamente o que eram há cinquenta ou cem anos. [...]. À semelhança de todos os outros fenômenos historicamente mutáveis, a forma contemporânea do imperialismo contém e preserva todas as suas características primitivas, elevando-as, contudo, a novo nível. A característica principal do imperialismo dos dias presentes é que ele agora já não se contenta mais com a rápida obtenção de grandes lucros esporádicos nos territórios que domina, ou com a simples manutenção de um fluxo regular desses lucros, por um período mais ou menos longo. Impulsionado por uma empresa monopolística bem organizada e racionalmente dirigida, o imperialismo tem hoje, como escopo, a perpetuação dessa corrente de lucros (BARAN, 1984, p. 179).

Desse modo, é possível identificar que, a despeito de Hilferding, Bukharin e Lênin, que identificavam no imperialismo a conformação de uma transformação quantitativa e qualitativa no capitalismo, ou mais cristalinamente, a conformação de uma nova fase desse modo de produção, Baran não faz semelhante análise. Em que pese ter identificado a presença mais que indiscreta dos monopólios e oligopólios, como parte integrante do imperialismo, Baran evidenciou, em sua narrativa explicativa, que o imperialismo não correspondeu a uma nova fase do modo de produção capitalista, uma vez que, antes mesmo do advento dos monopólios e oligopólios, o imperialismo já se manifestava sob a forma de invasões e pilhagens coloniais.

A principal contribuição de Baran à compreensão do imperialismo reside em sua explicação de que o mesmo, para além de ser uma saída para o excesso de capitais, reproduz as relações desiguais entre as economias dos países. O imperialismo na proporção em que serve aos interesses das “economias adiantadas” é um algoz para o desenvolvimento econômico das nações “economicamente atrasadas”. Segundo Baran, as firmas monopolistas e oligopolistas, ao largo de qualquer preocupação com o desenvolvimento das forças produtivas das economias subdesenvolvidas, buscam somente áreas adicionais para o investimento de capitais excedentes.

[...] ao contrário do que comumente se sustenta com grande destaque na literatura ocidental sobre os países subdesenvolvidos, o principal obstáculo a seu desenvolvimento não é a escassez de capital. O que é escasso em todos esses países é o que denominamos de excedente

econômico efetivo investido na ampliação do seu aparelho produtivo (BARAN, 1984, p. 202 e 203).

Logo, o imperialismo decididamente concorreu para a manutenção e/ou aprofundamento das relações hierárquicas e desiguais das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Isso não significa afirmar que não houve produção de excedentes econômicos nas nações atrasadas, porém o excesso de capital foi, segundo Baran, remetido aos países centrais ou usado improdutivamente pelos capitalistas locais, com a compra de bens e artigos luxuosos, e pelos governos locais, com a manutenção de vasto aparelho estatal e militar. Importante ressaltar que esta forma de pensar de Baran, a respeito da materialização de relações desiguais entre as economias capitalistas das nações, sob a vigência dos monopólios e oligopólios, subsidiará, posteriormente, as explicativas dos signatários da Teoria da Dependência sobre a acumulação capitalista e o subdesenvolvimento.

No que tange ao corolário de análise exposto por Baran e Sweezy podemos afirmar, em resumo, que:

- 1- Os autores rompem com o núcleo de análise marxiano da produção e apropriação de mais-valor, lançando mão do conceito de excedente econômico. A respeito disso, registre-se que na obra escrita pelos dois autores, “Capitalismo Monopolista”¹⁵, Baran e Sweezy chegam a afirmar que a tônica do capitalismo monopolista substituiu a lei marxiana da tendência decrescente da taxa de lucro, pela lei do excedente crescente, sendo esta a variável central na promoção das crises;
- 2- O aparecimento dos monopólios e oligopólios é o salto de qualidade do capitalismo. Baran e Sweezy afirmam que nenhum marxista jamais o enxergou desta forma, mesmo Hilferding e Lênin. Segundo os autores o aparecimento dos monopólios e oligopólios indica não somente o grau de concentração e centralização dos capitais, mas uma nova dinâmica da acumulação capitalista, onde os reinvestimentos na produção e o progresso técnico tenderão a ser menores, produzindo um cenário nada promissor de estagnação e subconsumo;
- 3- A preocupação dos mesmos não é com a criação de uma nova teoria do imperialismo, mas situar o imperialismo na nova dinâmica da economia mundial, com a emergência dos monopólios. O funcionamento destes implica sua expansão dentro e fora das fronteiras nacionais – mas sem prescindir do apoio do Estado – em busca de áreas para

¹⁵ A obra foi publicada originalmente pelos autores, em 1966.

os capitais excedentes. Neste sentido, o imperialismo visa ajustar, ainda que temporariamente, o descompasso da produção de excedentes e a dificuldade de seu consumo;

4- O imperialismo que significa a expansão dos monopólios e oligopólios sobre os países de “economia atrasada”, reproduz as relações desiguais na produção e apropriação do excedente econômico e mantém os referidos países num estado de subdesenvolvimento.

2.2- A Teoria da Dependência

Em meados da década de 1950 ganha notoriedade a chamada teoria da dependência, que congregava um conjunto de pensadores de diferentes matizes e que buscavam elucidar a gênese do desenvolvimento e subdesenvolvimento nos países periféricos, entre eles: Celso Furtado, Raul Prebisch, André Gunder Frank, Ruy Mauro Maurini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Em que pesem suas divergências teórico-metodológicas os mesmos se esforçaram em compreender o subdesenvolvimento nos países capitalistas do subcontinente latino-americano.

Foram os marxistas da teoria da dependência¹⁶ que captaram a essencialidade da condição dependente de parte dos países capitalistas, por meio de uma análise que abordava o subdesenvolvimento não como etapa ou rito indispensável de passagem rumo ao desenvolvimento, mas como unidade que se mantém pela contraposição ao desenvolvimento capitalista. Partindo dos pressupostos marxianos presentes no Livro III de O Capital, aliaram a produção social da mais-valia e dos preços de produção para explicar a desigual auferição dos lucros entre as corporações capitalistas das nações centrais e periféricas. Ademais, quando ninguém ousava fazê-lo, os signatários da Teoria Marxista da Dependência (TMD) afirmaram que vários países considerados subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, eram subimperialistas.

Os teóricos da TMD buscaram superar as análises conservadoras sobre o subdesenvolvimento postuladas pelos economistas e cientistas sociais, bem como, as

¹⁶ Registramos que Prebisch e Furtado farão uma análise estruturalista do desenvolvimento econômico. Não situamos Cardoso e Faletto como representantes da teoria marxista da dependência, pois os mesmos não observavam as categorias marxianas de exploração da força-de-trabalho, apropriação do mais-valor e preço médio de produção. Ademais, a preocupação dos mesmos com a análise dos grupos ou classes sociais na determinação do tipo de dependência, se assemelha mais a uma compreensão webberiana.

explicações estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e de seus principais difusores, Raúl Prebisch e Celso Furtado. A explicativa dos autores da TMD estava fundamentada nos seguintes elementos:

a) formação dos preços de produção médios. Por meio de uma análise minuciosa dos escritos marxianos, se valem dessa categoria para explicar a apropriação da mais-valia produzida nas empresas capitalistas dos países periféricos pelas empresas de alta composição orgânica dos países capitalistas centrais. Esta permitiu aos autores da TMD superar a estreita análise dos teóricos cepalinos que, apartavam de sua narrativa explicativa a análise dialética das relações capital/trabalho no interior das nações e sua indissociável relação com os fins a que se destinam o processo de acumulação mundial do capital. Sem dúvida, a análise de Paul Baran acerca das relações assimétricas na apropriação dos excedentes de capitais entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas constitui contribuição indubitável à formação da TMD;

b) atuação dos países dependentes na condição de subimperialistas. À luz da compreensão do desenvolvimento capitalista desigual e combinado, os autores da TMD afirmaram que, a despeito, da condição de dependência os países periféricos lançam mão de suas vantagens na inovação e domínio da tecnologia, bem como na força militar para expandir seus negócios sobre os países do raio periférico. O expediente é o mesmo que enseja as relações capital/trabalho em seu próprio domínio territorial, a possibilidade de superexploração da força de trabalho. Ainda que conserve seu *status* na divisão internacional da produção e do trabalho, ou seja, sem afastar-se da sua condição de dependente, as corporações desses países periféricos apropriam-se de parcela do lucro mundial da acumulação do capital, às custas das nações com pífio desenvolvimento das forças produtivas. Ressaltemos que essa tese colidiu com a formulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), à época, que vislumbrava a possibilidade de aliança com a burguesia nacional brasileira, vide a disparidade entre os interesses da industrialização do país e os interesses imperialistas¹⁷;

¹⁷ O V Congresso do PCB, realizado em 1960, apontava meridianamente a necessidade de aliança com a burguesia nacional. Havia compreensão que as multinacionais imperialistas, especialmente norte-americanas, atravancavam o florescimento da indústria nacional e alimentavam os latifundiários a locupletar-se no campo. Ou seja, os monopólios industriais estrangeiros auferiam vultosos lucros no país sem o comprometimento com o desenvolvimento nacional e, ademais, endossavam o monopólio da terra e as relações atrasadas no campo. Sendo assim, no entendimento do PCB, à burguesia brasileira, mesmo eivada em contradições, não lhe restava outra alternativa que não fosse o enfrentamento com o imperialismo. “Os latifundiários são a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as

c) emergência das multinacionais ou transnacionais como as empresas do novo imperialismo. Os teóricos da TMD afirmaram que houve, após a Segunda Guerra Mundial a internacionalização do capitalismo, que permitiu a consolidação do processo de rotação do capital em nível mundial e a criação de um mercado mais pujante de força de trabalho e capital, também em escala mundial. Essas condições criaram uma diferença com o contexto imperialista analisado por Lênin, Hilferding, Buhkarin e Luxemburgo, uma vez que as exportações de capitais rumo às nações subdesenvolvidas e ou não-capitalistas, abordavam-nas como economias de enclave, onde a produção excepcionalmente, se destinava ao mercado local. Desde o fim da grande Guerra, foram as multinacionais ou transnacionais, por meio do investimento externo direto, as responsáveis por produzir para as economias locais;

d) caráter de classe do Estado. Diametralmente oposta à compreensão cepalina que depositava expectativa na ação do Estado como co-partícipe junto ao capital na promoção do desenvolvimento, a TMD situou o Estado como peça fundamental na dinâmica de acumulação do capital nos países dependentes, haja vista que o Estado afiança o valor médio da força de trabalho abaixo do que, em tese, seria necessário a sua reprodução social.

2.3- Um balanço das teses cepalinas: a industrialização como alternativa ao subdesenvolvimento

Antes de aprofundarmos a análise acerca da tese postulada pelos teóricos marxistas da dependência, é tarefa fundamental suscitar os pilares da explicativa cepalina sobre o subdesenvolvimento, pois, como já foi dito, a TMD situa-se como antítese ao pensamento da mesma. A Cepal foi constituída no final da década de 1948, como órgão das Nações Unidas que se destinava a coordenar a política de desenvolvimento entre os países latino-americanos. O contexto em que foi criada, consistia de uma divisão internacional da produção à qual os países periféricos estavam atados por meio da oferta de bens primários. Não obstante o incipiente desenvolvimento

relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas. São fortes os seus laços com o imperialismo, embora em determinadas circunstâncias surjam entre setores de latifundiários e monopólios estrangeiros contradições secundárias. Os interesses permanentes da classe dos latifundiários se contrapõem aos objetivos da revolução brasileira. A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão dos seus negócios”.

da indústria local, alcançado desde a crise de 1929, os países periféricos seguiam um curso pouco promissor para suas próprias economias, pois reproduziam sua condição de subdesenvolvimento.

A originalidade da Cepal foi conceber o subdesenvolvimento como resultado da relação econômica estabelecida entre o centro e a periferia. Enquanto os países do centro foram os responsáveis pela elaboração dos progressos técnicos, que logo foi estendido aos diferentes setores da economia; os países da periferia não tiveram as mesmas condições para a produção das inovações técnicas e tecnológicas, e enquanto se esforçaram para acompanhá-las, seu ritmo de mudança sempre os colocavam atrás.

[...] entende-se que centros e periferia se constituem historicamente como resultado da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia mundial. Nos centros, os métodos indiretos de produção gerados pelo progresso técnico se difundem em um período de tempo relativamente breve, pela totalidade do aparelho produtivo. Na periferia, parte-se de um atraso inicial e, no transcorrer da fase dita do “desenvolvimento para fora”, as técnicas novas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, a quais passam a coexistir com setores atrasados, no que diz respeito à penetração das novas técnicas e ao nível da produtividade do trabalho (RODRIGUEZ, 1981, p. 37).

A Cepal constrói suas elaborações negando duas teorias em voga na década de 1950. A primeira, oriunda da economia conservadora, afirmava que a especialização das economias dos países subdesenvolvidos resultava benéfica para os mesmos, pois tornava-os competitivos no mercado mundial. A segunda, advinda dos “evolucionistas” da economia, a exemplo de Walt Whitman Rostow, considerava o subdesenvolvimento como estágio necessário para o desenvolvimento. Rostow (1970), inclusive, chegou a formalizar as cinco etapas indispensáveis pelas quais deveria passar inexoravelmente um país, em seu percurso em busca do desenvolvimento¹⁸.

Acerca da **primeira teoria**, os estudiosos da Cepal vão afirmar que esta não traduz com precisão a dinâmica econômica do comércio internacional. A divisão internacional da produção entre países capitalistas desenvolvidos, responsáveis pela produção de bens de maior valor agregado e países capitalistas subdesenvolvidos, especializados na oferta de bens primários contribui para aumentar o hiato entre os dois

¹⁸ Rostow tipificou 5 etapas para o crescimento das sociedades: a sociedade tradicional, as condições prévias para o impulso inicial, o impulso inicial, a marcha em direção a maturidade e a era do grande consumo de massa. Rostow se posicionou veementemente contrário ao comunismo e preconizou ser possível localizar os países em qualquer uma dessas etapas do desenvolvimento econômico capitalista.

conjuntos de países, uma vez que há uma tendência inexorável a deterioração dos termos de troca entre os produtos industriais e primários.

A deterioração do termo de troca consiste na diminuição relativa dos preços dos produtos primários, em comparação com os produtos industriais.

relativa lentidão com que cresce a procura mundial de produtos primários, comparada com a de produtos industriais. Estas disparidades no crescimento da procura não teriam por que trazer baixa alguma nos preços primários, se a produção se ajustasse, contínua e rapidamente, ao ritmo da procura (PREBISCH, 1969, p. 97).

Isso significa que, paulatinamente, com a inovação tecnológica e aumento de produtividade e renda nos países desenvolvidos, não somente a demanda por produtos primários torna-se menor, bem como o preço por unidade média dos produtos agropecuários e minerais cai em comparação com o preço dos produtos industrializados. As inovações tecnológicas são responsáveis por substituir a demanda de matérias-primas naturais por produtos sintéticos. Já o crescimento da renda entre os trabalhadores os induz a consumir mais produtos industriais, em detrimento dos produtos primários.

Em situação diametralmente oposta, nas economias subdesenvolvidas, o uso do progresso técnico em favor do aumento da produtividade nas atividades de exportação – concentradas na produção de produtos primários – dispensa força-de-trabalho, que sem ocupação é incapaz de usufruir da maior oferta de produtos. Como os mesmos produtos, exportados para os países centrais, já não conseguem ser consumidos, mesmo com a elevação da renda de seus trabalhadores, verifica-se a tendência à diminuição dos preços, bem como é vã a adoção dos progressos técnicos.

A explicação da deterioração está na insuficiência dinâmica do desenvolvimento, que não facilita a absorção da mão-de-obra não requerida pelo lento crescimento da procura e pelo aumento da produtividade nas atividades primárias. Esta insuficiência dinâmica impede que os salários destas últimas subam paralelamente ao aumento de produtividade e, na medida em que isso aconteça, a produção primária, perde, totalmente ou em parte, o fruto do seu progresso técnico (PREBISCH, 1969, p. 98; 99).

Importante destacar que na compreensão dos teóricos cepalinos, os preços de artigos primários crescem exponencialmente – e inclusive em proporções superiores aos artigos industriais - nas situações de crescimento da economia mundial. Porém essa tendência é temporária e insuficiente, pois nas fases de baixo crescimento econômico

mundial as desvantagens nas trocas sofridas pelos países periféricos extrapolam os ganhos da fase anterior.

[...] a tendência à deterioração se manifesta através das flutuações cíclicas características do capitalismo. Durante as fases de auge, os preços primários aumentam mais do que os preços industriais, porém baixam mais nas fases de declínio. E essa baixa é tão maior que os preços dos produtos de exportação da periferia perdem, durante as fases de contração, mais do que haviam ganho nas fases de auge. Dessas variações conjunturais resulta a tendência à deterioração a longo prazo dos termos de intercâmbio (RODRIGUEZ, 1981, p. 41).

Para os teóricos cepalinos, a deterioração dos termos de troca consiste de um processo cíclico, que impõe perdas substantivas às economias dos países subdesenvolvidos, sendo inevitável às nações que apresentem uma estrutura de produção anacrônica e voltada, eminentemente, para a exportação de produtos primários. Nesse sentido, não coadunam com aqueles que dizem ser vantajosa a especialização de uma economia ou a criação de vantagens comparativas, pois especializar-se na produção de bens agrícolas tende a somar prejuízos na relação de troca com os produtos industriais.

A respeito da **segunda teoria**, a análise da Cepal aponta para a compreensão do subdesenvolvimento como a coexistência de uma heterogeneidade na economia de um país, que põe, lado a lado, o moderno e o arcaico. Seu estado de subdesenvolvimento não consiste de uma etapa indispensável, a ser superada por um caminho ordinário rumo ao desenvolvimento, mas da estrutura interna de suas economias que numa relação com os países desenvolvidos, sempre resulta desvantajosa.

[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estádios (FURTADO, 2009, p. 171).

Os países capitalistas desenvolvidos dispõem de uma estrutura de produção de bens e tecnologias, na qual é possível verificar uma distribuição homogênea entre seus setores e regiões. Ademais, investem maciçamente na inovação o que lhes garante a vanguarda na promoção de novos artigos industriais e de novas técnicas e tecnologias. Mesmo admitindo mudanças no capital constante, a organização combativa dos

trabalhadores, bem como seu baixo crescimento populacional, asseguram que não sejam dispensados, elevando os preços dos produtos e, inclusive sua própria renda.

Os países capitalistas subdesenvolvidos carecem de uma estrutura homogênea de produção de bens e tecnologias, haja vista que o estímulo à inovação ocorre na atividade exportadora de bens primários. Como há um anacronismo entre os ritmos de produtividade entre setores e regiões, a adoção de novas técnicas e tecnologias nas atividades exportadoras sempre resulta em dispensa de força-de-trabalho, a qual não consegue se ocupar em outra atividade. Assim, o anacronismo estrutural dos países subdesenvolvidos resulta em desemprego, diminuição da renda geral dos trabalhadores e, conseqüentemente, dos preços dos produtos exportados.

[...] podemos definir uma estrutura subdesenvolvida como aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, no nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 173).

Destaca-se que na compreensão cepalina e de seus principais interlocutores o aumento de produtividade se somado a manutenção do contingente de trabalhadores asseguraria a formação de preços competitivos na disputa do comércio mundial. Todavia, a heterogeneidade latente da produção nos países periféricos não permite que os trabalhadores sejam rapidamente absorvidos por outros setores da economia, o resultado é um decréscimo relativo dos preços em comparação com os artigos dos países desenvolvidos.

Considerando seu próprio quadro explicativo, a Cepal propõe como alternativa ao subdesenvolvimento estrutural a industrialização deliberada. Somente a industrialização deliberada podia retirar a economia dos países periféricos de um desenvolvimento “voltado para fora” e especializado na produção de artigos primários. Que isso significa? Que o Estado se encarregaria, em parceria com as iniciativas empreendedoras do capital privado de prover a industrialização dos mais distintos setores da economia subdesenvolvida, buscando a superação do anacronismo. Somente a industrialização planejada que atinja indistintamente todos os setores da economia podia permitir a superação do intercâmbio desigual e deterioração dos termos de troca entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

[...] num sistema composto por um centro e um periferia, com as características estruturais já delineadas, pode o crescimento da indústria e do emprego industrial no centro ser compatível com um desenvolvimento periférico baseado em sua tradicional especialização na exportação de produtos primários? A resposta é negativa. A absorção por parte dessas atividades da oferta de mão de obra gerada na periferia por seu crescimento populacional e pelo progresso técnico implicaria volumes de produção tão elevados que não poderiam ser colocados sem grave prejuízo da relação de intercâmbio. Em consequência, atingido certo nível de desenvolvimento da economia mundial, em condições de relativa imobilidade internacional da força de trabalho, a industrialização constitui o caminho obrigatório do desenvolvimento periférico (RODRIGUEZ, 1981, p. 45).

Era necessário que ocorresse deliberadamente, pois não somente todos os setores deveriam industrializar-se, mas também a economia deveria estar preparada para acompanhar o volume de inovações. Era necessário que o Estado fosse o coordenador dessa ação, pois ele dispõe de força para contornar os interesses díspares e imediatos da iniciativa privada. Isso não significa afirmar que o protagonismo decidido do Estado fosse, para o pensamento cepalino, sinônimo de estatização da economia. Pelo contrário, suas avaliações sempre apontaram em afirmar que não obstante as incumbências de coordenação do Estado, sua ação deve pautar-se na conclamação, sem imposição, da iniciativa privada, inclusive com o recurso do financiamento externo para a consecução do projeto redentor da industrialização.

Em resumo, a análise cepalina que manteve-se com muita força até os primeiros sinais de desaceleração da economia mundial, no final da década de 1960, conformou a primeira formulação que anunciou a condição subdesenvolvida como decorrência de uma relação desigual entre economias com condições internas distintas. Sua compreensão de desenvolvimento aliava industrialização, aumento de produtividade e renda salarial dos trabalhadores. Como não usava as categorias marxianas de valor e mais-valia findou afirmando que a promoção da industrialização, aumento de produtividade e elevação dos salários era a alternativa à disjuntiva da relação desenvolvimento/subdesenvolvimento, pois assegurava a formação de preços competitivos.

Desconsiderava, portanto, a lógica inerente ao próprio capital que concorre para a elevação da produtividade – com diminuição do custo médio unitário da mercadoria – lançando mão do aumento da exploração do trabalhador por meio da mais-valia relativa e também da mais-valia absoluta – como seria analisado por Marini, posteriormente. Essas contradições, presentes ao corolário da idéia cepalina de subdesenvolvimento,

será analisada criticamente pelos autores da TMD. Sem perder de vista a contribuição original da escola cepalina ao entendimento da situação de subdesenvolvimento dos países periféricos, os teóricos da TMD se esforçarão em desnudar as limitações da não-dialética presentes às explicações estruturalistas na relação desenvolvimento/subdesenvolvimento, haja vista, que as mesmas desconsideravam solenemente a unidade do conflito capital/trabalho nas escalas nacional e internacional.

2.4- A Teoria Marxista da Dependência: contexto histórico e pressupostos teóricos

A década de 1960 foi marcada pelos primeiros sobressaltos do capitalismo após a Segunda Guerra. Nos Estados Unidos, o demasiado gasto com empréstimos, manutenção do contingente militar e investimentos internos para a manutenção do consumo sinalizava o iminente déficit fiscal que se avizinhava. Na América Latina, apesar de décadas em que foi possível constatar o crescimento da indústria nacional, com forte investimento estatal, a exemplo de México, Brasil e Argentina, os países se enredaram numa espiral da dívida externa – decorrente do pagamento de serviços, royalties e juros dos empréstimos contraídos para a continuidade de própria industrialização – além de contarem com a diminuição do preço dos produtos exportados.

Diferente do exposto pela Cepal e por seus intérpretes, a industrialização “para dentro” desses países não galgou a superação de seus problemas estruturais e continuou a reproduzir as desvantagens no intercâmbio comercial. Verificou-se também a formação de monopólios no interior das nações industrializadas da América Latina que adotando uma tecnologia exterior, poupadora de mão de obra, resultou em elevadas taxas de desemprego e preservação da miséria social. O próprio Furtado (1966, p. 39) veio a reconhecer as limitações da fase de industrialização “para dentro” dos países da América Latina:

[...] o ensaio de industrialização de tipo “substitutivo de importações”, durante um certo período de constitui uma alternativa e permitiu levar adiante algumas modificações adicionais nas estruturas produtivas de alguns países. Ocorre, entretanto, que a forma de organização industrial viável em determinadas condições históricas, não é independente do tipo de tecnologia a ser adotada. A tecnologia que a América Latina teve de assimilar na metade do século XX é altamente poupadora de mão-de-obra e extremamente exigente no que respeita às dimensões do mercado. Dentro das condições presentes da América Latina a regra tende a ser o monopólio ou o oligopólio e uma

progressiva concentração da renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para certas indústrias que são exatamente as de elevado coeficiente de capital e mais exigentes com respeito às dimensões do mercado. A experiência tem demonstrado, na América Latina, que esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a fase das substituições “fáceis”, e eventualmente provoca a estagnação.

Entretanto, o economista brasileiro insistia na viabilidade de um desenvolvimento pautado pelo papel indutor do Estado, pela industrialização e, posteriormente, na participação das massas, alertando que o desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos não podia copiar *ipsis litteris* o processo que ocorreu nos países desenvolvidos.

O fato é que o quadro social anunciado pela Cepal e por seus principais intérpretes, como Furtado, destoou da realidade que se apresentou de modo evidente e cruel para a população dos países periféricos. Os signatários da conhecida TMD se posicionaram veementemente contrários à interpretação estruturalista do pensamento cepalino. Buscaram denotar que a questão do subdesenvolvimento não pode desconsiderar: 1- a lógica inerente ao processo de reprodução ampliada do capital e 2- a singularidade do capitalismo nos países considerados dependentes.

Nesse sentido, convergiram para a primeira tese que colide com a tradicional explicação cepalina: nas sociedades periféricas é possível haver desenvolvimento preservando a condição subdesenvolvida. Ou seja, como descreveu André Gunder Frank (1982), na economia capitalista o desenvolvimento do subdesenvolvimento são suas próprias manifestações contraditórias. Em razão disso, os pensadores da TMD formularam o conceito de dependência que, nas palavras de Marini (1991), representa a subordinação econômica entre duas nações formalmente independentes. A dependência seria a evidência de que o desenvolvimento do capitalismo não se realiza fantasiosamente sem contradições. Ou seja, à medida em que se intensificam, as relações de produção capitalistas geram um desenvolvimento desigual entre as nações que, longe de dirimir as desigualdades, as atualizam. A situação de dependência não impede o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, porém, sua existência - quando se verifica - é mediada por formas sociais, como a superexploração do trabalho e a descontinuidade entre a produção e a realização dos capitais.

La economía exportadora es, pues, algo más que el producto de una economía internacional fundada en la especialización productiva: es

una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que le son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional (MARINI, 1991, s/n)¹⁹.

A segunda tese da TMD, com a qual confronta a interpretação cepalina, é que não se pode elucidar a dinâmica desigual entre as nações centrais e periféricas atendo-se somente aos liames da circulação. A contradição presente à formação do valor e do preço médio de produção das mercadorias é indispensável para a elucidação dos problemas decorrentes do intercâmbio de produtos similares e diferentes das nações. Ou seja, a tão divulgada deterioração dos termos de troca entre os produtos de formações sociais opostas não se compreende por mecanismos simples da oferta e do consumo. É necessário trazer à tona as bases gerais inerentes ao processo de produção do valor e formação dos preços de produção – descritas e analisadas por Marx em *O Capital* – e correlacioná-los com as trocas entre nações com economias tão distintas. Para isso, diferente das interpretações cepalinas que pouco esforço realizaram, é imprescindível no entendimento dos pensadores da TMD o processo de expansão das relações capitalistas nos países dependentes, que longe de materializar-se isoladamente, se consuma consolidando sua subordinação econômica e ampliando as contradições sociais internas.

Por fim, a terceira tese da TMD destoa dos votos de confiança manifestados pelo pensamento cepalino ao Estado. A compreensão dos marxistas é que o Estado não é uma instituição isenta das injunções da hegemonia do modo de produção. Contrariando as expectativas de uma representação inspirada pelos desejos nacionais, o Estado sintetiza a conformação dos interesses capitalistas, atuando em nome dele. Nas formações sociais dependentes o Estado é co-partícipe do processo de superexploração da força de trabalho e responsável por criar as condições infra-estruturais para a expansão dos interesses privados. Foi dessa maneira que se realizou o processo de industrialização dos países da América Latina, com o Estado responsabilizando-se pelos investimentos mais dispendiosos para a construção da indústria de base e exortando o capital privado, sobretudo internacional, a apropriar-se dos demais setores da economia.

¹⁹ “A economia exportadora é algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção que acentua até o limite as contradições que lhes são próprias. Ao fazê-lo configura de maneira específica as relações de exploração que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente a economia internacional” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

Assim, analisaremos agora as contribuições de Ruy Mauro Maurini e Theotonio dos Santos²⁰ ao entendimento da dinâmica de acumulação do capital nos países dependentes e a nova interpretação do imperialismo à luz da internacionalização do capitalismo em âmbito mundial e industrialização das nações subdesenvolvidas.

2.4.1- A análise de Marini

Marini cunhou uma das mais valorosas interpretações do desenvolvimento capitalista nas sociedades dependentes. Cientista social nascido no Brasil, foi militante da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) no início da década de 1960, exilando-se, posteriormente, em razão do golpe militar. Em colaboração com outros camaradas do exílio buscou conferir uma interpretação marxista autônoma do Brasil e dos demais países da América Latina, evitando a reprodução de esquemas teóricos consagrados em outras formações sociais, porém, exógenos à dinâmica da acumulação do capital e da estrutura de classes no mencionado subcontinente.

Embebido das interpretações que o antecederam Marini debruçou-se sobre a maneira *sui generis* em que funciona o capitalismo nas nações periféricas sem perder de vista as contradições da acumulação do capital em escala mundial. Assim, lhe foi útil as interpretações de Baran acerca da apropriação de excedentes das nações subdesenvolvidas, por parte das nações desenvolvidas, no âmbito da troca; as

²⁰ Não compreende nosso objetivo, dadas as limitações do presente estudo, fazer uma exegese da totalidade dos signatários da teoria marxista da dependência, portanto, nos concentraremos somente em dois autores (Marini e Santos), que dedicaram extensas páginas ao entendimento do imperialismo e da condição dependente dos países periféricos. Isto não invalida ou diminui a importância da leitura dos demais pensadores, como André Gunder Frank e Vânia Bambirra, por exemplo. Esta última realizou uma acurada análise do processo desigual de industrialização dos países latino-americanos, identificando diferentes grupos de países (a- países como Brasil, Argentina, México e, em menor proporção, outros, cuja industrialização se iniciou ainda no século XIX e promoveram uma notável substituição de importações no lapso de tempo entre as grandes guerras mundiais; b- países como Peru, Bolívia, Guatemala, Equador e outros, cujas economias sempre figuraram como enclaves dos interesses estrangeiros, sem o registro da formação de uma burguesia nacional, e com uma industrialização tardia, somente deslanchada após a Segunda Guerra e; c- países cujas indústrias não surgiram e com economias absolutamente frágeis) em situações econômicas e sociais distintas. O esforço de Bambirra era promover uma verdadeira análise dialética que articulasse a totalidade das determinações gerais do modo de produção junto ao entendimento das singularidades das formações sociais dos países latino-americanos: “Embora a *situação condicionante* básica na formação, configuração e desenvolvimento das sociedades latino-americanas tenha sido uma mesma situação de dependência frente aos centros hegemônicos, é preciso tentar, através de aproximações sucessivas à realidade concreta – isto é, empreendendo o trajeto desde um nível mais alto de abstração para níveis mais concretos -, realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente” (BAMBIRRA, 2012, p. 39).

exposições de Gunder Frank sobre a dialética contraditória do capitalismo que une países desenvolvidos e subdesenvolvidos e; inegavelmente maior que as duas primeiras, a complexa e perspicaz análise de Marx em O Capital sobre a transmutação do valor de mercadorias em preço de produção. Esta última contribuição, aliás, serviu de fio condutor à elaboração dos dois principais conceitos de Marini: a superexploração do trabalho e o subimperialismo.

Marini fundamenta sua análise na idéia de que as relações de subordinação contidas na relação metrópole-colônia ainda não representavam a situação de dependência. Embora não as considerasse antagônicas, também não as considerava homogêneas, uma vez que a situação de dependência correspondia ao momento em que as relações capitalistas já haviam se desabrochado nas sociedades periféricas. Assim, discordou de Frank, pois este afirmava a existência do capitalismo desde a fundação da sociedade colonial na América Latina.

[...] allí reside la debilidad real del trabajo de Frank, la situación colonial no es lo mismo que la situación de dependencia. Aunque se dé una continuidad entre ambas, no son homogêneas [...]. La dificultad del análisis teórico está precisamente en captar esa originalidad y, sobre todo, en discernir el momento en que la originalidad implica un cambio de cualidad (MARINI, 1991, s/n)²¹.

Para ele, a América Latina cumpriu um papel incomensurável à acumulação primitiva do capitalismo por vários séculos, nesse sentido, pode-se afirmar que o subcontinente contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, sendo imprescindível para a complementaridade que exerceu durante séculos aos interesses do além-mar. Sobre esta noção de especialização produtiva na oferta de bens primários para os interesses da metrópole colonial, Marini assinala que ela forneceu as condições materiais para a consolidação da industrialização européia. Ou seja, a rápida industrialização dos países avançados, bem como o processo de urbanização que disponibilizou um contingente de considerável de seus trabalhadores, oriundos das atividades agrícola, mineral ou artesanal, somente foi possível, porque a divisão internacional do trabalho assegurou a oferta desses bens pelas sociedades capitalistas dependentes. Conforme sua avaliação:

²¹ “Ali reside a debilidade real do trabalho de Frank, a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas [...]. A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica uma mudança de qualidade” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

La creación de la gran industria moderna se habría visto fuertemente obstaculizada si no hubiera contado con los países dependientes, y debido realizarse sobre una base estrictamente nacional. En efecto, el desarrollo industrial supone una gran disponibilidad de bienes agrícolas, que permita la especialización de parte de la sociedad en la actividad específicamente industrial. El fuerte incremento de la clase obrera industrial y, en general, de la población urbana ocupada en la industria y en los servicios, que se verifica en los países industriales en el siglo pasado, no hubiera podido tener lugar si éstos no hubieran contado con los medios de subsistencia de origen agropecuario, proporcionados en forma considerable por los países latinoamericanos. Esto fue lo que permitió profundizar la división del trabajo y especializar a los países industriales como productores mundiales de manufacturas (MARINI, 1991, s/n)²².

Esse é o primeiro ponto a ser destacado da análise de Marini, pois o mesmo aponta para o entendimento de que as condições em que se desenvolve o capitalismo nos países subdesenvolvidos é, desde sua origem, destoante das condições em que se desenvolve o capitalismo dos países desenvolvidos. É desta constatação que se deriva sua análise da singularidade do capitalismo nas sociedades dependentes.

Em seu esforço de encontrar o esquema de realização do capital nas sociedades dependentes, Marini recorreu à explicação marxiana sobre os preços de produção. Vejamos como Marx trata a questão, a fim de compreender o mérito de Marini de partir da abstração teórica e geral para as mediações práticas dessa lei, nas relações capitalistas entre os países avançados e os países dependentes.

Na análise marxiana, o valor é a soma entre capital constante e variável (neste se inclui o salário e a produção que excede o tempo necessário à reprodução da força-de-trabalho). Em condições ideais o intercâmbio de mercadorias ocorre baseado na troca de equivalentes ou o que é o mesmo na troca de artigos com o mesmo valor. Ocorre que com a elevação das forças produtivas e a voraz concorrência capitalista, a formação do valor é deslocada pelo preço de produção. Este resulta da soma entre os custos de produção e o trabalho excedente despendido pelo trabalhador.

²² “A criação da grande indústria moderna se haveria visto fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e se realizado sobre uma base estritamente nacional. Em efeito, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços que se verifica nos países industriais no século passado não poderia ter lugar se estes não houvessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária proporcionados em forma considerável pelos países latino-americanos. Este foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

A lei básica da concorrência capitalista, até agora não entendida pela Economia Política, a lei que regula a taxa de lucro geral e os assim chamados preços de produção, determinados por ela, fundamenta-se, [...], nessa diferença entre valor e preço de custo da mercadoria e na possibilidade, dela resultante, de vender com lucro a mercadoria abaixo de seu valor (MARX, 1988, p. 28).

As condições em que estão postas a produtividade do trabalho e o grau de exploração desse trabalho concorrem, portanto, para a formação do preço de produção de uma mercadoria. Em outras palavras, a composição orgânica do capital (a tecnologia empregada) e as formas usadas para a exploração do trabalho inscrevem o preço unitário de um artigo. Entretanto, o que realmente importa no modo de produção capitalista é o preço médio de produção²³ da mercadoria, pois é ele que será contabilizado para a formação da taxa geral de lucro. Nesse sentido, para o capitalista é fundamental possuir – de preferência monopolicamente – uma composição orgânica elevada para diminuir o custo unitário de sua mercadoria abaixo do custo médio de produção do mesmo artigo. É a possibilidade de captar esse lucro extraordinário, no processo de circulação da mercadoria, que guia as incessantes inovações no âmbito da produção. Quanto mais vantagem possuir o capitalista no que se refere ao domínio e uso da tecnologia maior será sua liberdade em jogar com as oscilações do preço de produção da mercadoria, haja vista que pode vender seu produto abaixo de seu respectivo valor, mas acima do preço médio de produção.

Se portanto, a mercadoria é vendida por seu valor, então se realiza um lucro que é igual ao excedente de seu valor sobre seu preço de custo, portanto igual a toda a mais-valia contida no valor-mercadoria. Mas o capitalista pode vender a mercadoria com lucro, embora a venda abaixo de seu valor. Enquanto seu preço de venda estiver acima de seu preço de custo, ainda que abaixo de seu valor, sempre é realizada parte da mais-valia nela contida, sempre se obtendo, portanto, lucro. [...]. Entre o valor da mercadoria e seu preço de custo é, evidentemente, possível uma série indeterminada de preços de venda. Quanto maior o elemento do valor-mercadoria consistente em mais-valia, tanto maior a margem prática de jogo desses preços intermediários (MARX, 1988, p. 28).

²³ O preço de produção inclui o lucro médio. Nós o denominamos preços de produção; na realidade, é o mesmo que Adam Smith chama de *natural price*, Ricardo de *price of production*, *cost of production* e os fisiocratas, *prix nécessaire* – mas nenhum deles desenvolveu a diferença entre preço de produção e valor – porque a longo prazo ele é condição da oferta, da reprodução da mercadoria de cada esfera particular da produção. (MARX, 1988, p. 144, 145).

Registre-se que a existência dos preços médios de produção não se restringe aos artigos do mesmo gênero, sendo possível notar a atuação dessa lei na troca entre artigos de origem distinta, a exemplo de produtos industriais e primários.

Marx revela que sempre que há uma equalização da taxa geral de lucro, ou seja, onde o valor da mercadoria iguala-se ao seu preço médio de produção, as condições para a extração de um lucro extraordinário tornam-se mais escassas e há a migração do capital para os ramos da economia mais rentáveis. Desta feita, o deslocamento do capital entre ramos distintos é a consumação de sua tônica, uma vez que o desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção tende a acelerar a renovação tecnológica e recrudesce a concorrência pela diminuição das brechas.

Importante ressaltar, por fim, que o preço médio de produção é a conformação em escala ampliada da exploração do trabalho pela burguesia mundial. Isso significa que apesar do valor e do preço de produção resultar de uma relação materializada no espaço da produção – mais imediato – eles contribuem para a formação do lucro geral dos capitalistas – mais mediato – e, portanto, é do interesse dos capitalistas serem consorte da relação de exploração do trabalho praticada pelos seus adversários. Essa é uma demonstração cristalina de que, não obstante, a disputa econômica, os interesses de classe repousam no interesse comum da obtenção do mais-valor. A respeito desse entrelaçamento de interesse das diversas burguesias, afirmou Marx (1988) que,

Ela se baseia por sua vez na concepção de que o capital de cada esfera da produção tem de participar *pro rata* de sua grandeza, na mais-valia global extorquida dos trabalhadores pelo capital global da sociedade; ou de que cada capital particular tem de ser considerado apenas como fração do capital global, cada capitalista, efetivamente, como acionista da empresa global, o qual participa do lucro global *pro rata* da grandeza de sua parcela de capital (Ibid, p. 153).

Em resumo, afirmamos que esse precioso postulado marxiano guiará a análise de Marini sobre o intercâmbio desigual entre as diferentes formações sociais²⁴. Em sua

²⁴ Ernest Mandel ao cunhar seus escritos acerca do imperialismo também considerou as relações desiguais de troca no sistema capitalista. Disse: “Quando a produção capitalista de mercadorias conquistou e unificou o mercado mundial, ela não criou um sistema uniforme de preços de produção, mas um sistema diferenciado de preços de produção nacionais variáveis e preços unificados no mercado mundial. Isso permitiu que o capital dos países capitalistas mais desenvolvidos conseguisse superlucros, pois suas mercadorias podiam ser vendidas acima de seu “próprio” preço nacional de produção e, no entanto, abaixo do “preço nacional de produção” do país comprador. Em última análise, esse sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de valores diversificados de mercadorias é explicado por um sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de níveis variáveis de produtividade do trabalho. O imperialismo, longe de nivelar a composição orgânica do capital em escala internacional – ou

análise, Marini também afirma que, em tese, as mercadorias podem ser trocadas como equivalentes, porém, o *modus operandi* da troca entre mercadorias viola constantemente o valor, para assegurar a transferência de mais-valia à parte de maior composição orgânica do capital. Na avaliação de Marini, a subtração do mais-valor produzido pelos capitais menos desenvolvidos representa a transferência compulsória de excedentes, sendo uma dimensão indissociável da condição dependente.

Teóricamente, el intercambio de mercancías expresa el cambio de equivalentes, cuyo valor se determina por la cantidad de trabajo socialmente necesario que incorporan las mercancías. En la práctica, se observan diferentes mecanismos que permiten realizar transferencias de valor, pasando por encima de las leyes del intercambio, y que se expresan en la manera como se fijan los precios de mercado y los precios de producción de las mercancías (MARINI, 1991, s/n)²⁵.

Marini distingue duas formas em que se verifica a transferência de valor: a primeira, refere-se à troca entre mercadorias de mesmo gênero, onde a maior produtividade do trabalho oferece ao capitalista a vantagem de manobrar para baixo o valor de mercadoria, pois a mesma difere do preço médio de produção. São os lucros extraordinários que decorrem de uma relação desigual entre nações com distintos graus de investimento no setor produtivo. A segunda forma refere-se às transações comerciais entre produtos de gêneros distintos, como química fina e soja. Nesse caso o mecanismo de transferência do valor se concretiza em razão da existência de um monopólio na produção de bens que não podem ser facilmente produzidos pela outra parte interessada.

Os monopólios impõem artificialmente um preço que, mormente, é superior ao valor inscrito no processo produtivo. Assim, os países voltados à produção de artigos primários, como a soja, estão fadados a uma perda dupla, pois ademais de cederem

de conduzir a uma equiparação internacional das taxas de lucro – congelou e intensificou as diferenças internacionais na composição orgânica de capital e no nível das taxas de lucro” (Ibid, 1982, p. 57).

Samir Amin também considerou as relações desiguais de troca entre distintas formações sociais. Disse: “A teoria clássica do comércio internacional pretende que cada um dos parceiros tem interesse em especializar-se porque a troca eleva o nível da renda global, em termos de valores de uso, nos dois países. Para os clássicos, o trabalho é a fonte de todo o valor. Ricardo considera pois a troca de duas mercadorias como sendo realmente a troca de duas quantidades de trabalho iguais, cristalizadas em dois produtos diferentes, tendo valores de uso diferentes para os parceiros. Contudo, enquanto que na esfera das trocas internas a lei do valor implica a igualdade dos valores de troca de duas mercadorias contendo a mesma quantidade de trabalho, na esfera das trocas com o exterior as mercadorias trocadas contêm quantidades desiguais de trabalho, traduzindo a desigualdade dos níveis de produtividade” (Ibid, 1976, p. 111).

²⁵ “Teoricamente o intercâmbio de mercadorias expressa a mudança de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis do intercâmbio, e que se expressam na maneira em que se fixam os preços de mercado e os preços de produção de mercadorias” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

valor por não disporem de equiparável composição orgânica são incapazes – pelo menos nas condições sociais e históricas em questão – de produzir o objeto pleiteado.

Já que não podem confrontar diretamente a subtração de mais-valia praticada pelos países centrais, seja em função do déficit tecnológico, seja em razão de sua subordinação aos ditames dos interesses monopólicos de bens, a burguesia dos países dependentes buscam compensar por meio da superexploração do trabalho.

Lo que aparece claramente, pues, es que las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redoblado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, a través del recurso a una mayor explotación del trabajador (MARINI, 1991, s/n)²⁶.

Marini explica que a superexploração da força de trabalho manifesta-se de três formas: a) por meio da intensificação do trabalho; b) por meio do prolongamento da jornada laboral e; c) por meio da apropriação do fundo de consumo do trabalhador. A primeira compreende um uso mais intenso da força de trabalho com aumento do valor global de mercadorias. Ela se realiza dentro da mesma jornada laboral e busca compensar o déficit tecnológico e/ou a dificuldade de sua renovação. A segunda compreende uma forma extensiva de uso da força de trabalho que, ao mesmo tempo, eleva o valor geral da riqueza produzida ao custo da elevação correspondente do tempo de trabalho. A terceira refere-se à diminuição literal do valor pago, em forma de salário, à força de trabalho. É uma extorsão deliberada de seu fundo de consumo, ou reprodução, visando destiná-lo à acumulação de capital, sem contrapartida de barateamento dos insumos necessários à reprodução da força de trabalho. Estes fatores podem atuar conjuntamente ou isoladamente e Marini explica que por meio deles:

[...] são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000, p. 126).

²⁶ “O que aparece claramente, pois, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam corrigir os preços o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva de trabalho) senão compensar a perda de ingressos gerados pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

Não podemos deixar de mencionar que mesmo sob os mecanismos de compensação, os países centrais não são lesados, haja vista que o incremento do valor da mercadoria, com mais trabalho variável, contribui para a correspondente elevação do preço médio de produção das mesmas e, em consequência, dilata a diferença entre o valor da mercadoria elaborada nos países centrais e esse preço médio de produção. Em outras palavras, o recurso à superexploração do trabalho, nas modalidades descritas, permite a extração de mais-trabalho por unidade de mercadoria, mas não impede absolutamente a transferência de excedentes aos capitais mais desenvolvidos.

O que Marini evidencia é que a subtração da mais-valia em âmbito internacional, decorrente dos desníveis da composição orgânica de distintos capitais, ofusca a superexploração do trabalho em âmbito nacional. Em efeito, a deterioração da troca entre nações – denunciada pelos pensadores da Cepal – não pode ser explicada se o enfoque analítico dispensa um olhar aos meandros do processo de produção de mais-valor – com sua consequente transformação em preços de produção – e, principalmente, a superexploração do trabalho praticada pelas burguesias como contrapartida à suas perdas. Essa superexploração do trabalho em nada pode se confundir com a sobrevivência de relações sociais de produção não-capitalistas ou pré-capitalistas, pois ela é a dimensão mais notável de que o capitalismo, à medida que se desenvolve, e atinge seu mais alto grau, produz e reproduz contradições que lhe são inerentes.

[...] la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es *inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo* (grifos do autor); suponer lo contrario equivale a admitir que el capitalismo, a medida que se aproxima de su modelo puro, se convierte en un sistema cada vez menos explotativo y lograr reunir las condiciones para solucionar indefinidamente sus contradicciones internas (MARINI, 1991, s/n)²⁷.

O expediente da superexploração do trabalho, não obstante derive da incapacidade do capitalista das nações dependentes de acompanhar as inovações constantes do capital constante, não impede a rigor, que haja a elevação dos investimentos despendidos para o aumento da composição orgânica. Como explica Marini, ela somente dificulta a emergência da mais-valia relativa como predominante ao

²⁷ “[...] a superexploração do trabalho não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, senão que é *inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força de produtiva do trabalho* (grifo do autor); supor o contrário equivale a admitir que o capitalismo, a medida em que se aproxima de seu modelo puro, se converte em um sistema cada vez menos explorador e alcança reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

processo de produção nas sociedades da periferia. Em verdade, os países dependentes vão incorporando um conjunto de máquinas e equipamentos já considerados ultrapassados frente à dinâmica de acumulação de capital no centro capitalista, porém, muito adiantados para o conjunto das forças produtivas hegemônicas na formação social dependente.

Este fato, a despeito dos que imaginam o contrário, não impede a continuidade da superexploração do trabalho, pois ela é, em síntese, o recurso à mão dos capitalistas para a compensação de suas perdas. Ou seja, ao invés de representar um evento passageiro, concerne, na verdade, à dinâmica singular de exploração da força de trabalho na periferia capitalista. Esta constatação desse fenômeno aduz a sua consequência: face à superexploração da força de trabalho nas sociedades dependentes, há um hiato entre a produção e a realização das mercadorias em seu interior. A superexploração do trabalho, empregada nas suas mais diversas formas, contribui para a formação de um imponente exército industrial de reserva da força de trabalho e um contingente de mercadorias que não consegue realizar-se em âmbito doméstico. Significa que o ciclo da acumulação capitalista na economia dependente é marcado pela descontinuidade entre a produção e a circulação das mercadorias produzidas.

Nacida para atender a las exigencias de la circulación capitalista, cuyo eje de articulación está constituido por los países industriales, y centrada pues sobre el mercado mundial, la producción latinoamericana no depende para su realización de la capacidad interna de consumo. Se opera así, desde el punto de vista de país dependiente, la separación de los dos momentos fundamentales del ciclo del capital —la producción y la circulación de mercancías— cuyo efecto es hacer que aparezca de manera específica en la economía latinoamericana la contradicción inherente a la producción capitalista en general, es decir, la que opone el capital al trabajador en tanto que vendedor y comprador de mercancías (MARINI, 1991, s/n)²⁸.

Marini analisa que nos países centrais, a industrialização, apesar de ter expropriado os trabalhadores para a formação de uma massa “disponível”, ofertou como contrapartida a formação de um mercado de bens de consumo, que durante um longo tempo permitiu a existência da rotação do capital em seu próprio território. Mesmo

²⁸ Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada pois sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende para sua realização da capacidade interna de consumo. Opera-se assim, desde o ponto de vista de país dependente, a separação dos momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, em resumo, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

posteriormente, quando se vale da divisão internacional do trabalho, para a aquisição de produtos primários no exterior, visando o barateamento do custo da força de trabalho não se verifica essa flagrante descontinuidade em seu ciclo de acumulação, pois sua industrialização baseou-se na elevação da produtividade do trabalho. É por meio desta que expropria os excedentes, no âmbito da circulação, obtendo um lucro extraordinário que face ao seu avanço tecnológico parece ser ordinário.

Em situação diametralmente oposta, a industrialização nos países periféricos emergiu para atender aos interesses prementes da divisão internacional do trabalho, portanto, numa especialização produtiva que não dispôs do tempo necessário à elevação das forças de produtivas. Em decorrência disso, a formação de um mercado interno de consumo não esteve à vista e jamais pode sê-lo, pois, sob a concorrência capitalista, a exploração do trabalho nas sociedades dependentes somente é viável se se realiza sob a forma de superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, a acumulação de capitais nos países dependentes é externa, necessitando, sobremaneira da realização de suas mercadorias em outras praças, frente à impossibilidade de vendê-las a um conjunto de trabalhadores, sob forte compressão salarial. A demanda doméstica é insuficiente, e as condições de superexploração do trabalho fazem surgir uma dupla esfera de consumo: a esfera alta correspondente aos produtos de luxo importados e a esfera baixa, correspondente aos poucos produtos que se destinam ao mercado interno para atender a reprodução da força de trabalho.

Es así como el sacrificio del consumo individual de los trabajadores en aras de la exportación al mercado mundial deprime los niveles de demanda interna y erige al mercado mundial en única salida para la producción. La separación entre el consumo individual fundado en el salario y el consumo individual engendrado por la plusvalía no acumulada da, pues, origen a una estratificación del mercado interno, que es también una diferenciación de esferas de circulación: mientras la esfera “baja”, en que participan los trabajadores —que el sistema se esfuerza por restringir— se basa en la producción interna, la esfera “alta” de circulación, propia a los no trabajadores —que es la que el sistema tiende a ensanchar—, se entronca con la producción externa, a través del comercio de importación (MARINI, 1991, s/n)²⁹.

²⁹ “É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em prol da exportação ao mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e elege o mercado mundial como única saída para a produção. A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá, pois origem a uma estratificação do mercado interno, que é também uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera baixa, em que participam os trabalhadores – que o sistema se esforça por restringir – se baseia na produção interna, a esfera alta de circulação, própria aos não trabalhadores – que é a que o sistema tende a alargar –, se cruza com a produção externa, através do comércio de importação” (MARINI, 1991, s/n, tradução nossa).

Esse ciclo da economia dependente, que parece apontar para um capitalismo incompleto, é a consumação de um modo de produção que arrebatou todo o globo de maneira desigual, engendrando uma situação de violenta disparidade dentro e fora das nações, cujo desfecho é sempre a promoção das atualizadas contradições. Não se refere a um capitalismo a ser plenamente desenvolvido, pois é seu próprio desenvolvimento que gera o subdesenvolvimento. Marini (1991) explica que as dificuldades de interpretação se originam da/na própria realidade, pois

[...] frente al parámetro del modo de producción capitalista puro, la economía latinoamericana presenta peculiaridades, que se dan a veces como insuficiencias y otras —no siempre distinguibles fácilmente de las primeras— como deformaciones. No es por tanto accidental la recurrencia en los estudios sobre América Latina de la noción de “precapitalismo”. Lo que habría que decir es que, aun cuando se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que, por su estructura global y su funcionamiento, no podrá nunca desarrollarse de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas. Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo *sui generis* que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional (Ibid, s/n)³⁰.

Assim, Marini encontrou o esquema de funcionamento do capital nas formações sociais capitalistas dependentes:

a) são nações que, a despeito do fato de terem se industrializado – se levamos em consideração os países mais desenvolvidos do conjunto, a exemplo de Argentina, Brasil e México, haja vista que o próprio setor industrial de alguns países dependentes não nos autoriza a chamá-los de industrializados – após a consolidação industrial nos países centrais, se inseriram na divisão internacional do trabalho de forma a atender as necessidades externas. Ou seja, especializando-se produtivamente na oferta de bens

³⁰ “[...] frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridade que se dão as vezes como insuficiência e outras – sem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é portanto accidental a recorrência nos estudos sobre América Latina da noção de “precapitalismo”. O que haveria que dizer é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca desenvolver-se da mesma forma como se tem desenvolvido as economias capitalistas chamadas avançadas. Mais que um precapitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis* que só cobra sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional” (Ibid, s/n, tradução nossa).

correspondentes a etapas inferiores do processo produtivo, visando atender a dinâmica de acumulação de capitais radicados no centro. Logo, às nações periféricas não lhe foi dispensado o tempo necessário para o florescimento de sua indústria, como ocorreu nos primórdios da industrialização européia, porque, desde cedo, estabeleceu-se uma relação econômica de subordinação, que se inicia nos tempos coloniais e se aprofunda com a chegada do capitalismo. Sob a vigência deste último a situação de dependência está posta, pois sem dispor de uma força produtiva capaz de concorrer à altura vêm os excedentes serem transferidos nas trocas comerciais para as nações mais desenvolvidas;

b) Face à insuficiência de seu preço de produção para a concorrência em âmbito internacional, engendram uma relação social *sui generis* em suas raias, a fim de evitar parcial ou totalmente a subtração da mais-valia, qual seja: a superexploração do trabalho. Esta consiste de uma produção, que se baseia no incremento de valor, às custas da elevação da mais-valia absoluta. Longe de representar um mecanismo não-capitalista de exploração do trabalho é inerente às sociedades capitalistas dependentes;

c) A deliberada compressão salarial impede a formação de um mercado doméstico que contemple o volume de mercadorias disponível, gerando uma disrupção entre a produção e a circulação de capitais. Assim, a economia dos países periféricos possui hegemonicamente uma acumulação externa de capitais, sendo vulnerável às oscilações do mercado internacional. Porém, em seu interior, se forma uma dupla esfera de circulação: a alta, destinada ao consumo conspícuo das classes mais abastadas e; a baixa, destinada aos bens de consumo da classe trabalhadora.

Somente a busca por desvelar o padrão de reprodução do capital nas economias dependentes, em especial, na América Latina, permitiu a Marini analisar a integração de seus países ao sistema imperialista internacional. Seu mérito foi, à luz do método histórico-dialético, esforçar-se em captar a maneira singular de acumulação do capital nas sociedades dependentes e sua inscrição no jogo imperialista.

Buscando encontrar a essência do imperialismo, após a segunda metade do século XX, Marini se diferencia de Lênin, Hilferding, Bukharin e Luxemburgo, pois retrata a lógica de acumulação do capital centrado nos países periféricos. Sem dispensar a validade dos estudos daqueles, esforçou-se em encontrar a dinâmica de acumulação do capitalismo

internacionalizado e seus rebatimentos para os países periféricos. Daí o aparecimento do conceito de “subimperialismo”.

A teoria leninista do imperialismo – ela própria um desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX – é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que esse estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao imperialismo, e não ao subimperialismo (MARINI, 2012, p. 37).

O trabalho onde Marini inicia a análise do subimperialismo é “Subdesenvolvimento e Revolução”, publicado originalmente em 1969, que consistiu de um conjunto de artigos devidamente selecionados para a edição do livro³¹. Por meio dele Marini realiza uma digressão histórica buscando situar-nos das primeiras relações de subordinação da América Latina com a metrópole européia até a emergência do imperialismo – analisado por Lênin, Hilferding, Bukharin e Luxemburgo – e o subimperialismo, após a metade do século XX.

Explica Marini que a participação da América Latina no comércio capitalista internacional, materializou-se por uma especialização na oferta de bens agrícolas e minerais. A poupança para os investimentos derivava das divisas obtidas pelo capital latifundiário-agroexportador. Já os países centrais investiram maciçamente no desenvolvimento industrial e efetuaram com os países dependentes o intercâmbio por produtos primários, onde usurpavam parcial ou totalmente seus excedentes. Ademais participavam das operações internacionais de capitais, por meio de empréstimos e investimentos especulativos e, em menor medida, por meio de investimentos externos diretos.

Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (MARINI, 2012, p. 52).

³¹ Marini aprofunda retoma e aprofunda o estudo sobre o subimperialismo em vários outros trabalhos, como *Dialética da Dependência*, publicado em 1973.

Como o capitalismo ainda não se encontrava plenamente internacionalizado, o imperialismo se consumava concebendo os países periféricos como suporte para a reprodução do capital que hegemonicamente se realizava nos países centrais. Segundo Marini é este imperialismo que será habilidosamente analisado e dissecado pelos marxistas no início do século XX.

A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial abriram um interregno na economia periférica dos países latino americanos para a industrialização através da substituição de importações. A burguesia latino-americana arquitetava construir um capitalismo autônomo, rompendo o limite estreito das exportações baseadas no setor latifundiário-agroexportador, uma vez que se registrava a diminuição dos preços dos artigos primários em âmbito internacional – com a notável impossibilidade da absorção desses produtos pelos principais mercados consumidores, a exemplo dos Estados Unidos e Europa –, a excessiva concentração fundiária no campo, que comprometia a produção de alimentos e prejudicava o interesse de barateamento do valor da força de trabalho por parte da burguesia industrial, além da insegura oferta de matérias primas. Essa disputa entre frações da classe dominante faz criar o que Marini denominou de bonapartismo latino-americano, onde durante poucas décadas, um conjunto representativo da burguesia industrial buscou obter a hegemonia por meio de uma política populista em nome do desenvolvimento nacional.

Porém, esse intento fracassou porque prevaleceram os interesses de classe e as contradições da própria reprodução irracional do capital, a saber:

- 1) A incapacidade da burguesia industrial em assegurar a poupança interna para seus investimentos, a torna cada vez mais dependente das divisas oriundas da exportação dos bens primários;

- 2) A política de industrialização de importações realizada nos países latino-americanos sempre adotou o mecanismo da superexploração do trabalho como contrapartida às perdas de mais-valia e a insuficiência do mercado interno;

- 3) Por fim, o assédio do capital estrangeiro por meio dos investimentos externos diretos e os empréstimos e máquinas contraídos por meio de pesados juros e royalties, também tornavam as ditas burguesias nacionais vulneráveis as injunções da economia internacional.

Nesse sentido, Marini observa que a partir do final da década de 1950 há um imperialismo assentado em novas bases, pois a acumulação e centralização de capitais nos países centrais conduzem aos investimentos externos diretos nas nações periféricas como forma hegemônica das operações internacionais dos monopólios. Elas derivavam de duas causas: a) dos excedentes de capitais ociosos nas economias centrais que necessitam de áreas para investimento e; b) da supremacia tecnológica dos países centrais que os levam a perceber a vantagem da transferência de tecnologias consideradas ultrapassadas em suas economias para a operação das sucursais dos monopólios e/ou cessões para as empresas periféricas. Ambas com elástica lucratividade.

A essência que se extrai desse novo movimento de capitais é que diferente do final do século XIX e início do século XX, onde a incompleta internacionalização do capitalismo restringia o campo para a reprodução do capital e reservava aos países periféricos um papel de mero suporte à acumulação de capitais no centro, o imperialismo que se ergue está pautado na integração dos sistemas de produção, que associa a exploração de mais-valor na periferia ao cômputo das taxas de lucro dos monopólios dos países centrais. Esse novo dinamismo do imperialismo se conjuga pela participação dos países periféricos na divisão internacional do trabalho como produtores de bens das primeiras etapas do processo industrial, que (re)significa sem deixar de assumir um papel dependente, pois aprofunda sua aguda subordinação tecnológica e enlaça os interesses das burguesias das distintas formações sociais.

Marini analisa que sob a nova condição imperialista, as burguesias latino-americanas compartilham com os monopólios estrangeiros os desejos de lucratividade e, incorporando um aparato tecnológico a estrutura desigual de desenvolvimento do capitalismo, recrudescer a exploração do trabalho e atrofia a capacidade de realização interna de amplas massas de mercadorias, além de abdicar de qualquer projeto de desenvolvimento sem as muletas do capital internacional. Conforme sua própria explicação:

A burguesia latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. O mecanismo da associação de capitais é o que consagra esta integração, que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaçada à diminuição relativa do emprego de mão-de-obra própria do setor secundário latino-americano, consolida da prática abusiva de preços como meio para compensar a redução

concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo os custos de produção das empresas tecnologicamente mais atrasadas. O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho (MARINI, 2012, p. 62).

Em resumo, as economias latino-americanas se industrializaram mediadas por vultosos investimentos estrangeiros, transferência tecnológica e com o uso da superexploração do trabalho. Destarte, essas bases definiram uma estrutura econômica insuficiente para a acumulação interna de capitais e, contraditoriamente, a formação de monopólios. Ou seja, foi gestada a participação dos países periféricos no sistema imperialista internacional a sua maneira: o subimperialismo³².

Destarte, Marini (2012) afirmou que o subimperialismo está definido:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divorcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores).

O subimperialismo para Marini representou o momento em que as economias dependentes alicerçadas na superexploração do trabalho, no descompasso doméstico entre a produção e a realização das mercadorias e na integração e associação de capitais convergem para o surgimento dos monopólios.

³² Essa expressão foi cunhada inicialmente pelo membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) Álvaro Vieira Pinto em seu livro *Consciência e realidade nacional*, quando analisa que o subimperialismo consiste da atuação de um país periférico como preposto para os interesses do centro hegemônico. Convém a este dada sua superioridade tecnológica transferir máquinas correspondentes a etapas superiores de sua produção para a exploração do trabalho ao preposto escolhido como forma de preservar sua dominação e usar o desejo de desenvolvimento do país periférico. Em que pese a possível contribuição dessa análise de Pinto para o postulado criado por Marini, ela apenas aponta para uma das dimensões da condição dependente. É com Marini que o conceito será desdobrado para imergir na exegese da própria condição dependente.

De acordo com a exposição de Marini quatro aspectos articulados conformam o subimperialismo: 1- a formação dos subcentros imperialistas; 2- a exportação de manufaturas e capitais; 3- a cooperação antagônica no bojo da integração imperialista; 4- o apoio imprescindível do Estado aos monopólios nacionais e; 5- o caráter belicista da política externa.

A formação dos subcentros imperialistas é o entendimento de que a industrialização em alguns países dependentes conduz a formação de países de composição orgânica mediana que alcançaram a economia monopolizada com notável operação das atividades financeiras. Trata-se da emergência de grandes grupos empresariais que face ao poder de concentração e centralização de capitais dispõe de um peso considerável sobre a economia regional. São subcentros, pois a monopolização da economia, invariavelmente, contou com os investimentos estrangeiros, ao tempo, lançou suas economias à frente de outros países dependentes.

Como o aparecimento da economia monopolizada se realiza e é sempre impulsionada sob a condição dependente de superexploração do trabalho e o divórcio entre a estrutura produtiva e ampla capacidade de consumo interno a busca pelas exportações de manufaturas, deslocamentos de capitais, apropriação de matérias primas e conquista de lucros extraordinários é a tônica da atuação dos monopólios no exterior. A busca por condições favoráveis à recomposição da unidade perdida entre a produção e a realização de mercadorias estimula as investidas deliberadas dos monopólios no exterior. Entretanto, a condição em que se realiza essa operação é de uma autonomia relativa³³, pois os monopólios periféricos em regime de associação e integração ao sistema imperialista internacional não pode e não dispõe de condições reais para o confronto direto com os monopólios centrais. Trata-se de uma iniciativa, onde, sem perder o vínculo de subordinação e integração, busca forjar seu próprio raio de influência, contando com sua relativa superioridade de composição orgânica do capital em comparação com os demais países do campo periférico.

O Estado é a base que afiança o processo de internacionalização dos monopólios, ao tempo que garante as condições de continuidade cíclica da economia interna. Ademais, por meio de suas prerrogativas oferece infraestrutura necessária aos

³³ Marini se baseou na análise do marxista alemão August Thalheimer acerca da conformação das disputas entre as potências imperialistas após a II Guerra Mundial. Thalheimer compreende que não obstante a indiscutível supremacia econômica dos Estados Unidos, após a contenda bélica, eles enfrentavam uma disputa – que, entretanto, não desembocava para um conflito armado – pela influência política e econômica do mundo com as demais nações do sistema imperialista. A esse processo denominou de cooperação antagônica.

negócios e elabora um conjunto de regulamentos institucionais que adequam a questão fiscal, monetária e trabalhista aos interesses dos monopólios. Esse processo é eivado de contradições, pois se trata de uma unidade dialética que envolve a internacionalização/internalização da economia.

Por fim, como o imperialismo se define pelo alcance da hegemonia dos monopólios e das atividades financeiras, a forte centralização de capitais retém um gama de excedentes que se destinam a garantir, por força da baioneta, a reprodução ampliada de capitais. Portanto, há uma tendência ao consumo improdutivo, através da produção militar, visando dar continuidade ao consumo produtivo. O Estado, mais uma vez, é convocado a usar suas prerrogativas a fim de atender aos interesses imperialistas dos grupos empresariais.

Quando elaborou esse conceito de subimperialismo, Marini observou que na América Latina, somente o Brasil detinha os aspectos que conformavam essa condição, não obstante, o peso econômico da Argentina e do México³⁴. Em sua avaliação, a burocracia tecnocrata e militar que tomou o poder, após o golpe de 1964 e o fracasso da política populista, encampou com nitidez a tarefa de transformar o país em *gendarme* dos interesses monopólicos imperialistas, com hegemonia na dinâmica política e econômica regional. O fez admitindo máquinas e tecnologias correspondentes às etapas inferiores do processo produtivo nos centros capitalistas que elevaram sobremaneira sua composição orgânica e, conseqüentemente, recrudesceram o hiato da produção e realização do capital. Por isso as incursões externas (militares e/ou econômicas) passaram a integrar sua “diplomacia” a fim de dirimir os problemas de reprodução do capital gerados em seu próprio território.

O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega a etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrario do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em fator de elevação do nível de interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes.

³⁴ Mandel em seu livro “O capitalismo tardio”, publicado nos primeiros anos da década de 1970, concordou em linhas gerais com o corolário da teoria da Dependência ao coadunar que o subdesenvolvimento decorre de um movimento desigual e combinado de dispares produtividades do trabalho entre as formações sociais centrais e periféricas e dificuldades na acumulação de capital destes últimos. Entretanto, Mandel não estava de acordo em tratar o Brasil como subimperialista, pois, não obstante seu destacado desenvolvimento industrial e financeiro ele não possuía um mercado interno relevante e nem uma agricultura capitalizada, além da subordinação às associações anônimas estrangeiras.

Embora tenha apontado o Brasil como a expressão prática de sua abstração teórica, Marini sempre deixou claro que buscava a totalidade contraditória da acumulação capitalista nas sociedades dependentes. Assim, o subimperialismo aduz a toda formação social, que inscrita na essencialidade da condição dependente, necessita lançar-se a rapina imperialista como forma de sobrepor às contradições internas que não consegue dirimir.

2.4.2- A análise de Theotonio dos Santos

Formado nos círculos de estudo e debate marxista sobre a dependência, em seu forçado desterro, após o golpe militar no Brasil, Santos, como o fez Marini, também aporta destacadas contribuições à busca pela compreensão sobre a dinâmica de reprodução do capital nas formações sociais periféricas. Seu principal livro *Imperialismo e Dependência* – publicado originalmente em 1978 –, síntese de um conjunto de textos³⁵, é fonte obrigatória para os que se enveredam pelo estudo do imperialismo.

Santos também sofreu a influência das análises de Marx, Baran³⁶ e Frank, às quais se mostraram em destaque em seus estudos sobre o imperialismo. Sua tese se baseia nas seguintes premissas:

1- O imperialismo abordado por Lênin, Hilferding, Bukharin e Luxemburgo em que pese o vigor teórico de suas análises e a possível validade correspondida nas condições materiais de funcionamento do capitalismo à época dos mesmos, não é mais suficiente para explicar o imperialismo contemporâneo;

³⁵ O livro é uma reescrita de três livros publicados previamente - *La crisis norteamericana y América Latina* (1971), *Dependencia y cambio social* (1972) e *Imperialismo y corporaciones multinacionales* (1973) -, além das atualizações adicionadas pelo próprio autor.

³⁶ O reconhecimento de Santos à contribuição de Baran ao estudo de imperialismo é assim exposto: “[...] hay una contribución que marcó época en el desarrollo del análisis marxista sobre el atraso, el subdesarrollo y la dependencia. Fue la de Paul Baran. Fue fruto de una etapa histórica distinta. La consolidación de la independencia de India en el ámbito de un antiimperialismo cada vez más moderado y de un desarrollo de relaciones de producción capitalista en el contexto del capital internacional mostraba que la revolución de liberación colonial podía dar origen a nuevas formas de dependencia y vínculos con el capital internacional y el imperialismo. Baran conoció también el fracaso de la avanzadísima experiencia de la revolución democrática boliviana y del menos profundo, pero no menos dramático, caso guatemalteco. Asimismo, Baran estudió en detalle la nueva etapa del imperialismo internacional bajo la hegemonía norteamericana y el avance del monopolio internacional” (SANTOS, 2011, p. 412).

2- A condição dependente das sociedades periféricas, em especial, a América Latina, tem origem na relação de subordinação inaugurada sob a vigência do domínio colonial, mas não pode ser explicada por ela, haja vista que a dependência representa um salto de qualidade nas relações de subordinação;

3- O desenvolvimento do capitalismo nas sociedades subdesenvolvidas, a despeito do pensamento isebiano e cepalino, aprofunda as contradições que reafirmam a dependência dos países periféricos;

4- O capitalismo não permite o desenvolvimento de qualquer formação social, apartado das injunções da acumulação mundial de capitais. Assim, a saída ao subdesenvolvimento não pode basear-se na busca por mais desenvolvimento nos marcos do capitalismo.

O ponto de partida de Santos é a compreensão inequívoca de que o desenvolvimento do capitalismo nos países desenvolvidos não pode servir como parâmetro para a construção de uma teoria explicativa sobre o subdesenvolvimento. Aqueles que se pautaram de acordo com essa perspectiva acreditaram no desenrolar de uma possível história linear, sem sobressaltos e contradições³⁷.

Sendo assim, Santos compreende que embora as relações de subjugação de povos por outros date de sociedades bem anteriores ao capitalismo, não se admite tratá-los como iguais, pois o capitalismo é um modo de produção que se sustenta no aprofundamento das desigualdades, alargamento das contradições e re-significação da condição subordinador/subordinado. Quando alcança sua internacionalização, com a concentração monopólica da produção de mercadorias e capitais a tendência do capitalismo é desenvolver-se sem romper com a relação subordinador/subordinado, portanto, inaugurando a condição dependente.

Históricamente desde la antigüedad han existido formaciones sociales imperialistas y coloniales. Sin embargo, es solamente en la época moderna que esa relación asume un carácter mundial como consecuencia de la integración lograda por la economía capitalista

³⁷ O objetivo de Santos é “limpar o terreno” para varrer as interpretações conservadoras do desenvolvimento, bem como aquelas que, no afã de superar as primeiras, reproduziram uma expectativa de crescimento, inspirada no modelo de desenvolvimento das nações centrais, a exemplo dos postulados isebianos e cepalinos. “El objeto de la teoría del desarrollo no puede, pues, ser el describir un tránsito desde una sociedad que no se conoce efectivamente hacia una sociedad que no va a existir. Es decir, el objeto de la teoría del desarrollo tiene que estar constituido por el estudio de las leyes del desarrollo de las sociedades que queremos conocer. Cabe definir en qué medida estas leyes son específicas de estas sociedades y en qué medida se las puede identificar con las leyes del desarrollo de los países desarrollados, sean capitalistas o socialistas” (SANTOS, 2011, p. 336).

internacional que, de un lado, produce un mercado mundial integrado de mercancías, fuerza de trabajo y capitales y, de otro, una alta concentración de la tecnología, la producción y los capitales en un centro hegemónico y en un conjunto de países dominantes. El desarrollo del capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se transforma, dialécticamente, en un impulso a la expansión mundial capitalista y, al mismo tiempo, en un límite para ese desarrollo. Pues la expansión del capitalismo no produce, en consecuencia de su carácter contradictorio, una economía internacional equilibrada e igualitaria, sino la oposición entre un capitalismo dominante y un capitalismo dependiente, limitado este en su capacidad de desarrollo, incapaz de resolver ni siquiera aquellos problemas de supervivencia humana elementales que se pudo superar en buena parte en los países dominantes (SANTOS, 2011, p. 20)³⁸.

A dependência para Santos é resultado do capitalismo periférico, sob o jugo do imperialismo. Mais que a rotunda transferência de excedentes em direção às nações desenvolvidas, a dependência implica uma teia que une a dinâmica de acumulação capitalista mundial às condições próprias de produção de mais-valor nas formações sociais periféricas.

Nesse sentido, é necessário registrar a divergência de Santos com o núcleo da exposição de Frank acerca do subdesenvolvimento. Frank, em seu livro “Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina”³⁹, fundamenta sua análise nos seguintes supostos: a) o capitalismo penetra no subcontinente, desde a inauguração do domínio colonial⁴⁰; b) o desenvolvimento gera o subdesenvolvimento, pois as regiões que mais floresceram durante o período colonial são agora as mais subdesenvolvidas; c) as relações de subordinação estão assentadas, sobretudo, na transferência de excedente dos satélites em direção à metrópole, de sorte que isso impede a superação da condição

³⁸ “Historicamente desde a antiguidade tem existido formações sociais imperialistas e coloniais. Entretanto, é somente na época moderna que essa relação assume um caráter mundial como consequência da integração lograda pela economia capitalista internacional que, de um lado, produz um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais e, de outro, uma alta concentração da tecnologia, a produção e os capitalistas em um centro hegemônico e um conjunto de países dominantes. O desenvolvimento do capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se transforma, dialeticamente, em um impulso a expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, em um limite para esse desenvolvimento. Pois a expansão do capitalismo não produz, em consequência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, senão a oposição entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente, limitado este em sua capacidade de desenvolvimento, incapaz de resolver nem sequer aqueles problemas de sobrevivência humana elementais que se pôde superar em boa parte nos países dominantes” (SANTOS, 2011, p. 20, tradução nossa).

³⁹ Constitui o principal livro de André Gunder Frank acerca do subdesenvolvimento. Publicado pela primeira vez no ano de 1967, o livro tece uma tenaz crítica as explicações reformistas e às explicações a-históricas sobre o subdesenvolvimento.

⁴⁰ Dessa constatação, advém a crítica de Frank às análises que afirmavam a existência de relações feudais no campo brasileiro.

subdesenvolvida⁴¹; d) os países subdesenvolvidos formam satélites em torno da nação hegemônica imperialista – na sua análise, os Estados Unidos – e por sua vez, vão hierarquizando as relações de subordinação com o surgimento de novos satélites abaixo das nações já satelizadas.

A discordância de Santos advém do fato de Frank não considerar a totalidade das dimensões que encerram a condição dependente da América Latina sob o capitalismo, que, além da transferência de excedentes, inclui a superexploração do trabalho, predomínio do setor exportador e a compressão do mercado interno. Essas dimensões não existiam, todavia, nos auspícios do domínio colonial sobre o subcontinente. Segundo Santos, a natureza da subordinação da América Latina se realizou inicialmente para atender aos interesses prementes do capitalismo comercial da metrópole não produzindo, de imediato, relações de caráter capitalista. Estas somente se desenvolverão posteriormente com a introdução do regime de assalariamento na periferia e a conformação de uma divisão internacional do trabalho aos moldes capitalistas.

Él [Frank] parte del principio de que el dominio del capitalismo comercial en América Latina colonial asegura su carácter capitalista. El capitalismo comercial, como lo ha mostrado Marx en el capítulo del volumen III de El capital, destinado a la historia del capital mercantil, no es suficiente para generar un modo de producción capitalista. En Roma, por ejemplo, el capitalismo comercial se había separado de la propiedad de la tierra y era fundamental a esta sociedad y, sin embargo, no creó un modo capitalista de producción. Este modo de producción solo existe bajo el dominio del capital industrial, que separa la producción del capital y del trabajo, la propiedad de los medios de producción y la propiedad de la fuerza de trabajo, a los capitalistas y los asalariados libres (SANTOS, 2011, p. 421)⁴².

⁴¹ Explica (FRANK, 1982, p. 7, 8) que “la metrópoli expropia el excedente económico de sus satélites y se lo apropia para su propio desarrollo económico. Los satélites se mantienen como subdesarrollados por falta de acceso a su propio excedente y como consecuencia de la polarización y de las contradicciones explotadoras que la metrópoli introduce y mantiene en la estructura económica interior del satélite. La combinación de estas contradicciones, una vez firmemente implantadas, refuerza los procesos de desarrollo en la cada vez más dominante metrópoli, y los de subdesarrollo en los cada vez más dependientes satélites, hasta que se resuelven mediante el abandono del capitalismo por una o ambas partes interdependientes”.

⁴² Ele [Frank] parte do princípio de que o domínio do capitalismo comercial na América Latina colonial assegura seu caráter capitalista. O capitalismo comercial, como mostrou Marx no capítulo do volume III de O capital, destinado a história do capital mercantil, não é suficiente para gerar um modo de produção capitalista. Em Roma, por exemplo, o capitalismo comercial havia se separado da propriedade da terra e era fundamental a esta sociedade e, entretanto, não criou um modo capitalista de produção. Este modo de produção só existe sob o domínio do capital industrial, que separa a produção do capital e do trabalho, a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho, os capitalistas e os assalariados livres (SANTOS, 2011, p. 421, tradução nossa).

Assim, mais que a satelização em relação ao imperialismo, as economias subdesenvolvidas se dobraram em uma simbiose que articulou os interesses externos de acumulação e as bases em que se conformaram o capitalismo em seu território.

No se trata de una cuestión de satelización, como lo pretende André G. Frank, sino de la conformación de un cierto tipo de estructuras internas que están condicionadas por la situación internacional de dependencia (SANTOS, 2011, p. 361)⁴³.

Estas divergências não impediram, porém, que Santos reconhecesse a significativa e, então, pioneira, contribuição de Frank ao lançar críticas ao modelo conservador e a-histórico de explicação do subdesenvolvimento. Santos ressaltou que a notabilidade da análise de Frank foi a associação feita entre a dominação colonial e o subdesenvolvimento, o desmonte da assertiva que apontava a existência de feudalismo em nossas formações sociais e a unidade contraditória entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Outrossim, ao considerar que a dependência radica nas relações de dominação capitalistas e evocar a imperiosidade da elaboração explicativa que alie a estrutura de reprodução do capital no interior dos países, junto à escala mais ampla de acumulação do capital, Santos vaticinou que foi a base conceitual da dependência que permitiu entender os motivos que ensejaram a crise das economias latino-americanas na década de 1960. A explicação formulada pelos teóricos do ISEB e da Cepal mostrou-se insuficiente ao primeiro turbilhão das economias do subcontinente, após o processo de industrialização de importações, porque enredadas em seus próprios limites fenomênicos, não captaram o verdadeiro caráter da relação desigual entre nações capitalistas.⁴⁴ Somente a análise marxista da dependência pôde desvelar que subjacente à relação desenvolvimento/subdesenvolvimento repousava os liames do imperialismo,

⁴³ Não se trata de uma questão de satelização, como pretende André G. Frank, senão da conformação de um certo tipo de estruturas internas que estão condicionadas pela situação internacional de dependência (SANTOS, 2011, p. 361, tradução nossa).

⁴⁴ A legitimidade do pensamento desenvolvimentista dentro da academia e da análise social perdeu força frente à teimosia da realidade em desafiar suas interpretações e proposições. O epicentro da crise das economias latino-americanas, localizado na incapacidade de fazer frente à desvantagem na composição orgânica de capitais e o rompimento do frágil pacto populista por parte das burguesias nacionais enfraqueceram o pensamento desenvolvimentista. Conforme (SANTOS, 2011, p. 331) a América Latina enfrentava uma “Crisis económica marcada sobre todo por una baja de las tasas de crecimiento y un endeudamiento internacional progresivo que hace distinguir las décadas del 60 y del 70 de los años optimistas de la década del 50. Crisis política e institucional marcada por los sucesivos golpes de Estado al lado de los movimientos populares de creciente radicalización. Crisis social caracterizada por la profunda conciencia de la necesidad de reformas estructurales. Crisis ideológica caracterizada por el fracaso del populismo y el choque de nuevas posiciones radicalmente divergentes, al lado de una perplejidad evidente en vastos sectores sociales”.

os quais atualizaram constantemente as relações desiguais com base no inerente funcionamento do capitalismo.

O imperialismo e sua correlação com a condição dependente dos países periféricos conjugam, portanto a temática que ensejou os valiosos escritos de Santos. O corolário de sua exposição apontou para um salto de qualidade entre o imperialismo forjado no último quartel do século XIX e o imperialismo (ou, conforme a denominação de Santos, novo imperialismo) emergente após a II Guerra Mundial. Para Santos o imperialismo analisado pelos marxistas da II Internacional correspondeu a um período da história do capitalismo onde: 1- o capitalismo não estava plenamente integrado; 2- os monopólios se relacionavam com os países periféricos para operações financeiras, intercâmbio de artigos industriais por matérias primas e poucos investimentos externos diretos. Sua acumulação de capitais era eminentemente interna e, não obstante a notoriedade dos monopólios, estes não dispensavam vultosos investimentos no exterior para a produção de mais-valor. Em resumo, o imperialismo endossava a divisão internacional do trabalho que destinava aos países periféricos a responsabilidade pela alimentação da população e das indústrias do centro.

No entanto, o novo imperialismo tem seu nascedouro em um capitalismo internacionalizado com um notável entrelaçamento do comércio de bens e serviços entre as nações e com os monopólios econômicos ainda mais poderosos. Para Santos, são os monopólios e sua atuação em escala mundial que confere um novo significado ao imperialismo. Os monopólios, concebidos, agora, como multinacionais⁴⁵ extrapolam seu campo de investimento e são decisivos na produção de bens industriais nos países periféricos.

La célula de esta economía internacional es un nuevo tipo de empresa que trasplanta hacia la escala mundial las poderosas técnicas de apropiación, administración y control privados de los resultados de la concentración tecnológica y económica, de la monopolización, de la centralización, de la conglomeración y de la intervención estatal. Este nuevo tipo de empresas vino a superar los antiguos trusts y cárteles que tenían una relación de complementariedad comercial con sus actividades en el exterior, desarrolladas en función del intercambio

⁴⁵ La formación de las empresas multinacionales tiene que ver también, muy directamente, con la concentración económica y con el desarrollo del monopolio y de la gran empresa. Hay una correlación directa entre el multinacionalismo, el monopolio y la gran empresa. Las empresas multinacionales son exactamente aquellas que han logrado mayor grado de control monopolístico del mercado interno de sus países y son las más concentradas, salvo las raras excepciones de las empresas que se formaron ya en función del mercado internacional. Multinacionalismo, concentración y monopolio están unidos y conforman las tendencias principales de la economía mundial contemporánea (SANTOS, 2011, p. 85).

entre la exportación de manufacturas desde los centros industriales y la importación de productos agrícolas y materias primas desde los países subdesarrollados. Las modernas corporaciones multinacionales, no solo aumentaron significativamente el papel de los negocios internacionales en el conjunto de sus actividades, también se dedicaron a producir para el mercado interno de los países que reciben sus inversiones (SANTOS, 2011, p. 09)⁴⁶.

Com a emergência das multinacionais houve uma mudança qualitativa na produção de artigos nos países periféricos que re-significou a divisão internacional do trabalho, haja vista que o ingresso de investimentos galvanizou e diversificou a produção industrial dos mesmos. O deslocamento de capitais dos países desenvolvidos, especialmente da nova formação social hegemônica, os Estados Unidos, em direção aos países periféricos visou dar exequibilidade a crescente concentração de capitais no centro, mas ao mesmo tempo, reforçou as relações de subordinação com a periferia, pois as corporações multinacionais por meio de suas sucursais passaram a controlar o desenvolvimento industrial dos países para onde se deslocava. Os fundamentos em que se baseavam esse controle eram, sobretudo, os juros dos empréstimos, os royalties advindos da cessão de máquinas e tecnologias e o investimento externo direto intraempresarial. Santos (2011) explica que as atividades das multinacionais,

[...] en el exterior se funden con la economía hacia donde se desplazan, destinándose no solo al mercado internacional, sino también a los mercados internos de los países donde operan, y articulándose profundamente con su estructura productiva. Los mecanismos de concentración, monopolización e internacionalización del capital que impulsaron a estas empresas y las convirtieron en multinacionales, comienzan a operar también en el nivel de sus filiales, conformando un complejo proceso de interrelación entre ellas y dando origen a una nueva etapa de la economía mundial. La esencia de la empresa multinacional se encuentra, sin embargo, en su capacidad de dirigir, de manera centralizada, este complejo sistema de producción, distribución y capitalización a nivel mundial⁴⁷ (Ibid, p. 89).

⁴⁶ A célula desta economia internacional é um novo tipo de empresa que transfere em direção a escala mundial as poderosas técnicas de apropriação, administração e controle privados dos resultados da concentração tecnológica e econômica, da monopolização, da centralização, da conglomeração e da intervenção estatal. Este novo tipo de empresas veio a superar os antigos trusts e carteis que tinham uma relação de complementaridade comercial com suas atividades no exterior, desenvolvidas em função do intercâmbio entre a exportação de manufaturas desde os centros industriais e a importação de produtos agrícolas e matérias primas desde os países subdesenvolvidos. As modernas corporações multinacionais não só aumentaram significativamente o papel dos negócios internacionais no conjunto de suas atividades, também se dedicaram a produzir para o mercado interno dos países que recebem seus investimentos (SANTOS, 2011, p. 09, tradução nossa).

⁴⁷ “[...] no exterior se fundem com a economia em direção em direção aonde se deslocam, destinando-se não só ao mercado internacional, senão também aos mercados internos dos países onde operam, e articulando-se profundamente com sua estrutura produtiva. Os mecanismos de concentração,

Entretanto, a expansão das multinacionais mundo afora, expressão concreta do novo imperialismo, se realizou mediada por uma contradição principal, através da qual se originaram outras contradições secundárias. A principal contradição foi a necessidade das multinacionais de se deslocarem em busca de maior centralidade em suas atividades econômicas internacionais, sem prescindir de sua base nacional. Enquanto o Estado se esforçou para oferecer as condições ideais para a reprodução ampliada do capital, às custas do endividamento de sua própria economia, as grandes corporações, em que pese a imprescindibilidade do apoio estatal, não puderam permanecer subordinadas aos estritos marcos nacionais, sob pena de esterilizarem a própria finalidade de sua expansão: a reprodução ampliada do capital.

Essa relação contraditória entre o poder crescente das multinacionais e a impossibilidade de se desvincular absolutamente da proteção estatal, assinalou os conflitos de interesses entre os grupos empresariais monopólicos e o capitalismo de Estado. É por meio desta contradição *mater* que Santos desdobrou mais quatro contradições, não menos importantes, porém, devidamente associadas à principal.

A primeira contradição apontada por Santos é o desenvolvimento desigual e combinado. O capitalismo quando alcança o status de modo de produção social hegemônico e internacionalizado contribui para a padronização de formas de exploração do trabalho, de gerenciamento da atividade produtiva, de operações financeiras, entre outras. Todavia, acentua sobremaneira as diferenças abismais entre as nações e regiões, pois se aproveita dessas próprias diferenças para o sobrelucro, ou seja, para a extração de excedentes dos espaços mais débeis da economia. A avidez pela expansão para fora dos limites nacionais por parte das multinacionais ensejou-se pelas diferenças e, à medida em que as aprofunda, também as unifica. Santos vai explicar que a promoção da industrialização dos países periféricos, após a II Guerra Mundial, especialmente na América Latina, se concretizou com os investimentos estrangeiros, em decorrência da possibilidade de extração do sobrelucro, dos mecanismos de transferência de excedentes para os centros e superexploração do trabalho. A chegada das multinacionais, ao tempo em que gerou uma nova especialização produtiva das economias periféricas – produção

monopolização e internacionalização do capital que impulsionaram a estas empresas e converteram-nas em multinacionais, começam a operar também em nível de suas filiais, conformando um complexo processo de interrelação entre elas e dando origem a uma nova etapa da economia mundial. A essência da empresa multinacional se encontra, entretanto em sua capacidade de dirigir, de maneira centraliza este complexo sistema de produção, distribuição e capitalização em nível mundial” (Ibid, p. 89, tradução nossa).

de manufaturas basilares para a produção industrial ou produção de bens resultantes do emprego de muita mão de obra, a exemplo de roupas e sapatos –, o rompimento da tradicional divisão internacional do trabalho e a integração dessas economias a dinâmica acumulativa mundial, também aprofundou a dependência.

Um exemplo ilustrativo de como as inversões estrangeiras, na industrialização dos países periféricos, concorreram para reforçar a subordinação foi o endividamento dos estados latino-americanos com a contração de empréstimos, a fim de oferecer a infra-estrutura para as multinacionais que desembarcavam, e a fragilidade em controlar a saída de capitais, o que por sua vez, provocou um déficit fiscal sem tamanho. Sobre os empréstimos internacionais, firmados na forma de “ajuda internacional”, Santos afirmou que eles atuaram como um eficiente mecanismo de controle sobre as sociedades dependentes, diversificando a possibilidade de retirada de excedentes, com seus juros acachapantes.

Em síntese, a primeira contradição decorreu da ação inerente ao capitalismo de desenvolver as relações capitalistas sempre em escala mundial afirmando suas diferenças regionais e nacionais.

[...] la unificación del mercado a nivel mundial lleva a una cierta homogeneización de patrones de conducta. Pero, por otro lado, la posibilidad de explotar las grandes diferencias regionales lleva a acentuar el desarrollo de ciertos sectores en detrimento de otros. Las mismas unificación y homogeneización facilitan, dialécticamente, la desigualdad, al facilitar el movimiento de capitales hacia los centros internacionales más dinámicos (SANTOS, 2011, p. 63; 64)⁴⁸.

A segunda contradição do novo imperialismo é a que se verifica entre a inadiável necessidade de investimentos externos diretos na periferia, como forma de assegurar o sobrelucro, e a contradição radicada neste movimento, uma vez que o desenvolvimento da produção industrial nos países dependentes modifica seu intercâmbio na divisão internacional do trabalho. Isso significa que os países dependentes se especializam na oferta mundial de bens, os quais estavam antes sob o controle dos países centrais. Embora não deixe de ser vantajoso para as economias dos países desenvolvidos, haja vista que usa os variados expedientes de punção da mais-valia produzida nos países periféricos (juros, royalties, assistência técnica) e concedem

⁴⁸ [...] a unificação do mercado em nível mundial leva a uma certa homogeneização de padrões de conduta. Mas, por outro lado, a possibilidade de explorar as grandes diferenças regionais leva a acentuar o desenvolvimento de certos setores em detrimento de outros. As mesmas unificação e homogeneização facilitam, dialeticamente, a desigualdade ao facilitar o movimento de capitais em direção aos centros internacionais mais dinâmicos (SANTOS, 2011, p. 63; 64, tradução nossa).

uma tecnologia já ultrapassada em sua estrutura produtiva, os monopólios que atuam na economia dependente passam a concorrer com as empresas similares que operam nos países desenvolvidos e, ademais, a economia dos países centrais igualmente se especializa, acentuadamente, na produção de artigos com elevada tecnologia.

Ou seja, se verifica uma economia central absolutamente mediada pela alta produtividade do trabalho, que prescinde da produção industrial intermediária e uma economia dependente mais competitiva no mercado internacional, em razão dos investimentos externos diretos dos monopólios estrangeiros, os quais encontram as condições ideais para a exploração do mais-valor. O resultado dessa relação são os déficits na balança comercial e de pagamentos de alguns países do centro. Santos analisou o caso dos Estados Unidos, principal parceiro comercial dos produtos latino-americanos, que passaram a amargar crescentes perdas no intercâmbio de produtos industriais com baixa tecnologia, a ponto de registrar pela primeira vez desde a II Guerra Mundial o fechamento desfavorável de sua balança comercial em 1971.

A esta situação contraditória em que os investimentos no exterior das empresas multinacionais provocam rebatimentos indesejáveis à continuidade da produção concreta de mais-valor nos centros, Santos creditou a uma característica que já havia sido apontada por Lênin, qual seja, a tendência ao parasitismo das economias imperialistas. Em outras palavras, a partir da leitura de Lênin, Santos visualizou uma manifestação cristalina de que com o passar do tempo, as economias centrais se inclinam a operar, sobretudo, às custas da exploração do trabalho no exterior⁴⁹.

Em resumo, a segunda contradição do novo imperialismo resultou do choque entre o desejo de expansão das corporações multinacionais e os interesses da economia nacional. Pois “la expansión del sistema productivo en escala mundial entra en conflicto con los intereses de la expansión, o aun mantenimiento, de parte de las actividades productivas en los centros hegemônicos” (SANTOS, 2011, p. 70)⁵⁰. Como essa

⁴⁹ Santos afirma que essa tendência ao parasitismo se desenvolvia no centro dominante da economia mundial, os Estados Unidos. Diz ele: “El resultado de este proceso que ya está en curso es, pues, evidente. Se trata de desplazar las actividades productivas hacia el exterior del centro dominante bajo la forma de inversiones en los países periféricos e intermedios. De ahí se acentuarían las tendencias del centro hegemónico a disfrutar hedonísticamente de su control sobre la producción internacional. Se genera así una situación de parasitismo que reitera las tendencias observadas por Lenin en la Inglaterra de fines del siglo pasado y comienzos del actual” (SANTOS, 2011, p. 69).

⁵⁰ “la expansión do sistema produtivo em escala mundial entra em conflito com os interesses da expansão, ou ainda da manutenção de parte das atividades produtivas nos centros hegemônicos (SANTOS, 2011, p. 70, tradução nossa).

disjuntiva não consegue ser contornada, a tendência é aprofundar-se desdobrando outras contradições.

A terceira contradição é a convivência do Estado como base e como limite. O despotismo das multinacionais coloca em xeque o controle estatal sobre as operações radicadas em seu território, além de corroer a base produtiva da economia capitalista nos domínios nacionais.

O desejo de reprodução ampliada do capital das multinacionais não dimensiona as consequências de seus investimentos no exterior para a economia onde está sediada sua matriz, bem como para a dinâmica social entre as classes. O mesmo papel não exerce o estado nacional, que recebe toda a pressão de frações da classe dominante e do conjunto dos trabalhadores para que faça valer suas prerrogativas e introduza maior controle sobre as operações externas das multinacionais de modo a compensar os investimentos públicos e evitar a crise da economia nacional⁵¹.

Santos avaliou que esta contradição, de difícil solução, ocorre nos países do centro e nos países dependentes, sendo típica do novo imperialismo, onde as multinacionais alcançaram tamanha musculatura, a ponto de desafiar o Estado. Trata-se de uma “quebra de braço” na qual um adversário não pode anular o outro, sob pena de se auto-anular. O Estado necessita das corporações multinacionais para impor seu domínio e manter-se na difícil concorrência capitalista mundial e as multinacionais não podem prescindir em absoluto do Estado, pois este é seu porto-seguro nos momentos de crise.

[...] los Estados nacionales de los centros dominantes (y también los de los países periféricos) son la base de la acumulación y reproducción del capitalismo a nivel local y de su expansión internacional y representan, al mismo tiempo, un fuerte límite para la plena libertad de operación de las corporaciones multinacionales (SANTOS, 2011, p. 71)⁵².

⁵¹ Santos avalia que há uma intrincada teia envolvendo interesses convergentes e divergentes da multinacional, da economia para onde ela se desloca e da economia onde está sediada. Sem dúvida, o que move as empresas multinacionais nem é o desejo patriota de expandir a economia nacional, nem o desejo caridoso de crescer a economia do país que recebe os investimentos. Segue sua ilustrativa exposição: “En el seno de la corporación multinacional se mezclan y buscan conciliarse los intereses contradictorios generados por estos tres órdenes estructurales: la economía local, la economía dominante y la empresa multinacional. La lucha por conciliar las dinámicas que orientan esas instancias, en el seno de la economía internacional capitalista, supone un nuevo orden de problemas, que se expresa a través del conjunto de contradicciones que enfrenta la empresa multinacional (Ibid, p. 109; 110).

⁵² [...] os Estados nacionais dos centros dominantes (e também os dos países periféricos) são a base da acumulação e reprodução do capitalismo em nível local e de sua expansão internacional e representam, ao mesmo tempo, um forte limite para a plena liberdade de operação das corporações multinacionais (SANTOS, 2011, p. 71, tradução nossa).

A quarta contradição está inscrita na relação entre o poder financeiro e a moeda internacional. Santos analisa que a posse de uma moeda forte e com caráter internacional é condição para o alcance de empoderamento econômico e político de uma nação, uma vez que o dinheiro se converte em investimentos de capitais sobre os quais se extrai significativos lucros. Ademais, a moeda também se destina aos investimentos improdutivos – gastos militares – com o fito de assegurar os interesses dos monopólios. Entretanto, em um mundo capitalista internacionalizado, uma moeda que atue como equivalente internacional, aduz a graves problemas, como a inflação, a dificuldades na balança de pagamentos e as operações financeiras especulativas.

Santos, mais uma vez, focalizou a análise no centro hegemônico do imperialismo, os Estados Unidos, e demonstrou que desde que o dólar assumiu a condição de equivalente internacional, desencadeou um processo inflacionário em suas raias e um sonoro conflito no interior da classe burguesa norte-americana que dividiu os exportadores – desejosos de uma valorização da moeda e os importadores – ávidos pela desvalorização cambial. Soma-se a este fato os eminentes gastos militares no exterior, as crescentes importações de bens de consumo dos países periféricos e os empréstimos internacionais contraídos pelo Estado para a continuidade do ciclo econômico dentro do país.

A moeda internacional é uma possibilidade de assegurar o controle da economia mundial e dispor de legitimidade política, todavia ela é combustível para um incontido processo inflacionário que impõe perdas comerciais e fiscais ao seu possuidor. No caso das nações imperialistas, especialmente seu núcleo hegemônico, as perdas são substanciais em razão dos investimentos externos diretos e indiretos que, não obstante a repatriação dos lucros, tornam-se extremamente dispendiosos. Desse modo, Santos resumiu a quarta contradição afirmando que,

[...] la presión internacional de una moneda fuerte, es al mismo tiempo condición de dominación financiera mundial y base del debilitamiento posterior de esa moneda y de la dominación consecuente. (SANTOS, 2011, p. 71)⁵³.

Os motivos que ensejaram Santos a apontar e deter-se na análise dessas contradições foi a necessidade de fundamentar a existência do novo imperialismo, que

⁵³ [...] a pressão internacional de uma moeda forte é ao mesmo tempo condição de dominação financeira mundial e base do debilitamento posterior dessa moeda e da dominação consequente (SANTOS, 2011, p. 71, tradução nossa).

dialeticamente manteve as bases gerais de exploração do mais-valor e concomitantemente modificou o caráter escalar de sua atuação, com rotundos rebatimentos na divisão internacional do trabalho. A hegemonia das multinacionais nas atividades econômicas internacionais sintetizou esse novo arcabouço do imperialismo mundial. As operações dessas empresas nos países periféricos, por meio de investimento diretos e indiretos assumiram proporção significativa de seus capitais e estiveram assentadas no monopólio da tecnologia e na viabilidade de extração de vultosos lucros, na superexploração da força de trabalho e na apropriação dos excedentes. Em que pese o fato das multinacionais haverem gerado uma diversificação na base industrial e no padrão de exportação dos países periféricos, sua presença não alterou um milímetro a condição dependente dessas formações sociais.

El carácter desigual y combinado del desarrollo capitalista contemporáneo no produce, como en el siglo pasado, la emergencia de nuevos centros capitalistas, sino mayores contradicciones entre los centros ya existentes, que acentúan sus profundas contradicciones con los países dependientes, cuya solución exige un salto dialéctico hacia un nuevo sistema económico-social que lleve al socialismo y no a un capitalismo más desarrollado (SANTOS, 2011, p. 64; 65)⁵⁴.

Nesse sentido, o novo imperialismo reatualizou velhas contradições sob marcos ainda mais estreitos. A industrialização como alternativa à dependência sem o rompimento com o modo irracional de produção e distribuição da riqueza, que é o capitalismo, provocou tão somente um desfecho mais avassalador às economias periféricas, caducando o antagonismo desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, em nome de uma outra confrontação socialismo ou capitalismo dependente.

⁵⁴ O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista contemporâneo não produz, como no século passado a emergência de novos centros capitalistas senão maiores contradições entre os centros já existentes, que acentuam suas profundas contradições com os países dependentes, cuja solução exige um salto dialético em direção a um novo sistema econômico-social que leve ao socialismo e não a um capitalismo mais desenvolvido (SANTOS, 2011, p. 64; 65, tradução nossa).

Capítulo 3- Século XXI: que imperialismo?

O esgotamento da dinâmica de acumulação inaugurada pelo capitalismo desde o fim da Segunda Guerra, o rompimento “unilateral” dos Estados Unidos do Acordo de Bretton Woods, a adoção crescente de uma tecnologia que poupa força-de-trabalho e articula os sistemas de produção dispersos sobre o globo, o estúpido aumento do volume de operações financeiras a partir de 1970 e o desmoronamento do chamado socialismo real, inegavelmente, empurram o capitalismo sobre novas condições históricas. Assim, não foram poucos os autores marxistas, que se desdobraram em descobrir se essas alterações no modo de produção vigente eram tão significativas a ponto de assinalar uma ruptura com a compreensão sobre o imperialismo, cunhada inicialmente pelos marxistas da II Internacional – e posteriormente atualizada por outros pensadores, a exemplo de Baran e Sweezy, além dos signatários da Teoria Marxista da Dependência – ou uma atualização das bases materiais de exploração capitalistas que exige uma redefinição do conceito de imperialismo sem perder de vista a essência de seu conteúdo.

Diante dos limites do presente trabalho elencamos um autor que em nosso julgamento sintetiza o esforço de interpretação do imperialismo, ou de sua superação em meio ao advento do século XXI. Analisaremos o livro *O Novo Imperialismo*, do geógrafo David Harvey.

3.1- O imperialismo de David Harvey: sobreacumulação e o lado de fora do capitalismo

Publicado originalmente no ano de 2003, o livro “O novo imperialismo” de autoria do geógrafo britânico David Harvey, aponta para a materialização de uma nova ordem imperialista. A despeito da tese de Hardt; Negri (2005) que asseverou o fim do imperialismo, Harvey converge para o entendimento de que o imperialismo segue não somente válido, como também, mais ameaçador que outrora, haja vista que recrudesceu o poder exploratório do capital ao retomar métodos de expropriação que datam do surgimento do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, afirmamos que a tese de Harvey reside no entendimento de que houve a constituição de um novo imperialismo, galvanizado pelas crises de reprodução do capital da década de 1970, ancorado na singularidade da acumulação por expropiação.

Para fundamentar essa tese, permeia todo o estudo do autor a análise da ordenação espaço-temporal como síntese da relação entre o Estado e o capital.

No escrito de Harvey, é notório seu esforço em demonstrar a relação dialética e indissociável entre o que ele assimila ser a “lógica territorial de poder” e a “lógica capitalista de poder”. A primeira está plasmada nas instituições estatais e nos dispositivos da política interna e externa. A segunda compreende o processo molecular de acumulação do capital. Harvey explica que embora não representem elementos antagônicos é comum se situarem conflitivamente, uma vez que à lógica capitalista de poder lhe é indiferente a taxa de desemprego, o decréscimo do PIB e a geopolítica de uma nação, desde que todos esses aspectos não resultem em estagnação da capacidade de reprodução expandida do capital. Em situação diametralmente oposta se encontra a lógica territorial do poder que necessita assegurar a reprodução expandida do capital sem perder de vista a conquista da opinião pública, a administração fiscal e monetária e a resolução de conflitos internacionais – os quais nem sempre tem origem nas contendas econômicas.

Segundo Harvey, essa relação entre os interesses do Estado e do capital foi, durante largo tempo, concebida pelas teorias do imperialismo como absolutamente convergente, ignorando as contradições subjacentes à própria condição de cada um dos sujeitos. Enquanto o Estado representa um poder fixado em um território, com disposições normativas nacionais e internacionais a serem observadas e com uma economia a ser administrada, a lógica capitalista é alimentada pela possibilidade imediata de acumulação de capital, que pressupõe a não-fixação absoluta em um território e interesses frequentemente divergentes da coletividade. Ainda que ao Estado não possa ser atribuída a condição de neutralidade, não se pode apreendê-lo sem observar sua contradição estrutural de ser, concomitantemente, uma instituição para a garantia da reprodução do capital e uma instituição que encarna e se legitima pelo sentido de coletividade da nação. Portanto, no entendimento de Harvey é imprescindível na análise do imperialismo,

[...] ver que as lógicas territorial e capitalista do poder diferem entre si. Porém é igualmente inegável que essas duas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias. A literatura sobre o imperialismo e o império supõe com demasiada frequência um fácil acordo entre elas: que os processos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. A relação entre essas duas lógicas deveria, pois ser vista como problemática e

muitas vezes contraditória (ou seja, dialética) em vez de cooperativa e unilateral. Essa relação dialética cria o arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes mas interligadas (HARVEY, 2009, p. 34)

Conforme Harvey, o Estado exerce um papel inigualável na promoção das condições de desenvolvimento capitalista – como à época da acumulação primitiva por meio das expropriações de terras – e na preservação das mesmas. Sobre esta última, o Estado, para além de suas atribuições financeiras, monetárias, fiscais e repressivas, se encarrega de ordenar o espaço de forma a garantir a quebra de barreiras espaciais e a mobilidade do capital.

Essa mobilidade do capital é a chave para a resolução ou atenuação de suas crises e a continuidade do processo de acumulação de capital. O capitalismo intensificou a diferenciação geográfica da paisagem, ensejado pela concorrência e pela busca do decréscimo dos custos e do acréscimo dos lucros. Cada espaço apropriado pelo capitalista constitui sua tentativa de dar vazão ao capital sobreacumulado e desbancar seu concorrente.

Nesse sentido, Harvey entende que a “competição no âmbito do sistema espacial é uma espécie de competição monopólica” (Ibid, p. 85). Ou seja, considerando que o capitalista concorre para domínio privado do espaço, trata-se de uma disputa pelo monopólio espacial, onde se objetiva assegurar a continuidade do ciclo reprodutivo do capital em formas mais vantajosas.

Assim, a tônica da produção espacial pelos capitalistas é o desenvolvimento geográfico desigual. Quanto maior a concorrência capitalista, também maior o ímpeto pela apropriação monopólica do espaço, como resposta à primeira. Faz-se necessário destacar que o domínio monopólico do espaço não anula a concorrência, a qual se estabelece por meio da disputa pela extinção das barreiras espaciais e conquista de formas espaciais que mais convenha aos grupos monopólicos. Segundo Harvey, a força propulsora do imperialismo reside nessa disputa pelo poder monopólico de ordenamento espacial e extinção de barreiras, sendo somente por meio da produção do espaço e da compulsória redefinição da escala geográfica de atuação dos empreendimentos capitalistas – através dos deslocamentos espaciais – a solução – ainda que parcial – à tendência do capitalismo a sobreacumular capitais. Acerca dessa íntima relação entre a busca pela conquista monopólica do espaço e o imperialismo, nos explica Harvey:

Os capitalistas podem usar, e naturalmente usam, estratégias espaciais para criar e proteger poderes de monopólio onde quer e quando quer que lhes seja permitido. O controle de localizações estratégicas ou complexos de recursos essenciais é uma importante arma. Em alguns casos, o poder monopolista é potente o bastante para inibir o dinamismo da geografia do capitalismo, introduzindo fortes tendências de inércia e estagnação geográficas. A tendência ao dinamismo espacial advinda da busca competitiva de lucros é combatida pela reunião de poderes monopolistas no espaço. É exatamente desses centros que emanam tipicamente práticas imperialistas e clamores por uma presença imperial. Lenin e Hilferding estavam portanto certos em enfatizar a importante ligação interior entre monopolização e imperialismo (Ibid, p. 85).

Em resumo, a análise do imperialismo nos escritos de Harvey perpassa a compreensão das contradições na produção espacial das trocas capitalistas que redesenham peremptoriamente a paisagem geográfica. O imperialismo se inscreve no desenvolvimento geográfico desigual, decorrente das trocas assimétricas de produtos e da apropriação monopólica do espaço. Nesse diapasão cabe ao Estado emular para continuidade das assimetrias em âmbito da produção espacial. Explica-nos Harvey:

As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não-leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica (Ibid, p. 35).

Buscando dimensionar as singularidades históricas do imperialismo, Harvey realizou uma digressão temporal dividindo-o em três momentos: a) o imperialismo inicial de 1870 a 1945; b) o imperialismo de hegemonia norte-americana de 1945 a 1973 e; c) o novo imperialismo, que se inicia desde a década de 1970 e cujos limites temporais ainda não se esgotaram.

Acerca da primeira manifestação histórica do imperialismo, Harvey explica que a despeito de um mero desejo de estender os tentáculos do poder sobre outros países, a expansão das atividades capitalistas *hacia fuera* das fronteiras nacionais consistiu em uma saída à disjuntiva entre a existência do capital excedente e a impossibilidade de aplicá-lo no interior da nação. Era necessário abrir caminho para a produção de capital

no exterior e as nações que dispunham da condição de fazê-lo o fizeram esquadrinhando o mapa mundial à luz da força militar e do poder econômico.

No que diz respeito ao surgimento do imperialismo, Harvey corrobora com a análise de Hannah Arendt, exposta no livro “Origens do totalitarismo”, publicado originalmente na década de 1950. Arendt parte do pressuposto de que o imperialismo representou a primeira etapa da dominação burguesa sobre o mundo – contrariando a assertiva de Lenin, quando este associou o imperialismo à derradeira etapa do capitalismo. Ou seja, conforme a autora, a burguesia, antes do imperialismo, não se interessava em obter a dominação política, contentando-se com qualquer forma de Estado que não atrapalhasse seus objetivos, entretanto, as dificuldades em administrar a superprodução de capital estimularam a burguesia em buscar a conquista das rédeas políticas. Ademais, Arendt concluiu que o nacionalismo aliado ao racismo serviram como narrativa ideológica que justificou as investidas militares expansionistas dos países imperialistas sobre outros países, lapidando o mundo de acordo com seus interesses.

[...] o nacionalismo descambou tão nitidamente para o imperialismo, apesar da contradição inerente aos dois princípios. Quanto menos adequadas eram as estruturas das nações para a incorporação de povos estrangeiros (o que aliás, contradiria a constituição de seu próprio corpo analítico), mais se viam tentadas a oprimi-los. Teoricamente, existe um abismo entre o nacionalismo e o imperialismo; na prática, esse abismo já foi transposto pelo nacionalismo tribal e pelo racismo desenfreado, pois desde o início os imperialistas de toda parte diziam-se “acima de todos os partidos” e ufanavam-se disso, julgando-se os únicos que podiam falar em nome da nação como um todo (ARENDT, 1989, p. 182, 183).

Essa primeira etapa da dominação burguesa, concebida por Arendt, corresponde, portanto, no entendimento de Harvey à primeira fase imperialista, interpretando-a como o momento inicial em que a lógica capitalista de poder se sobrepõe à lógica territorial de poder, haja vista, o advento da abertura forçada de mercados, o deslocamento dos monopólios, a imposição de empréstimos e os fluxos de capitais.

A segunda fase do imperialismo emergiu da 2ª Guerra Mundial. Houve o desmantelamento do imperialismo lastreado pelo arcabouço racista e pela ocupação neocolonizadora, a exemplo da partilha da África e de parte da Ásia. A ONU, como instituição multilateral, contribuiu para condenar a existência de supostas diferenças

naturais e ao mesmo tempo, suscitou uma nova ordem explicativa pautada na expansão da liberdade e da propriedade capitalista pelo mundo. O país mais bem posicionado para assumir a hegemonia mundial política e econômica foram os Estados Unidos, uma vez que eram concebidos pela comunidade internacional como o poço da tolerância e da prosperidade e, também, por já apresentarem, há certo tempo, um significativo desenvolvimento industrial e militar.

Os desdobramentos do poder norte-americano se fizeram sentir na adoção do dólar como moeda internacional, nos investimentos na reconstrução da Europa e do Japão, na influência decisiva na criação do Estado de Israel, no Oriente Médio, na expansão de suas multinacionais e nas trocas comerciais, indiscutivelmente, vantajosas, onde lhe foi possível apropriar-se dos excedentes de outros países.

O fim das guerras de maior monta permitiu investimentos fixos mais seguros e as atividades militares passaram a ser executadas pela OTAN, sob a liderança dos Estados Unidos, em operações de âmbito regional, visando o suplante da influência comunista e o estabelecimento da *pax* capitalista. O intervalo de aproximadamente trinta anos, entre a grande guerra e a crise sobressalente de 1973, compreendeu um período de destacada acumulação de capitais, por meio do deslocamento espacial das atividades capitalistas, cujo epicentro localizava-se em terras ianques. O problema inexorável da sobreacumulação de capitais foi temporariamente solucionado naquele momento por meio de longevos empreendimentos internos e investimentos externos diretos. Durante largo tempo, os Estados Unidos, enquanto nação hegemônica mundial, foram quase incontestes, e seu domínio temporal parecia sem fim. Detalha-nos Harvey

[...] o período que vai de 1945 a 1970 foi a segunda etapa do regime político da burguesia funcionando sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos países capitalistas avançados. A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o “desenvolvimentismo” como meta generalizada para o resto do mundo. O problema da sobreacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaço-temporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos. Esperava-se que essas estratégias permitissem ao sistema superar os problemas econômicos que haviam perturbado os anos 1930 e protegessem da ameaça do comunismo (Ibid, p. 55).

Entretanto, os últimos anos da década de 1960 sinalizaram o esgotamento do ciclo de ouro da acumulação de capital. Os Estados Unidos, símbolo da produtividade

industrial e da força financeira passaram a apresentar sucessivas baixas na balança comercial que punham a nação, pela primeira vez desde o fim da grande guerra, em situação desfavorável. Pesou sobre a economia norte-americana as vultosas despesas militares e a manutenção do consumo opulento de seus cidadãos, criando um déficit fiscal sem precedentes. Em âmbito do comércio internacional os monopólios dos Estados Unidos tiveram que enfrentar a concorrência das empresas japonesas e européias e, não ocasionalmente, amargou a inferioridade competitiva em vários artigos. As dificuldades de resolução da conhecida tormenta da sobreacumulação de capitais tornaram-se mais visíveis e as práticas da lógica territorial do poder já não eram suficientes.

Em meio a essa crise, é inaugurada, segundo Harvey uma terceira e vigente fase do imperialismo. Ela é resultado das mudanças impressas pelos capitalistas em consorte com os Estados para a retomada do processo de acumulação de capitais e consistiu, sobretudo, no desmonte do sistema de Bretton Wodds, na desmaterialização do dólar, no alavancamento da especulação financeira e na interligação mundial das atividades financeiras.

De acordo com Harvey, os Estados Unidos foram o principal artífice na orquestração dessa economia com pujança das atividades financeiras. Ao romper o vínculo do dólar com o ouro, os norte-americanos se valeram do poder monopólico de emissão da moeda internacional, sem qualquer controle restritivo, a fim de consumir seus próprios interesses⁵⁵. Além disso, articularam a proteção ao dólar como forma de mantê-lo longevamente como moeda corrente nas operações comerciais, a exemplo do acordo firmado com os países produtores de petróleo, ainda na década de 1970⁵⁶. Em que pese o esforço dos Estados Unidos para preservar sua proeminência nas questões econômicas em âmbito internacional, o estímulo às operações do capital volátil contribuiu para a desindustrialização do próprio país, o aumento das importações –

⁵⁵ Harvey explica que os norte-americanos levaram vantagem não somente em razão da possibilidade de emissão descontrolada do dólar, mas também na imposição de um valor à moeda sem correspondência direta com seu custo de produção e circulação. Em outras palavras os Estados Unidos usaram seu direito de *seigniorage*.

⁵⁶ Em meados da década de 1970, os o então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, estabeleceu acordo inicialmente com a Arábia Saudita e, posteriormente, com todos os países da OPEP para a venda exclusiva dos barris de petróleo sob a moeda dólar. Também vinculada ao acordo constava a obrigação dos países petrolíferos receptores de dólar de depositarem no sistema bancário norte-americano parte dos seus lucros. Esse sistema ficou conhecido como reciclagem dos petrodólares permitiu aos Estados Unidos repatriarem parte do dólar circulante.

inclusive de artigos de notável valor agregado – e, por conseguinte, o déficit da balança comercial. Detalha-nos Harvey:

Embora a mudança para o poder financeiro tenha trazido muitos benefícios diretos para os Estados Unidos, os efeitos em sua estrutura industrial foram nada menos que traumáticos, se não catastróficos. Onda após onda de desindustrialização atingiram indústria após indústria e região após região no interior dos Estados Unidos, no começo afetando bens de baixo valor adicionado (como os produtos têxteis), mas passo a passo atingindo a escala mais alta do valor adicionado em setores como o aço e os estaleiros e alcançando as importações de alta tecnologia, especialmente vindas das regiões leste e sudeste da Ásia. [...]. Os Estados Unidos foram cúmplices do solapamento de seu domínio na manufatura ao desencadear por todo o globo os poderes das finanças (Ibid p. 60).

Nesse sentido, Harvey avalia que os Estados Unidos, nesta última fase do imperialismo, perderam a condição de nação hegemônica, conduzindo sua pujante economia industrial ao caráter rentista, tal como já havia afirmado Lenin, nos albores do século XX, quando se referiu à tendência das economias imperialistas a assumirem um caráter parasitário. Os investimentos do Estado e a manutenção da estrutura administrativa do país tornaram-se dependentes da venda de títulos da dívida soberana, da emissão desmaterializada de papel-moeda e da reciclagem dos petrodólares, de modo que a economia está continuamente regulada pela renovação dessas dívidas. Porém, Harvey alerta que essa suposta vulnerabilidade da economia dos Estados Unidos torna a todos vulneráveis também, haja vista que diversos países recorrem à compra de títulos do tesouro americano, bem como a depósitos em seus bancos como forma de assegurar a continuidade do consumo conspícuo de produtos importados por parte do povo norte-americano.

Na terceira fase do imperialismo ou da dominação global burguesa, as operações financeiras e a volatilidade da economia mundial assumiram proeminência sobre as atividades produtivas. Elas ganharam rapidamente uma grande dimensão nas atividades capitalistas com o suporte incontestado das inovações nas tecnologias de comunicação, que foram cruciais para a construção dessas novas condições materiais de valorização do capital. A comunicação instantânea e em redes, produzida pela globalização, permitiu a compressão do espaço-tempo, res-significando a lógica territorial de poder. A desregulamentação das economias e a rotunda mobilidade de capitais atentaram contra as fronteiras, ou seja, contra o poder territorial, conferindo à lógica capitalista de poder uma atuação mais ilimitada. Ou seja, Harvey destaca que a produção do espaço

globalizado fortaleceu, indubitavelmente, a racionalidade capitalista de obtenção de lucros que suplantou, em certa medida, o poder territorial do Estado.

No entanto, mesmo com os fluxos contínuos de capital, o capitalismo contemporâneo não somente mostrou-se incapaz de resolver o problema da sobreacumulação de capitais como o recrudescer. Harvey acredita que essa ociosidade de capital excedente, mesmo com a ordenação espaço-tempo praticada pelos Estados em consorte com a burguesia mundial, desde a década de 1970, transformou-se num problema mais agudo, impulsionando o capitalismo a buscar a resolução de suas contradições fora de suas “raias”. Harvey regressa às análises de Luxemburgo sobre a acumulação do capital e o imperialismo para demonstrar que, apesar da invalidez da teoria subconsumista nos tempos atuais da economia, Luxemburgo foi precisa ao identificar uma premissa fundamental do processo de valorização do capital: a necessidade do externo. Nesse sentido, pode-se dizer que Harvey compreende que a “idéia de que algum tipo de ‘exterior’ é necessário à estabilização do capitalismo” (Ibid, p.118).

Essa empreitada pela conquista de algo que está fora do capitalismo é uma nova forma da acumulação primitiva, denominada por Harvey de acumulação por espoliação, em que o capital subjuga os espaços dotados de relações não-capitalistas, como também, mercantiliza serviços públicos, suprime direitos, extorque por meio dos juros, privatiza ativos públicos e etc. Harvey compreende que esses expedientes em que o capital vai alargando as dimensões de suas fronteiras para atividades não inscritas a sua própria lógica, diz respeito à captura do externo, sendo medida necessária para *contrarrestar* a tendência ao processo de sobreacumulação. O ineditismo da conclusão de Harvey reside, pois, em transferir os conhecidos mecanismos de reprodução ampliada do capital às incursões capitalistas pela conquista de um suposto ambiente externo, às custas da espoliação.

Segundo Harvey, a diferença entre a acumulação primitiva tal como foi descrita e analisada por Marx e a acumulação por espoliação é que a primeira consistiu de um processo, movido por deliberada violência, em que houve a destruição de antigas relações de produção e de representação dos indivíduos, carregando em termos relativos um viés progressista, haja vista que rompeu com uma sociedade baseada na superstição e nos estamentos. Ademais, a acumulação primitiva forjou as condições para a reprodução expandida do capital. Qualitativamente diferente, a acumulação por espoliação emergiu na época de uma economia financeirizada e com sinais de

esgotamento da reprodução expandida do capital, resultando mais predatória com as condições de vida da população, especialmente dos países em desenvolvimento, além de mais nociva à luta pela construção da sociedade socialista.

É possível concluir, afirmando que Harvey aborda o imperialismo como um recurso contratendencial ao processo de sobreacumulação de capital, que sempre buscou em seu exterior o adiamento das contradições do capitalismo, e que se renovou ao largo de um século para consumir-se no presente nas atividades espoliadoras. Tal como Luxemburgo, Harvey também parte da pressuposição da inevitabilidade de um lado externo ao sociometabolismo do capital, para a resolução das crises capitalistas, todavia, ao contrário da mesma, considera que o capitalismo não padece de um subconsumo, mas de uma inerente sobreacumulação.

2ª PARTE- GLOBALIZAÇÃO OU IMPERIALISMO?

Capítulo 4- Globalização: uma nova fase do capitalismo?

As alterações na tessitura da economia mundial desde a dissolução do Acordo de Bretton Woods associadas ao aparecimento e disseminação da microeletrônica, da robótica e de inovadoras tecnologias de comunicação, provocaram um debate no meio acadêmico. Majoritariamente, os pensadores alinhados com o arcabouço teórico conservador ou neoliberal⁵⁷, denominaram esse período com a palavra de origem anglo-saxã, “globalização”, caracterizando-a como um fenômeno que universalizaria as mercadorias, as técnicas e a cultura entre as nações, estreitando os laços e diminuindo as diferenças em razão da desregulamentação das economias nacionais, ou seja, concebendo-a como de consequências positivas⁵⁸.

[...] a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se adapte (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer idéia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo (CHESNAIS, 1996, p. 25).

De modo diametralmente oposto surgiram vozes insurgentes contra a globalização. Boron (1999), por exemplo, afirma que a globalização é um espetáculo que exerce funções político-ideológicas importantes na hora de legitimar as políticas neoliberais, valendo-se de ser um mero embuste. Em outra publicação, Boron (2012) explica que a sobrevivência do animal insólito chamado imperialismo, imune às modas intelectuais e linguísticas fez com que nos anos 1980 e 1990, o mesmo fosse deliberadamente ocultado por um novo nome: globalização.

Petras (2001) apresenta a tese de que a globalização foi “desenhada” e “vendida” com um cunho ideológico significativo, buscando forjar um ambiente de adaptação

⁵⁷ O termo neoliberalismo sugere um sistema de princípios que, ao mesmo tempo que é novo, baseia-se em idéias liberais clássicas: Adam Smith é o seu reverenciado santo padroeiro. Esse sistema doutrinário é também conhecido como Consenso de Washington, expressão que sugere algo a respeito da ordem global (CHOMSKY, 2006, p. 21).

⁵⁸ Desde hace varios años, diversos economistas, politólogos y asesores de grandes empresas, calificados “gurús”, han elogiado de manera permanente a la globalización como un acontecimiento nuevo e inédito en el devenir del capitalismo, y han sostenido que es un proceso inexorable e ineluctable al cual es menester adoptar, sometiendo nuestra estructura social, económica y política para recibir los beneficios de ingresar en la abundancia y modernidad de un hipotético primer mundo (MINSBURG, 1999, p. 5).

entre os trabalhadores, que naturalizasse as desigualdades internas e externas entre as nações.

Nuestra hipótesis es que uno de los elementos clave para comprender la teoría globalizadora es su uso como una ideología para justificar las crecientes desigualdades sociales, la mayor polarización social y la creciente transferencia de los recursos del Estado al capital. Si en realidad la teoría de la globalización tiene poco mérito intelectual, se argumenta que sirve a un propósito político fundamental: una racionalización ideológica de las crecientes desigualdades de clase (Ibid, 2001, p. 35)⁵⁹.

Saxe-Fernandez e Omar Nuñez (2001) seguem o mesmo entendimento de Petras⁶⁰, afirmando que desde a década de 1980, um emaranhado de palavras abordadas como novidade e reunidas sob o nome de globalização, tem se empenhado em obnubilar categorias essenciais para a decodificação da realidade, especialmente, usando o fetiche das tecnologias e, principalmente, o mito do fim do Estado-nação.

A convicção de que vivimos num mundo crescentemente sem Estado – ou ao menos, num mundo em que um Estado cada vez mais irrelevante foi subordinado a uma nova espécie de “soberania global” – não pertence apenas à mitologia das teorias convencionais da globalização. A premissa do meu livro é que essas visões não somente desprezam algo realmente essencial na atual ordem global, mas também nos deixam impotentes para resistir ao império do capital (WOOD, 2014, p. 18).

Partimos do pressuposto de que a globalização corresponde exatamente ao período de internacionalização do capitalismo, onde se usa exaustivamente um aparato tecnológico para acelerar a rotação do capital e o retorno rápido dos lucros⁶¹. Não se

⁵⁹ “Nossa hipótese é que um dos elementos-chave para compreender a teoria da globalização é seu uso como uma ideologia para justificar as crescentes desigualdades sociais, a maior polarização social e a crescente transferência dos recursos do Estado ao capital. Se em realidade a teoria da globalização tem pouco mérito intelectual, se argumenta que serve a um propósito político fundamental: uma racionalização ideológica das crescentes desigualdades de classe” (Ibid, 2001, p. 53, tradução nossa).

⁶⁰ Petras (2001) tece uma audaz crítica ao uso do termo globalização, uma vez que o mesmo oculta a categoria imperialismo. “Las teorías “globalizadoras” han sido objeto de un debate de los críticos sobre el significado e importancia de los cambios en la economía política capitalista. El centro del debate ha girado alrededor de si la actual etapa del capitalismo representa una nueva época o si es basicamente una continuación del pasado, o una amalgama de desarrollos nuevos que puede entenderse por medio de discusiones o si el próprio término “globalización” es un término útil para comprender la organización y la naturaleza de los movimientos de capital, de mercancías y de tecnología (CMT). En contraposición al concepto de globalización, está la noción de imperialismo, que intenta contextualizar estos flujos, ubicándolos en un escenario de poder desigual, entre Estados, clases y mercados en conflicto” (Ibid, p. 33).

⁶¹ Até os anos 60, a informática apenas engatinhava e a automação não era ainda um fenômeno central da economia capitalista mundial. A partir de 1973-75, a crise econômica mundial acirra a concorrência capitalista e determina a marcha acelerada em direção da automação para abaixar violentamente a

trata da criação de uma aldeia global como disse Otavio Ianni (1992)⁶², nem muito menos da redução das desigualdades e fim do Estado-nação, como preconizam os signatários do pensamento liberal, a consideramos como um momento singular do largo e contraditório processo de internacionalização do capitalismo, permeado por notáveis assimetrias econômicas que (res)significam o imperialismo contemporâneo como fase de uma acumulação em escala mundial do capital. Assim, coadunamos com Moreira (2006) que a:

[...] globalização não é a nova ordem que vem para substituir e tornar o imperialismo uma página virada na história das sociedades modernas, mas a escala de espaço com que o imperialismo, como forma do capitalismo em sua etapa avançada, se organiza geograficamente agora (Ibid, p. 19).

Nesse sentido, podemos afirmar que a globalização⁶³ é a acumulação mundializada de capital que recrudesce com a crise de superprodução do capital, no entardecer dos anos de 1960 e alvorecer dos anos de 1970, provocando significativas alterações de ordem política e econômica. Como bem afirmou (Gejo; Berardi, 2013), apesar de seu fim obstinadamente apologético, a realidade da globalização surge da agudização das contradições do sistema do capital, desde o último quartel do século XX.

Não obstante a teoria dos ciclos, especialmente a de Kondratiev, a crise do capital que se abate sobre a economia mundial neste período estava ancorada em contradições bem diferentes das anteriores. Tratava-se do fim de um longo período de acumulação de quase três décadas, associadas à diminuição da média da taxa de lucros entre as corporações e a explosão de emissões de papel-moeda, desprovidos de lastro produtivo.

estrutura dos custos. O teatro principal dessas transformações foi a indústria militar, menos afetada pela crise devido a seus pedidos serem garantidos pelo Estado (fator de inflação e especulação internacional): as “novas tecnologias da informação” no campo civil são uma derivação de sua aplicação militar. A lembrança destes fatos elementares se faz necessária para que não se considere o progresso científico e técnico, como se faz comumente, como uma variável independente, portadora de soluções miraculosas para a crise, mas como uma variável dependente do conjunto do sistema econômico e social (COGGIOLA, 1996, p. 62).

⁶² Em nossa leitura, Ianni ao usar a ideia de “aldeia global”, desconsidera as contradições subjacentes a relação capital/trabalho e suas peculiaridades nas diferentes formações sociais no período de acumulação mundializada do capital.

⁶³ Al enlazar ambos términos con el signo “guión” intento indicar que el concepto anglosajón “globalización” no puede significar absolutamente nada si se aísla del concepto marxista de origen francés “mundialización”, el cual no sólo vincula nuevas nociones como internacionalización, ciclos de capital, ley del valor, tasa de ganancia, etcétera, sino que, además, posibilita orientar la concepción marxista global hacia el estudio de los fenómenos contemporáneos del capitalismo (VALENCIA, 2003, p 21 e 22).

A tabela seguinte ilustra como a crise atingiu a média de crescimento dos países. Enquanto nos trinta anos gloriosos a média de crescimento das economias alcançava 6% ao ano, o advento da crise provocará uma expressiva diminuição:

TABELA 1

Crescimento do produto interno bruto dos principais países desenvolvidos: 1980-1996 (taxas de variação anual)

	EEUU	Canadá	Grã-Bretanha	Alemania	Francia	Italia	Japón	Σ Siete
1980	-0,5	1,5	-2,2	1,0	1,6	3,5	3,6	1,5
1981	1,8	3,7	-1,3	0,1	1,2	0,5	3,6	1,4
1982	-2,2	-3,2	1,7	-1,0	2,5	0,5	3,2	-0,3
1983	3,9	3,2	3,7	1,7	0,7	1,2	2,7	2,8
1984	6,2	6,3	2,3	2,8	1,3	2,6	4,3	4,5
1985	3,2	4,8	3,8	2,3	1,9	2,8	5,0	3,3
1986	2,9	3,3	4,3	2,3	2,5	2,8	2,6	2,8
1987	3,1	4,3	4,8	1,4	2,3	3,1	4,1	3,2
1988	3,9	4,9	5,0	3,6	4,5	3,9	6,2	4,3
1989	2,5	2,4	2,2	3,7	4,3	2,9	4,7	3,2
1990	0,8	-0,2	0,4	5,7	2,5	2,2	4,8	2,1
1991	-1,0	-1,8	-2,0	13,2	0,8	1,1	3,8	1,1
1992	2,7	0,8	-0,5	2,2	1,2	0,6	1,0	1,7
1993	2,2	2,2	2,1	-1,2	-1,3	-1,2	0,3	1,0
1994	3,5	4,1	4,3	2,9	2,8	2,2	0,6	2,9
1995	2,0	2,3	2,0	1,9	2,1	2,9	1,4	2,1
1996	2,4	1,5	2,1	1,3	1,5	0,7	3,6	2,3

Fonte: FMI, Estadísticas Financieras Internacionales *apud* (Palazuelos, 1998, p. 43).

TABELA 2

**O crescimento em cinco grandes países da OCDE
(taxas anuais médias em %)**

País	1960-1973	1973-1979	1980-1990	1991-1995	1996-1999
Estados Unidos	3,9	2,9	2,4	2,3	4,1
Japão	9,7	4,1	3,9	1,3	1,1
Alemanha	4,4	2,7	2,1	1,7	1,5
França	5,4	3,1	2,1	1,1	2,3
Reino Unido	3,1	2,3	2,3	1,2	2,6

Fonte: OCDE, contas nacionais *apud* (AGLIETTA, 2004, p. 13).

Destarte, tratava-se de uma crise estrutural⁶⁴ do capital, que como explica Mészáros (2009) consiste em uma crônica crise de rentabilidade, onde o regime sociometabólico do capital torna-se mais agressivo e predatório e sobre margens mais estreitas de lucratividade⁶⁵. Sobre a singularidade da crise do capital deflagrada nos idos da década de 1970, explica Monteverde (2002):

Quienes estudian la actual crisis convienen, en general, en que se trata de un profundo desajuste, distinto de las fluctuaciones cíclicas que el capitalismo sufrió desde principios del siglo XIX; de una crisis estructural del proceso de acumulación de capital, que ahora no sólo entraña sobreproducción de bienes y servicios e sobreacumulación de capital, sino movimientos erráticos de enormes masas de dinero; de una crisis de largo alcance que desborda la economía y aun la política (Ibid, p. 99)⁶⁶.

Saxe-Fernandez (2001) enaltece o corolário de que a crise que se abate sobre o capitalismo nos albores da década de 1970, em hipótese alguma pode ser concebida como mais uma crise cíclica, ou passageira – passível de ser dissipada na nova linha ascendente do ciclo. Trata-se de uma crise que por englobar pânicos financeiros semanais, precarização sem retorno do trabalho, interrupções corriqueiras da produção, além de outros sintomas, é estrutural ao sistema capitalista.

Portanto, como disse Vasapollo (2006), a chamada globalização ou, no nosso entendimento, a acumulação mundializada do capital foi uma tentativa de resolver a crise de superprodução que se apresenta com toda força desde os anos de 1970⁶⁷, esgotando os conhecidos “trinta anos gloriosos do capitalismo”.

⁶⁴ A crise estrutural do capital distingue-se da crise cíclica porque afeta a totalidade do sistema sociometabólico do capital reunindo, segundo Mészáros (2009), as seguintes características: caráter universal atingindo diversos tipos de capital; um alcance global, fruto da acumulação mundializada de capital; duração temporal longa ao invés de cíclica e; face a duração temporal longa uma erupção menos catastrófica, mas presumivelmente mais destrutiva.

⁶⁵ As crises são cada vez mais profundas e a ampla prosperidade menos significativa (DANTAS, 2012, p. 53).

⁶⁶ “Aqueles que estudam a atual crise convêm, em geral, que se trata de um profundo desajuste, distinto das flutuações cíclicas que o capitalismo sofreu desde princípios do século XIX; de uma crise estrutural do processo de acumulação de capital, que agora não só entranha sobreprodução de bens e serviços e sobreacumulação de capital, senão movimentos erráticos de enormes massas de dinheiro; de uma crise de longo alcance que desborda a economia e ainda a política” (Ibid, p. 99, tradução nossa).

⁶⁷ Dois autores também compartilham dessa mesma perspectiva sobre a globalização/mundialização. “No perdamos de vista que la mundialización fue una respuesta a una (o a la?) crisis del capitalismo” (BOIS, 2004, p. 90). “Sem as preocupações keynesianas de contenção do desenfreado movimento de concentração/centralização de riquezas do antes-II Guerra – e mesmo do pós – um pesado arsenal de retóricas elaborado pelo discurso burguês deu lugar a uma ideologia que ressuscitaria eufemismos – como o de mercado e da globalização” (ALMEIDA, 2009, p. 201).

Durante o longo *boom* pós-guerra, estendendo-se do final da década de 1940 até inícios da de 1970, a maioria das economias capitalistas avançadas experimentou índices historicamente inéditos de crescimento de investimento, produção, produtividade e salários, junto com um baixo índice de desemprego e apenas breves e moderadas recessões. Mas durante o longo declínio que se seguiu entre o início da década de 1970 e meados dos anos 1990, o crescimento do investimento despencou, acarretando um reduzidíssimo aumento de produtividade, um crescimento marcadamente mais lento (se não um declínio absoluto) dos salários, um nível de desemprego de época de depressão [...] e uma sucessão de recessões e crises financeiras como não se viam desde a década de 1930 (BRENNER, 2003, p. 45).

4.1- Reflexões sobre a concepção de crise em Karl Marx

É importante ressaltar que a crise para Marx se relaciona sempre com uma crise de superprodução relativa de capital. Ou seja, Marx indica que a crescente concorrência entre capitalistas leva-os a aumentar a composição orgânica de capital, que por sua vez, eleva para além do que é necessário, a capacidade de produção de mercadorias, inviabilizando a reprodução ampliada do capital. A superprodução de capital é sempre relativa porque as condições de exploração capitalista da força-de-trabalho, combinada com uma ininterrupta alteração na composição orgânica do capital, criam inevitavelmente um conjunto de trabalhadores e de capital excedentes. Portanto, é relativa quanto a incapacidade de oferecer lucros crescentes aos capitalistas.

[...] a superprodução absoluta de capital não é uma superprodução absoluta em geral, uma superprodução absoluta de meios de produção. É apenas uma superprodução de meios de produção, à medida que estes funcionam como capital e, por isso, devem, em relação ao valor inflado em função de sua massa inflada, implicar uma valorização desse valor, gerar um valor adicional (MARX, 1988, p. 183).

Face a essa condição, o possuidor da propriedade dos meios de produção não alcança a taxa média de lucro, muito menos, a majora. Nesse sentido, a centralidade da crise do capitalismo se encontra nas dificuldades de se prosseguir com a reprodução ampliada do capital.

A superprodução do capital não diz respeito a inexistência de demanda suficiente para a realização de valor, como sugerem os marxistas subconsumistas⁶⁸, a

⁶⁸ Luxemburgo dentre outros autores se enquadram entre aqueles que defendem que a *raison d'être* das crises advém única e exclusivamente da incapacidade de realização do mais-valor em sociedades capitalistas de economias saturadas.

exemplo de Luxemburgo. Diz respeito ao excesso de capital que não consegue proporcionar ao capitalista a reposição do capital investido somado ao alcance de uma taxa de lucro crescente, a saber, a reprodução ampliada.

O excesso de capital só é concebível porque na sociedade marcada pela notável contradição entre a produção social e a apropriação privada, a riqueza não é destinada para a satisfação da necessidade, senão para a auferição ampliada de lucros. Logo, se admite a existência de crise do capital quando se compreende como uma crise de solvência, e não uma crise em virtude da impossibilidade de se consumir absolutamente os bens disponibilizados, vide o estrato de famintos em todo o mundo e as hordas de pessoas à margem do acesso a diversos bens.

A possibilidade de superprodução do capital é imanente ao mesmo, haja vista que o processo de rotação do capital (P-D-C-C), que permite o retorno do capital na forma valor-dinheiro ao ponto inicial (D-M-D'→D'-M'-D"...), é realizado em um lapso de tempo que impõe a separação relativa da compra e da venda da mercadoria (seja ela do Departamento I ou do II). Ou seja, a realização do mais-valor não é instantânea, conduzindo ao distanciamento entre o fulcro da produção de mais-valor e lócus da circulação, o mercado⁶⁹.

La compra y la venta - es decir, el movimiento de metamorfoses de la mercancía - viene a ser una unidad de dos procesos o, más bien, un proceso formado por dos fases contrapuestas. Se presenta, por tanto, como la unidad de estas dos fases, pero este proceso es también una separación de las dos fases, separación que permite su recíproca autonomización. Ahora bien, como la compra y la venta forman un todo, entonces la autonomización de los momentos se revela necesariamente de modo violento, como un acto destructor. En la crisis, precisamente, se pone de manifiesto esta unidad, esta unidad de los contrarios. La autonomía de los dos momentos que forman una unidad, pero que se oponen entre ellos, queda destruída violentamente. La crisis es así la manifestación de la unidad de los dos momentos autonomizados y opuestos. No habría crisis sin esta unidad interior de

⁶⁹ “Marx faz ponderações importantes sobre a crise de superprodução combatendo qualquer identidade possível entre produtores e consumidores. Os que produzem – os trabalhadores – não são consumidores dos artigos que serão consumidos na produção (meios de produção e matérias-primas), e sequer do que produziram, a depender do ramo de produção. Não há identidade entre essas duas formas de existência. Os trabalhadores produzem de fato a mais-valia além de suas necessidades, para estar em condição de consumir ou comprar no estrito limite dessas mesmas necessidades, que são históricas e sociais. Por outro lado, o capitalismo tem uma tendência de crescimento permanente da produção sem consideração do limite do mercado, o que, a nosso ver, faz parte da alienação capitalista acerca do processo de reprodução social e suas possibilidades de interrupção. A noção de equilíbrio no capitalismo formalizada idealmente pela economia política – sobre a qual Marx se dedica a construir sua crítica – é uma espécie de utopia dos liberais de primeira hora, e uma forte ideologia, quando o liberalismo se torna puro conservantismo e justificação” (BEHRING, 2012, p. 169; 170).

elementos que, a priori, parecem indiferentes entre si (MARX, 2009, p. 54)⁷⁰.

O excesso de capital é também galvanizado pelo tendencial aumento de capital constante no processo produtivo, originado da concorrência entre capitalistas, que conduz à elevação da produtividade do trabalho e, por consequência, à diminuição da presença de capital variável por cada unidade-mercadoria produzida. Assim, a superacumulação de capital potencializa o excesso de capital e, por sua vez, a iminente possibilidade de rompimento do ciclo ininterrupto de valorização⁷¹.

Pode-se então, resumir que a crise de superprodução do capital é uma crise consignada num excedente de capital que, temporariamente, “congela o hiato” entre a produção e a realização, ou para ser mais preciso, o momento em que não se verifica o alcance de pelo menos o lucro médio, inviabilizando a reprodução ampliada.

Diante dessa situação, Marx aponta que o capitalista dispõe – como uma das contra-tendências à crise – da exportação de capital para o exterior. Em outras palavras, a produção e apropriação de mais-valor fora do país-sede do empreendimento capitalista, como forma de evitar a queda da taxa média de lucro. Não se trata, portanto, de admitir um suposto esgotamento da capacidade de obtenção de lucro no interior do país, mas de condições objetivas que permitem ao capitalista auferir maiores lucros com o capital investido no exterior, que o empregado em âmbito interno.

Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser

⁷⁰ “A compra e a venda – em resumo, o movimento de metamorfose da mercadoria – vem a ser uma unidade de dois processos ou, mais bem, um processo formado por duas fases contrapostas. Apresenta-se, portanto, como a unidade destas duas fases, mas este processo é também uma separação das duas fases, separação que permite sua recíproca autonomização. Agora bem, como a compra e a venda formam um todo, então a autonomização dos momentos se revela necessariamente de modo violento, como um ato destruidor. Na crise, precisamente, se põe de manifesto essa unidade, esta unidade dos contrários. A autonomia dos dois momentos que formam uma unidade, mas que se opõe entre eles, fica destruída violentamente. A crise é assim a manifestação da unidade dos dois momentos autonomizados e opostos. Não haveria crise sem esta unidade interior de elementos que, a priori, parecem indiferentes entre si” (MARX, 2009, p. 54, tradução nossa).

⁷¹ Mandel faz uma excelente crítica àqueles que dicotomizam a análise da crise em explicações com cunho exclusivamente subconsumista (a idéia da insuficiência de demanda) ou voltadas exclusivamente para a superacumulação de capitais (a idéia de desproporcionalidade). “As duas escolas contribuem com elementos preciosos para uma compreensão aprofundada das crises. Porém, ambas cometem o erro de separar arbitrariamente o que está organicamente ligado, no coração do modo de produção capitalista. É essa a origem de sua incapacidade de elaborar uma teoria marxista global e satisfatória das crises, a partir dos excertos que Marx nos deixou em suas principais obras. Essa separação é tanto mais surpreendente quando sabemos que o próprio Marx enfatizou nos seus últimos escritos – os manuscritos do Tomo III de O Capital – a necessidade de se ligarem aos problemas resultantes da queda da taxa de lucro àqueles da realização da mais-valia para explicar o fenômeno das crises periódicas” (MANDEL, 1990, p. 209).

empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada. Esse capital é, porém, um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o dado país em geral. Ele existe como tal ao lado da superpopulação relativa, e esse é um exemplo de como ambos existem um ao lado do outro e se condicionam reciprocamente (MARX, 1988, p. 184).

Em resumo, o que orienta a mobilidade do capital é a sua reprodução ampliada, independente para onde se destina. Sua insaciabilidade o conduz, indubitavelmente, a buscar a sua valorização de toda maneira.

4.2 - A acumulação mundializada do capital como resposta a crise

A acumulação mundializada de capital emergiu como uma tentativa de resolução da crise de superprodução do capital. O fim dos trinta anos gloriosos do capitalismo consistiu das crescentes dificuldades aos preceitos de Bretton Woods – que proporcionou a retomada pujante das emissões sem lastro, ou seja, de dinheiro fictício – e queda na rentabilidade das corporações monopólicas⁷². Ellen Wood (2014) ilustra didaticamente a emergência da acumulação mundializada do capital

O que se seguiu foi o período que chamamos de globalização, a internacionalização do capital, seus movimentos rápidos e livres e a mais predatória especulação financeira por todo o globo. Foi uma resposta, tanto quanto qualquer outra, não aos sucessos, mas aos fracassos do capitalismo (Ibid, p. 102).

Entre as características desse interregno no processo de internacionalização do capital estão:

- a) a reestruturação do trabalho, com a crise do modelo fordista/taylorista de produção e a emergência do modelo toyotista sob a insígnia de “flexível”;
- b) a queda tendencial da taxa média de lucros e a diminuição na taxa de acumulação do capital constante, o aumento gigantesco das atividades financeiras, especialmente de cunho fictícias, como forma de assegurar aos capitalistas a continuidade de auferição de lucros;

Durante a vigência dos trinta anos gloriosos de acumulação do capital, a produção fordista/taylorista hegemonizava o processo produtivo, com imensas plantas

⁷² O desfecho dos “anos dourados” desaguou na explosão de uma crise estrutural – fruto dos paradoxos e contradições estruturais tipicamente capitalistas – em fins dos anos 1960 e inícios da década seguinte, e que se estendeu até os dias atuais (ALMEIDA, 2009, p. 189; 190).

de fábrica e enorme contingente de operários subordinados a uma divisão técnica do trabalho com hierarquia e disciplina muito bem definidas. O Estado nesse período era, ademais de gendarme, um protagonista direto pela “acomodação” da classe operária, servindo-lhe um conjunto de direitos regulamentados, historicamente conhecido como *Welfare State*. Diametralmente diferente, o Estado pós-crise da década de 1970 persegue um rumo de absoluto desmantelamento da proteção social, sob ordens expressas do capital com o fito de assegurar a continuidade da reprodução ampliada deste último⁷³.

Así como el Estado fue organizador y gestor de la fuerza de trabajo para responder a las necesidades de explotación y valorización del capital durante la vigencia del Estado de bienestar, en el período neoliberal dicho Estado es el principal agente desestructurador de la regulación y de la gestión de la fuerza de trabajo. A través de legislaciones y reformas laborales y sociales, promueve su desreglamentación y consiguiente flexibilización (VALENCIA, 2003, p. 91)⁷⁴.

Acrescenta-se a isso que a ignominiosa inflação, os crescentes déficits públicos e, sobretudo, a diminuição da rentabilidade do capital, que se agudiza nos anos de 1970, conduziram a uma (re)definição no *modus operandi* do processo de exploração do mais-valor, com a incorporação de um *stock* de capital nas corporações monopólicas⁷⁵. Obviamente, isso não decorreu, parafraseando Schumpeter, do espírito empreendedor do capitalista, senão da própria concorrência intrínseca ao capitalismo que acarreta a pesquisa, invenção e renovação acelerada do capital constante. Esse conjunto de técnicas e tecnologias conhecidas como modelo flexível de produção ou toyotista não descartaram absolutamente o conhecido modelo fordista/taylorista, senão foram

⁷³ A imediata e quase universal reação dos produtores às suas taxas de lucro marcadamente reduzidas foi tentarem compensá-las reduzindo os custos diretos e indiretos da mão-de-obra. Apoiados por governos sempre mais coniventes, os empregadores por todo o mundo capitalista avançado desencadearam um ataque cada vez mais agressivo às organizações e padrões de vida dos trabalhadores. Obtiveram sucesso com surpreendente velocidade, ademais, em asfixiar o crescimento dos salários reais e dos encargos sociais, aliviando de muito, já durante a década de 1970, a pressão sobre os lucros [...] (BRENNER, 2003, p. 65; 66).

⁷⁴ “Assim como o Estado foi o organizador e gestor da força de trabalho para responder às necessidades de exportação e valorização do capital durante a vigência do Estado de bem-estar, no período neoliberal o dito Estado é o principal agente desestructurador da regulação e da gestão da força de trabalho. Através de legislações e reformas laborais e sociais, promove sua desregulamentação e conseguinte flexibilização” (VALENCIA, 2003, p. 91, tradução nossa).

⁷⁵ Os monopólios dos países imperialistas não somente gozaram de notáveis investimentos em pesquisa e desenvolvimento, subsumindo a produção científica aos imperativos do capital, como se aproveitaram por décadas desse poder tecnológico para sustentar um intercâmbio marcadamente vantajoso com os países periféricos, pois lhes permitia obter lucros extraordinários, em razão das diferenças na composição orgânica do capital entre as formações sociais, como foi devidamente explicado por Marini (1991).

acomodados em um uso simultâneo que intensificou o trabalho e, contraditoriamente, elevou a jornada laboral aos mais diversos rincões do planeta⁷⁶.

Junto a la intensificación del trabajo que conllevan los nuevos paradigmas, se verifica también una prolongación de la jornada promedio en todo el sistema; basta con señalar que en ramas de punta como en la “democrática” fábrica Toyota el obrero trabaja, en promedio, 44 horas a la semana y en algunas ramas de producción manufacturera los obreros llegan a rebasar las 50 horas de trabajo a la semana (VALENCIA, 2003, p. 154)⁷⁷.

A famigerada liberdade de criatividade e/ou flexibilidade, bem como as comodidades decorrentes da incessante tecnologia produzida, anunciadas como *standart* do toyotismo na acumulação mundializada se tratavam de ideologias que falseavam as mudanças produtivas pró-capital⁷⁸. Essas alterações no âmago do mundo do trabalho provocaram o aumento do desemprego, acarretaram a precarização do trabalho e a incursão contrária à manutenção de diversos direitos trabalhistas⁷⁹.

Quando eclodiu a crise dos anos 1970, o grande capital internacional e os Estados Nacionais envidados esforços sistemáticos com o fito de debelá-la. Uma série de políticas econômicas de ajustes foi implementada pela burguesia investida no aparelho estatal, buscando recuperar a taxa de lucro, a ver: promoção de avanços tecnológicos no sistema de produção (informática, automação e robotização), que encetou uma reestruturação produtiva, ampliando a base do capital constante e reduzindo os investimentos do capital variável, o que acabou por imprimir maior velocidade à informação através da comunicação. Por consequência, aumentou-se também a rotação do

⁷⁶ Ya al principio de la década de los años 70 del siglo XX empieza a debilitarse la alianza entre el sistema productivo fordista y los modelos keynesianos mediante los cuales el Estado ejercía, para el conjunto de agentes y actividades sociales, un papel de mediación, de regulación, de cooptación y de comprensión del conflicto social. El intenso proceso de industrialización fordista se dirige así hacia nuevos mercados, especialmente del sudeste de Asia y de la Europa centro-oriental, aumentando la competencia internacional y poniendo en duda el liderazgo estadounidense (VASAPOLLO, 2006, p. 09).

⁷⁷ “Junto a intensificação do trabalho que carregam os novos paradigmas, se verifica também uma prolongação da jornada média em todo o sistema; basta assinalar que em ramos de ponta como na democrática fábrica Toyota o operário trabalha em média, 44 horas na semana e em alguns ramos de produção manufatureira os operários chegam a ultrapassar as 50 horas de trabalho na semana” (VALENCIA, 2003, p. 154, tradução nossa).

⁷⁸ Embora enalteça demasiadamente o papel dos Estados Unidos neste cenário econômico é útil a citação (WOOD, 2014, p. 103) “Globalização não tem nada a ver com liberdade de comércio. Pelo contrário, ela está associada ao controle cuidadoso das condições de comércio, no interesse do capital imperial. Argumentar, como fazem alguns analistas, que o problema da globalização não é o fato de haver muita liberdade, mas o de não haver o suficiente, e que os países pobres precisam de verdadeira liberdade de comércio e acesso aos mercados ocidentais é deixar de perceber a globalização de uma maneira fundamental”.

⁷⁹ Fundos de pensão e de investimento, bancos e empresas encontraram na revolução da informática o atalho tecnológico que lhes permitiu criar produtos financeiros derivados, articular uma rede bursátil e cambial internacional operando 24 horas por dia e outras inovações que os meios de comunicação pintaram como os expoentes do novo capitalismo planetário triunfante (BEISNTEIN, 2011, p. 143).

capital, recuperando, em parte, a lógica da rotação/lucratividade (ALMEIDA, 2009, p. 195).

(Camacho; Nieto, 2011) asseveram que o aparato tecnológico disponibilizado aos capitalistas, como a microeletrônica e a internet (e junto a esta toda a parafernália que engloba a tecnologia de comunicação) foi primordial para a ofensiva generalizada contra os trabalhadores, que resulta num desemprego estrutural⁸⁰ e no enfraquecimento das lutas operárias/sindicais⁸¹.

O mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2010, p. 143).

Em outras palavras, os deliberados ataques ao universo do trabalho contaram com a materialização da subsunção real da ciência ao capital. E essa subjugação real da produção científica aos imperativos altissonantes do processo de (re)produção do capital tornou-se indispensável ao regime de acumulação capitalista que florescia.

A ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante – propriedade social a converter-se num auxiliar do capital. A história de sua conversão da esfera dos amadores, filósofos, latoeiros e pesquisadores de conhecimento para seu estado atual altamente organizado e prodigamente financiado é amplamente a história de sua incorporação às firmas capitalistas e organizações subsidiárias. A

⁸⁰ Analisando a famigerada globalização nos idos da década de 1990, Campos (2011) ilustra a situação dos trabalhadores dominados pelo vórtice da precarização: “A permanente redução de salários e a rotatividade no emprego colocam os trabalhadores numa situação crônica de crise. A luta dos sindicatos pela elevação de salários e pela estabilidade no emprego é a sua forma de enfrentamento da crise crônica de que são vítimas. Nas crises agudas, a queda de preços (deflação), a queda da taxa de lucro, as falências, a contração do volume de vendas e da produção tornam desesperadora a situação dos assalariados. Euxaridos, os trabalhadores são lançados do desemprego ao mercado informal de trabalho, sem carteira assinada, sem direito a férias, sem salário fixo, sem estabilidade, sem indenização mesmo quando a dispensa não for por justa causa, sem receber o FGTS, o aviso prévio, as férias as férias já adquiridas. No Japão aumenta o *karoshi*, o suicídio que põe um ponto final ao processo de estresse resultante da disputa e da concorrência no emprego; as greves gerais que se tornam bimensais na Argentina, a luta na Coréia do Sul que arma os grevistas com coquetéis molotov, os suicídios de funcionários, de bancários e de desempregados e desesperados no Brasil” (Ibid, p. 289; 290).

⁸¹ Importante salientar que esse processo expoliador do capital atingiu também os trabalhadores radicados nos países centrais do capitalismo. Como explica Katz (1996): “A generalização de novas tecnologias esteve invariavelmente acompanhada de aumentos na produtividade e reduções salariais em quase todos os países desenvolvidos. A simultaneidade de ambos os fenômenos revela a inconsistência das permanentes queixas patronais contra o aumento dos “custos salariais” ou “o excesso de gastos” na previdência social. Afirmar que a inovação deve ir acompanhada por um recorte no nível de vida equivale ao reconhecimento do choque entre o avanço tecnológico e o bem-estar geral sob o capitalismo” (Ibid, p. 228).

principio a ciência nada custa ao capitalista, visto que ele tão somente explora o conhecimento acumulado das ciências físicas, mas depois o capitalista organiza sistematicamente e ornamenta a ciência, custeando a educação científica, a pesquisa, os laboratórios etc. com o imenso excedente do produto social que ou pertence diretamente a ele ou que o capitalista dispõe como um domínio total na forma de rendas de tributos. Um esforço social antigamente relativamente livre é integrado na produção e no mercado (BREAVERMAN, 2012, p. 138).

Importante assinalar que as corporações monopólicas, não obstante o uso do desse modelo híbrido, que conjuga intensificação do trabalho e aumento da jornada laboral, buscaram explorar as diferenças geográficas do valor da força de trabalho, direcionando investimentos externos diretos na construção de plantas em países da Ásia e América Latina⁸². Como disse Samir Amim (1999), a globalização mundializa a lei do valor⁸³, mas não uniformiza as condições absolutas de exploração da força de trabalho⁸⁴. Ou seja, como afirmou Wood (2014) na dinâmica econômica atual inaugurada desde a década de 1970 são os imperativos capitalistas predominam, apesar das contradições⁸⁵.

As corporações monopólicas desde o advento da crise buscaram explorar diferenças marginais no valor da força de trabalho⁸⁶ encetando vultosos lucros e impelindo os trabalhadores a uma concorrência entre os mesmos pelos “raros” postos de emprego⁸⁷. De modo condizente explica Vasapollo (2006):

⁸² Como a história tem confirmado que a taxa de lucros inerente ao sistema capitalista é maior nos países da periferia que nos centrais, isso talvez explique o fato da aposta dos países centrais na exportação de capitais e no comércio exterior como formas de reversão da tendência à queda da referida taxa nos centros (ALMEIDA, 2009, p. 204).

⁸³ A fines del siglo XX es un hecho la constatación de la expansión capitalista. La salarización de la población se extiende a escala mundial, al punto que la OIT reconoce la existencia de 1.000 millones de desocupados, es decir, un tercio de la población económicamente activa estimada en 3.000 millones de personas (GAMBINA, 1999, p. 46).

⁸⁴ Valencia (2003) ademais de concordar que a globalização/mundialização gera como principal característica a generalização da lei de exploração do mais-valor em nível mundial endossa que ela é acompanhada de maior concentração e centralização de capitais, portanto de mais monopólio ou oligopólio.

⁸⁵ Wood (2014) se refere a prevalência dos imperativos econômicos na contemporaneidade como singularidade do novo imperialismo.

⁸⁶ Y como la balanza comercial norteamericana ha sido desde hace años muy negativa, tan sólo entre 1979 y 1995 fueron despedidos en la industria manufacturera 2.6 millones de trabajadores. Por ello no sorprende que empresas como General Motors, Ford, Colgate Palmolive, IBM y otras informen que sólo una pequeña parte de lo que exportan actualmente procede de Estados Unidos, lo que en otras palabras significa que el libre comercio norteamericano está creando empleos en otros países, y que el déficit comercial, especialmente con Japón y cada vez más también, con China, es ya un serio problema (MONTEVERDE, 2002, p. 43).

⁸⁷ Como consecuencia de todo esto, se ha producido la concentración de las grandes empresas (tanto en el manejo financiero como en la dirección gerencial), acompañada de una descentralización de la producción nacional. Las grandes empresas producen en donde logran mayor rentabilidad (son apátridas)

La transferencia de los segmentos productivos fundamentales hacia zonas que tienen bajos costos de trabajo, ha provocado que el salario sea cada vez más flexible y dependiente de la marcha del mercado. Los empresarios, de hecho, en nombre de la “globalización”, buscan convencer a los trabajadores de que no exijan demasiado, ya que se puede dar el mismo trabajo a otros con un salario reducido y en peores condiciones. Es así que hemos asistido a una devaluación del valor de la fuerza-trabajo, con una consecuente transformación del mercado de trabajo. Mas allá, por ejemplo, la introducción de la microelectrónica en los procesos de producción, ha ocasionado la pérdida de muchos puestos de trabajo por cuanto las nuevas tecnologías han sustituido a la mano de obra sin constituir nuevos sectores productivos; por esta razón, no ha podido aumentar la masa del plusvalor mediante el crecimiento del número de los trabajadores ocupados. Para poder aumentar el plusvalor, por lo tanto, los empresarios han tomado como recurso el alargamiento de la jornada de trabajo y el aumento de la explotación de la fuerza-trabajo, la intensificación de los ritmos, las distintas formas de flexibilidad y de precarización del trabajo, abatendo las garantías y los costos del trabajo, dentro del llamado paradigma de la acumulación flexible (Ibid, p. 4)⁸⁸.

A acumulação flexível não isentou os trabalhadores dos países centrais. Pelo contrário ela foi destinada a desmoronar os pilares do *Welfare State* como forma de proporcionar aos capitalistas um conjunto de expedientes para a retomada da rentabilidade. Isso significa que a acumulação mundializada do capital traz como característica a extensão sistemática da precarização do trabalho aos países centrais⁸⁹,

y donde consiguen pagar salarios más bajos (son absolutamente insensibles a los derechos sociales) (ANDER-EGG, 1998, p. 35; 36).

⁸⁸ “A transferência dos segmentos produtivos fundamentais em direção a zonas que tem baixos custos de trabalho, tem provocado que o salario seja cada vez mais flexível e dependente da marcha do mercado. Os empresários, de fato, em nome da “globalização”, buscam convencer os trabalhadores de que não exijam demasiado, já que se pode dar o mesmo trabalho a outros com um salario reduzido e em piores condições. É assim que temos assistido a uma desvalorização do valor da força-de-trabalho, com uma consequente transformação do mercado de trabalho. Mas além, por exemplo, a introdução da microeletrônica nos processos de produção, tem ocasionado a perda de muitos postos de trabalho porquanto as novas tecnologias tem substituído a mão de obra sem constituir novos setores produtivos; por esta razão, no tem podido aumentar a massa de mais-valia mediante o crescimento do número de trabalhadores ocupados. Para poder aumentar a mais-valia, portanto, os empresários têm tomado como recurso o alargamento da jornada de trabalho e o aumento da exploração da força-de-trabalho, a intensificação dos ritmos, as distintas formas de flexibilidade e de precarização do trabalho, abatendo as garantias e os custos do trabalho, dentro do chamado paradigma da acumulação flexível” (Ibid, p. 4, tradução nossa).

⁸⁹ A implementação da “produção sem gorduras de pessoal” não elimina o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar esses locais. O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, bem perto de suas bases principais, dentro dos próprios pólos triádicos (CHESNAIS, 1996, p. 35).

não obstante siga se aproveitando da divisão internacional do trabalho e da desigualdade regional e mundial da força de trabalho.

Si la superexplotación del trabajo operaba como un mecanismo peculiar de las formaciones sociales dependientes, en la actualidad se proyecta en la economía internacional a través de la homogenización de los procesos tecnológicos, de la crisis, la automatización flexible, las innovaciones tecnológicas, la flexibilidad laboral y las recurrentes crisis financieras (VALENCIA, 2003, p. 47)⁹⁰.

As tabelas 3 e 4 abaixo indicam respectivamente a variação dos salários e dos encargos sociais pertencentes aos trabalhadores dos países centrais, desde a década de 1960 ao pós-crise da década de 1970:

TABELA 3

**Crescimento dos salários reais
(variação média anual percentual)**

	1960-73	1973-79	1979-90	1990-2000
Estados Unidos (por hora)	2,8	0,3	0,4	1,1
Japão (por pessoa)	7,7	2,8	1,6	0,5
Alemanha (por pessoa)	5,4	2,5	1,0	0,95

Fonte: “Statistical Annex”, European Economy, nº 71, 2001, Tabela 31. *Apud* (BRENNER, 2003, p. 66).

TABELA 4

**Crescimento dos encargos sociais reais
(variação média anual percentual)**

	1960-75	1975-80	1980-85
Estados Unidos	6,5	2,0	2,7
Alemanha	4,8	2,0	0,7
Japão	8,5	8,2	3,2
G-7	7,6	4,2	2,6

Fontes: OCDE, Social Expenditures 1960-89, Paris, 1985, p. 28; OCDE, The Future of Social Protection, Paris, 1988, p. 11 *apud* (BRENNER, 2003, p. 66).

Em outras palavras, como disse (Bejar; Daza, 2013), em todo o globo a acumulação mundializada do capital estende os tentáculos da austeridade fiscal e

⁹⁰ Se a superexploração do trabalho operava como um mecanismo peculiar das formações sociais dependentes, na atualidade se projeta na economia internacional através da homogeneização dos processos tecnológicos, da crise, a autonomização flexível, as inovações tecnológicas, a flexibilidade laboral e as recorrentes crises financeiras (VALENCIA, 2003, p. 47).

monetária, violando direitos dos trabalhadores e expandindo a exploração do mais-valor. Essa é a tônica da famigerada “acumulação flexível”.

Sobre a segunda característica, concernente à explosão de atividades financeiras de toda ordem, a partir da década de 1970, faz-se necessário registrar que a mesma tornou-se maiúscula à medida em que a crise de (re)produção do capital assumia contornos duradouros.

A finança tira partido da crise estrutural da década de 1970. A forte desaceleração do crescimento, o aumento da instabilidade macroeconômica (a sucessão de aquecimentos e recessões), o crescimento do desemprego e da inflação acumulativa não puderam ser vencidos pelas políticas keynesianas de reativação da economia, que foram provadas ao longo das décadas anteriores. O problema era de outra natureza: a crise estrutural resultava de uma queda gradual da taxa de lucro nos principais países capitalistas desenvolvidos, mais ou menos desde os anos 60 (DUMENIL; LEVY, 2010, p. 89).

A forte concorrência comercial em âmbito internacional entre as principais corporações imperialistas, os graúdos déficits públicos e a inflação incontrolável nos países centrais recrudesçam a referida crise, suscitando um cenário de difícil solução dentro dos marcos da produção de mais-valor⁹¹. Ademais, a agudização da ausência de lastro das moedas, especialmente o dólar, confirmavam a debilidade em que se encontrava a economia internacional sob *Bretton Woods*⁹².

A hegemonia macroestrutural do grande capital internacional acabou por levar a cabo as políticas econômicas pautadas na desregulamentação financeira e na liberalização cambial que garantiram ao sistema uma mobilidade internacional sem precedentes, aprofundando a interdependência do mercado financeiro/industrial (ALMEIDA, 2009, p. 200).

As atividades financeiras – que estavam de algum modo sufocadas com as restrições de *Bretton Woods*, retornaram ao palco principal da economia, com notável pujança, ao passo em que se desregulamentava a mobilidade de capitais e se atacava o

⁹¹ Según datos del FMI y el BM, la tasa de variación anual del Producto Bruto Mundial alcanzó un promedio del orden de 4,5% entre 1970 y 1979, descendió al 3,4% entre 1980 y 1989 y al 2,9% entre 1990 y 1999. La tendencia descendente se fue imponiendo en el largo plazo, independientemente de euforias, depresiones, y de la aplicación de diversas medidas (SAXE-FERNANDEZ, 2001, p. 15).

⁹² Que ocorre sin embargo ahora, cuando, desde los años setenta, se ha perdido esta matriz del dólar áureo? Ocurre que todas las divisas, los billetes, los medios de pago de toda especie, los títulos, los activos, cualquier signo del dinero se intercambia locamente entre sí. El valor signo del dinero se reemplaza por el nuevo valor sistémico del dinero. Todas las monedas y activos circulan refiriéndose a otros activos en movimiento, refiriéndose entre ellos mismos, que flotan y cambian a su vez. No hay pues un patrón fijo que presida el intercambio, como tampoco hay canon en el arte, en la moda o en el sexo (VERDÚ, 2009, p. 40).

arcabouço jurídico de direitos dos trabalhadores. Ou seja, houve um aparecimento simultâneo de um volume gigantesco de atividades financeiras associadas à precarização do trabalho.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas de brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros. Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical (CHESNAIS, 1996, p. 16; 17).

Nos fins dos anos de 1970 se materializou uma (des)regulação dos controles de entrada e saída de capitais entre vários países, que proporcionaram uma mobilidade internacional de papel-moeda sem precedentes.

[...] la situación de los mercados financieros revela que los viejos mecanismos reguladores ya no funcionan y que, en ausencia de ellos, enormes masas de dinero se mueva a gran velocidad de un país a outro, incluso con fines especulativos, sin que nadie pueda, al menos hasta ahora, ordenar tales flujos y dar a esos mercados una mínima racionalidad (MONTEVERDE, 2002, p. 31; 32)⁹³.

Chesnais (1996) explica que o processo de (des)regulamentação dos mercados, seguiu-se ao processo de privatizações nas décadas de 1980 e 1990 que proporcionou uma retomada dos Investimentos Externos Diretos (IED's) nas fusões e aquisições de empresas, especialmente nos países periféricos.

Cabe ressaltar que um dos principais desdobramentos da acumulação financeira ou da economia bursátil que eclode com vigor nos idos da década de 1970 é, sem sombra de dúvidas, um aumento da concentração e centralização dos capitais, principalmente nas corporações monopólicas radicadas nos países centrais. Na tabela seguinte é possível observar os ingressos de capital na América Latina nos anos de 1990 para dar seguimento à privatização:

⁹³ [...] a situação dos mercados financeiros revela que os velhos mecanismo reguladores já não funcionam e que, em ausência deles, enormes massas de dinheiro se mova a grande velocidade de um país a outro, inclusive com fins especulativos, sem que nada possa, ao menos até agora, ordenar tais fluxos e dar a esses mercados uma mínima racionalidade (MONTEVERDE, 2002, p. 31; 32, tradução nossa).

TABELA 5**América Latina e Caribe: privatização, 1990-1997 (expressos bilhões de dólares).**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Total
Argentina	2,1	1,9	5,3	4,6	1,4	1,3	1,0	9,7	27,3
Bolívia	----	----	0,01	0,01	-----	0,85	0,87	----	1,7
Brasil	-----	1,6	2,5	2,6	2,0	0,9	3,8	17,4	30,8
Colômbia	0,12	0,11	0,03	0,01	0,68	0,14	1,5	3,2	5,8
Chile	0,03	0,12	0,02	-----	0,20	----	0,58	0,01	1,0
México	3,6	10,7	6,8	2,5	0,77	-----	-----	0,08	24,5
Peru	-----	-----	0,21	0,32	2,6	0,95	2,5	0,42	7,0
Venezuela	0,01	2,3	0,03	0,03	0,02	0,02	2,1	1,5	6,0
Otros	-----	0,25	0,03	0,10	0,87	0,08	0,07	0,84	2,2
Total	5,9	17,8	14,9	10,2	8,5	4,2	12,4	33,2	106,3

Fonte: Cominetti (1996) *apud* Petras; Veltmeyer (2007, p. 43).

Saxe-Fernández (2001) também coaduna com a premissa de que o fim e/ou desregulamentação do controle sobre as atividades cambiais e monetárias constituíram em um marco significativo da globalização, sendo esses movimentos financeiros muito superiores aos que existiam até então.

Era a retomada da hegemonia das finanças, baseada no capital portador de juros e no capital fictício, que passava a ordenar a economia mundial, prevalecendo sobre as atividades de cunho produtivo.

Finalmente, y tal vez más importante, la dinamica de la globalización en gran parte es alimentada por el masivo crecimiento de los mercados financieros. Digo “mas importante” porque este factor es el que muestra el volumen mayor de aumento de los flujos de capital y el que ha tenido el menor efecto en estimular el crecimiento mundial de las fuerzas productivas. La paradoja de la globalización masiva y el débil crecimiento de los actores globales más importantes se explica por la disociación entre el flujo financiero masivo y la economía real (PETRAS, 2001, p. 68)⁹⁴.

⁹⁴ “Finalmente, e talvez mais importante, a dinâmica da globalização em grande parte é alimentada pelo massivo crescimento dos mercados financeiros. Digo “mais importante” porque este fator é o que mostra o volume maior de aumento dos fluxos de capital e o que tem tido o menor efeito em estimular o

Os capitalistas buscaram atinadamente compensar a queda tendencial da taxa de lucros e os percalços da economia produtiva, por meio de uma desenfreada especulação. O mundo virava-se em direção às bolsas de valores e aos seus indicadores diários. A ordem era fazer dinheiro sobre dinheiro, ou seja, prescindir, ainda que parcialmente, da demorada e incerta exploração de mais-valor para destinar os negócios à extração de dividendos, juros de toda ordem, ações, fundos, etc. Diversas corporações monopólicas alteraram sua organização interna com o fito de acompanhar precipuamente o deslocamento diário de seus investimentos financeiros e sua correspondente valorização ou desvalorização.

A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da “globalização financeira”, acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços (CHESNAIS, 1996, p. 33).

O resultado foi uma diminuição na taxa de acumulação de capital, em outras palavras, nos investimentos em capital fixo e o direcionamento para atividades de célere valorização de capital.

El aumento de la competencia, de la automatización, el crecimiento del capital constante y la disminución del variable hacen que la contradicción que alimenta la caída del ensayo de la ganancia tienda a reproducirse en la escala ensanchada y las presiones a la mundialización sean más potentes. A esto se sigue que siempre la masa del capital no encuentra suficiente remuneración en los procesos productivos normales y se mueve hacia la especulación financiera (VASAPOLLO, 2006, p. 05; 06)⁹⁵.

Não obstante a subordinação da ciência aos interesses do capital que elevou demasiadamente a capacidade produtiva das corporações empresariais, houve contraditoriamente, uma diminuição da taxa média de acumulação do capital. Isso significa que os investimentos de capital para fins financeiros passaram a ocupar

crescimento mundial das forças produtivas. O paradoxo da globalização massiva e o débil crescimento dos atores globais mais importantes se explica pela dissociação entre o fluxo financeiro massivo e a economia real” (PETRAS, 2001, p. 68, tradução nossa).

⁹⁵ “O aumento da concorrência, da automatização, o crescimento do capital constante e a diminuição do variável fazem que a contradição que alimenta a queda do ensaio dos lucros tenda a reproduzir-se em escala ampliada e as pressões da mundialização sejam mais potentes. A isto se segue que sempre a massa do capital não encontra suficiente remuneração nos processos produtivos normais e se move em direção à especulação financeira” (VASAPOLO, 2006, p. 5; 6, tradução nossa).

preponderantemente as ações dos capitalistas em detrimento dos investimentos produtivos⁹⁶.

A interação perversa de três fenômenos, desaceleração do crescimento econômico, crescimento do endividamento público e financeirização empresarial, gerou um monstro que cresceu sem parar até converter-se em hipertrofia financeira, alimentada por taxas de juros relativamente altas que desaceleravam o investimento e a demanda (BEINSTEIN, p. 142; 143).

A consequência deste fato é uma variação desfavorável da balança conta corrente de boa parte dos países diante de tamanho movimento de capitais. Na tabela seguinte se pode observar de modo cristalino que nas principais economias centrais há uma tendência ao declínio das taxas de acumulação do capital que conduzem a déficits na conta corrente de capital:

⁹⁶ Chomsky (2006) descreve a dimensão desse processo com o seguinte dado: Em 1971, 90 por cento das transações financeiras internacionais tinham alguma relação com a economia real – comércio e investimentos de longo prazo – e 10 por cento eram especulativas. Em 1990, essa proporção se inverteu e, por volta de 1995, cerca de 95 por cento de um valor total imensamente maior era de natureza especulativa, com fluxos diários que geralmente excediam as reservas em moeda estrangeira das sete maiores potências industriais somadas, ou seja, mais de um trilhão de dólares por dia, a curtíssimo prazo: cerca de 80 por cento com prazo de resgate de uma semana ou menos (Ibid, p. 26).

TABELA 6

Taxas de acúmulo e investimento e balança por conta corrente dos países desenvolvidos: 1980-1996 (percentual sobre o produto interno bruto)

EEUU	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Acúmulo	19,4	20,4	17,4	16,5	17,9	16,4	15,4	14,8	15,0	15,6	14,7	14,6	14,2	14,7	15,4	15,5	15,3
Investimento	19,3	20,2	17,8	17,8	20,4	19,4	18,8	18,3	17,5	17,5	16,3	14,8	15,2	16,2	17,5	17,5	17,5
BCC	0,1	0,2	-0,4	-1,3	-2,5	-3,0	-3,4	-3,5	-2,5	-1,9	-1,6	-0,2	-1,0	-1,5	-2,1	-2,0	-2,2
Canadá																	
Acúmulo	22,8	22,5	19,5	18,8	19,8	18,8	17,8	18,7	18,8	18,7	16,8	14,8	14,1	14,0	14,8	16,7	17,3
Investimento	23,4	24,5	19,1	19,3	20,1	20,2	20,6	21,7	22,5	23,0	20,7	19,0	18,1	18,2	19,0	18,2	17,7
BCC	-0,6	-2,0	0,4	-0,5	-0,3	-1,4	-2,8	-3,0	-3,7	-4,3	-3,9	-4,2	-4,0	-4,2	-3,2	-1,5	-0,4
G. Bretanha																	
Acúmulo	18,1	17,9	17,2	17,5	17,7	17,9	16,9	16,8	16,8	16,7	15,9	14,7	13,6	13,3	15,1	15,1	15,3
Investimento	16,8	15,1	15,6	16,4	17,3	17,2	17,1	18,0	20,3	21,0	19,2	16,1	15,3	15,0	15,4	15,6	15,3
BCC	1,3	2,8	1,6	1,1	0,4	0,7	-0,2	-1,2	-3,5	-4,3	-3,3	-1,4	-1,7	-1,7	-0,3	-0,5	----
Alemanha																	
Acúmulo	23,5	22,8	22,7	23,2	23,9	24,6	26,5	26,0	27,0	28,3	27,8	22,5	22,0	19,7	21,7	21,4	-----
Investimento	25,1	23,3	22,0	22,5	22,4	21,8	21,0	21,8	22,8	23,6	24,6	23,5	23,0	21,4	22,7	22,4	22,6
BCC	-1,6	-0,5	0,7	0,7	1,5	2,8	4,6	4,2	4,2	4,7	3,2	-1,0	-1,0	-0,7	-1,0	-1,0	-----
França																	
Acúmulo	23,6	19,9	19,7	18,9	18,8	18,9	19,3	19,7	20,9	21,8	21,3	21,0	20,0	18,8	18,5	19,4	18,4
Investimento	24,2	21,7	21,9	19,9	19,0	18,9	19,6	20,2	21,4	22,3	22,5	21,5	19,7	17,1	18,0	18,3	17,1
BCC	-0,6	-0,8	-2,2	-1,0	-0,2	-----	0,3	-0,5	-0,5	-0,5	-0,8	-0,5	0,3	0,7	0,5	1,1	1,3
Italia																	
Acúmulo	24,7	22,1	21,7	22,9	22,1	21,5	21,5	20,9	20,6	19,9	19,5	18,4	17,0	17,7	18,5	20,5	20,5
Investimento	27,0	24,7	23,5	22,2	22,9	22,5	21,1	21,2	21,5	21,4	21,1	20,6	19,5	16,9	17,2	18,2	17,1
BCC	-2,3	-2,6	-1,8	0,2	-0,8	-1,0	0,4	-0,3	-0,9	-1,5	-1,6	-2,2	-2,5	0,8	1,3	2,3	3,4
Japão																	
Acúmulo	31,2	31,5	30,5	29,9	30,8	31,9	32,0	32,1	33,1	33,3	33,5	34,2	33,8	32,8	31,5	30,7	31,2
Investimento	32,2	31,1	29,9	28,1	28,0	28,2	27,7	28,5	30,4	31,3	32,3	32,2	30,8	29,7	28,7	28,5	29,8
BCC	-1,0	0,4	0,6	1,8	2,8	3,7	4,3	3,6	2,7	2,0	1,2	2,0	3,0	3,1	2,8	2,2	1,4

Fonte: FMI, Estadísticas Financieras Internacionales *apud* (PALAZUELOS, 1998, p. 63).

Importante frisar que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ademais de permitirem a reestruturação do trabalho⁹⁷, elevaram as forças produtivas vinculadas à comunicação, contribuindo para inovadores suportes e rápidos processamentos de informação⁹⁸.

[...] un cambio fundamental desde mediados de los años ochenta ha sido tecnológico: innovaciones enormes y rapidísimas en el funcionamiento de los mercados financieros, y en la forma en que los operadores y asesores financieros trabajan en ellos (STRANGE, 1999, p. 21)⁹⁹.

O conjunto de investimentos realizados suscitou a formação propícia de um mercado hierarquizado de capitais financeiros de magnitude mundial. De maneira inédita o deslocamento de capitais ocorria em condições estruturais vantajosas, em volumes gigantescos e com a mais absoluta liberdade nos países capitalistas. Na tabela seguinte é possível observar o vertiginoso crescimento do mercado de capitais num intervalo de uma década. Ele indica que a (des)regulamentação das atividades financeiras e cambiais foram decisivas para a construção desse cenário.

⁹⁷ Leia-se, um deliberado ataque contra os trabalhadores que subtraiu um contingente significativo de direitos trabalhistas e galvanizou a repressão contra toda forma de organização sindical, estimulando a competitividade e o divisionismo entre os trabalhadores.

⁹⁸ O progresso da microeletrônica, a evolução dos computadores, o advento dos satélites artificiais, além de outros avanços como a transmissão por micro-ondas e por fibras ópticas, oferecem ao capital novos meios para processar e transmitir informação. Todas essas inovações resultam de investimentos feitos diretamente pelas grandes corporações, por agentes financeiros privados ou pelo Estado, investimentos estes orientados para a busca de soluções técnicas que tornem cada vez mais rápido, eficiente e barato o transporte da informação que interessa o capital (DANTAS, 2002, p. 139).

⁹⁹ “Uma mudança fundamental desde meados dos anos oitenta tem sido tecnológica: inovações enormes e rapidíssimas no funcionamento dos mercados financeiros, e na forma em que os operadores e assessores financeiros trabalham neles” (STRANGE, 1999, p. 21, tradução nossa).

TABELA 7**Mercados internacionais de capital: 1972-1980 (bilhões de dólares)**

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Total	19,9	30,9	40,8	42,6	63,0	70,3	111,4	119,9	120,8
Empréstimos bancários	8,7	20,8	28,5	20,6	28,4	34,2	73,8	79,3	81,0
Obrigações	11,2	10,1	12,3	22,0	34,6	36,1	37,4	40,6	39,8
Distribuição segundo os prestatários de créditos e obrigações									
Países da OCDE	12,4	19,0	26,0	23,2	37,5	40,4	62,1	60,9	74,2
Canadá	1,5	1,3	2,2	4,8	10,2	5,9	14,3	4,9	9,4
Gran Bretanha	2,2	4,7	5,9	1,3	3,4	4,2	6,7	3,2	3,5
Estados Unidos	3,1	2,4	1,5	1,0	1,0	2,4	4,7	7,4	12,7
Países da OPEP	1,3	3,0	0,9	3,3	3,8	6,9	12,1	9,2	7,1
Países não desenvolvidos	3,1	5,6	8,2	8,7	12,9	15,0	27,1	39,0	30,0
México	0,6	1,4	1,5	2,4	2,6	4,2	6,9	10,8	6,2
Brasil	0,8	0,9	1,6	2,1	3,5	3,2	6,2	7,1	5,6
Países do Leste Europeu	0,3	0,6	1,0	2,6	2,3	2,9	3,8	4,9	2,7
Outros países	0,6	0,6	1,1	1,2	1,2	0,1	0,6	0,5	0,8
Agências Internacionais	2,1	2,1	3,7	3,5	5,2	4,8	5,3	5,4	5,9

Fonte: OCDE, Financial Market Trends *apud* (PALAZUELOS, 1998, p. 27).

Na tabela seguinte encontra-se também o vertiginoso crescimento de empréstimos de capitais em âmbito mundial:

TABELA 8

Mercado Internacional de empréstimos: 1972-1980
(bilhões de dólares)

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Total de empréstimos	8,7	20,8	28,5	20,6	28,4	34,2	73,8	79,3	81,0
Distribuição dos prestatários									
Países da OCDE	4,6	12,4	18,3	6,1	10,3	13,4	35,7	28,9	41,8
Canadá	-----	-----	0,1	0,1	0,9	0,5	9,6	0,8	6,2
Estados Unidos	0,1	1,0	1,4	0,6	0,6	0,8	3,0	3,3	7,0
Espanha	0,3	0,5	1,1	1,0	2,1	1,9	2,2	3,7	4,6
Itália	0,9	4,7	2,4	0,1	-----	0,7	2,9	3,6	6,5
Gran Bretanha	1,4	3,4	5,6	0,6	2,2	2,6	5,2	2,0	1,9
França	0,2	0,1	3,3	0,5	0,7	1,8	2,5	2,8	1,9
Países da OPEP	1,2	2,8	0,9	3,2	3,6	6,1	10,2	8,8	7,0
Venezuela	0,3	0,1	-----	0,2	1,1	1,7	1,8	2,9	2,9
Países não desenvolvidos	2,3	4,5	7,4	8,1	11,1	11,7	23,8	36,3	28,5
México	0,4	1,1	1,5	2,2	2,1	2,9	6,2	10,5	5,9
Brasil	0,6	0,8	1,6	2,1	3,3	2,3	5,2	6,4	5,3
Coreia do Sul	0,1	-----	0,3	0,3	1,0	0,8	1,7	2,6	2,0
Países do Leste Europeu	0,3	0,6	0,9	2,4	2,2	2,7	3,8	4,9	2,7
Outros países	0,2	0,5	1,1	0,8	1,1	0,1	0,1	0,2	0,4
Agências Internacionais	-----	-----	-----	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,6

Fonte: OCDE, *Financial Market Trends apud* (PALAZUELOS, 1998, p. 31).

A dinâmica especulativa descerrada com o alcance da hegemonia do capital financeiro alavancou notadamente as dívidas das famílias e das empresas, conforme se pode observar na tabela seguinte, fruto dos juros exorbitantes cobrados e da oferta de crédito.

TABELA 9**Dívida dos agentes privados em relação ao PIB**

	Famílias					Empresas				
País	1980	1985	1990	1992	1995	1980	1985	1990	1992	1995
Estados Unidos	53	59	69	70	75	70	78	81	75	73
Reino Unido	38	57	80	82	---	94	126	167	180	----
Japão	54	61	76	74	79	142	150	176	171	176
França	44	45	57	54	50	90	90	101	106	105
Alemanha	51	58	55	50	56	63	67	74	71	70

Fonte: OCDE, contas financeiras dos países da OCDE *apud* AGLIETTA, 2004, p. 109.

Afirma-se, então, que a acumulação mundializada do capital corresponde ao período em que o capital financeiro assume a primazia nas operações das corporações monopólicas. Ademais, houve uma diversificação das atividades financeiras, pois surgiram novas instituições como fundos de pensão e os fundos de investimento, que acirraram a concorrência com os bancos, obrigando-os a redefinirem suas atividades¹⁰⁰.

[...] el “final de la banca” (me refiero al hecho de que los banqueros hayan dejado de ocupar el mismo papel esencial, reservado y protegido que una vez ocuparon en el sistema). Así pues los banqueros siguen entre nosotros pero ya no son lo que eran. Su función tradicional, la intermediación (la custodia de depósitos y la concesión de prestamos), ya no es lo que más cuenta. Los bancos comerciales se han convertido en bancos de inversión y están cada vez más tentados por el negocio patrimonial (o sea, por la apuesta de su propio capital en el casino) (STRANGE, 1999, p. 22)¹⁰¹.

Ou seja, como explica Chesnais (1996), os bancos perderam a centralidade que detiveram durante décadas com a emergência dos novos atores institucionais, sendo o

¹⁰⁰ A partir do momento em que os bancos e outras instituições financeiras não se satisfazem mais com suas funções, importantes mas subalternas, de intermediação financeira e de criação de crédito a serviço do investimento, elas vão necessariamente abrir a transformação da esfera financeira em campo de valorização específico para operações de novo tipo, suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros (CHESNAIS, 1996, p. 247).

¹⁰¹ “[...] o “final dos bancos” (me refiro ao fato de que os banqueiros tenham deixado de ocupar o mesmo papel essencial, reservado e protegido que uma vez ocuparam no sistema). Assim pois os banqueiros seguem entre nós mas já não são os que eram. Sua função tradicional, a intermediação (a custódia de depósitos e a concessão de empréstimos), já não é o que mais conta. Os bancos comerciais tem se convertido em bancos de investimento e estão cada vez mais tentados pelo negocio patrimonial (ou seja, pela aposta de seu próprio capital no cassino)” (STRANGE, 1999, p. 22, tradução nossa).

momento analisado por Hilferding, há um século atrás, como a “fase de ouro” dos bancos. Aglietta (2004) compartilha do mesmo entendimento afirmando que os bancos sofreram um duro golpe com a diversificação das instituições financeiras.

As inovações financeiras colocaram os bancos em uma situação desconfortável. A sua função tradicional de intermediário, de dar crédito e angariar depósitos, foi atacada pelas duas pontas. Financiamentos de mercado menos onerosos fizeram-nos perder bons clientes entre as grandes empresas. Instrumentos de aplicação mais rentáveis desviaram a poupança das famílias, que abandonaram parcialmente os depósitos (Ibid, p. 75).

Isso não significa que os bancos tornaram-se irrelevantes na acumulação mundializada do capital, mas que foram obrigados a (re)definir suas orientações basilares a fim de se manterem competitivos numa economia de acumulação patrimonial¹⁰².

A formação e crescimento dessas instituições levou a mudanças importantes, que estão longe de concluídas, nas formas de relações e nas modalidades de entrelaçamento entre as finanças e a grande indústria. Essas instituições financeiras não bancárias comandam massas financeiras tão elevadas, que, perto delas, as dos grandes bancos são pequenas, quando não “nanicas” (CHESNAIS, 1996, p. 291; 292).

Marques; Nakatani (2009) também estão de acordo que o aparecimento desses fundos institucionais *cambiaram* o *modus operandi* das administrações das empresas que trataram de se preocupar em seu bojo com a remuneração dos sócios, ainda que a valorização real (em outras palavras, a exploração de mais-valor estivesse comprometida). Os desdobramentos desse cenário foram gigantescos atos especulativos nas bolsas de valores que alimentavam o capital financeiro, especialmente sua forma mais parasitária, a fictícia.

4.3 – A acumulação mundializada do capital e sua esfera financeira

¹⁰² Surgiram e se avolumaram com a acumulação mundializada do capital vários mecanismos de acumulação financeira ou patrimonial, a exemplo dos títulos de securitização e os derivativos (estes já existentes), mas potencializados durante esse processo. Os derivativos são títulos sobre títulos já expedidos que criam uma expectativa de valorização futura, sendo muito usado nas operações cambiais. Dividem-se em fundo hedge e swap, ambos tem suas operações fundadas na especulação dos preços das mercadorias e das moedas.

Pode-se apontar que a acumulação mundializada do capital, escorou-se fundamentalmente num cenário econômico de crise da produção real de mais-valor, suscitando mecanismos que atentaram contra os trabalhadores (reestruturação produtiva do trabalho) em nome da continuidade do processo de valorização do capital. Todavia, o processo de valorização do capital avolumou-se sob novos marcos, face à crise estrutural da década de 1970, que impôs, por décadas, sucessivas perdas expressivas nas taxas de lucro e crescimento da economia, em especial das economias do centro. Esses novos marcos, amparados na hegemonia das finanças, elevou o capital financeiro à condição de ordenador da economia mundial. Isso não significa que a produção de mais-valor tenha perdido absolutamente sua importância no funcionamento do capitalismo. Pelo contrário, a produção de mais-valor segue tão essencial quanto antes. O que segue é que o modo de produção capitalista, sob a acumulação mundializada do capital passou a contar com um gigantesco número de *players* e diversas instituições de cunho financeiro, apoiadas pela estrutura dos Estados que operam em escala mundial buscando tão somente pela valorização D-D’.

A “mundialização financeira” possui, de modo evidente, a função de garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala mundial (CHESNAIS, 2003, p. 53).

Sem sombra de dúvidas, isto não assinala nenhuma alteração significativa na economia capitalista, haja vista que desde o século XIX se registrava o funcionamento do capital financeiro. O que efetivamente emerge no processo de acumulação mundializada do capital é que as finanças retomam a hegemonia da economia capitalista mundial, sob bases ainda mais especulativas e parasitárias¹⁰³. É o momento em que, ademais do capital portador de juros, o capital fictício atua com destacado protagonismo contribuindo para a consolidação internacional de uma economia de cassino. Ou seja, volátil, fugaz e movida, substancialmente, pelo lucro imediato, independente do devir da produção real numa proporção jamais vista.

¹⁰³ Buscando oferecer uma dimensão do grau especulativo que assumiu a economia a partir do final da década de 1970, descreve (KURZ, 2004, p. 1890) “Desde sua criação no ano de 1900, ele precisou de 66 anos apara tangenciar fugazmente o nível dos mil pontos. Durou mais 16 anos até que, em 1982, esses mil pontos fossem ultrapassados em definitivo. Desde o início da nova “economia do faz-de-conta”, ele não encontrou mais obstáculos: em 1995, o Dow Jones já batia 4.000 pontos – em 13 anos, portanto, ele quadruplicou o volume alcançado nos 82 anos anteriores. O salto quantitativo só ocorreu, porém, na segunda metade dos anos 90: em 1996, o Dow Jones montou a 6.000 pontos; em fevereiro de 1997, a 7.000; em julho de 1997, a 8.000; em 1998, a 9.000; e em meados de 1999, pasmem, a 11 mil pontos”.

A irresistível atração da especulação monetária e dos outros veículos de capital fictício derivam do fato de esses instrumentos poderem prosperar relativamente isolados do resto da economia. O capital de empréstimo depende diretamente dos lucros industriais e dos ganhos obtidos com outros contratos, sendo os juros uma parte desses ganhos. Já o capital fictício, embora se alimente de transferências cujas raízes estão na esfera da produção real, não se identifica com o capital produtivo utilizado na indústria. Ao evitar ficar cristalizado e imobilizado no aparelho produtivo do capital industrial, como acontece com os empréstimos, o capital fictício circula com maior liberdade e, nesse processo (como apontava Marx), vive várias vidas diferentes. Seu desenvolvimento é a razão principal para explicar o aumento considerável da proporção de transações financeiras no PIB, que passou de 15 por 1, em 1970, para 30 por 1, em 1980 e para 78 por 1, em 1990 (GUTTMANN, 1998, p. 83; 84).

Em síntese, no bojo do processo de acumulação mundializada do capital, o capital fictício, enquanto dimensão do capital financeiro, assume dimensões desproporcionais e tornando-se elemento indispensável e imbricado na dinâmica geral de acumulação do capital.

O jogo e a especulação se tornaram sistêmicos, e não apenas um momento dos “ciclos”, quer de ondas curtas, médias ou longas, após os quais a riqueza financeira fictícia desapareceria por um longo tempo. Eles são permanentes, como que constituindo valores que forjam um “estrato superior” de riqueza sobre aquele que corresponde aos valores dos bens e serviços. Ou seja, a riqueza financeira sustenta patamares de valorização inusitados em relação à riqueza real, demonstrando capacidade de revalorização, mesmo quando sofre quedas significativas, após ter atingido picos exacerbados [...] (BRAGA, 2000, p. 280).

Portanto, a acumulação mundializada do capital longe de encerrar a fase imperialista do capitalismo a intensifica, uma vez que o capital financeiro volta a centralizar as operações das empresas monopólicas e de diversos governos. Sob a acumulação mundializada do capital, a internacionalização dos imperativos capitalistas são recrudescidos, fortalecendo a dinâmica imperialista, que, por sua vez, torna-se ainda mais perigosa para a humanidade. Nesse sentido, afirmamos que a acumulação mundializada do capital confere novos significados à fase imperialista do capitalismo.

Capítulo 5 – A dinâmica escalar do imperialismo no século XXI

5.1- A produção espacial escalar do capital

A produção e reprodução do capital é uma produção e reprodução espacial¹⁰⁴. A emergência e a continuidade do modo de produção capitalista condicionam-se à construção de contextos geográficos imersos na lógica do capital, portanto, à construção de relações sociais no/do espaço¹⁰⁵.

Embora, a produção espacial esteja subordinada às injunções do capital é preciso registrar que a mesma é ontológica ao ser social. Isso significa que a produção espacial corresponde às relações sociais hegemônicas em um determinado momento histórico. Como explica Lima (2012):

“Desde a mais tenra existência humana, indivíduos constroem uma relação social que também é espacial. Assim as comunidades tribais da chamada Pré-História organizavam-se em áreas de dimensões restritas, porém com propósitos coletivistas, o que acarretava a edificação de obras, cujo acesso fosse assegurado a todos que pertenciam àquelas. A produção espacial, inserida no bojo do conteúdo das relações sociais de um determinado período é, portanto, ontológica ao ser social. Isso significa que o homem, em sua relação metabólica com a natureza, através do trabalho, permite a elaboração de um novo produto, a sua reprodução enquanto trabalhador e, inevitavelmente, a produção do espaço” (Ibid, p. 133).

Harvey (2009) apesar de reconhecer que Marx legou observações fragmentadas acerca do tema ao longo de sua vasta obra, afirma que o Marx “reconocía que la acumulación de capital se produce en un contexto geográfico y que a su vez produce tipos específicos de estructuras geográficas” (Ibid, p. 255)¹⁰⁶, demonstrando ser possível relacionar as condições objetivas gerais de crescimento econômico com uma estrutura de relações espaciais¹⁰⁷.

Em diversas passagens do Grundrisse, Marx sublinha que o processo de rotação do capital (P-D-C-C), muitas vezes se realiza em pontos distantes, galvanizando a expansão das relações sociais de produção capitalista a outros rincões do planeta e, desse modo, produzindo um novo espaço. A explicação fundamenta-se nas próprias

¹⁰⁴ Conforme explicação da Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição, assim como a produção espacial a produção escalar é ontológica ao ser social.

¹⁰⁵ Segundo Lefebvre (1984) as contradições do espaço derivam de seu conteúdo prático e social inscrito na sociedade capitalista. Não são produtos de sua forma cartesiana.

¹⁰⁶ “reconhecia que a acumulação de capital se produz em um contexto geográfico e que por sua vez produz tipos específicos de estruturas geográficas” (Ibid, p. 255, tradução nossa).

¹⁰⁷ É um erro interpretarem-se as análises de Marx sobre o capitalismo como sendo não-espaciais. Isto não é, de forma alguma, correto; seria mais exato dizer as vívidas implicações espaciais das análises de Marx raramente foram reveladas (SMITH, 1988, p. 127).

condições materiais da (re)produção do capital que impõem limites a sua realização ampliada (ou pelo menos, a extração média do lucro) no âmbito do mesmo *locus* espacial de sua produção, exigindo, doravante, uma extensão das formas sociais em que se extraem o mais-valor.

A criação de mais-valor absoluto pelo capital – mais trabalho objetivado – tem por condição a ampliação do círculo da circulação, e ampliação constante. O mais-valor criado em um ponto requer a criação do mais-valor em outro ponto, pelo qual possa se trocar [...]. Por essa razão, uma condição da produção baseada no capital é a produção de um círculo sempre ampliado da circulação, seja o círculo diretamente ampliado ou sejam criados nele mais pontos como pontos de produção. O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, tem a tendência de criar continuamente mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; considerado aqui do ponto de vista do mais-valor absoluto ou do trabalho excedente, de causar mais trabalho excedente como complemento para si mesmo; no fundo de propagar a produção baseada no capital ou o modo de produção que lhe corresponde. A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada (MARX, 2011, p. 332).

Marx concebia que o capital, embebido em sua própria insaciedade, necessita, peremptoriamente, mover-se, buscando sua auto reprodução. Nessa saga, vai demolindo barreiras espaciais e costurando novas dinâmicas condizentes com seus propósitos mais imediatos. Por isso, a fluidez é a sua tônica, não respeitando as fronteiras e limites geográficos.

O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e dos preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza, bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, complacentemente circunscrita a certos limites, e da reprodução do modo de vida anterior. O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais (Ibid, p. 334).

À luz dessas pistas deixadas por Marx podemos afirmar que, sob os imperativos do capital, o espaço na sociedade capitalista é permanentemente produzido. Não se trata tão somente do espaço absoluto, enquanto matéria ou natureza, mas também do espaço

relativo¹⁰⁸. Como explicou Smith (1988), é mister o entendimento da imbricação entre essas duas dimensões do espaço.

Se a produção-reprodução do espaço geográfico obedece ao mesmo ritmo de produção-reprodução do capital, que determina a reprodução das classes sociais, entendemos que ela se dá por meio da relação das diversas totalidades do espaço (SILVA, 2001, p. 26).

Em outras palavras, trata-se da unidade dialética que contempla as alterações protagonizadas pelo capital na paisagem geográfica, aliada às alterações nas relações sociais hegemônicas em determinado momento histórico¹⁰⁹.

[...] desvenda-se o espaço em sua dupla determinação: enquanto localização de todas as atividades da sociedade em seu conjunto, e enquanto processo e movimento definido e determinado pelo conjunto das relações sociais em seus momentos constitutivos específicos. Nessa direção, o espaço é o lugar da reprodução social de forma indissociável, mas também o produto, meio e condição dessa reprodução (CARLOS, 2011, p. 81).

A mobilidade do capital advém do desejo do capitalista que necessita assegurar a reprodução ampliada do mesmo, sob pena de ser anulado pela concorrência, uma vez que não existe um equilíbrio no capitalismo¹¹⁰.

O capital, em seu processo de acumulação, de reprodução ampliada, é portador da compulsão irrefreável a crescer. Não pode prender-se a uma região, a um país, não tem limites geográficos a respeitar (DANTAS, 2012, p. 41).

A imperiosa necessidade de expansão do capital, portanto, decorre da própria contradição presente às relações sociais capitalistas, pautada na produção socializada e

¹⁰⁸ Obviamente o espaço absoluto e as condições objetivas que ele encerra, para limitar ou alavancar a valorização do capital, não podem ser desprezados. “[...] quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua própria presença, eles influenciam os momentos subsequentes da produção” (SANTOS, 2002, p. 174).

¹⁰⁹ A produção do espaço geográfico no seio do capitalismo, enquanto base material para o desenvolvimento de sua sociedade se apresenta como o espaço dos conflitos entre os interesses de classes antagônicas (RODRIGUES, 2012, p. 59; 60).

¹¹⁰ Como não existe um equilíbrio no capitalismo, uma vez que ele encarna um conjunto de contradições permanentes e irresolutas imanentes à (re)produção do capital, também não existe equilíbrio espacial. Nesse sentido coadunamos com Harvey (2009), quando o mesmo tece uma tenaz crítica aos teóricos tradicionais da localização, a exemplo de Von Thunen, pois os mesmos ignoram as contradições subjacentes à (re)produção do capital que invalida qualquer teoria para a “organização” do espaço. Acerca da produção espacial sob o capitalismo, diz explica Harvey que o “resultado sólo puede ser una inestabilidad crónica en las configuraciones regionales y espaciales, una tensión dentro de la geografía de la acumulación entre la fijeza y el movimiento[...]” (Ibid, p. 353).

na apropriação privada, que tende a criar um processo de superprodução de capital, mais precisamente, de crise. Isso significa dizer que a concentração espacial da extração de mais-valor (através da imobilização de capital no espaço), como forma de valorização do capital produtivo, tende a gerar um excesso de capital (seja na forma de capital constante ou na forma de capital-mercadoria a ser comercializada) e, por conseguinte, uma queda tendencial dos lucros. Como explica Harvey (2009):

La emergencia de una estructura espacial específica con el ascenso del capitalismo no es un proceso libre de contradicciones. Para superar los obstáculos espaciales [...], se crean estructuras espaciales que acaban por convertirse ellas mismas en obstáculos para la nueva acumulación. Estas estructuras espaciales se expresan, por supuesto en la forma fija e inamovible de los medios de transporte, la fábrica y otros medios de producción y consumo que no se pueden mover sin ser destruidos. El paisaje geográfico que el capital fijo e inmóvil comprende es a un tiempo la gloria coronada del anterior desarrollo del capital y una prisión que inhibe un mayor progreso de la acumulación [...] (Ibid, p. 265)¹¹¹.

Sublinhamos que o curso do processo de imobilização de capital constante no espaço absoluto que altera a dinâmica do espaço relativo de modo conveniente aos interesses do capital, a saber, a extração de mais valor, guarda limites objetivos, uma vez que o capitalista não poderá usufruir do trabalho excedente, indefinidamente, sem que ocorra um processo de superprodução de capital. Dessa feita, como enfatizou Harvey (2009), a construção de uma estrutura geográfica é antítese dialética da revogação dos obstáculos espaciais ao processo de valorização do capital.

Sem dúvidas essa contradição dialética é a alavanca das alterações espaciais sob o modo de produção capitalista. Ela está no DNA do *modus operandi* da produção capitalista e sua síntese não pode ser extirpada, apenas adiada. E seu adiamento reside na (re)produção de mais espaço¹¹².

[...] a reprodução do espaço realiza-se pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo

¹¹¹ “A emergência de uma estrutura espacial específica com o ascenso do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar os obstáculos espaciais [...], se criam estruturas espaciais que acabam por converter-se elas mesmas em obstáculos para a nova acumulação. Estas estruturas espaciais se expressam, claro na forma fixa e imóvel dos meios de transporte, da fábrica e outros meios de produção e consumo que não se podem mover sem ser destruídos. A paisagem geográfica que o capital fixo e imóvel compreende é a um tempo a glória coroada do anterior desenvolvimento do capital a uma prisão que inibe um maior progresso da acumulação” [...] (Ibid, p. 265, tradução nossa).

¹¹² O fato é que o capitalismo, para (re)construir suas bases para um novo processo de acumulação do capital deve encontrar (novos) espaços de valorização para esse capital acumulado em excesso. Isto significa que as formas que o capital encontre para a saída de sua crise estrutural devem promover novos espaços de valorização e/ou a ampliação dos já existentes (CARCANHOLO, 2011, p. 07).

desenvolvimento da acumulação que produz o espaço, enquanto condição/produto da produção da reprodução do capital manifestando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento impondo limites e barreiras a sua reprodução (CARLOS, 2011, p. 79; 80).

Por isso, a essencialidade do entendimento da dinâmica espacial de acumulação do capital. A (re)produção de mais espaço, não obstante não supere a contradição basilar do capitalismo, está ancorada na necessidade imanente ao capital de intensificar e expandir o trabalho abstrato como base de seu processo de reprodução ampliada. A intensificação do capital (re)produz relações sociais de cunho capitalista, elevando o grau de exploração do trabalho excedente, enquanto que a expansão geográfica aduz ao prolongamento incessante do trabalho abstrato produtor de valor a outros pontos do planeta.

As contradições do capital são deslocadas no interior de tais limites, e o processo de deslocamento pode continuar apenas até o ponto da saturação final do próprio sistema e o bloqueio das válvulas de escape expansionistas [...], mas não infinita nem indefinidamente. Margens de deslocamento são criadas pela multiplicidade de contradições dadas em uma configuração específica e pelo desenvolvimento desigual, mas certamente não pelo desaparecimento das próprias contradições. Deslocamento significa postergar (não liquidar) a saturação das válvulas de escape disponíveis e a maturação das contradições fundamentais. Também significa estender as fronteiras historicamente dadas do capital, mas não eliminar seus limites estruturais objetivos e explosivos (MÉSZAROS, 2009, p. 587; 588).

Acerca da expansão do capital no/do espaço, podemos afirmar que ela integra a gênese do imperialismo e foi responsável pela criação de uma relação hierarquizada entre economias capitalistas ao longo de todo o século XX, numa verdadeira relação de centro-periferia. Por quê? Porque o capital indubitavelmente se desloca, ensejando explorar as diferenças espaciais (custo da força de trabalho, renda da terra, legislação conveniente, etc) ao tempo em que uniformiza as condições mínimas para a sua valorização (a expropriação primária ou despojo dos trabalhadores dos meios necessários à reprodução social).

A produção espacial reflete a concorrência capitalista pela maximização dos lucros que considera necessária a igualização das condições essenciais à reprodução do valor-mercadoria, despojando progressivamente os trabalhadores de vínculos maiores com os meios de produção e incorporando ao solo capital fixo nas condições médias de desenvolvimento das forças produtivas, e a gestação da diferenciação espacial com a apropriação de fontes de matérias-primas

mais vantajosas, controle vigoroso do valor da força de trabalho e regulação da legislação do comércio internacional (LIMA, 2012, p. 135; 136).

Esse processo, denominado por Smith (1988) de igualização/diferenciação do espaço geográfico, provoca a expansão das relações sociais de produção capitalistas, como parte da mobilidade do capital, produzindo um espaço geográfico que é concomitantemente igualizado nas formas universais de exploração de mais-valor e diferenciado na exploração das condições concretas do espaço absoluto e relativo das formações sociais. A igualização se materializa com a imobilização do capital no espaço absoluto em investimentos produtivos, visando à exploração do mais-valor e, por consequência, estendendo o trabalho abstrato como forma predominante de relação social. A diferenciação se verifica com o aproveitamento das condições objetivas e singulares do espaço absoluto e/ou a criação de relações sociais convenientes para a exploração do mais-valor em condições extraordinárias, ou seja, a produção de um espaço relativo singular e adequado aos interesses do capital¹¹³.

A diferenciação do espaço geográfico no último século é um resultado direto da necessidade, inerente ao capital, de imobilizar o capital na paisagem. No processo de produção o objetivo de produzir mais-valia, sendo necessário que grandes quantidades de capital produtivo sejam espacialmente imobilizadas por períodos relativamente longos, na forma de fábricas, maquinaria, vias de transporte, armazéns e uma série de melhoramentos (SMITH, 1988, p. 136; 137).

À luz desta perspectiva afirmamos que o capital, no bojo de sua expansão, delineia uma relação singular – enquanto universal – com o espaço absoluto, gestando um espaço relativo funcional aos seus propósitos mais prementes.

A universalização do trabalho abstrato assalariado e, com ele, do valor, tendência inerente ao capital, conduz inflexivelmente à emancipação das relações e instituições sociais de qualquer espaço absoluto herdado, que anteriormente chamamos de “espaço natural”. Mas a emancipação do espaço natural somente aumenta a necessidade de produzir o espaço relativo (SMITH, 1988, p. 132).

Essa relação particular do capital com o espaço tornou-se mais relevante desde a emergência do imperialismo, fase da mais ácida disputa pelas garantias de continuidade

¹¹³ Ressaltamos que Rotta (1997) ao analisar a oposição entre o rural e o urbano em Marx, afirma que o capitalismo tende a diferenciar e homogeneizar o espaço. Sua análise é diferente da nossa porque ele confere a diferenciação espacial um processo meramente associado a confecção do produto, ou seja, uma mera relação técnica entre o homem e a natureza e outros elementos materiais da produção. Ele não analisa como as relações capitalistas de exploração do valor se inscrevem de modo diferenciado nas formações sociais.

da valorização do valor. A dinâmica espacial do capital, através de sua expansão imperialista, criou uma relação entre pontos geográficos distantes no curso de seu processo de valorização, que somente pode ser desnudada com o estudo da relação inter-escalar: trata-se da mediação escalar das alterações espaciais, sob os ditames do capital.

A estrutura geográfica de interações sociais sob o capitalismo produz uma interpenetração hierárquica entre as escalas por onde transita o capital. A produção escalar também passa a deter um novo propósito com o desenvolvimento da sociedade, mediado pelos interesses do capital (LIMA, 2012, p. 136).

O capital é responsável pela criação e articulação de diferentes escalas no curso de seu processo de rotação. Como explica Smith (1988), o “capital produz escalas espaciais distintas [...]. As escalas por si mesmas não são fixas, mas se desenvolvem [...] dentro do desenvolvimento do próprio capital” (Ibid, p. 211).

A investigação da interpenetração das escalas no processo de valorização do capital é fundamental para o entendimento dos pressupostos que subjazem a produção capitalista do espaço, qual seja, a perpétua criação de totalidades espaciais assinaladas por tempos diferentes que se entrelaçam.

Ao mesmo tempo em que está havendo produção imediata, em uma das totalidades espaciais, ligadas a um determinado produtivo, pode estar acontecendo a realização de mercadorias produzidas em circuitos de outras totalidades, e também a circulação econômica e a distribuição advindas de outros processos de trabalho. O que há é um entrelaçamento de situações próprias de relações de produções diversas em um momento do espaço, ou em várias totalidades espaciais ao mesmo tempo. Aí está a articulação íntima entre todos os momentos do espaço geográfico. Com isso queremos afirmar que a produção capitalista do espaço geográfico é constituída de inúmeros processos de trabalho e em cada totalidade geográfica desenvolvem-se relações variadas que não pertencem ao mesmo circuito produtivo ou à mesma rotação do capital. Este pode se iniciar em uma totalidade de uma cidade ou de um estado e terminar noutra muito distante, quem sabe em outro país (SILVA, 2001, p. 26; 27).

5.2- A produção espacial escalar sob a fase imperialista do capitalismo

Como se analisa na presente tese, o capital encontrou a forma social mais adequada para a sua (re)produção: o capitalismo. As relações sociais inscritas no capitalismo permitiram o pleno florescimento das outras facetas do capital, como o capital industrial e o capital financeiro.

O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros (MARX, 2011, p. 338).

Antes da emergência da fase imperialista do capitalismo, assinalada pela maiúscula concentração e centralização de capitais e também pelo protagonismo do capital financeiro na tentativa de hegemonizar a ordenação da economia mundial no início do século XX, a (re)produção do capital se realizava, predominantemente, dentro da escala nacional. O capitalismo ainda não se encontrava plenamente internacionalizado e o estado da economia ainda não permitia deslocamentos espaciais do capital em distância e volumes maiores. Pode-se afirmar, então que o capitalismo começava a abocanhar, paulatinamente, o planeta, mas ainda detinha, como lócus espacial de valorização do valor, a escala nacional.

O Estado cumpria um papel essencial na primazia da escala nacional, pois o excesso de protecionismo ao tempo que criava as condições para o fortalecimento das corporações sediadas sobre seu território, também impunha restrições aos capitais oriundos do exterior – de certa maneira, freando o processo de internacionalização do capitalismo. Através da escala nacional, o Estado assegurava que a classe capitalista pudesse extrair o trabalho excedente por meio da cristalização dos investimentos produtivos na escala local. Esta dimensão escalar é originariamente o lócus da exploração do valor, pois por meio dela, o capitalista despoja os meios de produção da classe trabalhadora, estendendo o trabalho abstrato como forma hegemônica das relações sociais¹¹⁴.

Os acontecimentos que transformaram os cultivadores em assalariados e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital criam para este (o capital) seu mercado interior (MARX, 1981, p. 86).

Desta feita, afirma-se que a (re)produção espacial do capital se realizava no capitalismo – antes do advento do imperialismo – por meio, predominantemente, da disputa concorrencial dos capitalistas¹¹⁵, afiançados pelo Estado, mediados pelas escalas

¹¹⁴ Endossamos o entendimento que a escala local é “la escala de la reproducción social” (SMITH, 2002, p. 143) onde se realizam cotidianamente as atividades direcionadas a expropriação primária e apropriação do trabalho excedente.

¹¹⁵ Na verdade era e ainda é uma mescla de disputa e cooperação entre capitais adversários no âmbito da escala nacional que conta com o apoio indispensável do Estado para o controle sobre a força-de-trabalho. “Desde la perspectiva del capital, la centralidad de la escala geográfica es que ella representa una materialización, aunque siempre como solución maleable a la contradicción básica entre cooperación y

local e nacional. O processo de internacionalização do capitalismo ainda era tímido e não havia formado – embora caminhasse para isso – uma massa de capitais, suficientemente concentrada e centralizada que alçasse voos mais longos. O território do capital existia e era continuamente (re)produzido dentro de totalidades mais limitadas, circunscritas às escalas local e nacional.

Mesmo inscrito em totalidades mais limitadas, a saber, as escalas local e nacional, a mobilidade do capital através de sua territorialização/desterritorialização contribuía para a igualização e diferenciação geográfica no/do espaço, protagonizando o desenvolvimento desigual e combinado no interior das nações, a exemplo da constituição do Mezzogiorno italiano ainda no século XIX¹¹⁶.

En su desarrollo en el próprio centro, el capital unifica y diferencia continuamente. También se aprovecha de diferentes mecanismos de centralización entre las diversas regiones del centro: el desarrollo del capitalismo siempre comporta un desarrollo de las desigualdades regionales. Así, pues, cada país desarrollado ha creado en su seno su próprio país subdesarrollado: la mitad meridional de Italia es un claro ejemplo de esto (AMIN, 1975, p. 353)¹¹⁷.

Foi no final do século XIX, com o indiscreto processo de concentração e centralização de capitais – onde se originaram as grandes corporações nacionais – que se registrará, sistematicamente, os deslocamentos espaciais de capitais para o exterior. Os capitalistas buscavam conquistar a reprodução ampliada do capital – ainda que nas economias nacionais não estivessem encerradas as possibilidades de alcance do lucro médio – através de investimentos produtivos em outras nações – majoritariamente, em nações de economias mais atrasadas, diante da complacência de seus Estados e do forte protecionismo das economias imperialistas – e investimentos em atividades financeiras. Tratava-se da emergência da fase imperialista do capitalismo.

O aparecimento desta fase, decididamente, contribuiu para a internacionalização do modo de produção capitalista, que começou a (res)significar a dinâmica escalar do

competición. Dentro de los límites nacionales, por ejemplo, hay cooperación explícita entre capitales sobre las leyes laborales, abastecimiento de infraestructuras, políticas de bienestar social, impuestos y políticas comerciales. Los mismos capitales compiten intensamente por mercados interiores [...] (SMITH, 2002, p. 142).

¹¹⁶ As contradições espaciais do capitalismo italiano ficaram evidentes a partir do século XIX e foram objeto de análise do ilustre marxista da Sardenha, Antonio Gramsci, em sua obra: a Questão Meridional (1987).

¹¹⁷ Em seu desenvolvimento no próprio centro, o capital unifica e diferencia continuamente. Também se aproveita de diferentes mecanismos de centralização entre as diversas regiões do centro: o desenvolvimento do capitalismo sempre comporta um desenvolvimento das desigualdades regionais. Assim, pois, cada país desenvolvido tem criado em seu seio seu próprio país subdesenvolvido: a metade meridional da Itália é um claro exemplo disto (AMIN, 1975, p. 353, tradução nossa).

capital. A produção de mais-valor no âmbito da escala local e nacional ainda concentrava parte significativa dos investimentos, mas as operações de cunho financeiro – seja por meio do capital portador de juros ou do capital fictício – conferiam, grande importância aos interesses da escala mundial. O capital não se detém exclusivamente em uma única escala. Sua compulsória mobilidade é tamanha que seu movimento é uma constante relação interescolar, correspondente ao estágio do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pois, “como forma generalizada, predominantemente de uma época, las condiciones para el capital deben estar desarrolladas no sólo localmente, sino en gran escala” (MARX, 2011, p. 107)¹¹⁸.

Observava-se uma convergência de interesses, através das sociedades anônimas e do desejo comum de transformar celeremente D-D'. Pode-se afirmar, então, que o imperialismo permitiu as injuntivas da escala mundial na dinâmica das escalas nacional e local, uma vez que a produção social abstrata de riqueza tinha de ser compartilhada com os interesses de investidores “distantes”, proprietários do capital portador de juros e/ou do capital fictício.

Entretanto, o fortalecimento da escala mundial nas determinações das economias nacionais sofreu um duro golpe, com a crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, e o Acordo de Bretton Woods em 1944 – este último responsável por uma série de restrições à plena atuação das atividades financeiras. Havia um forte questionamento acerca do caráter notadamente volátil das atividades financeiras e sua parca contribuição ao crescimento da economia nacional, bem como o nacionalismo, ainda encontravam eco pensamento social, haja vista os reclames ufanistas para a proteção estatal dos interesses nacionais¹¹⁹. Tudo isso contribuiu para que o alcance da primazia da escala mundial sobre a escala nacional e local fosse adiado.

Por volta de 1913, as economias capitalistas já estavam rumando rapidamente na direção de grandes conglomerados de empreendimentos concentrados, mantidos, protegidos e, até certo ponto, guiados pelos governos. A crise econômica do período entreguerras reforçou a “economia nacional” autocontida da maneira mais espetacular. Durante alguns anos a própria economia mundial pareceu entrar em colapso; à medida que os grandes rios da migração internacional foram minguando, grandes barreiras de controles cambiais limitavam os pagamentos internacionais, o comércio

¹¹⁸ “Como forma generalizada, predominantemente de uma época, as condições para o capital devem estar desenvolvidas não só localmente, senão em grande escala” (MARX, 2011, p. 107, tradução nossa).

¹¹⁹ Segundo Hobsbawm (2013) o enaltecimento dos interesses nacionais foi funcional aos interesses dos capitalistas uma vez que os usaram como arma contra os comunistas. Ademais os movimentos nazi-fascistas também beberão do clamor pela defesa da nação.

internacional diminuiu, e mesmo os investimentos internacionais mostraram sinais momentâneos de colapso. Uma vez que até os ingleses abandonaram o livre comércio em 1931, parecia claro que os Estados estavam recuando o mais que podiam, num protecionismo tão defensivo que se aproximava de uma política de autarquia, mitigada por acordos bilaterais. Em suma, enquanto uma violenta nevasca fustigativa a economia como um todo, o capitalismo mundial refugiava-se nos iglus de suas economias de Estado-nação e de seus impérios associados (HOBSBAWM, 2013, p. 184).

O aprofundamento da internacionalização da economia por meio do aumento dos Investimentos Externos Diretos (IED) e o fim do Acordo de Bretton Woods, em meados da década de 1970, contribuíram para a eclosão de um interregno na fase imperialista do capitalismo, baseado na acumulação mundializada de capital ou como costuma denominar Chesnais (1996), na mundialização do capital. Ao nosso ver, não se trata de uma nova fase do capitalismo, pois esta compreensão analítica implicaria concebê-la como antítese da fase imperialista. :

Os tempos são outros e é certo que o imperialismo mudou, de lá para cá, mas o processo imperialista continuou sendo uma chave essencial para se compreender a dinâmica da economia mundial. A economia internacional sofreu inúmeras mutações e, sem deixar de ser o capitalismo imperialista, engendrou a economia planetária tal como a conhecemos [...]. Por mais que se dê voltas com terminologias do tipo neo-capitalismo, globalização, capitalismo organizado, a verdade é que o imperialismo, com suas corporações, suas frações dominantes do capital financeiro, continua centralizando a economia internacional, e assumindo formas e tendências evolutivas em direção à barbárie [...] (DANTAS, 2012, p. 32; 33).

Na presente investigação, pressupõe-se que a acumulação mundializada de capital surgiu no âmago da crise estrutural do capital, fortalecendo a fase imperialista do capitalismo – cristalizada na hegemonia do capital financeiro – e adornando-a de um perfil ainda mais expoliador contra os trabalhadores, que busca no desenvolvimento desigual e combinado¹²⁰ do capitalismo a saída para seus impasses.

O capital, assentado na exploração do trabalho assalariado, nunca está em repouso. Pelo contrário, só se pode compreendê-lo como movimento, inclusive desigual e combinado, considerando que há também uma superposição de estágios de desenvolvimento das forças

¹²⁰ O processo é caótico, e essa nova economia mundial é modelada pelos movimentos mundiais do capital em seu processo de acumulação. A natureza desse processo caótico que inclui desenvolvimento de certas regiões às custas de outras, homogeneização e diferenciação, é desigual e combinado, jamais homogêneo. E se conforma segundo o ritmo de forças produtivas que rompem e transbordam as barreiras nacionais em busca da ilimitada e ininterrupta acumulação do capital no espaço mundial (DANTAS, 2012, p. 37).

produtivas, operando processo de punção e transferência de mais-valia, determinados por processo de dominação no contexto da hierarquia entre os Estados, regiões e corporações num mesmo ramo de produção, com diferentes níveis de produtividade do trabalho e de composição orgânica do capital. Essa natureza desigual e combinada é ainda mais visível no contexto do capitalismo mundializado [...] (BEHRING, 2012, p. 158).

O último quartel do século XX libertou os grilhões que dificultavam o alcance da hegemonia do capital financeiro por meio da desregulamentação das economias nacionais e impulso à mobilidade de capitais, flexibilizando as fronteiras por meio de uma “destruição criativa” de obstáculos espaciais.

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro [...], suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (SANTOS, 2008, p. 31).

Inaugurou-se um cenário de enfraquecimento da ideologia nacional, diante das constantes associações de capitais oriundos de nações distintas. O Estado não perdeu pujança, apenas teve sua atuação (res)significada, passando a operar abertamente em nome da primazia da valorização do capital – e não em nome da famigerada insígnia do “desenvolvimento” das economias nacionais – e os preceitos do *Welfare State* –, como outrora¹²¹. Em substituição a esta, a ideologia da globalização foi insuflada e com ela uma atuação sistemática para o desmonte de todo o aparato jurídico-estatal (superestrutura) que impusesse limites à extração do trabalho excedente: um Estado neoliberal¹²². Este, (res)significado sob o capitalismo internacionalizado, consiste numa ampla superestrutura que articula, contraditoriamente, as aspirações distintas das formações sociais em nome da continuidade do processo de valorização do capital.

Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo do Estado regulacionista do

¹²¹ Segundo Hobsbawm (2013) foram criadas as condições para o fim do nacionalismo que tinha o principal catalizador do desenvolvimento histórico. Em outro estudo “Globalização, democracia e terrorismo” (2007), Hobsbawm vai explicar que o nacionalismo do final do século XX e início do século vigente tornou-se restritivo à questões de cunho étnico e religioso que estimulam a xenofobia. Obviamente por detrás de tudo isto se apresenta o aprofundamento da internacionalização da economia e a crise da economia mundial que suprimiu vários postos de trabalho, especialmente nos países centrais.

¹²² O processo de liberalização e desregulamentação dos fluxos de capital no Brasil, desde os anos de 1990, permite e estimula que o capital se valorize direcionando-se para o mercado de ações, de títulos privados e para o mercado de títulos públicos. Tal processo exige uma reconfiguração do Estado, que se expressa em medidas, por um lado, para potencializar a valorização do capital e, por outro lado, para atacar os parques direitos sociais e a renda conquistados pela classe trabalhadora (LUPATINI, 2012, p. 79).

bem estar, mas a partir da lógica fetichista do mercado (CONCEIÇÃO, 2013, p. 100).

Mascaro (2013) explica que as hierarquias dos Estados diante do poder de suas economias não desaparecem na contemporaneidade, mas estão plasmadas nos interesses mundiais de valorização do capital.

As mudanças do capitalismo contemporâneo, a partir da década de 1970, fazendo com que o capital se estabelecesse ainda mais como um superpoder para além dos Estados nacionais, não só enfraquece relativamente os Estados como também instaura uma dinâmica própria nas suas relações internacionais. As hierarquias entre Estados se apresentam agora insculpidas em condições que dependem de uma decisão internacional do capital, o que se encontra para além das tradicionais forças internas, até então quase sempre advindas do poder militar, das forças produtivas próprias ou das vantagens geográficas e naturais. Mas, mesmo nessa fragilização relativa, os Estados não perdem seu papel de plexo condensador da reprodução do capital. Ainda que as decisões de investimento sejam deslocadas dos Estados para o capital internacional e que o poder militar se restrinja à polícia, rebaixando o perfil da política nacional, mesmo assim os Estados continuam a conformar e a garantir a dinâmica do capital (Ibid, p. 106).

Este fato endossa a importância assumida pela escala mundial¹²³ na conformação de condições objetivas para a acumulação internacionalizada de capitais e a imprescindibilidade do Estado nesse contexto.

O Estado [...] terá sua função alterada. Serão preservadas suas incumbências de coerção e legitimação, mas numa atuação distinta. A ele, já não mais serão delegadas as tarefas pela promoção parceira do crescimento econômico e do bem-estar da população. Através das teses de Friedrich Hayek e Milton Friedman, se propagará a ideia de um Estado mínimo. Isso significa a redução do alcance das ações estatais, ou seja, uma mudança de enfoque em sua atuação, onde as famosas políticas sociais, materializadas no *Welfare State*, deveriam ser veementemente desmanteladas, mantendo, entretanto, o apoio incondicional aos monopólios do capital e à ciranda financeira (LIMA, 2012, p. 108).

Ressalta-se que o Estado continuou agindo na escala local e nacional como suporte às operações produtivas e financeiras, regulando a classe trabalhadora e promovendo uma política fiscal e monetária deliberadamente em favor das finanças, a

¹²³ Já que o capital, durante a vida de Marx, estava muito distante da sua moderna articulação como um sistema verdadeiramente global, sua estrutura geral de comando político, como sistema de Estados globalmente interligados, era muito menos visível em sua precisa mediaticidade. Hoje a situação é absolutamente diferente, à medida que o sistema global do capital, sob uma variedade de formas muito diferentes (na verdade contraditórias), encontra seu equivalente político na totalidade das relações interdependentes entre Estados e no interior delas (MÉSZAROS, 2009, p. 597; 598).

exemplo do discurso altissonante em prol do combate à inflação, por meio da elevação da taxa de juros ou, ainda, por meio da economia do endividamento baseada na venda de títulos da dívida soberana.

O envolvimento do Estado surge em parte porque tem de ser encontrados os meios coletivos para fazer o que os capitalistas individuais não podem razoavelmente fazer e, em parte, porque a luta de classes requer as mediações do aparato do Estado para qualquer tipo de investimento ser feito em áreas socialmente sensíveis. O envolvimento assume uma nova forma quando é reconhecido que esses investimentos podem ser tanto produtivos (no sentido de melhorarem as condições sociais para a criação de mais-valor) quanto estabilizadores (no sentido do manejo da demanda efetiva durante um longo período) (HARVEY, 2013, p. 513).

Assim, face ao exposto, podemos afirmar que o capital financeiro conquistou definitivamente a hegemonia da economia mundial, ordenando o espaço e a escala de modo a atender prioritariamente suas vontades. A singularidade do capital financeiro na presente quadra da história é que sua dimensão fictícia, assumiu proporções sem precedentes¹²⁴. Obviamente que o capital fictício, enquanto dimensão do capital financeiro, já operava desde o surgimento do imperialismo, entretanto, o capital portador de juros, ainda detinha a primazia dos investimentos financeiros na economia mundial, pois os limites para a valorização do valor no processo produtivo ainda não estavam tão evidentes. Foram as dificuldades para o processo de reprodução ampliada do capital – registradas desde o alvorecer da década de 1960 e ampliadas desde os albores da década de 1970 – que conferiu maior protagonismo do capital fictício, gestando um verdadeiro processo de financeirização da economia mundial. Neste sentido, a

[...] financeirização correspondeu ao esgotamento de condições excepcionais durante aquelas décadas do pós-guerra, sendo portanto, a continuação do funcionamento do sistema; o capital se hipertrofiou na esfera fictícia financeira por conta de dificuldades de valorização na produção [...] (DANTAS, 2009, p. 64).

Vive-se, portanto, um período em que o capital financeiro, conjugado pela sua face mais perversa, rentista e parasitária, o capital fictício, domina a sociedade capitalista. Os operadores (*players*) do capital fictício atuam na compra de títulos na

¹²⁴ Carcanholo e Nakatani (2001) também partem do pressuposto de que o capital fictício (capital especulativo parasitário) apresenta uma dimensão singular na atualidade da economia capitalista. Entretanto, diferente do apresentado na presente investigação, os referidos autores tratam a globalização como uma nova fase da sociedade capitalista.

bolsa, fundos de investimento, fundos de pensão e demais dispositivos patrimoniais, buscando a máxima valorização do capital, independente da saúde geral da produção de mais-valor. Seus propósitos são os mais “umbilicais” e imediatos possíveis e sempre estão apostos para mover rapidamente seus investimentos de curto prazo a logradouros mais vantajosos. Ademais, contam com a segurança jurídica oferecida através acordos internacionais, protegidos pelas instituições financeiras “multilaterais”, a exemplo do FMI e Banco Mundial. É a volatilidade do capital financeiro ao grau máximo.

Sem dúvida, essa característica da economia capitalista imperialista, ensejada no final do século XX, elevou a escala mundial a um patamar de grande relevância, fazendo com que a mesma determine as políticas de cunho nacional e local nos países.

A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que, nesse nível, guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias. Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais [...] (SANTOS, 2008, p. 18).

Como explica Oliveira (2003) o mercado capitalista é implacável, tanto é que ele mundializa o nacional, destruindo as bases deste e lançando-o na rede de produção capitalista em escala mundial.

Essa relação inter-escalar amplia o território de valorização do capital, pois torna sistemática a migração espacial e escalar do capital não somente para os investimentos produtivos, mas, sobretudo, para a mera especulação. Aliás, cumpre sublinhar, o fortalecimento da escala mundial, ainda que marcadamente impulsionada pelo florescer das atividades financeiras – e sua dimensão mais (ir)racional, o capital fictício – não significa o rebaixamento da imprescindibilidade do capital produtivo.

Pelo contrário. Embora seja nítida a crise de superprodução do capital, a interpenetração de investimentos, emanados de diferentes rincões do planeta, também direcionou e impulsionou as imobilizações produtivas das corporações monopólicas, exigindo a máxima remuneração ao capital portador de juros. Dessa feita, as corporações monopólicas estiveram sempre em movimento, buscando superar o excesso de capitais por meio da construção de condições extraordinárias de auferição do trabalho excedente e, nesse sentido, igualizando e diferenciando o espaço geográfico. Um exemplo gritante desse processo é a fuga em massa do capital produtivo, ancorado

nas atividades automobilísticas da conhecida “capital” do automóvel nos Estados Unidos, Detroit, em direção à China. Ou, ainda, os vultosos investimentos produtivos radicados em tecnologia de comunicação na Índia.

Em resumo, o cenário econômico delineado nas últimas décadas do século XX, caracterizado pelas dificuldades de valorização do valor, recrudesceu o caráter imperialista do capitalismo, inscrito na hegemonia do capital financeiro e na sua máxima valorização. Assim, compreende-se que a escala mundial de acumulação de capital detém a primazia na determinação das totalidades locais/nacionais.

A economia internacional é a realidade determinante, orgânica. Ou seja, o determinante, nesse processo, é uma totalidade inter-conectada que se sobrepõe às economias locais (DANTAS, 2012, p. 43; 44).

5.3- Luxemburgo e o imperialismo como resolução da crise de acumulação do capital: política de subordinação de espaços dotados de relações não-capitalistas

Embora Luxemburgo não tenha buscado construir em seu escopo analítico as singularidades da dinâmica espacial imperialista, pode-se concluir que sua investigação implicitamente envolve-se nesse diapasão. É possível observar que Luxemburgo conferiu uma característica política ao imperialismo, afirmando ser o mesmo, uma iniciativa dos capitalistas no curso da persecução da reprodução ampliada do capital, que demandava a produção de espaços dotados de relações não-capitalistas¹²⁵ para a realização do valor. Ela não situou o fenômeno do imperialismo no contexto do processo de formação dos monopólios e do capital financeiro, tratando-o, em verdade, como uma válvula de escape ao problema de acumulação do capital.

Apesar de Rosa Luxemburgo não tematizar diretamente a problemática espacial para os processos de acumulação do capital, não é difícil extrair de suas conclusões essa dimensão indissociável do processo. Para ela a realidade dos processos de acumulação capitalista deve contar sempre com elementos exteriores à lógica interna do próprio capital. A isso ela atribui a

¹²⁵ Esses mercados externos são definidos como fazendo parte de um contexto social não capitalista, que absorve os produtos do capitalismo e fornece meios de produção e força de trabalho para a produção capitalista. Não se trata pois de diferenciar os mercados por limites geográficos. O mercado externo pode ser constituído não só por países com uma economia natural pré-capitalista, mas também por parte dos países capitalistas que não está integrada a esta produção capitalista, assim como por grupos sociais e/ou instituições dentro do espaço capitalista, mas que não faziam parte do mercado consumidor. Esta é a solução que a autora acredita ser a única possível (CARCANHOLO, 2007, p. 03).

necessidade de manutenção dos “mercados externos” ou “terceiras pessoas” (SANTOS, 2010, p.29).

É importante registrar que Luxemburgo e Lenin divergiam quanto ao significado de “mercados externos”. Enquanto que para Lenin o domínio do mercado externo representava a partilha territorial entre as nações imperialistas de lócus para a expansão das relações capitalistas de produção, através das corporações monopólicas; para Luxemburgo o “mercado externo” é a única saída para a incapacidade do capitalismo de realizar todo o mais-valor disponível entre os assalariados, ou seja, dentro de seus próprios limites¹²⁶. Daí, para Luxemburgo, a imprescindibilidade de captura de espaços dotados de relações não-capitalistas.

Apesar do impulso crítico que move o capital para fora de si poder ser identificado com relativa semelhança nas descrições de Lênin e Rosa Luxemburgo, os pressupostos dessa formação capitalista necessariamente crítica são absolutamente diversos e partem de interpretações sobre o esquema de reprodução apresentado por Marx (1989) encarnecidamente divergentes. Para Rosa Luxemburgo, os “mercados externos” não têm a mesma configuração que assumem em Lênin ou em grande parte da literatura econômica. Antes de se colocar como espaços extranacionais, eles são externos na medida em que não pertencem a um tipo de mercado elaborado pelas próprias estruturas reprodutivas do capital; ou seja, antes de qualquer coisa, são mercados não-capitalistas inseridos historicamente nos processos de acumulação do capital (SANTOS, 2010, p. 29).

Luxemburgo sustentava a tese de que ao tempo que a captura de espaços dotados de relações não-capitalistas destina-se a socorrer as incongruências do próprio processo de acumulação de capital, influi, contraditoriamente, para a derrocada final do modo de produção capitalista, haja vista sua iminente finitude sem a convivência como formações sociais a margem do trabalho abstrato produtor de valor. Fundamentada em uma compreensão subconsumista da economia capitalista, não admitia que a produção social de mercadorias estivesse envolvida em uma lógica incessante. Em outras palavras, era inconcebível para Luxemburgo que o funcionamento do capitalismo estivesse orientado à produção pela produção, desconsiderando a incapacidade de

¹²⁶ A realização da mais-valia e a acumulação do capital, para ela, torna-se impossível em um sistema capitalista fechado, e a parte da mais-valia poupada somente pode ser realizada através da venda a compradores não-capitalistas, ou seja, países ou camadas sociais pré-capitalistas no interior dos países capitalistas (CATANI, 1981, p.74).

circulação da totalidade das mercadorias frente a um poder de consumo individual progressivamente mais restrito.

De acordo com Rosa Luxemburgo da luta do capitalismo contra a economia natural resulta, em geral, a seguinte ordem de acontecimentos: a economia natural é substituída pela economia mercantil, a qual, por seu turno, cede seu lugar para a economia capitalista. A batalha do capitalismo pela conquista de novos mercados externos – para poder continuar a expandir sua produção, seu capital – acaba, assim, por ampliar a esfera do mundo capitalista. E quanto mais essa esfera se amplia e, conseqüentemente, mais reduzida se torna a possibilidade de abertura de novos mercados externos, mais próximo encontra-se o capitalismo de seu fim. Neste sentido, o capitalismo seria um sistema autofágico (MIGLIOLI, 1982, p. 186).

Luxemburgo não se atentou que o motor da produção capitalista destina-se ao alcance dos lucros e não a satisfação social¹²⁷. Assim, ainda que o desenvolvimento das forças produtivas implique na redução do número de trabalhadores empregados e, conseqüentemente, de trabalhadores aptos a comprar as mercadorias “grávidas” de mais-valor, os capitalistas lançam mão de vários mecanismos para *contrarrestar* a conhecida sina da produção socializada e da apropriação privada, sem, necessariamente, recorrer aos expedientes ao largo do processo de extração do mais-valor – ainda que eles não estejam absolutamente descartados. Desta feita, se compreendida dentro da visão subconsumista é um *ex-nihilo*, pois o fulcro do processo de acumulação de capital não é chancelado pela capacidade de consumo ou pela demanda efetiva. A crise do capital não é uma crise de subconsumo, mas uma crise de excesso de capitais (na forma de capital constante ou capital variável), os quais não alcançam, sequer, a valorização média.

[...] aqui reside um dos pontos nodais da crítica à obra de Luxemburgo. O problema da demanda efetiva está diretamente ligado à insuficiência de sua compreensão sobre o afã de acumular que é próprio do capitalista enquanto personificação do capital. Rosa Luxemburgo, por isso, não abandonou a limitada perspectiva de que o modo de produção capitalista tem como finalidade primeira a produção para a satisfação das necessidades humanas (demanda). Ela frequentemente inverte o ponto de partida de Marx, pressupondo a necessária anterioridade da demanda para a posterior realização do processo de acumulação em escala ampliada. O desvio de interpretação fica mais evidente quando percebemos que, no conjunto

¹²⁷ La idea central del modelo marxista es que el capitalismo contiene por naturaleza una fuerza expansiva: la producción de capital para producir más capital (BROWN, 1975, p. 56).

de sua obra, a demanda que deverá dar suporte ao próprio processo de acumulação deve ser resultado de fatores estranhos ao modo de produção capitalista. O problema colocado por Rosa Luxemburgo, nesse sentido, somente poderia estar preso à escassez de demanda, e é nesses termos que pretende resolver os problemas por ela mesma encontrados nos esquemas de reprodução de Marx (SANTOS, 2010, p. 35).

Como o fio da análise de Luxemburgo resultava da questionável compreensão da impossibilidade de reprodução ampliada do capital dentro dos liames do capitalismo – em razão da tendência ao subconsumo¹²⁸ – não obstante haver proporcionado uma excelente investigação sobre as ações imperialistas de alguns Estados na subordinação e opressão de várias formações sociais¹²⁹ – Luxemburgo restringiu sua análise ao livro II de O Capital, olvidando-se que Marx nesta parte da obra recorre a um exercício de abstração teórico-conceitual, com fins didáticos, para evidenciar as alterações que se passam na circulação entre os dois departamentos com a incorporação da mais-valia para o processo produtivo¹³⁰.

¹²⁸ [...] a hipótese do subconsumo não pode ser a causa da crise! Em primeiro lugar, a hipótese do subconsumo inverte a relação de dependência entre acumulação e consumo. Segundo esta, o consumo determina a acumulação, na medida em que para se acumular qualquer quantia é preciso antes realizá-la. Ao contrário do que assume a teoria do subconsumo, embora exista reciprocidade causal (acumulação e consumo formam uma unidade), a predominância se dá na acumulação determinando o consumo, ainda que o último condicione o primeiro. O que ocorre é que para que as pessoas consumam, elas devem obter rendimentos, que são, por sua vez, fruto de decisões anteriores de acumulação. Uma outra forma de entender a mesma questão passa pela lógica do capitalismo. O modo de produção capitalista tem por fim a obtenção de um lucro cada vez maior; e isto só é obtido pela produção de um montante de mais-valia em constante crescimento, isto é, pela acumulação. O consumo (realização) não passa de uma condição, necessária, é bem verdade, mas não determinante (CARCANHOLO, 2007, p.05).

¹²⁹ Não obstante a imprecisão da crítica de Rosa à análise de Marx, não resta dúvida que Luxemburgo produziu uma inestimável contribuição ao estudo do imperialismo, pois ainda que este se encontre profundamente enraizado na tentativa de solução do subconsumo – à dimensão da circulação do capital –, não é demais registrar que Rosa nos permite perceber aquilo que se comprovaria ao longo de parte expressiva do século XX: a beligerância descomunal entre os Estados-nação. Conforme apontou Catani (1981) os dois últimos capítulos do livro de Luxemburgo “apresentam uma descrição muito interessante da história do desenvolvimento do capitalismo, onde fica claro que a conquista de novos mercados tem sido – e continua sendo – condição essencial para seu desenvolvimento, pois o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em um meio social não capitalista. Destaca, particularmente, a luta do capital contra a economia natural (luta contra o escravismo, o feudalismo, o comunismo primitivo), observando que a dominação capitalista é a primeira a impulsionar a destruição das organizações sociais existentes [...]” (Ibid, p. 79). Callinicos (2009) também coaduna que Luxemburgo obteve destaque na descrição detalhada das expropriações pelo capital “Rosa Luxemburg, devotes her *Accumulation of Capital* to a thoroughly wrong-headed critique of the reproduction schemes in Capital, Volume II. But the final chapters of her book give an account of how late nineteenth-century imperialism brutally and violently broke down the resistance of pre-capitalist societies to the dominance of capital, in a way that many contemporary critics of neoliberalism have found speaks directly to the processes of privatization and marketization witnessed today North as well as South” (Ibid, p. 14).

¹³⁰ Rosa Luxemburgo entendeu mal o papel desempenhado, na obra de Marx, pelo modelo de uma sociedade puramente capitalista. Não compreendeu que se tratava apenas de um princípio heurístico, útil para ajudar a mostrar as tendências evolutivas do modo de produção capitalista, libertadas ‘de qualquer circunstância acessória perturbadora’. (Desse ponto de vista, as intermináveis discussões sobre a

[...] o livro II possui um grau de abstração muito elevado. A tentativa de aplicação dos esquemas de reprodução para o entendimento do concreto-real sem qualquer mediação, como quer Rosa Luxemburgo, constitui uma falha metodológica grave. Desta forma, os esquemas de reprodução são limitados porque o escopo do livro II é limitado. Ele trata apenas da circulação do capital, abstraindo as características do processo de produção. A junção dos dois, isto é, a economia capitalista em seu real funcionamento, com todas as suas formas de manifestação, só é realizada, por Marx, no livro III. É neste último que são apresentadas todas as categorias aparentes. Criticar os esquemas de reprodução pelo seu irrealismo, como fez Rosa Luxemburgo, é o mesmo que criticar o livro I por pressupor que as mercadorias são vendidas pelos seus valores, e não por seus preços! Trata-se de uma incompreensão do método utilizado por Marx em O Capital (CARCANHOLO, 2007, p. 05).

Em nenhum momento Marx deixou de evidenciar que o processo de reprodução ampliada está inscrito em contradições, não é a toa que, no livro III de O Capital, Marx demonstra como o aumento da composição orgânica do capital por meio da crescente acumulação da mais-valia tende a diminuir a taxa de lucro do capitalista, levando-o a fazer uso de ações contrárias a essa tendência, dentre elas, o comércio exterior.

À medida que o comércio exterior barateia em parte os elementos do capital constante, em parte os meios de subsistência necessários em que o capital variável se converte, ele atua de forma a fazer crescer a taxa de lucro, ao elevar a taxa de mais-valia e ao reduzir o valor do capital constante (MARX, 1988, p. 171).

Logo, Marx não deixou de se atentar para os limites da reprodução ampliada, confinada a uma determinada relação no interior da nação¹³¹. Porém, realmente, Marx não pressupunha que a continuidade do capitalismo condicionava-se inexoravelmente à absorção de relações não-capitalistas, onde por meio da qual dispusesse de um potencial contingente de consumidores para o seu mais-valor – conforme a análise de Luxemburgo. Marx considerava que a acumulação de capital agigantava as contradições decorrentes da própria condição do capitalismo (produção socializada e apropriação privada), deixando sempre a porta aberta para a possibilidade de uma crise. E que as crises, antes de representarem, necessariamente, o final catastrófico da economia

possibilidade histórica de existir ou não uma sociedade puramente capitalista são completamente irrelevantes.) O objetivo desse procedimento metodológico é claro (ROSDOLSKY, 2001, p. 407).

¹³¹ O erro de Marx, para ela [Luxemburgo], consiste em haver raciocinado no marco de uma nação, mais precisamente, de formular sua argumentação como se o mundo inteiro fosse uma única nação capitalista (CATANI, 1981, p. 69).

capitalista¹³², podem engendrar, contraditoriamente, sua recuperação e/ou sua sobrevivência, dentro da própria produção universal de mercadorias, assentadas em relações capitalistas.

Que a interrupção do processo de produção de valor e realização de mais-valia (a autonegação do capital, pois ele mesmo é o agente de sua expansão) e a insuficiência de consumo capaz de recuperar esse processo, seja uma das formas possíveis de manifestação das crises (mas que também nunca se manifesta isoladamente) não há de se objetar. O que não se pode afirmar é a “insuficiência de demanda” no interior do sistema capitalista (e que seria absorvida por nações não-capitalistas) ser causa determinante e quase exclusiva da crise, e menos ainda depreender a partir disso o colapso do capitalismo, como faz Rosa Luxemburg (ANDRADE, 2010, p. 27).

Desse modo a crise, que somente pode ser entendida como de superprodução de capital, não é a disjuntiva final do modo de produção capitalista, mas a síntese que pode dar início a um novo ciclo de valorização do capital, pois a destruição do espaço pelo capital (leia-se, a desvalorização de ativos, fechamento de unidades de produção, redução do valor do capital variável, etc) é, ao mesmo tempo, sua criação¹³³.

Diante de constrangimentos que por vezes assolam as economias capitalistas, a solução pode ser encontrada também nas desvalorizações correntes de parte do capital ativo, com a falência de múltiplas empresas, o que implica frequentemente em liberações de ativos das mais diversas ordens, força de trabalho, terrenos, mercados consumidores ou matérias primas. Isso significa quase sempre a redução da concorrência na compra ou na venda dos fatores de capital e mercadorias, o que favorece a restauração das taxas de lucro. Essa possibilidade de resolução “interna” enreda-se num arranjo espacial reparador que não é carente de territórios não-capitalistas. A

¹³² A idéia catastrófica de crise que possui Luxemburgo a qual indica que a captura e destruição das relações não-capitalistas apontam para o fim tendencial do capitalismo, revelam ser um conclusão perigosa. Por quê? Porque pode contribuir para explicações progressistas da expansão do capitalismo sobre formações sociais não-capitalistas, tendo em vista que a mesma acarretará a destruição final do próprio sistema. Como explica Santos (2010): “Um problema que decorre dessa perspectiva, no entanto, é a possível crença no fato de que os limites da reprodução capitalista, como postos essencialmente de fora, se manifestam somente na extinção dos territórios de tipo não-capitalista. Logo, um corolário possível desse argumento pode se manifestar na perspectiva de que a evolução e o envolvimento cada vez maior de territórios anteriormente não-capitalistas nos próprios processos de produção e reprodução da mais-valia significam univocamente um processo de caráter progressista e positivo, que apontam para o fim da exploração capitalista, na mesma medida em que a preservação de tais territórios representaria a condenação de todo o globo ainda ao longo domínio do capital. Qualquer resistência ao processo é, nesse sentido, considerada essencialmente conservadora (Ibid, p. 32).

¹³³ As crises, de superprodução de capitais (de superprodução de mercadorias que não são vendáveis, portanto), são reveladoras da existência de uma massa excedente de capital em relação à taxa de lucro que tende a decrescer. Instala-se um desequilíbrio mais grave e que a crise procura, de forma turbulenta e destrutiva, restabelecer. É preciso depreciar e queimar capitais, empresas, mercadorias e equipamentos, destruir para que os capitais restantes, mais centralizados, reconstituam a taxa de lucro. E desapareçam os valores produzidos em excesso (DANTAS, 2012, p. 50; 51).

desvalorização de arranjos capitalistas localizados em determinadas áreas sugere uma reutilização ou um reingresso dessas porções territoriais nos ciclos mais recentes da acumulação capitalista (SANTOS, 2010, p. 37; 38).

Luxemburgo desconsiderou que a totalidade da análise marxiana ao processo de valorização do capital, está assentada no constructo dialético que aponta para a lógica expansiva do capital por um percurso contraditório. Assim, no furor da necessidade de reproduzir-se em escala sempre ampliada, o capital pode construir um espaço que nem sempre está ancorado em relações “puramente” capitalistas, mas são relativamente funcionais aos seus objetivos.

[...] para a devida análise do papel desempenhado pelas “sociedades não-capitalistas”, há que se destacar a capacidade do movimento do valor-capital subordinar a si todos os elementos da sociedade. Apesar da teoria pressupor o desenvolvimento das leis do modo de produção capitalista em sua forma pura, na realidade efetiva existe apenas uma aproximação, mas que é tanto maior quanto mais desenvolvido é o modo de produção; que durante esse processo o capital se “entrelaça” com “restos de situações econômicas anteriores” rebaixando-os a momentos de seu próprio movimento. À luz da história pode-se afirmar que o capital “fagocita” as “sociedades não-capitalistas”, o que longe de ser um problema “absoluto”, é garantia de sua continuidade, baseado em um desenvolvimento desigual, mas ainda assim combinado (ANDRADE, 2010, p. 31).

Smith (1988) também coaduna que Luxemburgo concebeu a diferenciação do espaço geográfico (inclusive a convivência com relações não-capitalistas de produção) como resquícios do passado e não como resultado da dinâmica contraditória de expansão do capital na sociedade hegemonicamente dominada pelo capitalismo¹³⁴.

Luxemburgo trata a diferenciação geográfica mais como um legado do passado, que é inexoravelmente destruído com a marcha incessante do capital, do que como uma tendência interna deste. É uma questão temporária de articulação dos modos de produção (Ibid, p. 145).

Não se pode concluir em decorrência dessa condição que o capitalismo é um modo reprodução material incompleto – e fadado ao desaparecimento –, que por sua vez se alimenta, inevitavelmente, das singularidades das relações sociais ainda não plasmadas no trabalho abstrato produto de valor. O capitalismo pode ser longo em

¹³⁴ Smith (1988) explica que, a despeito de Luxemburgo, Lenin considerou a vigência do imperialismo à sobrevivência do modo de produção capitalista e, além disso, tratou que as diferenciações geográficas com parte da dinâmica do capital.

sua existência temporal no planeta, mesmo sendo o único modo de produção social da riqueza.

Se até mesmo sob as premissas mais severas – ou seja, no interior do modelo abstrato de uma sociedade puramente capitalista – é possível realizar a mais-valia e acumular capital (dentro de certos limites), então não há necessidade teórica de buscar fatores externos, como o comércio exterior, a existência de ‘terceiras pessoas’, a intervenção do Estado etc. Nesse sentido, o modelo abstrato de Marx suportou o teste (ROSDOLSKY, 2001, p. 407).

Ademais, ressalta-se que Luxemburgo ignora a relevância que apresenta o aparecimento e desenvolvimento do capital portador de juros, exaustivamente analisado por Marx no livro III de O Capital, como acicate ao processo de expansão das relações sociais de produção capitalistas. Este capital, através do sistema de crédito, conferiu mais liberdade à fração industrial capitalista para dispor de liquidez, entre a produção e realização do valor, movendo seus capitais intra e inter-setores e galvanizando a concentração e centralização espacial do capital.

[...] não há necessidade lógica das “terceiras pessoas”; o papel destas “pessoas” no processo de acumulação é desempenhado pura e simplesmente pelo dinheiro. Para fazer a intermediação entre a realização da mais-valia e sua capitalização, Rosa Luxemburgo recorre a estas “terceiras pessoas” (os “mercados externos”), o que é inteiramente dispensável, visto ser essa intermediação efetuada pelo dinheiro - dinheiro proveniente dos próprios capitalistas. É evidente que a autora não entendeu as explicações de Marx a respeito do papel do dinheiro no processo de reprodução ampliada (MIGLIOLI, 1982, p. 195; 196).

Sem dúvidas, a ausência de atenção ao caráter do capital financeiro (seja como capital portador de juros ou sua dimensão mais irracional o capital fictício) e sua tendência a ordenar a economia mundial, trouxe prejuízos à tentativa a compreensão de Luxemburgo do imperialismo, diferente de Hilferding, Lênin e Bukharin que *ex ante* notaram sua relevância e singularidade.

5.4- O imperialismo contemporâneo e sua acumulação por espoliação: uma nova dinâmica espacial e escalar do capital?

Como observado no capítulo 3, Harvey elaborou uma análise do imperialismo contemporâneo – ao qual ele denomina de “novo imperialismo” – complexa e

instigante. O mesmo investigou a relação entre a dinâmica de acumulação espacial do capital e as mediações do Estado, revelando que esta ancora-se em contradições indissolúveis, que podem potencializar ou dificultar a reprodução ampliada do capital, haja vista que os interesses do Estado e do capital são guiados por interesses nem sempre convergentes (lógica territorial de poder versus a lógica capitalista de poder). Harvey também analisou que o Estado cumpre um papel indispensável para a existência do imperialismo, pois o mesmo afiança a apropriação monopólica do espaço pelo capital – a qual, por sua vez, gera uma geografia desigual do espaço. Ademais, a respeito do imperialismo que vigora na atualidade, Harvey o distingue do imperialismo iniciado no século XIX – e estudado por Lenin, Hilferding, Buhkarin e Luxemburgo – baseando sua investigação na compreensão analítica de que não obstante a primeira manifestação do imperialismo ter se ancorado num período inicial da hegemonia política sob o capitalismo e se caracterizado pela necessidade imperiosa de expansão da acumulação do capital para o exterior do capitalismo – como forma de superação dos excedentes –, o novo imperialismo emerge num período de estreitamento das margens de reprodução ampliada do capital que o leva a voltar-se para o exterior, como tentativa de adiar a crise. O “novo imperialismo”, portanto, é uma produção espacial, conduzida pelo capital, sustentada na exploração de relações consideradas externas ao capitalismo: uma acumulação por espoliação.

Em que pese a significativa contribuição de Harvey à elucidação da inextricável relação entre a produção do espaço e a dinâmica de acumulação do capital, é preciso observar que sua investigação para o “novo imperialismo” – ou o imperialismo contemporâneo – apresenta uma tese questionável, a saber: a eleição de uma dimensão externa ao capitalismo como necessidade imanente à continuidade da reprodução ampliada do capital¹³⁵. Vejamos mais de perto.

É admissível a necessidade de deslocamento espacial e escalar do capital, no período inicial do imperialismo, para além das fronteiras do capitalismo – embora a mobilidade do capital também tenha se dirigido a sítios hegemonizados por relações tipicamente capitalistas –, uma vez que este modo de produção ainda não havia

¹³⁵ FONTES (2010) explica que Harvey de forma semelhante – mas não idêntica – a Luxemburgo e Kautsky, parte da premissa de uma necessidade inexorável de um exterior para a resolução (ainda que limitada e, portanto, parcial) da crise de sobreacumulação do capital. CALLINICOS (2009) explica que Harvey não concorda que o subconsumo seja a razão principal da crise do capital – conforme preconizou Luxemburgo – [...] “but agrees that capitalism necessarily and always creates its own ‘other’ [...]” (Ibid, p. 40), mas reconhece que Luxemburgo e sua idéia da inexorabilidade da busca pelo exterior pelo capital exerceu deveras influência sobre o pensamento de Harvey.

alcançado o grau de internacionalização atual e existiam vastas possibilidades para a expansão de relações capitalistas, visando à (re)produção ampliada do capital. Desse modo, compreende-se que o imperialismo assentou-se inicialmente na expansão das corporações monopólicas, radicada na mobilidade do capital para o aprofundamento das relações capitalistas e/ou a extinção ou subordinação de relações não-capitalistas. Ambas, contribuindo para a construção de uma hierarquia espacial em escala mundial.

Dentro dessa perspectiva, não se pode afirmar que o imperialismo contemporâneo tenha como singularidade o retorno do capital à busca pelo “exterior” – ou seja, pelo uso de expedientes ao largo do processo ordinário de exploração de mais-valor – haja vista que essa faceta da dinâmica espacial de acumulação do capital nunca foi absolutamente descartada, ao longo do século XX. Muito pelo contrário. Durante o último século – no período de reprodução estendida do capital, como denominou Harvey – é possível observar que a acumulação de capital se realizou por meio da expansão típica capitalista e/ou por meio da (re)produção funcional de relações não capitalistas – a exemplo do campesinato e do trabalho escravo – ainda que sob determinados limites. Fontes (2010) em acurada crítica à tese de Harvey identifica que o próprio capitalismo no bojo de sua expansão destrói barreiras à exploração direta de mais-valor, como também preserva convenientemente outras.

Tal argumento dificulta, porém, compreender como a dinâmica interna da expansão capitalista promove e exacerba as próprias condições sociais que estão na sua base, seja através da incorporação subalternizada de outros setores da produção, de outras regiões ou países, modificando e subordinando as relações que ali encontrou, seja pela sua expansão direta, como, por exemplo, através de industrializações de novas áreas. Em todos os casos, a imbricação é sempre desigual, porém tende a eliminar qualquer externalidade, à medida que impõe sua dominação, subalternizando e mutilando as relações sociais precedentes. As expropriações, condição social de sua plena expansão foram realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural (Ibid, p. 71).

O que certamente conduz Harvey a esse equívoco é sua interpretação dos escritos marxianos, como uma crítica da economia política, dotada de um certo grau de linearidade acerca do povir do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Observa-se claramente essa posição de Harvey nos dois excertos que seguem, retirados de um texto de sua autoria:

A teoria geral da acumulação de capital de Marx é construída sobre pressupostos que, de um modo geral, coincidem com os da economia política clássica e excluem os processos de acumulação primitivos. Estes pressupostos são mercados competitivos funcionando livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um Estado “facilitador”, o qual também assegura a integridade do dinheiro como reserva de valor e como meio de circulação (HARVEY, 2006, p. 21).

Compreende ainda:

A desvantagem destes pressupostos é que eles relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma “etapa originária” que não é mais considerada relevante, como argumenta Luxemburg, como algo “exterior” ao sistema capitalista. Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de prática predatórias de acumulação “primitiva” ou “original” no interior da longa história geográfica da acumulação de capital, mostra-se pertinente, como comentadores têm observado recentemente. Uma vez que parece inadequado chamar um processo em curso de “primitivo” ou “original”, eu irei de agora em diante substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por desapossamento” (HARVEY, 2006, p. 22).

Em outras palavras, Harvey entende que o fio de análise marxiano sobre o desenrolar das relações capitalistas no mundo, estava calcado na tendência à uniformização das condições objetivas de exploração de mais-valor, tratando a acumulação primitiva do capital como um mero recorte temporal, circunscrito à aurora do capitalismo.

[...] não concordamos que Marx tenha exclusivizado os métodos abertamente violentos “a uma etapa original tida como não mais relevante”. Com o qualificativo primitiva, ele referia-se acima de tudo àquela fase histórica do sistema que permitiu alavancar a revolução industrial. Harvey parece derivar essa sua interpretação a partir da crítica que dirige à crença de Marx num papel progressista ou civilizatório do capital (LUCE, 2005, p. 208; 209).

No entanto, observa-se que o próprio Marx, quando analisou a natureza das expropriações durante a acumulação primitiva de capital, afirmou que a mesma, eventualmente, se edificou pela (re)produção de relações não-capitalistas. Apesar da acumulação primitiva do capital ter se apresentado inicialmente como antítese ao feudalismo, seus expedientes (a violência e a expropriação primária) marcharam ao lado do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

“Se a manufatura destruía a indústria doméstica dos campos sob certas formas, em certos ramos particulares e sob certos aspectos, as fazia nascer sob outros aspectos” [...] (MARX, 1981, p.87).

Embora Marx tenha enfatizado e direcionado sua investigação ao desabrochar da exploração direta de mais-valor, não se pode concluir em nome de uma suposta ausência de compreensão do mesmo acerca das contradições subjacentes ao processo de expansão do capitalismo. Marx, efetivamente, não construiu uma teoria do imperialismo, mas, suscitou importantes pistas de que a dinâmica de acumulação do capital não se realizaria sobre uma tábua rasa, esvaziada de contradições.

Em verdade, Harvey não se atentou que, sendo a gênese do imperialismo, como fase do capitalismo, a (re)produção de espaços geográficos desiguais e combinados, face à busca do capitalista pela reprodução ampliada do capital, jamais deixaria de estar no sortido leque de ações do empreendedor capitalista a subjugação e/ou uso funcional de relações não-capitalistas. Sendo assim, é um rotundo equívoco de análise conferir ao imperialismo contemporâneo uma condição singular de (re)produção de espaços externos ao modo de produção capitalista – como se em algum momento da história houvesse registro de um imperialismo circunscrito ao modelo normalizado de valorização do capital. Como explica Fontes (2010),

[...] a dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório não parece se sustentar, e sim formas de conexão peculiares a cada momento histórico, no qual as forças capitalistas dominantes (quer tenham origem em países centrais ou nos demais) aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão (Ibid, p. 64).

O século passado está repleto de registros históricos, que vão na contramão de qualquer perspectiva uniformizadora da expansão do capital no/do espaço. Enquanto na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, as condições objetivas de correlação de forças entre as classes sociais formaram uma faceta de Estado que buscava legitimar-se através da exortação à conciliação de classes¹³⁶ – cristalizada no *Welfare State* – na América

¹³⁶ Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo boom de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão de obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Austrália) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em

Latina observa-se um tácito apoio a conformação de um Estado deliberadamente repressivo e supressor de direitos – cristalizado nas ditaduras burguesas civil-militares. Enquanto nos Estados Unidos e na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo expandia-se reduzindo drasticamente qualquer fronteira externa ao processo de extração direta de mais-valor – a disseminação do assalariamento como forma hegemônica de relação social de produção de riqueza –, na África, os países imperialistas, signatários da Conferência de Berlim (1884-1885)¹³⁷, resistiam em aceitar a independência jurídico-política das ex-colônias, potencializando conflitos étnico-raciais e demais expedientes não-capitalistas, vide a atuação da Bélgica e França no território de Ruanda ou a conhecida relutância francesa à independência da Argélia capitalista.

Assim sendo, não é compreensível que o imperialismo contemporâneo seja explicado pelo “retorno” a busca pelo exterior do capitalismo. Ademais, parte do que Harvey elenca como instrumentos da acumulação por espoliação ou exploração do exterior às fronteiras do capitalismo, a exemplo, da redução salarial, supressão de direitos trabalhistas, altas taxas de juros, além de outros, integram a dinâmica ordinária de acumulação do capital sob o capitalismo. Não há nada de externo nisso. Estes expedientes acompanharam o capitalismo durante todo o século XX e foram os motivos ensejadores da mobilidade espacial do capital e da apropriação monopólica no/do espaço.

crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. Na verdade, nos eufóricos anos 60 alguns governos incautos chegaram a garantir aos desempregados – poucos então – 80% de seus antigos salários (HOBSEAWM, 1995, p. 277).

¹³⁷ A Conferência de Berlim foi o encontro das nações imperialistas para o arbitrário recorte neocolonial dos países da África. Participaram dessa confraria imperialista: Portugal, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Suécia, Estados Unidos, França, Espanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Austria-Hungria e Império Otomano.

3ª PARTE- CAPITAL FINANCEIRO

Capítulo 6- A (im)precisão de um conceito

A compreensão do conceito de capital financeiro pressupõe o entendimento da categoria valor-trabalho e do processo de (re)produção do capital, sob o modo de produção capitalista. Buscando decodificar o capital financeiro, encontrando sua gênese e tendência, investigar-se-á a crítica marxiana da economia capitalista.

O corolário de sua explicação repousa no seguinte: o modo de produção capitalista é um obstinado extrator de mais-valor. A forma social concreta para a obtenção desse mais-valor é a apropriação do excedente de capital variável, em outras palavras, a sujeição do trabalho vivo a uma produção de mercadorias, cuja soma de seus valores lhe é superior.

A fórmula que materializa esse processo é $D - M - D'$, ou seja, dinheiro responsável pela compra de um conjunto de mercadorias que, devidamente reunidas, são capazes de gerar novas mercadorias, cuja realização confere ao proprietário do processo produtivo o direito de apropriar-se do trabalho excedente, na forma de capital monetário.

Marx (1988) explica que, na fórmula $D - M - D'$, o capital, em seu processo de valorização, assume diferentes formas. Primeiro como dinheiro, que se utilizando de suas prerrogativas de equivalente geral, transforma-se em mercadorias portadoras de um mais-valor e, depois, novamente em dinheiro, cujos valores são superiores à quantia, inicialmente, dispensada. No livro I do Capital Marx diz:

Na circulação $D - M - D$ [...] ambos, mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria (Ibid, 1988, p. 126).

Marx (1988), didaticamente, elaborou dois esquemas de reprodução do capital: o da reprodução simples do capital e o da reprodução ampliada do capital. O primeiro revela-se predominante na fase inicial da sociedade capitalista, hegemônica pela

concorrência. A reprodução simples do capital está alicerçada num relativo equilíbrio entre os dois grandes departamentos da produção social (Meios de produção - I e Meios de Subsistência e Artigos de Luxo- II) na circulação do capital social total. Além disso, na reprodução simples do capital, a mais-valia auferida pelo capitalista é consumida pelo mesmo em artigos de subsistência e de luxo, retornando para a produção somente o necessário para repor o capital circulante.

A reprodução simples, por sua própria natureza, tem como finalidade o consumo, embora a obtenção de mais-valia apareça como motivo propulsor dos capitalistas individuais; mas, a mais-valia – qualquer que seja sua grandeza proporcional -, deve afinal servir apenas ao consumo individual do capitalista. (MARX, 1988, p. 285).

A reprodução ampliada do capital desenvolve-se sobre a base da reprodução simples, pois, sendo o modo de produção capitalista inscrito numa concorrência descomunal, a reprodução simples do capital torna-se limitada e incompatível para o seu desenvolvimento. É na reprodução ampliada que o capitalismo é impelido a expandir-se, pois a acumulação do capital eleva a produtividade do trabalho, exigindo um mercado mais amplo, para um maior volume de mercadorias. A reprodução ampliada do capital, portanto, além de responsável por promover um desenvolvimento acelerado das forças produtivas, com retiradas frequentes do capital monetário da circulação para seu emprego no processo produtivo – que faz a acumulação se sobrepor aos gastos improdutivos – rompe com o relativo equilíbrio dos departamentos da produção social.

Notadamente, o objetivo de Marx, ao lançar mão da explicação sobre a circulação do capital social total no interior dos dois grandes Departamentos (I e II), foi de explicar como o processo de acumulação, por meio da reprodução ampliada, eleva a produtividade e proporciona ao capitalista um contingente de mercadorias que não se iguala ao processo anterior. Por meio da análise da reprodução ampliada, Marx detecta que as cifras de capital monetário, que se avolumavam nas mãos dos capitalistas, advindas do mais-valor realizado, tornavam-se úteis, não somente para seu emprego na produção, mas também para dar-lhes outros fins.

Se o mais-produto, diretamente produzido e apropriado pelos capitalistas A, A', A''(I), é a base real da acumulação de capital, isto é, da reprodução ampliada, embora só funcione efetivamente nessa qualidade nas mãos de B, B', B'' etc. (I), ele é, ao contrário, em seu estágio de crisálida de dinheiro – como tesouro e capital monetário virtual que pouco a pouco se forma – absolutamente improdutivo, correndo nessa forma paralelamente ao processo de produção, mas se

encontra fora dele. É um peso morto da produção capitalista. O afã de tornar utilizável essa mais-valia, que entesoura como capital monetário virtual para lucro ou rendimento, encontra no sistema de crédito e nos “papeizinhos” o alvo de seu anseio. O capital monetário adquire por meio disso, sob outra forma, enorme influência sobre o curso e o desenvolvimento vigoroso do sistema de produção capitalista (MARX, 1988, p. 346).

Em verdade, Marx evidencia que a finalidade do processo de produção capitalista é a obtenção do lucro, o alcance do dinheiro proveniente da venda da mercadoria. Portanto, seu objetivo é fazer mais dinheiro, forma palpável do equivalente do valor contido na mercadoria vendida. Nessas condições, o dinheiro assume uma importância de destaque na produção capitalista, pois ele inicia e termina a fórmula do capital ($D - M - D'$). É responsável pelo adiantamento para a compra de capital variável e capital constante e serve como principal equivalente de valor. Isso, por si só, sinaliza para o destaque do dinheiro com e para o desenvolvimento da produção capitalista. Este trecho de O Capital é bastante significativo:

Aparece como ciclo do capital monetário, porque o capital industrial, em sua forma-dinheiro, como capital monetário, constitui o ponto de partida e o ponto de retorno de seu processo global. A própria fórmula expressa que o dinheiro não é aqui despendido como dinheiro, mas só adiantado; é, portanto, apenas forma-dinheiro do capital, capital monetário. Além disso, expressa que o valor de troca, não o valor de uso, é o fim último e determinante do movimento. Exatamente porque a figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma de circulação $D...D'$, cujo ponto de partida e ponto de chegada é o dinheiro real, expressa de modo mais palpável o motivo condutor da produção capitalista – o fazer dinheiro. O processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário, tendo em vista fazer dinheiro (todas as nações de produção capitalista são, por isso, periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção) (MARX, 1988, p. 42).

O dinheiro portador de uma característica singular – ser equivalente geral – assume uma primazia nas relações sociais que se forjam com o desenvolvimento da sociedade capitalista, induzindo o proprietário capitalista a buscar capital de empréstimo, quando ainda não detém massa de dinheiro suficiente para reiniciar seu ciclo produtivo, ou “burlar”, periodicamente, a reprodução de seu capital funcionante, conferindo um valor de uso distinto ao excedente de capital monetário que detém em suas mãos.

Sobre a ação do capitalista a usar seu dinheiro – advindo da realização de seu mais-valor –, fora do processo produtivo, Marx (1988) ressalta que ela se torna uma tendência recorrente na sociedade hegemônica pelo capital, uma vez que o capitalista enxerga como alvissareira a condição de portador de um objeto, cujas relações sociais amalgamadas pela compra e venda de mercadorias em tempo e espaço distintos, o tornam essencial. Essa fração crescente do mais-valor não empregado no processo produtivo destina-se, sobretudo, a ser capital portador de juros, ou seja, empréstimo de dinheiro que resulta no pagamento periódico de juros pelo seu uso. Relação social entre dois capitalistas, onde o primeiro, prestamista, portador de uma relativa soma de dinheiro imobilizada em suas mãos, disponibiliza-a para aquele que a requer, o mutuário, a fim de assegurar a continuidade do seu processo de acumulação. Nesse sentido, em tempos e tempos, o prestamista goza de seu direito de punccionar parte do mais-valor auferido pelo mutuário do capital funcionante, na forma de juros, gravame sobre o lucro.

Assim a coisa se coloca da perspectiva do capitalista individual. Com o desenvolvimento da produção capitalista, desenvolve-se, porém, ao mesmo tempo o sistema de crédito. O capital monetário que o capitalista ainda não pode aplicar em seu próprio negócio é aplicado por outros, dos quais ele recebe juros por isso. Funciona para ele como capital monetário em sentido específico, como uma espécie de capital distinto do capital produtivo. Mas opera como capital em outra mão. É claro que com a realização mais frequente da mais-valia e com a escala crescente em que é produzida, cresce a proporção em que novo capital monetário ou dinheiro como capital é lançado no mercado de dinheiro e, a partir daí, ao menos em grande parte, é novamente absorvido para uma produção ampliada (MARX, 1988, p. 225).

Acontece que a ação de empréstimo de capital – sob a condição de que se pague, na forma de juros, pelo seu uso –, realizada sistematicamente, autonomiza essa massa de dinheiro, de modo que, paulatinamente, já não mais importa para o prestamista o uso que faz o mutuário de seu capital emprestado desde que os juros lhes sejam assegurados. Em outras palavras, o valor de uso do dinheiro pelo prestamista somente lhe é válido se, periodicamente, recebe por meio de juros, fração de parte da riqueza social de posse do mutuário, importando-lhe tão somente o processo de $D - D'$.

Entrega, empréstimo de dinheiro por certo prazo e recuperação com juros (mais-valia) é a forma toda do movimento que cabe ao capital portador de juros como tal. O movimento real do dinheiro emprestado como capital é uma operação situada além das transações

entre prestamistas e mutuários. Nestas, essa mediação é apagada, invisível, não está diretamente implícita. Como mercadoria de natureza peculiar, o capital possui também um modo peculiar de alienação. O retorno não se expressa aqui, portanto, como consequência e resultado de determinada série de atos econômicos, mas com consequência de um acordo jurídico especial entre comprador e vendedor. O prazo do refluxo depende do decurso do processo de reprodução; no caso do capital portador de juros, seu retorno como capital parece depender do simples acordo entre prestamista e mutuário. De modo que o refluxo do capital, com respeito a essa transação, já não aparece como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro (MARX, 1988, p. 248).

Na avaliação de Marx (1988), a transformação de dinheiro em uma mercadoria, disponibilizado na forma de capital portador de juros é a relação mais fetichista, mais alienada e mais absurda que se pode observar. Nessa relação social, evanesce-se a necessidade de compra e valorização dos meios de produção. Essas se tornam estranhamente periféricas na saga do capital-dinheiro de valorizar a si próprio, indefinidamente.

O desenvolvimento da produção capitalista com a reprodução ampliada do capital, ao tempo em que cresce a demanda por capital monetário, ressignifica a relação antitética entre o prestamista e o mutuário. O primeiro não é mais um mero prestador de dinheiro, senão aquele que concentra massas elevadas do capital monetário, aquele sem o qual a viabilidade e continuidade do processo industrial torna-se uma incerteza. Essa relativa imprescindibilidade do detentor do capital monetário, o prestamista (a exemplo dos bancos), torna-o cada vez mais “distante” dos meandros do processo produtivo e contraditoriamente tão perto. Isso porque a soma de dinheiro que concentra e sua capacidade de dispô-lo ao capital funcionante é expressiva.

Dessa forma, se verifica *pari passu* com o desenvolvimento do capitalismo a “separação” entre a propriedade do capital e a função dirigente da empresa industrial, de modo que a este último lhe é reservada uma condição subalterna. Ou seja, o capitalismo, modo de produção que se constitui, inicialmente, por meio da formação de um seletor contingente de expropriadores de meios de produção, ávidos por mais-valor, cria contraditoriamente, no seio do desenvolvimento da sua própria forma social, uma divisão entre a propriedade e a função capitalista, enfim, entre os possuidores da propriedade-dinheiro e os que atuam como extratores de mais-valor.

A própria produção capitalista chegou ao ponto em que o trabalho de direção superior, totalmente separado da propriedade do capital, anda

pela rua. [...] Na medida em que o trabalho do capitalista não surge do processo de produção como meramente capitalista, portanto não termina por si mesmo com o capital; à medida que não se limita à função de explorar trabalho alheio; à medida que, portanto, decorre da forma do trabalho como trabalho social, da combinação e da cooperação de muitos para alcançar um resultado comum, ele é tão independente do capital quanto essa forma mesma depois de romper o invólucro capitalista. Dizer que esse trabalho, como trabalho capitalista, como função do capitalista, é necessário significa apenas que o vulgo não é capaz de imaginar as formas desenvolvidas no seio do modo de produção capitalista, separadas e libertas de seu caráter capitalista antitético. Em face do capitalista monetário, o capitalista industrial é trabalhador, mas trabalhador enquanto capitalista, isto é, enquanto explorador de trabalho alheio (MARX, 1988, p. 275).

O máximo desenvolvimento da sociedade capitalista aprofunda essa “separação” da propriedade e da função do capital, atingindo uma escala em que a intermediação do empréstimo já não se faz entre figuras de direito privado, representadas pelo capitalista funcionante e o banco, por exemplo. A concentração de capitais em volume maior entre os proprietários de capital monetário, a cada ciclo de reprodução do capital funcionante, conduz, invariavelmente, a uma centralização dos capitais com a aquisição e/ou fusão de empresas, que secundariza a existência de capitalistas individuais e transforma as Bolsas em principais intermediadoras na formação de capitalistas associados. Por meio das Bolsas, é formada a sociedade por ações, a mais desenvolvida separação da propriedade de capital e o seu gerir, onde o valor da empresa industrial é abstratamente repartido em papéis entre vários investidores que não se conhecem, mas compartilham de um sedento desejo de valorizar o quanto antes seu próprio dinheiro. Porém, esse aporte de investimentos, oxigenado pela especulação na bolsa, permanece ainda vinculado à atividade industrial e dela, a seu contragosto, não pode desfazer-se. Contraditoriamente, quando a separação da propriedade do capital da função de capital torna-se uma realidade inapelável, as atividades industriais ganham ainda mais corpo, expandindo-se geograficamente e recrudesando as expropriações.

O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social.

Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros. Uma vez que a propriedade existe aqui na forma de ação, seu movimento e transferência tornam-se resultado puro do jogo da Bolsa, em que os pequenos peixes são devorados pelos tubarões e as ovelhas pelos lobos da Bolsa (MARX, 1988, p. 317).

Em resumo, na análise marxiana, a reprodução ampliada do capital, ao demandar grandes somas de capital monetário, a fim de assegurar a continuidade do processo de acumulação produtiva – para a qual a mais-valia auferida ainda é insuficiente – o vincula àqueles detentores de massa monetária excedente – sejam eles, também, capitalistas industriais ou parasitas da forma-dinheiro do capital – construindo um círculo vicioso que sela, definitivamente, a interpenetração de formas de capital, aparentemente distintas, porém, contraditoriamente articuladas, em nome da acumulação. Dessa feita, esse processo contribui, portanto, para a concentração e centralização de capitais que, por si só, não podem existir sem expansão da produção capitalista a mercados distantes – por meio de expropriações que concorram para a destruição de relações não capitalistas – e das formas mais fetichistas de acumulação.

Observa-se que Marx possuía um acurado entendimento sobre as contradições subjacentes ao processo de (re)produção do capital. Não é estranho que tenha previsto que o capital financeiro ou como ele mais comumente denominava, o capital portador de juros, assumiria, com o passar do tempo, um poder exorbitante na sociedade capitalista, forjando no seio da classe capitalista uma tendência insofismável a especular sobre a riqueza social. Por isso, Marx teceu uma crítica tão arguta a Proudhon e aos partidários da chamada corrente do “bônus-trabalho” ou “dinheiro-trabalho”, uma vez que os mesmos acreditavam ser viável a troca de equivalentes sem a cobrança de juros ou que pudesse haver a correspondência fiel entre o preço monetário e o valor das mercadorias, não se atentando que o próprio curso do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas ofertou somas cada vez maiores de dinheiro em relação às mercadorias.

À luz dos ensinamentos de Marx, pode-se compreender que o dinheiro, embora surgido antes da sociedade capitalista – e, desde então, auferidor de juros mediante o capital usurário – foi (res)significado quando as relações sociais de produção capitalista tornaram-se hegemônicas.

O capital comercial e o capital de empréstimo aparecem nas formações sociais anteriores ao capitalismo e nelas representam as modalidades exponenciais do capital. Captam o produto excedente no processo da circulação mercantil e monetária, através das trocas desiguais e dos empréstimos usurários, porém não dominam o processo de produção (GORENDER, 1996, p. 33).

Não se trata mais da tessitura das sociedades pré-capitalistas em que o capital usurário, por meio da circulação, ditava o ritmo dos juros. Trata-se de uma nova consigna entre o dinheiro, compreendido como mercadoria-dinheiro, e o capital industrial.

No modo de produção capitalista propriamente dito, a situação modifica-se em razão das relações do capital financeiro com o capital produtivo na circulação do capital. Se bem que seja verdade que, excetuada a remuneração do capital bancário – que deve ser do mesmo nível que a do lucro médio dos capitais investidos em outros ramos – intervém um lucro particular, qual seja o juro, que é em parte sobrevivência do passado pré-capitalista e em parte específica, e isto por duas razões. Por um lado, ele é agora extraído do lucro industrial originário da mais-valia, não sendo mais um puro “lucro de circulação”: por outro, seu nível tende a ser relativamente baixo em relação ao dos empréstimos usuários, de modo a favorecer o comércio capitalista e depois a acumulação capitalista ((BRUNHOFF, 1978, p. 106).

O dinheiro foi (res)significado porque, como signo de expressão do valor, contém a faculdade de autonomizar-se do lócus da produção de valor. De meio em que se reflete o valor no curso do processo de valorização do capital, o dinheiro, na sociedade capitalista, iniciou uma peregrinação como se fosse sujeito, ou seja, como se estivesse dotado de alma própria¹³⁸. Dinheiro que se dissimula na ideia de produzir sozinho mais dinheiro (D-D’).

Dinheiro – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias – pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado

¹³⁸ [...] el dinero se presenta en la superficie de la actividad económica capitalista como valor que se valoriza a sí mismo, que se automultiplica. Esto es, la forma dinero es la forma general del capital, su realidad general empírica (ROMO, 2013, p. 160).

em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria (MARX, 1988, p. 241).

O dinheiro tornou-se mercadoria-dinheiro, ou capital financeiro, manifestação autonomizada que busca valorizar-se por si mesmo. É o alcance mais reificado das relações sociais sob o jugo do capital, haja vista que o dinheiro de equivalente de valor e meio de circulação salta, dialeticamente, à condição de sujeito, como se o porvir da história se encarnasse no próprio¹³⁹.

Só com o dinheiro essa reificação adquire uma forma bem definida, pois todas as mercadorias passam a expressar seu valor no mesmo equivalente, na mesma mercadoria-dinheiro. Consolida-se assim, definitivamente, a falsa aparência, como se o objeto que representa a magnitude do valor de outro objeto possuísse sua forma equivalente independentemente dessa relação [...] (RODOLSKY, 2001, p. 116).

Enquanto mercadoria-dinheiro, o capital financeiro assume uma dupla personalidade, qual seja, atua como equivalente de valor no movimento dialético do capital e, concomitantemente, é capital que se autovaloriza. O dinheiro se converte em força “independente”, “emancipado” enquanto aparência do real¹⁴⁰, e capaz de (re)ordenar o processo produtivo. O capital financeiro é, nesse sentido, riqueza social abstrata, em franco movimento, para manter-se fora do casulo da substância material.

[...] o capital financeiro é dinheiro que se tornou mercadoria, isto é, mercadoria-dinheiro. O objeto de medição, o dinheiro, tornou-se coisa mediada, mas como o meio efetivo é o próprio dinheiro, medeia-se ele consigo mesmo (ROTTA, 2008, p. 51).

O capital financeiro se desenvolve em paralelo ao capital industrial e, ao mesmo tempo, é impulsionado pela produção industrial da mercadoria, uma vez que o movimento de valorização do valor consiste na transformação processual do capital às formas valor-mercadoria (capital constante e circulante e produto final) e valor-dinheiro em espaço e tempo distintos, conferindo à última forma vida própria.

El dinero no es simplemente “el instrumento por medio del cual se realiza el intercambio”, sino que es también el instrumento por medio

¹³⁹ Dinheiro é “concebido como um autômato que produz mecanicamente renda a partir de nada. O dinheiro se transforma em mais dinheiro” (DUMÉNIL; LEVY, 2010, p. 192).

¹⁴⁰ Esta autonomia engendra la ilusión de que el dinero pueda multiplicarse por partenogénesis, incrementarse en el circuito del crédito sin ser fecundado por su paso por el proceso de producción (BENSAID, 2009, p. 9).

del cual el intercambio de un producto por outro se desdobra en dos actos, independientes entre sí y separados el uno del outro en el espacio y en el tiempo (MARX, 2009, p. 58)¹⁴¹.

O capital financeiro, então, apresenta uma dupla determinação, pois é dinheiro que, no curso da valorização, se destina ao processo produtivo de mais-valor e, concomitantemente, é fictício, uma vez que duplica a riqueza social sem que haja a garantia de lastro. A explicação está em que: o capital é uma relação social, e não um bem material, dessa feita, compreende-se que ele se inscreve movimento ininterrupto de produção de excedente-trabalho, que, *a priori*, se inscreve numa propriedade com substância real, mas que tende a desmaterializar-se com o tempo.

[...] o capital não é um fator produtivo, mas sim um movimento, movimento este que internaliza seus pressupostos, que produz o que ele mesmo coloca como pré-condição. O capital é, para Marx, sujeito (ROTTA, 2008, p. 89).

O capital encontra no dinheiro a forma ideal para “dar asas à liberdade”, daí que o dinheiro com o desenvolvimento da sociedade capitalista, especialmente na sua fase imperialista, passe a atuar, enquanto expressão real de valor e como expressão performática de riqueza, ou seja, enquanto aparência. Porém, aparência entendida como parte do real¹⁴².

Embora Marx não cunhasse em seus escritos uma menção explícita a categoria de capital financeiro, haja vista que, a referida categoria é também identificada por capital portador de juros ou expressa como capital fictício, há, sem sombra de dúvidas, em Marx uma menção tácita de capital financeiro, conferindo uma compreensão abrangente do mesmo, que abarca diversas instituições e relações mediadas pela punção da riqueza social¹⁴³. O excerto do livro III de O Capital abaixo é ilustrativo do que deseja afirmar:

¹⁴¹ “O dinheiro não é simplesmente “o instrumento por meio do qual se realiza o intercambio”, senão que é também o instrumento por meio do qual o intercambio de um produto por outro se desdobra em dois atos, independentes entre si e separados um do outro no espaço e no tempo” (MARX, 2009, p. 58, tradução nossa).

¹⁴² Dessa forma, a moeda assume a capacidade de incorporar, por ela mesma, o valor. Embora ela seja o resultado de um processo histórico e social – quando a troca se generaliza, quando o excedente de produção passa a ser a norma e, portanto, quando a autonomização do valor ocorre em relação a todas as mercadorias –, o valor aparece na moeda como algo intrínseco a ela. Em outras palavras, o valor que está presente em todas as mercadorias agora é visto como encarnado somente na moeda. A esse processo se dá o nome de fetichismo da moeda (MARQUES; NAKATANI, 2009, p. 15).

¹⁴³ O conceito de capital financeiro tem uma história peculiar no pensamento marxista. O próprio Marx não usou o termo, mas deixou uma enorme quantidade de escritos sobre o processo de circulação de diferentes tipos de capital monetário. A definição implícita de capital financeiro é a de um tipo particular de processo de circulação do capital que se concentra no sistema de crédito (HARVEY, 2013, p. 373).

Com o crescimento da riqueza material cresce a classe dos capitalistas monetários; multiplica-se, por um lado, o número e a riqueza dos capitalistas que se retiram, dos *rentiers* e, segundo, o desenvolvimento do sistema de crédito é incentivado e com isso o número dos banqueiros, prestamistas, financistas etc. aumenta. – Com o desenvolvimento do capital monetário disponível desenvolve-se a massa dos papéis portadores de juros, dos títulos estatais, das ações etc. [...]. Mas, ao mesmo tempo, aumenta a procura por capital monetários disponível, em virtude de os *jobbers* que realizam negócios especulativos com esses papéis desempenharem um papel fundamental no mercado monetário (MARX, 1988, p. 37).

Brunhoff (1978) também compartilha que Marx detinha uma abordagem desordenada sobre o capital financeiro ao longo de seus escritos, todavia, sensivelmente útil e pioneira. Ela vai enfatizar que o postulado marxiano abordava o capital financeiro, consistindo de uma série de operações, conduzidas por diferentes atores na busca pela apropriação dos juros sobre o lucro.

A noção de capital financeiro, para Marx, engloba diferentes tipos de instituições e de práticas: sistema bancário, bolsas, sociedades por ações e, às vezes para reencontrar mais diretamente a prática capitalista, a do “capitalista financeiro” que empresta A para receber A’ do capitalista industrial. Tudo isto apresenta-se numa desordem bastante grande, mas as noções fundamentais podem ser distinguidas e articuladas entre si (Ibid, 1978, p. 104).

Fruto dessa pouca nitidez, Chesnais também buscou aclarar o conceito de capital financeiro em Marx, afirmando que o mesmo tinha como alvo todos aqueles que ensejavam suas ações com o propósito de se alcançar a valorização do valor por si mesmo, ou seja, sem imobilizar o capital-dinheiro no processo produtivo:

Quando Marx fala em “capitalista financeiro”, está se referindo aos banqueiros de negócios e outros “senhores das finanças”, que vivem de operação feitas no cenário da esfera financeira [...]. As operações próprias à esfera financeira dão origem a camadas da burguesia de caráter essencialmente rentista, no preciso sentido econômico de que os rendimentos de que usufruem provêm de transferências a partir da esfera de produção e circulação (Ibid, 1996, p. 290).

É importante enfatizar que o escopo da investigação de Marx apontava para a tendência de uma separação relativa dos capitalistas, entre aqueles que se destinavam a lançar a sorte na especulação e aqueles envolvidos na produção e apropriação de mais-

valor¹⁴⁴. Não se tratava, porém, de um rompimento absoluto entre as duas frações de classe. Naturalmente, consistia de uma fração de classe responsável pela subsunção do trabalho assalariado, que se envolvia paulatinamente com os lucros rentistas.

Na realidade, é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria do juro; e é apenas a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas que cria a taxa de juros (MARX, 1988, p. 263).

Para Marx, dois mecanismos serviram como alavanca para a expansão do capital financeiro: a) o sistema creditício e b) a dívida pública. O sistema creditício ao tempo que ofertava dinheiro para a expansão da exploração de mais-valor, alimentava a especulação por meio das letras de câmbio, que circulavam incessantemente entre várias mãos. Os Bancos foram os principais propulsores do sistema creditício, ademais, porque concentrava parte expressiva do crédito disponível. A dívida pública também cumpriu decisivo papel na expansão do capital financeiro, à medida em que graúdas somas de dinheiro destinavam-se aos Estados, especialmente para o consumo improdutivo. Ambos, sistema creditício e dívida pública resultavam em capital fictício, pois possuíam a faculdade de duplicar a riqueza social, mesmo quando ela já não mais existisse, a exemplo de lucros não alcançados e gastos improdutivos. A fixação de um modo de produção sobre um sistema de reprodução baseado no crédito e nos empréstimos, segundo Marx, precipitaria crises periódicas que, a princípio, radicaria nas finanças, mas logo emergiria para a totalidade das relações de produção. As crises seriam proporcionais à dinâmica fictícia do processo de valorização do valor, que colocaria em desnudo a irracionalidade do sistema.

Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista, a crise toda se apresenta portanto apenas como crise de crédito e crise monetária. E de fato trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras

¹⁴⁴ Para Marx, faz parte da legalidade do capital total o fato de que as formas que este utiliza para se apresentar nos distintos momentos de sua circulação ganhem uma autonomia relativa de funcionamento, de maneira que as formas que o conteúdo-capital utiliza para se manifestar na circulação de mercadorias (dinheiro e mercadorias) e no processo produtivo (capital-produtivo), de meras adjetivações do substantivo capital, se substantivam, isto é, apresentam uma lógica própria, que se subordina à totalidade do modo de produção capitalista, como não poderia deixar de ser, de forma dialética (CARCANHOLO, 2011, p. 07; 08).

representam em sua maioria compras e vendas reais, cuja extensão, que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está, em última instância, na base de toda a crise. Ao lado disso, entretanto, uma enorme quantidade dessas letras representa negócios meramente fraudulentos que agora vêm à luz do dia e estouram; além de especulações feitas com capital alheio, mas fracassadas; e, finalmente, capitais-mercadorias desvalorizados ou até invendáveis ou refluxos que jamais podem entrar (MARX, 1988, p. 21).

Desse modo, em linhas gerais, compreende-se que Marx, ainda que desprovido de melhor sistematização, abordava o capital financeiro como aquele relacionado não somente à punção sobre o lucro capitalista (capital portador de juros), como aquele que protagonizava uma dimensão fictícia¹⁴⁵ da riqueza social, ambos, representados por uma gama de personagens (bancos, prestamistas, bolsa, etc.). Um capital financeiro que iniciava um longo trajeto em direção à independência, à subtração da materialidade que lhe deu vida, portanto, à evanescência¹⁴⁶ e que sujeitaria o sistema a crises frequentes.

Indiscutivelmente, o esforço analítico realizado por Marx com o fito de desnudar o caráter *sui generis* do capital financeiro e sua movimentação no esteio do processo de valorização do valor contribuiu, deveras, ao estudo posterior dos marxistas da II Internacional acerca do Imperialismo. A notável presença do capital financeiro e a intensificação da centralização e, especialmente, da concentração de capitais nas décadas finais do século XIX, formaram as bases para as primeiras tentativas de construção de uma teoria marxista do imperialismo. Contudo, os primeiros críticos do imperialismo situados na II Internacional – mais precisamente, Hilferding e Lenin – abordaram o capital financeiro de modo distinto à Marx: de maneira mais restrita, uma vez que o consideraram como síntese de um processo histórico, que teceu a unidade

¹⁴⁵ A noção de “capital fictício”, empregada por Marx, designa os procedimentos pelos quais as rendas financeiras do capital-dinheiro se formam e se ampliam no “sistema de crédito”, independentemente de todo trabalho produtivo. Assim, a taxa de juros, utilizada para capitalizar as rendas futuras esperadas de uma aplicação, não é mais considerada como parte do lucro capitalista. Isso suscita a ilusão de que o dinheiro, pelo único fato de ser emprestado ou aplicado, pode produzir uma renda ele mesmo, enquanto que resulta somente de um direito de propriedade sobre uma parte do lucro criado pelo sobretrabalho. (BRUNHOFF, 2010, p. 56; 57).

¹⁴⁶ A respeito dessa percepção de Marx sobre o caráter dialético do capital (real, enquanto fictício), é importante registrar a crítica de Campos (2011) à compreensão equivocada de Morin quando este se propõe a afirmar que Marx carecia de uma análise da dupla personalidade inerente ao capital: “Edgar Morin, ex-marxista francês, escreveu certa vez que um dos maiores defeitos de O capital de Marx foi o de ter negligenciado o conteúdo imaginário, fictício, fantástico presente no mundo fetichista das mercadorias. A crítica de Morin mostra que sua leitura da obra magna de Marx foi, no mínimo corrida. A produção mercantil, desenvolvida, capitalista está tão impregnada por aquele conteúdo “fantástico, imaginário” que a dificuldade maior talvez seja a de separar o real, o concreto, de seu duplo, de sua forma fictícia que se confunde frequentemente com a primeira forma de existência do fenômeno; a existência reflexa adquire movimento próprio e passa a reagir sobre seu suporte real e a conduzir-lhe a existência” (Ibid, 2011, p. 316).

entre o capital bancário e o capital industrial, portanto, como culminância da fusão entre os proprietários de mais-valor e os proprietários do capital-dinheiro.

A concepção de capital financeiro adiantada por Hilferding e em geral aceita por Lenin é aquela da unidade do capital bancário e do capital industrial. A unidade é seletiva no sentido de que são apenas os grandes bancos e as grandes empresas industriais que constituem a base para a delimitação do capital financeiro como um bloco de poder distinto (HARVEY, 2013, p. 414).

Hilferding foi o pioneiro, entre os teóricos da II Internacional, a elaborar essa premissa. À luz da singularidade do capitalismo alemão, que conferia aos bancos uma elevada proeminência no funcionamento do capitalismo daquele país, considerou ser uma tendência mundial a formação do capital financeiro por meio da fusão monopólica entre os bancos e as indústrias.

[...] the growing concentration and centralization of capital lead to the formation of monopolies, cartels and trusts - a process that finds its culmination in finance capital, where banking and industrial capital are fused under the dominance of the former, and that leads to the restriction of competition and to changes in the form of economics crises, and in the relationship between the state and capital, notably the replacement of free trade by protective tariffs, alongside the interstate rivalries arising from the increasing export of capital and the ensuing efforts to expand 'national economic territory' (CALLINICOS, 2009, p. 35)¹⁴⁷.

Nesse sentido, para Hilferding, o capital financeiro somente emergiu como rebento dessa relação, desconsiderando, portanto, a noção de capital financeiro legada por Marx, que abarcava um conjunto de instituições e práticas envolvidas na sanha pela apropriação da riqueza social, sem envolver-se diretamente na produção do mais-valor – embora, sem jamais, dissociar-se por completo dela.

Em Hilferding, o termo “capital financeiro” tem sentido sensivelmente diferente. Designa a forma de capital que nasce, a partir da terceira década do século XIX, da estreita interconexão (ele chega a falar em “fusão”) entre os grandes bancos e a grande indústria, cuja forma especificamente alemã é apresentada por Hilferding como se fosse comum a todas as potências capitalistas (CHESNAIS, 1996, p. 291).

¹⁴⁷ “[...] a crescente concentração e centralização do capital levam à formação de monopólios, cartéis e trusts - um processo que encontra o seu ponto culminante no capital financeiro, em que capital bancário e industrial são fundidos sob o domínio do primeiro, e que leva a uma restrição da concorrência e mudanças na forma de crises na economia, e na relação entre o estado e o capital, nomeadamente a substituição do livre comércio por tarifas protecionistas, ao lado das rivalidades interestaduais decorrentes do aumento da exportação de capitais e os conseqüentes esforços para expandir "território econômico nacional" (CALLINICOS, 2009, p. 35, tradução nossa).

Hilferding, ao restringir a dimensão de capital financeiro legada por Marx, bem como dissolver as contradições entre os bancos e as indústrias, vaticinou que o grau de monopolização da economia e a partilha crescente de interesses comuns no âmago do capital financeiro, sob a direção dos bancos, modelava uma nova fase do capitalismo, que extinguiu as crises bancárias e monetárias.

A análise do imperialismo desenvolvida por Hilferding tem algumas implicações interessantes, e de certa forma contraditórias. Ao contrário de Hobson que vinculava o imperialismo a uma "distorção distributiva" do capitalismo, o autor austríaco mostra como ele se vincula a uma etapa absolutamente inevitável (nos marcos do sistema) de predomínio dos monopólios. Mas no tocante à realidade interna das potências capitalistas centrais, ele considerava que o altíssimo grau de monopolização gerava uma tendência a atenuar o impacto das crises cíclicas do sistema. Ele chegava mesmo a afirmar que este processo, levado às últimas consequências, tenderia até mesmo a eliminar as crises cíclicas e inaugurar um novo período de desenvolvimento capitalista planejado (FERNANDES, 2014, s/p).

Brunhoff (1978) identifica que a expectativa de dissolução das crises de cunho bancário e monetário de Hilferding não somente revelava um completo abandono da compreensão de capital financeiro¹⁴⁸, aventada previamente por Marx, como também não gozou de validade histórica já nas primeiras décadas do século XX.

Este ponto de vista não corresponde aos fatos – crise Baring em 1880 na Inglaterra, crise de 1907 nos Estados Unidos – que constituíram crises financeiras ligadas a dificuldades econômicas e que se propagaram pelo estrangeiro. Mas é preciso ainda examinar os fatos. Pensamos que Hilferding percebe mal a realidade da crise financeira porque ele abandonou toda referência à moeda como equivalente geral e aos conceitos a ela ligados (Ibid, 1978, p. 109).

Hilferding não atentou para a questão de que a essência do capital financeiro reside em escorar-se às custas da criação de riqueza¹⁴⁹ e que antes mesmo de os bancos concentrarem parcela notadamente expressiva do capital monetário disponível, o capital

¹⁴⁸ Embora não use o conceito de capital financeiro, senão o de “capitalismo financeiro” (PINTO, 1997, p. 25) também oferece uma crítica ao superdimensionamento dos bancos na condução da economia: “convém ressaltar que a noção de capitalismo financeiro não deve ser associada a uma economia dominada por banqueiros. Essa associação impõe limites excessivamente estreitos a um conceito muito mais abrangente, que pretende refletir a subordinação da riqueza privada aos mercados financeiros em geral”.

¹⁴⁹ No terceiro livro de O Capital, Karl Marx designou o capital portador de juros ou o capital financeiro de uma forma completamente diferente da formulação desenvolvida por Rudolf Hilferding em O capital financeiro. Segundo Marx, o capital portador de juros é todo capital que se valoriza sem sair da forma dinheiro, ou seja, através da fórmula D-D'. O ciclo do capital encontra-se, portanto, encurtado (FERREIRA, 2011, p. 90).

financeiro já atuava personificado, a exemplo dos prestamistas individuais¹⁵⁰. Como disse Chesnais (1996), a referência aos bancos no núcleo explicativo de Marx a respeito do capital financeiro era meramente conjuntural. Significa dizer que os bancos tinham importância junto à explicação do capital financeiro, como parte integrante dele¹⁵¹. Ensejando (ROTTA, 2008, p.154) “capital financeiro não se confunde com capital bancário. Este último é uma parcela do primeiro”. Hilferding também não compreendeu que apesar de o capital financeiro contribuir para a concentração e centralização dos capitais, o mesmo não tornava o sistema mais organizado ou controlável, senão mais irracional ou “tergiversivo” para usar uma expressão de Marx.

Lenin também seguiu o fio de interpretação de Hilferding, denominando o capital financeiro, por meio de uma expressão bastante conhecida na literatura acadêmica acerca do imperialismo, a saber: “união íntima” entre as corporações bancárias e as industriais¹⁵².

[...] o conteúdo teórico do argumento de Lenin não é claro. Ele esboça alguma de suas ideias, de maneira um tanto eclética, a partir das estruturas de pensamento muito discrepantes propostas por Hobson, Bukharin e Hilferding. Embora Lenin criticasse duramente a linha política de Hilferding, parece aceitar, com apenas uma ressalva, a concepção básica de capital financeiro apresentada por Hilferding. A única ressalva diz respeito às concepções “equivocadas” de Hilferding sobre o dinheiro. Lenin nos deixa no escuro com relação à natureza desse equívoco¹⁵³ (HARVEY, 2013, p. 380; 381).

¹⁵⁰ Brunhoff (1978) argumenta com firmeza contra o conceito de capital financeiro, preconizado por Hilferding. “[...] o termo de “capital financeiro” é o título de uma obra de Hilferding, surgida em 1910, e designa a fusão do capital industrial e do capital bancário num “estágio” particular do capitalismo posterior à época de Marx. E foi retomado pela tradição marxista, principalmente citado e validado por Lenine, de modo que este segundo sentido do termo “capital financeiro” apagou o primeiro, isto é, o do Capital. A questão não seria grave se, na noção que utiliza, Hilferding levasse em conta a definição de Marx e o caráter crítico e dialético desta, de modo que a “fusão” por ele concebida não tivesse sido esvaziada das contradições identificadas graças aos conceitos básicos do Capital (Ibid, p. 103; 104).

¹⁵¹ Swezzy (1983) também não coaduna com a preeminência bancária como face do capitalismo moderno, optando por uma das teses de Lenin (2002), a saber, o capitalismo monopolista, como a expressão mais fiel da realidade.

¹⁵² El concepto de Lenin de “capital financiero” se basaba en el estudio de Rudolf Hilferding sobre el papel de los bancos alemanes y estadounidenses en la ampliación y control del capital industrial (BROWN, 1975, p. 63).

¹⁵³ Embora teça uma feroz crítica a Hilferding e a Lenin, Harvey (2013) não se opõe à concepção de capital financeiro como unidade entre o capital bancário e o capital industrial. Em verdade, ele afirma que essa concepção não está a princípio equivocada desde que a unidade entre as duas formas de capital seja concebida como reduto de permanente de conflitos. “A concepção do capital financeiro como uma unidade do capital industrial e do capital bancário não é em princípio condenável, contanto que a unidade seja vista como uma unidade que internaliza tensão, antagonismo e contradição” (Ibid, p. 415).

A restrição da noção de capital financeiro à fusão (ou união íntima) entre capital bancário e capital industrial, também conduziu Lenin a cometer um notável equívoco, qual seja, conceber um tendencial enfraquecimento das bolsas na era imperialista.

[...] a substituição do velho capitalismo, no qual reina a livre concorrência, pelo novo capitalismo, no qual domina o monopólio, é expressa, entre outras coisas, pela diminuição da importância da Bolsa (LENIN, 2002, p. 30).

Consideramos que o capital bancário é apenas uma parte do capital financeiro. Obviamente, o capital bancário cumpriu um papel indispensável na potencialização do capital financeiro no final do século XIX e parte do século XX, porém ele não é seu núcleo fundante. Sob esse mesmo fio de análise, e passados mais de cem anos, Lapavistas (2011) concorda que o processo de financeirização da economia aventado, possui como corolário não o domínio dos bancos sobre a indústria e o comércio, senão a crescente autonomia das finanças perante a produção e circulação de mais-valor. Em outras palavras, tal como já havia revelado por Marx, o que está subjacente ao capital financeiro é seu curso tendencial a tornar-se “independente”.

O capital financeiro, portanto, somente pode ser compreendido como um arquétipo de capital ensejado pela autovalorização, ainda que ele se encontre sob a forma de capital monetário portador de juros, ou sob sua forma mais fictícia. É resultado de um conjunto de práticas sociais, que se avolumam no modo de produção capitalista, ensejadas pelo mais puro objetivo de transformar D-D’, incessantemente.

El capital financiero representará los criterios y el comportamiento de los agentes que poseen riqueza bajo la forma de dinero u otros valores de papel. En esa condición, ejecutarán las acciones que, a su entender, tienden a incrementar esa riqueza. En el proceso, pueden adquirir depósitos, acciones, bonos, petróleo a futuro, derivados, diamantes o cualquier cosa. Pueden recibir intereses, dividendos o ganancias de capital, pero, al final, cualquiera sea el medio utilizado, el propósito continua siendo *tener riqueza en forma de dinero ('líquido' o cuasilíquido) y hacerlo crecer*. Para lograr este propósito, usan los servicios bancarios, agentes financieros y otros intermediarios que suministran información, implementan los contratos y, en general, personifican el empeño por hacer crecer la riqueza de papel (PÉREZ, 2013, p. 105)¹⁵⁴.

¹⁵⁴ “O capital financeiro representará os critérios e o comportamento dos agentes que possuem riqueza sob a forma de dinheiro e outros valores de papel. Nessa condição, executarão as ações que, em seu entender, tendem a incrementar essa riqueza. No processo, podem adquirir depósitos, ações, bônus, petróleo a futuro, derivados, diamantes ou qualquer coisa. Podem receber juros, dividendos ou lucros de capital, mas, ao final, qualquer que seja o meio utilizado, o propósito continua sendo ter riqueza em forma de dinheiro (líquido ou quase líquido) e fazê-lo crescer. Para lograr este propósito, usam os serviços

O capital financeiro é, por natureza, fugidio, avesso à perenidade; por isso, não se deixa entrever em imobilizações mais duradouras¹⁵⁵. Como sujeito de si mesmo, lança-se a construir seu próprio devir, como se não houvera mais tempo, espaço ou limites. Ele é patologicamente desprovido de satisfação ou prazer completo, inteiramente dependente de “injeções de serotonina” sob a forma fugaz de D-D’. Como disse Chesnais (2010), o capital financeiro apresenta como características cruciais a “insaciabilidade” e a “instabilidade”.

Esse capital financeiro, que à época de Marx esboçava suas primeiras ações, e que foi eleito por Hilferding, Lenin e Bukharin (mesmo com uma distinta abordagem conceitual) como o salto de qualidade do modo de produção capitalista – que o convertia em imperialismo no entardecer do século XIX – ganhará contornos relevantes ao longo do século XX, tornando-se protagonista singular da economia mundial, indubitavelmente desde os anos de 1970.

6.1 No caminho da precisão de um conceito

O capital financeiro emerge como um conjunto de relações e instituições voltadas a se locupletar através da outorga de juros sobre o capital produtivo e/ou através da especulação – como disse Marx (1988), a esmerar-se à sombra de investimentos que já não mais existem. Significa dizer que não se constitui necessariamente pela concentração e centralização de capitais, embora seja galvanizado por elas e, ao mesmo tempo, as galvanize. Esse capital financeiro cresceu *pari passu* à inerente separação relativa no interior do capitalismo entre os proprietários de

bancários, agentes financeiros e outros intermediários que ofertam informação, implementam os contratos e, em geral, personificam o empenho por fazer crescer a riqueza de papel” (PÉREZ, 2013, p. 105, tradução nossa).

¹⁵⁵El capital financiero es móvil por naturaleza mientras que el capital productivo está en lo fundamental atado a productos concretos, tanto por el equipamiento instalado con capacidades operativas específicas como por los vínculos en redes de suplidores, clientes o distribuidores en sitios geográficos particulares. El capital financiero puede invertir con éxito en una empresa o proyecto sin tener mayor conocimiento de lo que ésta hace o cómo se hace. Su problema principal es la rentabilidad potencial (algunas veces incluso la *percepción* que otros tienen sobre el asunto). Tanto el capital financiero como el productivo enfrentan riesgos variables, desde muy grandes hasta mínimos, según las circunstancias. Sin embargo, mientras el capital financiero puede escoger ampliamente como invertir su dinero, evitando riesgos o retirándose cuando los considera demasiado altos para el retorno que ofrecen, la mayoría de los agentes del capital productivo están en situaciones definidas en trayectoria previa y deben encontrar, dentro de un espectro limitado de opciones [...] (PEREZ, 2013, p. 106; 107).

mercadoria-dinheiro e os proprietários das condições objetivas de extração de mais-valor.

No último quartel do século XIX, o capital financeiro se desenvolve com todo vapor em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, transformando-se paulatinamente em ordenador da economia. Por isso, se pode falar que o momento em que o capital financeiro irrompe como uma relação social cada vez mais presente nas economias dos países de maior desenvolvimento das forças produtivas, se inaugura a fase imperialista do capitalismo, conforme já tinha sido assinalado por Lenin (2002).

O capital financeiro acelera-se, sobretudo, em virtude da crise de superprodução do capital que ocorre no início da década de 1870¹⁵⁶, cujo desaguadouro foi um notável processo de concentração e centralização entre as corporações, ensejando uma alteração qualitativa no capitalismo.

La depresión industrial que se presentó a finales del siglo XIX aceleró el proceso de concentración y centralización del capital hasta transformar cualitativamente el sistema capitalista: el capitalismo de libre competencia que prevaleció de 1800 a 1880 dio lugar al capitalismo oligopólico (de monopolio compartido) (AMIN, 1999, p. 24)¹⁵⁷.

A mencionada crise acentuou a mobilidade espacial do capital, buscando explorar as diferenciações geográficas e remunerar o capital financeiro. Importante registrar que a mobilidade espacial do capital direcionou-se tanto em direção às colônias e/ou países periféricos, quanto dentro dos países centrais, aproveitando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo¹⁵⁸. Como explica Santi (1979), existiram diversas regiões que, em determinados momentos da história tornaram-se mais atrativas para receberem capitais que os países periféricos, e a exportação de

¹⁵⁶O final do século XIX foi marcado, na Europa e nos Estados Unidos, pela existência de uma crise estrutural, ainda que esta tenha assumido modalidades diferentes em cada uma dessas regiões. Entre os anos 1880 e a crise estrutural dos anos 1890, a taxa de lucro desabou (GERARD DUMENIL; DOMINIQUE LÉVY, 2003, p. 26).

¹⁵⁷ “A depressão industrial que se apresentou nos fins do século XIX acelerou o processo de concentração e centralização do capital até transformar qualitativamente o sistema capitalista: o capitalismo de livre concorrência que prevaleceu de 1800 a 1880 deu lugar ao capitalismo oligopólico (de monopólio compartilhado)” (AMIN, 1999, p. 24, tradução nossa).

¹⁵⁸Importante o comentário de Magdoff, pois ele assinala que a conquista do mercado estrangeiro era uma meta perseguida pelas grandes corporações, mesmo quando se dispunha de condições para o investimento externo. “O esquema das empresas industriais mais importantes inclui a conquista de mercados estrangeiros. Isto verifica-se mesmo onde existe um mercado interno tão vasto como nos Estados Unidos. Na indústria em grande escala de automóveis, por exemplo, os mercados externos exerceram uma influência importante desde os primeiros dias. O sexto automóvel Ford a ser fabricado foi exportado para um distribuidor no Canadá. A Ford Motor Company começou as negociações necessárias ao estabelecimento dos seus mercados estrangeiros a partir do primeiro ano de funcionamento” (MAGDOFF, 1972, p.39).

capitais – conceito empregado pelos primeiros críticos marxistas do imperialismo – não assumiu uma dimensão linear ou ininterrupta ao longo das décadas iniciais da denominada fase imperialista, sendo frequentemente superada pelas inversões internas, mesmo em períodos de boom da economia.

A existência de uma crise do capital em meados da década de 1870 é um fato indiscutível, porém, não coadunamos com a tese exposta pelos teóricos da II Internacional de que a única saída para a crise de acumulação do capital estivesse na exportação de bens e capitais. Longe de retomar a pueril e subconsumista compreensão de Ricardo, devidamente criticada por Marx, de que as condições internas de cada nação sempre satisfazem à demanda, se deseja tão somente esclarecer que os primeiros críticos marxistas do imperialismo não observaram que as condições internas dos países capitalistas de economia avançada também se desenvolviam de modo desigual e combinado¹⁵⁹, existindo, portanto diversas regiões que, em determinados momentos da história, tornar-se-iam mais atrativas para receberem capitais que os países periféricos.

[...] as “teorias clássicas do imperialismo fracassaram em apreender adequadamente as dimensões espaciais desta internacionalização. Acentuaram excessivamente a exportação de bens e capitais para o que chamamos hoje de “Terceiro Mundo” que, devido a seu subdesenvolvimento, tinha uma capacidade limitada para absorver tais fluxos. Daí que estas teorias falharam em compreender dois elementos-chave do desenvolvimento dos próprios países capitalistas avançados. Ao invés do esgotamento das possibilidades de consumo dentro dos países capitalistas avançados – a premissa baseada no que o panfleto de Lenin, Imperialismo, denominara como “o nível de semi-inanição das massas” – as classes operárias ocidentais iam adquirindo níveis cada vez mais altos de consumo público e privado. A desigualdade da competição em marcha e do desenvolvimento tecnológico estava introduzindo novas perspectivas para a acumulação interna, em vez da concentração de capital nesses países, que limitaria a introdução de novos produtos a tal ponto que “o capital não poderia encontrar uma área de investimento rentável”. Havia um aprofundamento do capital no nível interno e não apenas uma expansão do capital para o exterior” (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 25).

Observa-se no Quadro 1 as informações da economia inglesa, a mais pujante força industrial da época, veiculadas por Santi (1979) e que ilustram bem como o

¹⁵⁹ A respeito dessas desiguais dinâmicas de desenvolvimento capitalista no interior dos países, Mandel (1982) afirma que elas não correspondem a uma exceção às tendências gerais de reprodução do capital, sendo efetivamente banal a existência de “colônias internas” em pleno funcionamento nos próprios países centrais.

alvorecer do imperialismo não seguiu ininterruptamente as previsões de elevação dos investimentos no exterior:

Quadro 1: Situação das inversões líquidas de capitais na Inglaterra

Período	Predomínio dos investimentos	Situação da economia
1865-69	Investimento interno	Precedente a crise
1870-74	Investimento externo	Precedente a crise
1875-1879	Investimento interno	Período mais agudo da crise
1880-1884	Investimento interno	Crise da economia
1885-1889	Investimento externo	Crise da economia
1890-1894	Investimento externo	Início da recuperação
1895-1899	Investimento interno	Boom da economia
1900-1904	Investimento interno	_____
1905-1909	Investimento externo	Boom da economia
1910-1913	Investimento externo	Boom da economia

Fonte: dados extraídos de (SANTI, 1979, p. 36-37) e organizados por mim.

Assim, a despeito do mérito de Hilferding, Bukharin e Lenin de haverem notado a singularidade do desenvolvimento capitalista – face ao despontar dos monopólios e do capital financeiro como ordenadores da economia mundial –, o capitalismo no final do século XIX e início do século XX, ainda não estava completamente internacionalizado e as exportações de capitais se resumiam, à grosso modo, aos empréstimos para dotação de infraestrutura, a exemplo dos portos e ferrovias.

No período inicial do imperialismo, a exportação de capitais era destinada à construção de estradas de ferro, minas, portos e outros equipamentos de infra-estrutura, sem que houvesse grandes inversões na área fabril, até mesmo porque não era interessante para os países centrais a industrialização da periferia (COSTA, 2007, p. 5).

Também ciente dessa condição singular do capitalismo no período ora mencionado, Wood (2014) explica que as primeiras manifestações do imperialismo, circunscreviam-se a um momento em que o mesmo estava distante de uma economia global e que vários países sequer participavam efetivamente do *modus operandi* imanente ao próprio capitalismo.

As teorias clássicas do imperialismo pertencem a uma era em que o capitalismo, apesar de bem avançado em partes do mundo, estava longe de ser um sistema econômico verdadeiramente global. O poder capitalista imperial certamente abraçou grande parte do mundo, mas o fez menos pela universalidade de seus imperativos econômicos do que pela mesma força coercitiva que sempre determinou as relações entre os senhores coloniais e os territórios subjugados (Ibid, p. 97).

Nesse mesmo diapasão, Dantas (2012) converge com a ideia de que havia uma internacionalização do capitalismo não concluída e a disputa pelos monopólios em escala mundial era limitada.

O capitalismo alçava voo rumo a internacionalização, e a emergência do capital financeiro açoitava para que esse processo fosse mais o célere. Todavia, no final do século XIX e albos do século XX, o globo terrestre ainda era ocupado por relações pré-capitalistas e/ou de cunho colonial que impunha limites à exploração do mais-valor, bem como a expansão do capital financeiro¹⁶⁰.

Tanto la Larga Depresión de 1873-1986 como la Gran Depresión que estalló en 1929 afectaron a muchos países, pero en aquellos tiempos el capitalismo estaba lejos de haber cubierto con sus relaciones de producción la totalidad del globo terráqueo. En la primera de las nombradas, la subsunción real del trabajo al capital se concentraba en las Islas Británicas, Estados Unidos y Canadá; algunos países de Europa Occidental, dado que todavía persistían modos de producción precapitalistas en la mayor parte de España y Portugal, el Mediodía italiano e inclusive el este de Alemania, para no hablar de Grecia y lo que luego sería Yugoslavia; algunos pocas áreas integradas a la economía mundial de América Latina – en su calidad de enclaves minero-exportadores, plantaciones o regiones de clima templado productoras de alimentos -. Amén de un número reducido de pequeños enclaves costeros localizados en África y Asia. Algo más en la India pero no mucho; y un poco en Japón. Ese era el mapa del capitalismo cuando se inició la crisis de 1873. No podía, por lo tanto, hablarse de una crisis mundial, porque su ámbito de existencia era geográficamente muchísimo más acotado (BORON, 2012, p.40)¹⁶¹.

¹⁶⁰ Em razão do incipiente processo de internacionalização do capital, no interregno entre a crise de 1873 e as duas primeiras décadas do século XX, que limitava os investimentos externos diretos e demais relações comerciais Panitch e Gindin (2006) discordam do conceito empregado originalmente por Lenin acerca do advento de uma nova fase do capitalismo, denominada “fase superior do capitalismo”. Explica (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 25; 26): “Longe de ser a fase superior do capitalismo, o que estes teóricos estavam observando (e é hoje óbvio para nós) era uma fase relativamente precoce do capitalismo. Não somente em termos de padrões de consumo, fluxos financeiros e de competição, mas também com relação ao grau limitado de investimento estrangeiro direto da época e com os meios muito rudimentares que haviam sido desenvolvidos para manejar as contradições associadas à internacionalização do capitalismo”.

¹⁶¹ “Tanto a Comprida Depressão de 1873-1986 como a Grande Depressão que explodiu em 1929 afetaram muitos países, mas naqueles tempos o capitalismo estava distante de haver coberto com suas relações de produção a totalidade do globo terrestre. Na primeira da chamada, a subsunção real do trabalho ao capital se concentrava nas Ilhas Britânicas, Estados Unidos e Canadá; alguns países da Europa

Embora, o ultimo quartel do século XIX e os primeiros anos do século XX, se constituíssem como *locus* temporal da formação das sociedades imperialistas, havia as mediações estatais que sustentavam rivalidades entre si e, contraditoriamente, impediam uma maior integração da economia mundial. Daí que neste período havia significativa concentração de capitais enquanto que a centralização de capitais era relativamente pequena. O poder dos Estados e as mediações ideológicas de caráter nacional tornavam-se um considerável obstáculo (mas não o cerceava em absoluto) à interpenetração de capitais e, face a isso, os conchavos comerciais duravam por tempo exíguo e eram, majoritariamente, compostos por carteis, além de limitadas inversões diretas.

El poder tenía precedencia sobre el beneficio. Por estrechamente que se interpenetran sus campos, era en última instancia la guerra la que imponía su ley a los negocios. Por ejemplo, Francia y Alemania eran enemigas desde 1870. Ocasionalmente se formaban sindicatos bancarios para propósitos transitorios; había participación privada de bancos de inversión alemanes en empresas del otro lado de la frontera, que no aparecían en los balances; en el mercado de prestamos a corto plazo había un descuento de letras de cambio y un otorgamiento de prestamos a corto plazo sobre avales y papeles comerciales por parte de bancos franceses [...] pero tales inversiones se restringían a áreas definidas en Francia y se encontraban bajo la crítica permanente de nacionalistas y socialistas; la inversión directa era más frecuente en las colonias, como lo ejemplifican los esfuerzos tenaces de Alemania por obtener el mineral de alto grado de Argelia [...]. Los gobiernos vetaban toda medida que pudiera incrementar el potencial de avance del enemigo (POLANYI, 2003, 58; 59)¹⁶²

Não se deseja afirmar que a mobilidade espacial de capitais, especialmente, a sua exportação ao exterior – característica fundamental do imperialismo – não

Ocidental, dado que ainda persistiam modos de produção pré-capitalistas na maior parte de Espanha e Portugal, o Mezzogiorno italiano e inclusive o leste da Alemanha, para não falar da Grécia e o que seria logo chamado de Iugoslávia; algumas poucas áreas integradas a economia mundial da América Latina – em sua qualidade de enclaves mineiro-exportadores, plantações ou regiões de clima tropical produtoras de alimentos –. Além de um numero reduzido de pequenos enclaves costeiros localizados na Africa e Asia. Algo mais na India mas não muito; e um pouco no Japão. Esse era o mapa do capitalismo quando se iniciou a crise de 1873. Não podia, portanto se falar de uma crise mundial, porque seu âmbito de existência era geograficamente muitíssimo mas delimitado” (BORON, 2012, p. 40, tradução nossa).

¹⁶² “O poder tinha precedência sobre o beneficio. Pela proximidade em que se interpenetram seus campos, era em ultima instância a guerra a que impunha sua lei aos negócios. Por exemplo, França e Alemanha eram inimigas desde 1870. Ocasionalmente se formavam sindicatos bancários para propósitos transitórios; havia participação privada de bancos de investimento alemães em empresas do outro lado da fronteira, que não apareciam nos balanços; no mercado de empréstimos a curto prazo havia um desconto de letras de cambio e uma outorga de empréstimos a curto prazo sobre avais e papeis comerciais por parte de bancos franceses [...] mas tais investimentos se restringiam a áreas definidas na França e se encontravam sob a crítica permanente de nacionalistas e socialistas; o investimento direto era mais frequente nas colônias, como exemplificavam os esforços tenazes da Alemanha para obter o mineral de alto grau da Argélia [...]. Os governos vetavam toda medida que pudesse incrementar o potencial de avanço do inimigo” (POLANYI, 2003, p. 58; 59, tradução nossa).

contribuiu para o deflagrar da centralização de capitais entre corporações de diferentes nacionalidades. Em contrário, apenas se observa que a rivalidade interimperialista era a tônica nesse interregno do capitalismo, dificultando a ocorrência de uma centralização de capitais em âmbito internacional.

[...] o período clássico do imperialismo foi marcado por uma concorrência intensificada entre as grandes forças imperialistas, onde o controle militar e político sobre zonas geográficas (o mercado interno mais as colônias) proporcionava a base para a defesa ou expansão de sua fatia do mercado mundial. Só muito raramente houve uma efetiva fusão internacional de capital. O monopólio clássico fundia-se a nível nacional, enquanto a nível internacional contentava-se com acordos temporários (cartéis internacionais etc.). A centralização nacional foi promovida e acelerada por crises e recessões, que eliminavam impiedosamente as empresas mais fracas, ao mesmo tempo que a intervenção estatal era cada vez mais utilizada para garantir os superlucros dos monopólios. Os acordos internacionais, ao contrário, eram periodicamente desfeitos, porque a longo prazo não conseguiam resistir a crises, recessões e guerras internacionais, ou devido às alternâncias nas relações das forças intercapitalistas, determinadas pela lei do desenvolvimento desigual. Isso não significa que antes da Segunda Guerra Mundial não houvesse sociedades anônimas internacionais de natureza monopolista, com grande parte de sua produção de mercadorias situada fora de seu país natal (MANDEL, 1982, p. 222).

Um outro dado importante acerca do cenário econômico capitalista dessa época é que, não obstante se observasse a presença de sociedades anônimas, inscritas num processo de fusão internacional de capitais – ainda que limitado – e especulação nas bolsas, as moedas eram vinculadas às reservas nacionais de ouro. Havia uma “equivalência” entre o papel-moeda em circulação no país e os estoques de ouro a sua disposição.

La creencia en el patron oro era la fe de la época. Para algunos era un credo ingenuo, para otros un credo critico o un credo satanico que implicaba la aceptación de la carne y el rechazo del espíritu. Pero la creencia era la misma, a saber: que los billetes tienen valor porque representan el oro (POLANYI, 2003, p. 72)¹⁶³.

Eichengreen (2012) explica que até mesmo os bancos centrais dos países, apesar de serem instituições privadas, hesitavam atuar no mercado aberto de moedas e, ademais, havia uma grande pressão dentro dos países para a manutenção da paridade

¹⁶³ “A crença no padrão ouro era a fé da época. Para alguns era um credo ingênuo para outros um credo crítico ou um credo satânico que implicava a aceitação da carne e o rechaço do espírito. Mas a crença era a mesma, a saber: que notas de dinheiro tinham valor porque representam o ouro” (POLANYI, 2003, p. 72, tradução nossa).

cambial com o ouro. A impressão da libra esterlina, por exemplo, moeda mais demandada naquele momento¹⁶⁴ – pois como disse Moffit (1984) a Grã-Bretanha naquele período atuava como um verdadeiro banqueiro mundial – enfrentava limites face à disponibilidade de ouro. Vigorava um entendimento no interior das nações signatárias do padrão-ouro de que o controle sobre o valor do cambio era fundamental para o equilíbrio econômico do país. Obviamente, eram mais pressionadas as nações independentes, sem maiores poderes bélicos ou políticos. O excerto abaixo de POLANYI (2003) é bastante ilustrativo:

Las finanzas [...] actuaban como un moderador poderoso en los consejos y las políticas de vários Estados soberanos más pequeños. Los prestamos, y la renovación de los prestamos, dependían del crédito, y el crédito dependía del buen comportamiento. Esta máxima útil se convirtió en una sólida regla de conducta una vez que un país hubiese adoptado el patrón que limitaba al mínimo las fluctuaciones permisibles (Ibid, p. 60; 61)¹⁶⁵.

Esta conjuntura impunha limites à expansão do capital financeiro e ela se manteve até o início da 1ª Guerra Mundial, em 1914, quando o ouro foi abandonado como referência para as trocas cambiais, primeiro pela Inglaterra e depois pelas demais nações.

O despontar da Primeira Guerra Mundial marcou o virtual fim da hegemonia britânica. Durante a guerra, a Grã-Bretanha retirou o seu apoio ao antigo sistema ao desvincular, eficazmente, a libra esterlina do ouro (MOFFIT, 1984, p. 17).

Assim, até a 1ª Grande Guerra do século XX, existiam amarras para a livre atuação do capital financeiro¹⁶⁶. Apesar da existência das Bolsas (como a City de Londres), dos juros cobrados pelo capital monetário, das sociedades anônimas, etc. o

¹⁶⁴ É deste ponto de vista que é preciso considerar duas ações do Estado inglês, quais sejam a adoção do padrão-ouro entre 1816 e 1819 e o Ato de Peel de 1844 reorganizando o Banco da Inglaterra. No que se refere ao primeiro ponto, percebe-se facilmente a força dada à libra esterlina como moeda internacional em decorrência de sua convertibilidade em ouro (BRUNHOFF, 1978, p. 117).

¹⁶⁵ “As finanças [...] atuavam como um moderador poderoso nos conselhos e nas políticas de vários Estados soberanos menores. Os empréstimos e renovação dos empréstimos dependiam do crédito, e o crédito dependia do bom comportamento. Esta máxima útil se converteu em uma sólida regra de conduta uma vez que um país houvesse adotado o padrão que limitava ao mínimo as flutuações permissíveis” (Ibid, p. 60; 61, tradução nossa).

¹⁶⁶ [...] as operações no mercado aberto eram relativamente raras no cenário do padrão-ouro clássico. Elas exigiam um mercado de bônus suficientemente amplo para que o banco central pudesse intervir anonimamente. Durante a maior parte do século XIX, apenas Londres satisfazia essas condições (EICHENGREEN, 2012, p. 53).

capital financeiro se deparava com uma economia quase que cerrada em Estados nacionais, que buscavam por meios protecionistas oferecer superlucros aos seus respectivos monopólios. A partir de 1914, se observará não somente uma paulatina liberação financeira, como uma mudança na hegemonia política mundial, pois a Inglaterra “cederá” seu mais que secular posto aos Estados Unidos¹⁶⁷.

[...] os Estados Unidos começaram a assumir o papel de grande credor internacional, deslocando dramaticamente – como resultado de guerra – o centro do poderio econômico mundial. A Grã-Bretanha jamais recuperou sua antiga posição de destaque. A força de recuperação, adicionada ao emergir de grandes empresas e bancos americanos – agora como principais investidores estrangeiros – tornaram os Estados Unidos, nos anos 20, o poder dominante na economia mundial (Ibid, p. 17; 18).

Desta feita, essas alterações deflagradas no curso da segunda década do século XX, revelam que a partir desse momento houve uma desmaterialização das trocas cambiais entre as nações, uma vez que o ouro perdeu força como reserva cambial diante do dólar e da libra. Foi um passo significativo para destravar o jogo especulativo do capital financeiro, bem como proporcionar uma maior circulação de moedas em âmbito internacional.

É preciso notar inicialmente que, desde após a primeira guerra mundial, a “moeda universal” – ouro – não constituía mais a massa principal das reservas de câmbio dos grandes países capitalistas e que as moedas nacionais sinais de ouro – a libra esterlina e o dólar – serviram como reservas, sofrendo portanto um duplo efeito, qual seja, o de uma desmaterialização e o de relações de troca entre moedas nacionais (BRUNHOFF, 1978, p. 120).

O encerramento do correspondente vínculo entre a emissão de papel-moeda e os estoques de ouro no funcionamento do capitalismo, especialmente na segunda metade da década de 1910, assinalará o florescimento das operações de cunho creditício e

¹⁶⁷ Com o fim da 1ª Guerra Mundial, os Estados Unidos converteram-se em credores mundiais, uma vez que atuaram durante o conflito bélico como provedores de crédito. Ademais, continuaram a emprestar aos países envolvidos na contenda para as suas respectivas construções, alimentando o déficit em conta corrente das nações europeias e consolidando o alcance de sua pujança financeira “Essas transações fizeram crescer o fluxo de ouro e divisas estrangeiras para os Estados Unidos. Elas fortaleceram o balanço de pagamentos dos Estados Unidos e debilitaram os de outros países. [...] os Estados Unidos emprestaram grande parte de seu superávit de volta para a Europa e outras regiões do mundo. Enquanto persistissem as exportações de capital norte-americanos, elas poderiam financiar os déficits europeus em conta corrente, tornando desnecessárias modificações substanciais nos preços relativos. E o volume de empréstimos atingiu níveis elevados na segunda metade da década de 20. A guerra havia transformado o país de um devedor internacional no maior credor do mundo (EICHENGREEN, 2012, p. 104; 105).

especulativo do capital financeiro, engrossadas durante a década de 1920. Isto colocava em cheque a balança de pagamentos dos países e elevavam as dívidas dos Estados, sendo alvo de inúmeras críticas dos mais ardorosos defensores do controle sobre o sistema monetário.

A década de 20, o primeiro período no século XX durante o qual se permitiu a livre flutuação das taxas de câmbio, teve um profundo impacto na percepção dos arranjos monetários. As taxas flutuantes foram alvo de críticas por sua volatilidade e susceptibilidade à especulação desestabilizadora – ou seja, por sua tendência a ser perturbada por vendas e compras especulativas (“fluxo de dinheiro quente”, como eram denominados) desvinculadas dos fundamentos econômicos (EICHENGREEN, 2012, p. 82).

Em 1922 foi realizada a Conferência de Gênova que reuniu 32 representantes de nações, buscando criar uma moeda que fosse uma baliza para as trocas internacionais. Ao final do evento foi deliberado que o padrão-ouro adotado até princípios da 1ª Guerra Mundial seria substituído por um sistema híbrido, denominando sistema-ouro, onde ademais do ouro, os bancos centrais dos países poderiam manter contingentes de outras moedas, a exemplo da Libra e do Dólar¹⁶⁸.

Os objetivos do encontro não somente se mostraram inócuos, como na década de 1920 se observou uma significativa especulação financeira, recrudescendo o descolamento entre a riqueza gestada pelo trabalho social e a moeda (esta cada vez mais mercadoria), vide a crise de 1929, cujo epicentro radicou nos Estados Unidos.

Nesse momento, fizeram-se sentir as mudanças na conjuntura política da década de 20. Antes da guerra, não restava dúvida de que os governos que constituíram o núcleo do conjunto de países industrializados que adotavam o padrão ouro estavam dispostos a defender o sistema. Quando a taxa de câmbio de um país caía, registravam-se entradas de capital que vinham em apoio, e não contra os esforços do banco central em defesa da conversibilidade, uma vez que os “traders” de moedas tinham confiança no compromisso oficial de manutenção da taxa de câmbio numa faixa que permitisse a arbitragem dentro dos chamados pontos de ouro e, portanto, esperavam que a desvalorização da moeda fosse revertida. Neste novo ambiente político, não era mais evidente que a desvalorização da

¹⁶⁸ O outro tema da Conferência de Gênova foi a cooperação internacional. Os bancos centrais receberam instruções para formular políticas “não só vistas a conservar suas moedas ao par uma em relação às outras, como também com o objetivo de prevenir flutuações indesejáveis no poder de compra do ouro”. Se os bancos centrais comessem a disputar as escassas reservas de ouro mundiais e, para isso, cada um deles elevasse suas taxas de juro numa tentativa de atrair ouro dos outros nenhum deles teria sucesso (uma vez que seus aumentos nas taxas de juro se cancelariam mutuamente), mas os preços e a produção cairiam. Se eles harmonizassem suas taxas de desconto em níveis mais adequados, a mesma distribuição internacional de reservas poderia ser alcançada sem provocar uma deflação desastrosa (EICHENGREEN, 2002, p. 96).

moeda fosse fenômeno temporário (EICHENGREEN, 2002, p. 108; 109).

Os limites dos estoques de ouro em cada país e as sempre maiores obrigações a serem quitadas pelos Estados estreitava qualquer possibilidade de se respeitar o “equilíbrio” entre as reservas de ouro e as demandas por papel-moeda. O capital financeiro, portanto, conquistava amplas margens para movimentação.

Depois da restauração do padrão ouro, a liquidez adicional exigida pela expansão da economia mundial tinha de ser baseada em um aumento no estoque de reservas internacionais. No entanto, o estoque mundial de ouro monetário tinha crescido apenas lentamente no curso da Primeira Guerra Mundial e na primeira metade da década de 20, a despeito da concentração dos estoques de ouro nos cofres dos bancos centrais. A proporção das reservas de ouro nos bancos centrais em relação a títulos e depósitos à vista caiu de 48%, em 1913, para 40%, em 1927. Os bancos centrais foram obrigados a erguer uma superestrutura cada vez maior de obrigações sobre uma base limitada de ouro monetário (Ibid, p. 99).

Após a crise de 1929, novamente os signatários do padrão sistema-ouro se reuniram em num novo encontro denominado Conferência Econômica de Londres, no ano de 1933, buscando retomar um sistema que gozasse de validade e longevidade para balizar as transações internacionais. A Conferência mostrou-se, desde o princípio, inepta diante da recusa de Franklin Delano Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, de acatar qualquer medida restritiva para a emissão de dólar.

Nem a conferência de Gênova em 1922, nem a conferência econômica mundial de Londres em 1933, provaram-se capazes de estabelecer relações de cooperação econômica e monetária internacionais. Depois dos traumas financeiros no final da década de 20, as principais economias voltaram-se para dentro de si mesmas e a economia mundial, que havia florescido por um século sob o poderio britânico, desintegrou-se em blocos econômicos concorrentes entre si (MOFFIT, 1984, p. 17; 18).

Apontava-se assim uma hercúlea dificuldade para o (re)estabelecimento de uma relação econômica mundial baseada num padrão de referência comum¹⁶⁹ que fosse minimamente respeitado pelos signatários, de modo que se pode afirmar que este

¹⁶⁹ En el período anterior a la Segunda Guerra Mundial, y como consecuencia de varios factores (crisis general producida por la “Gran Depresión” 1929-1934, abandono del patrón oro, inconvertibilidad de la mayoría de las monedas), el intercambio comercial entre las diferentes naciones se realizaba en la mayoría de los casos mediante sistemas bilaterales. Se establecía un monto de exportaciones e importaciones y se compensaban las cuentas mediante un sistema de clearing. El bilateralismo creaba grandes dificultades, especialmente en el sistema de pagos internacionales (MINSBURG, 1999, p. 17).

período correspondeu como disse Dominique; Levy (2003) ao primeiro período de hegemonia das finanças e, para ser mais rigoroso, do capital financeiro sobre o modo de produção capitalista. Embora tenha sido um período curto, sobretudo em razão da “ressaca de 1929”¹⁷⁰, revelou-se um interregno em que esboçava seus primeiros tentáculos sobre a dinâmica econômica mundial.

As turbulências econômicas da espiral especulativa que produziu o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York e as crises depressivas nos anos seguintes da década de 1930, transformaram-se num freio à hegemonia das finanças. Como disse Amin (1999) a fugaz bonança da década de 1920 foi incapaz de estabilizar um novo regime de acumulação de capital. A circulação internacional de capitais comprometeu-se, e as economias nacionais fizeram um movimento *hacia* dentro.

Mientras que al final de la Gran guerra prevalecían los ideales del siglo XIX y su influencia dominó el decenio siguiente, para 1940 había desaparecido todo vestigio del sistema internacional y, aparte de unos cuantos enclaves, las naciones estaban viviendo en un ambiente internacional enteramente nuevo (POLANYI, 2003, p. 70)¹⁷¹.

Desde aí logravam êxito as idéias disseminadas por Keynes – e também por White, nos Estados Unidos – que criticavam as incongruências do padrão-ouro, a deflação que assumia sintomas perigosos nas principais economias centrais e a necessidade de se praticar a “eutanásia” sobre os capitais rentistas. O advento da Segunda Guerra Mundial produziu significativas alterações no padrão monetário internacional. A cristalização dessas alterações foi a formalização em 1944 do Acordo de *Bretton Woods*, que previra:

- a) Um controle macroeconômico de cunho estatal e centralizado;
- b) A adoção do dólar como moeda internacional que estaria atrelada ao ouro a uma taxa de conversão fixa, estabelecida em 35 dólares a onça e;

¹⁷⁰ A crise de 1929 e seus efeitos nos anos seguintes provocaram grandes desdobramentos sociais que afetaram aos trabalhadores norte-americanos. Sem dúvida, estes desdobramentos contribuíram para o fortalecimento da regulação sobre as finanças, o que findou se consolidando na Segunda Guerra Mundial. Sobre a situação social nos Estados Unidos em decorrência da crise de 1929, explica (BORON, 2011, p. 59): “Em 1929, la desocupación en Estados Unidos llegó al 25%, al tempo que caían los precios agrícolas y de las materias primas. Sin embargo, diez años después y pese a las radicales políticas puestas en juego por Franklin D. Roosevelt (el New Deal), la desocupación seguía siendo muy elevada (17%) y la economía no lograba salir de la depresión. Sólo la segunda guerra mundial puso fin a esa etapa”.

¹⁷¹ “Enquanto que ao final da Grande guerra prevaleciam os ideais do século XIX e sua influencia dominou o decênio seguinte, para 1940 havia desaparecido todo vestígio do sistema internacional e, com exceção alguns enclaves, as nações estavam vivendo em um ambiente internacional inteiramente novo” (POLANYI, 2003, p. 70, tradução nossa).

- c) A adoção de taxas de cambio fixas, somente ajustáveis sob expressa autorização das instituições monetárias internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial- BM)¹⁷².

Esses mecanismos representavam um notável controle sobre o capital financeiro e sufocavam em certa medida a consolidação dos fluxos internacionais de capitais, ou seja, de um mercado aberto¹⁷³, tal como floresceu – não obstante em um breve período de tempo – na década de 1920. A *raison d'être* do Acordo de *Bretton Woods* era recuperar a credibilidade de um padrão de referência monetário, recolocar os investimentos industriais na centralidade dos negócios, exercer tenaz controle no que se refere à volatilidade dos capitais e a sua mobilidade transfronteiriça¹⁷⁴. Funcionava como uma normatização¹⁷⁵ de caráter mundial e guardava uma diferença em relação ao sistema padrão-ouro, porquanto o dólar servia como principal veículo mediador para as transações comerciais e financeiras internacionais.

O atrelamento do dólar ao ouro, mesmo indireto, permitia, bem ou mal, que este alicerçasse um sistema financeiro e monetário internacional, que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial (CHESNAIS, 1996, p. 249).

Os Estados Unidos, sem dúvida, foram os principais beneficiários do novo sistema, haja vista que conseguiram impor a sua moeda (lhes oferecendo o poder de

¹⁷²Com o propósito de evitar o ressurgimento de guerras monetárias, os países tinham que obter a aprovação do FMI para mudar os valores de suas moedas. Na eventualidade de um “desequilíbrio fundamental” no balanço de pagamentos de uma nação – terminologia do FMI para déficits ou superávits crônicos – os governos poderiam variar os valores relativos de suas moedas (MOFFIT, 1984, p. 21).

¹⁷³Após a Segunda Guerra Mundial os mercados de capital internacionais se acalmaram. A lembrança da crise internacional da dívida na década de 30 e o fato de não terem sido ainda solucionados os problemas de inadimplência envolvendo emissões de títulos de dívida externa desestimulavam os investidores a voltar seus olhos para o exterior. Aqueles que poderiam tê-lo feito foram contidos por controles sobre fluxos internacionais de capital (EICHENGREEN, 2002, p. 249).

¹⁷⁴Campos (2011) ressalta que os acordos firmados após a Segunda Guerra Mundial, também tinham como pano de fundo a necessidade de se evitar um alijamento da economia mundial com sanções pesada aos Estados derrotados como ocorrera no fim da Primeira Guerra Mundial. “As lições duramente apreendidas com as consequências do Tratado de Versalhes, serviram para que a divisão internacional da exploração, do capital, do poder, do trabalho, da técnica e do consumo não estrangulassem e inviabilizassem a reprodução do capital nos países derrotados na Segunda Guerra Mundial” (Ibid, p. 291).

¹⁷⁵Sob o regime Bretton Woods, havia algo como uma autoridade global, baseada nas disposições cooperativas estabelecidas na década de 1940: o ouro funcionava como uma âncora monetária supranacional, o FMI e os bancos centrais procuravam administrar os fluxos monetários e financeiros. Naturalmente, os Estados Unidos eram, de forma esmagadora, o participante mais influente nesse sistema do FMI. Mas também estavam reprimidos pelas normas supranacionais do sistema (GOWAN, 2003, p. 60).

seigniorage, ou seja, de impressão exclusiva da moeda de reserva mundial) como a *Gold Standard Change*, demandada nos quatros cantos do mundo, estabeleceram instituições “multilaterais”¹⁷⁶ (FMI, BM e Organização das Nações Unidas), sob seu domínio, terminaram o segundo grande conflito bélico do século XX sem maiores baixas e com elevada capacidade produtiva industrial, consolidando sua hegemonia político-econômica¹⁷⁷, esboçada inicialmente no segundo decênio deste mesmo século, com o declínio da Inglaterra¹⁷⁸.

O sistema estabeleceu um claro predomínio dos EUA, já que, por ser o dólar a moeda mundial de reserva, podia saldar seus déficits com sua própria moeda. Os outros países desenvolvidos (como a Alemanha e o Japão) engrossavam suas reservas em dólar, gerando emissões monetárias potencialmente inflacionárias (BEINSTEIN, 2011, p. 110).

O excedente produtivo e a liquidez norte-americana foram usados para a reconstrução dos países destruídos pela guerra na Europa, pois os Estados Unidos eram os únicos que dispunham de condições de fazê-lo. Não se tratava de filantropia diplomática, mas de um propósito bem arquitetado: os norte-americanos necessitavam reconstruir a economia capitalista mundial, como forma de evitar a ocorrência de uma nova crise de superprodução e, ao mesmo tempo, necessitavam – e não mediram esforços para fazê-lo – impor o controle sobre a disputa geopolítica que se inaugurava com a denominada Guerra Fria. Em decorrência disso, os investimentos através do Plano Marshall assumiram dimensões gigantescas¹⁷⁹ frente ao que se gastava as instituições “multilaterais” como FMI e BM.

¹⁷⁶ (MAGDOFF, 1972, p. 47; 48) concede relevância ao fato dos norte-americanos terem costurado um arranjo político-institucional que lhe era absolutamente favorável. “A constituição do sistema imperialista do pós-guerra processou-se por intermédio das organizações internacionais criadas próximo do fim da guerra: as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – em cada uma das quais os Estados Unidos conseguiram, por razões várias exercer o papel dirigente”.

¹⁷⁷ La motivación central de EUA fue situar al dólar como epicentro del sistema monetário internacional y, además, colocar al resto del mundo bajo el dominio de principios institucionalizados alrededor de sus intereses empresariales y de seguridad, incluyendo el control de áreas o países geoestratégicamente relevantes. El FMI y el BM fueron diseñados de forma tal que Washington pudiera dominar sus políticas e impulsar programas favorables a su aparato empresarial, por la vía de sus mecanismos de votación y los requisitos de membresía (SAXE-FERNANDEZ; DELGADO-RAMOS, 2004, p. 15; 16).

¹⁷⁸ Os Estados Unidos já eram a maior economia do planeta desde muito antes da II Grande Guerra, durante a qual prosperou, enquanto seus rivais se enfraqueciam enormemente. A economia de guerra coordenada pelo Estado conseguiu, ao final, superar a Grande Depressão. No fim da guerra, os Estados Unidos detinham a metade da riqueza do planeta e uma posição de poder sem precedentes na história. Os grandes arquitetos de políticas trataram, é claro, de usar esse poder para criar um sistema global que viesse ao encontro de seus interesses (CHOMSKY, 2006, p. 23).

¹⁷⁹ Os norte-americanos aproveitaram o domínio hegemônico alcançado no pós-guerra para fazer avançar suas corporações e tecnologias em direção à combalida economia europeia. Indubitavelmente, o Plano

Durante a curta existência do plano Marshall, os Estados Unidos enviaram mais recursos ao exterior do que o Banco Mundial e o FMI seriam capazes de enviar juntos. De meados de 1948 até 1952, o plano Marshall proveu mais de US\$ 12 bilhões em empréstimos e concessões à Europa e ao Japão. Em contraste, o FMI e o Banco Mundial, juntos, gastaram, no mesmo período, menos de US\$ 3 bilhões (MOFFIT, 1984, p. 26).

O torrencial de liquidez que possuía a economia norte-americana vai ser, sobretudo, dispensado para a recuperação econômica dos países europeus e do Japão, incrementando o consumo entre os trabalhadores destes países, sem, a princípio, diminuir a taxa de lucros das empresas capitalistas, haja vista que se elevaram os Investimentos Externos Diretos (IED's) através das multinacionais em direção aos países periféricos, logrando acesso barato a matérias-primas e/ou lucros extraordinários, face a superioridade da composição orgânica de capital. A expansão das multinacionais neste período, como disse Mandel (1990), contribuiu para a internacionalização do capital, ensejando o mercado mundial como a arena da socialização do trabalho e da mobilidade de capitais ávidos pelos lucros. Esse momento cristalizou-se como um maiúsculo processo de acumulação de capitais, cuja centralidade radicava na produção de mais-valor industrial dos países centrais, mas que estimulava, contraditoriamente, o desenvolvimento dos núcleos industriais nos países periféricos, (re)significando a divisão internacional do trabalho, sem desprovê-la das condições hierárquicas de dominação históricas. No caso em tela, a hegemonia político-econômica estava centrada num pequeno grupo de países, sob a direção incontestada dos Estados Unidos, sendo reservado a este último o papel de locomotiva industrial e magnânimo banqueiro.

A prosperidade do pós-guerra pôde se sustentar nos países centrais [...] graças ao aumento do emprego e dos salários reais, somados à intervenção financeira estatal, que manteve taxas reais de juros muito baixas. As empresas obtiveram lucros altos, apesar da alta salarial, porque dispunham de créditos baratos e de matérias-primas a baixo preço compradas das economias periféricas. Por outro lado, o sistema capitalista internacional encontrou nos Estados Unidos não só proteção militar, mas também seu grande comprador e provedor da moeda de troca universal, o dólar (BENSTEIN, 2011, p. 108).

A liquidez norte-americana, também galvanizou os empréstimos internacionais de origem pública (em razão das restrições para as transações das instituições

Marshall contribuiu para a materialização desse intento. “El Plan Marshall no sólo lleva a Europa a algunas de las más poderosas empresas norte-americanas, sino también sus métodos de producción y sus formas de organización, esto es, el llamado sistema fordista, con el que se confía en elevar la productividad y acelerar la reconstrucción (MONTEVERDE, 2002, p. 23).

financeiras)¹⁸⁰, especialmente para os países periféricos, potencializando as dívidas estatais destas nações. No entanto, ressalta-se que a solvência monetária dos Estados Unidos apresentava limites concretos. Os gastos norte-americanos para a reconstrução da Europa e do Japão no pós-guerra, por exemplo, suscitaram em um breve intervalo de tempo a concorrência internacional na produção de diversos artigos manufaturados, que geraram, a partir da década de 1960, um fenômeno desconhecido nos Estados Unidos, desde o fim do século XIX, o déficit na balança comercial. Não foram poucas as vezes em que a mais dinâmica economia industrial da época, apresentou uma balança comercial deficitária, sendo superada por alguns países – que anos antes haviam recebido imensas injeções do Plano Marshall – e, posteriormente, frente à totalidade de suas transações globais. A Tabela seguinte ilustra didaticamente as alterações no comportamento do comércio exterior norte-americano num intervalo de 10 anos.

TABELA 10

Balança Comercial dos Estados Unidos com Alemanha, Japão e o Mundo 1963-73

(expressados em bilhões de dólares)

	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Alemania	0,6	0,4	0,3	-0,1	-0,3	-1,0	-0,5	-1,6	-3,3	3,9	-6,3
Japón	0,3	0,2	-0,5	-0,8	-0,3	-1,2	-1,6	-1,4	-3,3	-3,9	-1,3
Mundo	5,2	6,8	4,9	3,8	3,8	0,6	0,6	2,6	-2,3	-6,4	0,9

Fonte: elaborado por Brenner (1998, p. 119) *apud* (PETRAS; VELTMAYER, 2007, p. 52).

Ademais do referido déficit comercial, o papel de provedor mundial de papel-moeda dos Estados Unidos já cobrava um incômodo ônus, com déficits igualmente expressivos em sua balança de pagamentos, desde meados da década de 1950, que, somados as suas ordinárias despesas militares, tornavam cada vez mais suspeita a possibilidade dos norte-americanos sustentarem de modo longo as regras de conversibilidade previstas em *Bretton Woods*.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Nova Iorque se tornara o principal mercado mundial de capitais. Empresas multinacionais americanas, organizações internacionais, empresas estrangeiras e

¹⁸⁰Nos anos de 1950 e 1960, a maioria dos fluxos de capitais que circulavam do Norte para o Sul tinha origem pública (MILLET; TOUSSAINT, p. 61).

governos empregavam recursos financeiros de Wall Street – esta era a essência do papel dos Estados Unidos como banqueiro do mundo. No entanto, isso também contribuiu para uma hemorragia de capitais que prejudicou o balanço de pagamentos americano (MOFFIT, 1984, p. 41; 42).

Albo (2006) também corrobora que os encargos assumidos pelos norte-americanos desde o pós-guerra, que contemplavam toda sorte de empréstimos e aventuras militares conduziram-nos a um desequilíbrio crucial na balança de pagamentos.

Em verdade, o conjunto de restrições que impunha o acordo de Bretton Woods incomodava, já fazia tempo, os financistas de Wall Street, haja vista que consistiam de um leque de normas que sufocavam o desenrolar das atividades financeiras.

Importante destacar que, mesmo comprimidas, face à vigência do mencionado acordo, as atividades do capital financeiro continuaram a existir. A City de Londres, antiga praça financeira mundial, operou durante as décadas de 1950, 1960, 1970 como um verdadeiro reduto para a acolhida de diversos capitais não-acumulados produtivamente. Ou seja, os dólares que não retornavam aos Estados Unidos ou não se incorporavam ao processo de produção de mais-valor, encontravam na City londrina um ancoradouro *offshore* para suas operações de cunho financeiro.

No que se referia à “repressão financeira”, tanto Wall Street quanto a City londrina estavam insatisfeitos com as restrições impostas pelas estruturas de Bretton Woods. Interesses financeiros na City londrina também conseguiram exercer influência política suficiente para estabelecer-se como um centro financeiro privado internacional protegido de regulamentação fiscal e adquiriu uma importância crescente na década de 1960 por meio dos chamados mercados de eurodólares e Eurobonds. E o crescimento dos bancos e empresas multinacionais de Londres e dos Estados Unidos operando com fundos sem regulamentação fiscal criou pressões especulativas crescentes contra o sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, de Bretton Woods na década de 1960 (GOWAN, 2003, p. 41; 42).

Os eurodólares (dólares que circulavam ao largo do território norte-americano)¹⁸¹, portanto, eram rebentos da City Londrina, e esta funcionava com a total aquiescência dos Estados Unidos. Por sinal, é preciso assinalar que a profusão de

¹⁸¹ Moffit (1984) credita o aparecimento dos eurodólares às transações comerciais de soviéticos e chineses. “O eurodólar, um dólar americano circulando fora dos Estados Unidos, foi criado logo depois da Segunda Grande Guerra. Curiosamente, ele nasceu como resultado de transações em dólar feitas na Europa Ocidental pela União Soviética e China. Como quase todo mundo, os russos conduziram suas transações internacionais em dólares. Eles queriam que seus dólares circulassem sem risco de confisco pelo Governo americano, portanto, investiram em bancos em Londres e Paris, e não em Nova Iorque” (Ibid, p. 46).

dólares em circulação no mundo era um eminente problema para o governo norte-americano, pois as reservas de ouro de Fort Knox já não eram suficientes para a líquida conversão. Em decorrência disso, desde a década de 1960 o governo norte-americano incentivava que os lucros auferidos pelas multinacionais no exterior, permanecessem na forma de eurodólares¹⁸² no “porto seguro extraterritorial” da City de Londres, protegido do controle das autoridades monetárias e contribuindo para a expansão das multinacionais, dos bancos e inversões no exterior.

O volume de dólares em circulação no mundo aumentava de forma considerável e as autoridades norte-americanas tentaram limitar os pedidos de conversão dos dólares em ouro (que era possível antes de 1971), para não esgotar as suas reservas. Optaram então por estimular os investimentos de empresas norte-americanas no estrangeiro, como forma de evitar o retorno dos dólares em excesso e a subida desenfreada da inflação. É por essa razão que nos anos 1960 os bancos ocidentais detinham dólares em abundância (os “eurodólares”) (MILLE; TOUSSAINT, 2006, p. 51).

Marques; Nakatani (2009) também avaliam que era absolutamente funcional para os Estados Unidos a complacência com os eurodólares, especialmente, após o registro das perdas na balança comercial e, além disso, o crescimento em volume dos mesmos constituíam a semente para a (des)regulamentação financeira mundial, que se sucederia na década de 1970.

Chesnais (1996) considera que a disseminação de eurodólares materializava dois fatores de suma importância para o devir da economia mundial: o primeiro, era o reaparecimento do capital monetário, constrangido desde as convenções do pós-guerra e; o segundo, refletia a decomposição da rentabilidade do capital industrial norte-americano, esprimido pela concorrência de outros países, que não lhe assegurava mais as condições para comprometer-se com Bretton Woods.

Pode-se afirmar que a prosperidade do pós-guerra, ou como costumou-se afirmar, os três decênios gloriosos do capitalismo entre as décadas de 1940 e 1970, encerravam seu ciclo pelos seguintes motivos: a economia industrial norte-americana estava sofrendo, mas a capacidade produtiva industrial havia se elevado grandiosamente, trazendo obstáculos para a continuidade do alcance de sua taxa de

¹⁸² Grandes empresas ajudaram a sua reconstituição, ao lado de bancos que aproveitaram para começar a se internacionalizar (CHESNAIS, 2005, p. 38).

lucros, como também de outros países¹⁸³, em outras palavras se cristalizava uma crise de superprodução do capital que afetaria sem ressalvas as principais economias do mundo¹⁸⁴.

A crise de superprodução do capital, a primeira desde o fim da Segunda Guerra Mundial, se aprofundou nos primeiros anos da década de 1970, imputando severas condições ao funcionamento do capital industrial; o déficit do balanço de pagamentos norte-americano se avolumava e, de modo indiscreto, a comunidade internacional já notava que a circulação de dólares não correspondia aos estoques mundiais de ouro. Países como Inglaterra e França haviam desvalorizado suas moedas em 1967 e 1969, respectivamente, como forma de conter a onda inflacionária que assolava suas economias.

Acumular reservas em dólares era algo atraente apenas na medida em que não houvesse dúvidas sobre sua conversibilidade em ouro. Mas, depois que os saldos em dólar no exterior cresceram muito em relação às reservas norte-americanas de ouro, a credibilidade desse compromisso poderia ser colocada em dúvida. Em 1960, pela primeira vez o passivo monetário dos Estados Unidos no exterior ultrapassou as reservas norte-americanas de ouro; e o passivo norte-americano junto a autoridades monetárias externas, em 1963. Se alguns credores estrangeiros procurassem converter suas reservas, as decisões destes poderiam produzir o mesmo efeito de uma fila de correntistas às portas de um banco. Outros entrariam na fila por temer que elas fossem fechadas. Os países entrariam numa corrida para sacar seus dólares antes que os Estados Unidos fossem obrigados a desvalorizar sua moeda (EICHENGREEN, 2012, p. 159; 160).

A respeito da inflação, aliás, ela contribuiu para a corrosão da possibilidade de permanência de Bretton Woods, pois os países centrais padeciam de um aumento de preços de variados bens de consumo, sem precedentes desde o pós-guerra, socavando ainda mais a confiança na credibilidade no lastro da moeda. É ilustrativo o excerto de KURZ (2004):

¹⁸³ O esgotamento do período chamado de trinta anos dourados manifestou-se claramente quando a taxa de lucro passou a decrescer, isso foi observado primeiramente nos Estados Unidos, ao final dos anos 1960, e, na Europa, a partir de meados dos anos 1970 (MARQUES; NAKATANI, 2009, p. 53).

¹⁸⁴ A economia global foi forçada a carregar o peso daquele declínio. Depois de décadas impetuosas de crescimento sustentado e produtividade crescente durante a longa expansão, a economia norte-americana entrou num grande período de estagnação e lucratividade decrescente, uma crise caracteristicamente – e unicamente – capitalista de excesso de capacidade e superprodução, inclusive porque seus antigos adversários militares, o Japão e a Alemanha, se tornaram competidores econômicos extremamente eficazes. O problema agora era descobrir como deslocar a crise no tempo e no espaço (WOOD, 2014, p. 102).

Nos anos 70, foi a inflação que cavou o túmulo do Keynesianismo. Como se sabe, a inflação significa um aumento geral dos preços, que remonta a uma depreciação da moeda e não a um acréscimo da demanda real. Nos Estados Unidos, por exemplo, os bens de consumo encareceram 45% de 1970 a 1974. E a Grã-Bretanha, em agosto de 1975, encontrava-se à beira da hiperinflação: num único ano, os preços haviam subido 27% (Ibid, p. 193).

Nesse contexto, se encontrava naufragado o Acordo de Bretton Woods, bem como, deslegitimado o arcabouço teórico de matriz keynesiana que o sustentou ao largo de décadas. Os norte-americanos, através do então presidente Nixon, assinalaram definitivamente e de forma “unilateral”¹⁸⁵ o encerramento dos preceitos do padrão ouro-dólar, no ano de 1973¹⁸⁶, quando deixaram flutuar livremente sua moeda.

O processo de equiparação e a valorização do dólar resultante significavam que o dólar americano eventualmente tornou-se insustentável como moeda lastro única, e, com isso, terminaria o sistema de Bretton Woods (ALBO, 2006, p. 138).

Estava sepultado o padrão relativamente estável de relação cambial e comercial de Bretton Woods, mas, inaugurava-se uma nova dinâmica de acumulação de capital, que reestabeleceria, num patamar jamais visto, o poder (re)ordenador do capital financeiro, ou seja a liberação sem maiores entraves do mercado de capitais.

A queda do sistema de Bretton Woods, que garantiu entre 1947 e 1971 a estabilidade monetária internacional, levou a uma reviravolta econômica maior: enquanto antes de 1971 o investimento nacional podia se basear na estabilidade dos valores das diversas moedas em relação umas às outras, de um dia para outro todos esses valores tornaram-se aleatórios e passaram a flutuar segundo o desejo dos operadores, que se aproveitam da liberalização dos capitais (TOUSSAINT, 2002, p. 97).

Dentre as alterações decorridas em razão da dissolução de Bretton Woods estavam:

- a) O fim do regime de câmbios estáveis. A partir da década de 1970 vários países passam a adotar o regime de câmbios flutuantes, ajustável às distintas políticas monetárias de acordo com suas conveniências, pois como afirmou

¹⁸⁵ Esse ato unilateral (que contou, é certo, com a colaboração das demais potências) levou a uma enorme expansão dos fluxos de capitais não-regulados (CHOMSKY, 2006, p. 26).

¹⁸⁶ O governo Nixon estava determinado a romper uma série de disposições institucionalizadas, que limitavam o domínio dos Estados Unidos na política monetária internacional, de modo a estabelecer um novo regime que lhe daria um poder monocrata sobre os negócios monetários internacionais (GOWAN, 2003, p. 45).

Mandel (1990) são menos vulneráveis às austeridades internas. Sem dúvidas, trata-se de um divisor de águas, haja vista que se retomava o mercado de câmbio, uma atividade altamente lucrativa e volátil¹⁸⁷;

- b) O fim da necessidade de possuir reservas em ouro como lastro correspondente à moeda. Desde então, os Bancos Centrais passaram a concentrar além do ouro, outras moedas, especialmente o dólar, como reserva cambial. Ademais como sublinhou Albo (2006) o fim do sistema de Bretton Woods assinalava a substituição do lastro ouro, por um sistema absolutamente calcado no crédito, ou seja, sem a mínima segurança;
- c) A (des)regulamentação financeira, que finalmente permitiu e galvanizou a movimentação de operações de capital, especialmente aquelas dedicadas à especulação. A dimensão fictícia do capital financeiro “cativa” do pensamento keynesiano por três décadas emergia à centralidade das transações comerciais internacionais;
- d) O aparecimento da economia do endividamento, como assinalou Chesnais (1996). Durante Bretton Woods havia toda uma compressão para o equilíbrio fiscal e monetário do país, de modo que os gastos orçamentários e a inflação não comprometessem a “credibilidade” econômica da nação perante as instituições “multilaterais” e perante a comunidade internacional. A partir dos anos de 1970, o endividamento interno/externo das contas do país em relação ao PIB, passou a ser a tônica predominante, especialmente, por meio da securitização das dívidas estatais¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Com a ab-rogação do acordo de Bretton Woods e a instauração do (não-) regime de câmbios flutuantes, o mercado de câmbio assumiu uma importância muito grande, tornando-se um trampolim a mais para o processo de liberalização financeira dos anos 1979-1980. Elo essencial da finança, o mercado de câmbio é o maior dos mercados financeiros. Londres transformou-se rapidamente em um dos centros mais importantes do mercado de câmbio, ocupando o primeiro lugar (32%), na frente dos Estados Unidos ou do Japão. O mercado de câmbio é altamente especulativo. Os capitais podem, a qualquer momento, se dirigir para esta ou aquela moeda, e seus detentores não são pressionados, como os bancos centrais, a defender as moedas nacionais, nem mesmo o dólar em sua função de moeda internacional. Sua extrema mobilidade e sua tendência a se deslocar de um lugar para outro ocorrem em razão das variações das taxas de juros e das taxas de câmbio. São os meios privilegiados da especulação (JEFFERS, 2005, p. 157).

¹⁸⁸ A esse respeito, Beinstein (2011) explica que o esfriamento da economia mundial que se observou nos fins da década de 1960 e início da década de 1970, suscitou um montante elevado de capital monetário que sem perspectiva de retornar a produção de mais-valor incrementou e impulsionou as dívidas estatais através da compra de títulos públicos.

É curioso observar que diante de tantas alterações e da perda da credibilidade no dólar e na política monetária norte-americana, os Estados Unidos, possivelmente, carregariam um saldo negativo de grandes proporções, a exemplo da perda da hegemonia político-econômica que exercia de modo incontestado há pelo menos 30 anos. Entretanto, os norte-americanos privilegiaram-se da dissolução de Bretton Woods¹⁸⁹ e foram protagonistas decisivos em seu desaparecimento. Acrescente-se a isso, que o processo de internacionalização do capitalismo, em curso desde o último quartel do século XIX, não foi prejudicado (como outrora se verificou diante da “ressaca” da crise de 1929), senão, potencializado, inaugurando um período de significativa interpenetração de capitais e interdependência financeira entre as nações. Com muita perspicácia, explicam PANITCH; GINDIN (2006):

Até o início dos anos setenta já se anunciavam sérios temores de um retorno ao colapso e fragmentação econômica internacional do período do entre-guerras na medida, em que a economia norte-americana passava de credora a devedora, o dólar deixava de ser uma moeda escassa e abundava, e o padrão ouro-dólar no qual se enquadrava Bretton Woods começava a cambalear. Contudo, apesar de novas tensões entre os EUA, Europa e Japão, o passado não se repetiu. Pelo contrário, o domínio estadunidense, que nunca foi seriamente desafiado, pode se reorganizar sobre novas bases e o processo de integração internacional não retrocedeu, mas sim se intensificou. Esta reconstrução da ordem global, da mesma forma que nos desenvolvimentos anteriores do capitalismo global, não era inevitável. O que a tornou possível – ou seja, o que deu ao estado norte-americano o tempo e o espaço político para renovar suas ambições globais – foi que para o momento da crise dos anos setenta, a penetração ideológica e material dos EUA e sua integração com a Europa e o Japão eram suficientemente fortes para descartar qualquer isolamento da economia internacional ou qualquer desafio sério à liderança do estado norte-americano (Ibid, p. 41; 42).

Acerca da importância da dissolução de Bretton Woods para os Estados Unidos, Gowan (2003) também está de acordo que o capitalismo norte-americano, a despeito das expectativas presentes à época, preconizadoras de um possível enfraquecimento, que, por conseguinte, redundaria num “não-sistema” monetário internacional, converteu-se ainda mais poderoso e sufocante.

Pode-se elencar alguns motivos para a notabilidade que assumiu este momento para os Estados Unidos: o primeiro motivo a sublinhar é que se livraram das pressões de cunho internacional que cotidianamente tentavam embargar suas aspirações

¹⁸⁹ Em 1960 havia 124 sucursais bancárias norte-americanas no exterior, mas em 1975 já existiam 900 (DANTAS, 2012, p. 89).

inflacionárias; o segundo motivo é que sem as restrições do câmbio fixo, do lastro ouro, gozaram da desvalorização do dólar e, assim, puderam fazer frente à concorrência do comércio internacional¹⁹⁰; o terceiro motivo é que através da (des)regulamentação financeira os capitais “ociosos” podiam valorizar-se sem restrições legais de modo meramente especulativo ou fictícios, dirimindo ainda que minimamente a crise de superprodução do capital enfrentada nos albores da década de 1970; o quarto motivo é que usaram de sua pujança política e econômica para provocar um aumento súbito no preço do barril de petróleo ofertados pela OPEP¹⁹¹, prejudicando deliberadamente às economias de Alemanha e Japão, altamente dependentes do referido combustível fóssil; um quarto motivo é o aproveitamento da reciclagem de petrodólares em bancos situados nos Estados Unidos e na City de Londres para a concessão de empréstimos aos países periféricos. Sobre este último motivo é importante ressaltar como ela se processou de forma altamente vantajosa para as corporações financeiras dos países centrais e estupidamente penosa para os países periféricos: o contingente de petrodólares, aparentemente ociosos foram largamente utilizados para os empréstimos internacionais a juros flutuantes desde 1972 às nações periféricas de América Latina (parte delas, já sob ditaduras militares) e África.

Para os norte-americanos, então, processou-se algo indescritível, pois, ao tempo em que articularam para a disparada do preço do barril de petróleo, imputando dificuldades para seus concorrentes, aproveitaram bem os abundantes petrodólares para recrudescer a conhecida relação hierárquica entre as economias estatais, através da oferta de capital de empréstimo¹⁹². A situação se agravou ainda mais, quando o então

¹⁹⁰ Os Estados Unidos enfrentavam uma ácida concorrência comercial contra Alemanha e Japão. “Os fabricantes alemães e japoneses, em especial, só foram capazes de alcançar as extraordinárias taxas de crescimento nas exportações que desenvolveram suas economias em virtude de sua capacidade de arrancar das mãos dos produtores dos Estados Unidos e do Reino Unido frações cada vez maiores dos mercados de exportação mundial, bem como de penetrar no enorme mercado americano” (BRENNER, 2003, p. 53).

¹⁹¹ Compartilhamos da compreensão de que o aumento repentino do preço do barril de petróleo no começo da década de 1970 contou com o planejamento das autoridades monetárias norte-americanas e de seu peso geopolítico para persuadir a OPEP. (GOWAN, 2003, p. 48) também preconiza esta mesma perspectiva: “O governo Nixon estava planejando fazer com que a OPEP aumentasse bastante o preço do petróleo durante dois anos inteiros, e logo no início de 1972 o governo Nixon pretendia que os bancos privados americanos reciclassem os petrodólares quando a OPEP finalmente aceitou o conselho dos Estados Unidos e aumentou o preço do petróleo. O governo Nixon compreendeu qual seria o caminho pelo qual poderia usar os mercados financeiros privados em expansão como um multiplicador político do impacto das alterações do dólar feitas pelo Tesouro americano.” Nesse sentido, também coadunamos com a análise de Mandel (1990) de que a crise de superprodução do capital dos anos 1970 é anterior ao encarecimento do preço do barril de petróleo após a Guerra de Yom Kippur.

¹⁹² O poder norteamericano era tão avassalador, apesar de aparentemente enfraquecido, que durante a Revolução Iraniana de 1979, que transformou o sistema de governo deste país de uma monarquia autocrática para uma república teocrática, o governo dos Estados Unidos reprimiram este acontecimento

Secretário do Tesouro Americano, Paul Vocker, determinou a elevação da taxa oficial de juros de seu país, entre os anos de 1979 e 1981, buscando controlar a inflação (em alta com os gastos militares, especialmente, após a derrota para o Vietnã) e atrair os capitais em direção aos Estados Unidos. Como consequência, vários governos de nações periféricas foram obrigados a renegociar suas dívidas, inclusive, incorporando como suas parcelas expressivas das dívidas externas privadas, e outros mergulharam numa crise estrondosa como a do México, em 1982¹⁹³.

A maioria dos empréstimos realizados para a América Latina foi estabelecida com base em taxas de juros flutuantes e, assim, quando os Estados Unidos resolveram aumentar sua taxa básica de juros, em 1979, triplicando seu valor, a dívida externa passou a constituir um problema de dimensões antes não pensadas, levando à paralisia ou mesmo à queda do produto interno bruto (PIB) dos países devedores, o que foi chamado de “década perdida”. Nesse momento, os governos converteram as dívidas externas privadas em dívidas públicas, aumentando ainda mais a responsabilidade do Estado. No momento da renegociação das dívidas, o que ocorreu em momentos diferentes em cada país da América Latina, essas foram securitizadas, ou seja, as dívidas contratuais foram transformadas em títulos comercializáveis nos mercados financeiros internacionais (MARQUES; NAKATANI, 2009, p. 36; 37).

confiscando os petrodólares iranianos depositados em instituições financeiras norte-americanas. Sobre o referido episódio declara (MOFFIT, 1984, p. 179) “[...] tal confisco de ativos não tinha precedentes na história do euromercado. O confisco rapidamente revelou que a chamada natureza “apolítica” do euromercado era uma grande ilusão e alertou os responsáveis pelas finanças da OPEP para o fato de que se os Estados Unidos assim o decretassem, suas montanhas de petrodólares não valiam o papel em que estavam impressas”.

¹⁹³ O México foi o primeiro país a anunciar a sua incapacidade de reembolsar a dívida, em agosto de 1982. Seguiram-se outros países muito endividados, em especial a Argentina e o Brasil. A crise da dívida generalizou-se atingindo os países do Sul uns após os outros. Nem os países do Leste Europeu foram poupados, em especial a Polônia e, um pouco mais tarde, a Iugoslávia e a Romênia. Essa crise da dívida caiu como um raio no mundo político e econômico. As instituições internacionais, supostamente responsáveis pela regulação do sistema e pela prevenção de crises, foram apanhadas totalmente desprevenidas (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 63).

TABELA 11**Serviço da dívida 1976/1983 nas três principais economias da América****Latina**

(bilhões, em dólares constantes*)

Ano	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
País								
Argentina	-3536.1	-3793.3	-6306.1	-3943.4	-6681.0	-7835.5	-6660.5	-8906.7
Brasil	-9361.5	-11779.5	-16021.1	-19772.7	-23573.8	-25979.5	-26249.6	-17413.4
México	-7317.7	-9682.3	-14134.5	-20263.3	-17504.3	-20837.4	-21421.0	-19398.0

* Dados até 1982 em milhões de SDRs, a partir de 1983 em dólares

Fonte: Global Development Finance, World Bank, 1999 *apud* (SAXE-FERNANDEZ [et al], 2001, p. 154; 155). Adaptado por mim.

Chesnais (2003), que chama a este período de “ditadura dos credores”¹⁹⁴, analisa que o mesmo selou o retorno do capital financeiro ao cenário principal das atividades capitalistas. Dumenil; Levy (2003) convergem com a mesma perspectiva, afirmando que a recuperação da hegemonia das finanças foi um processo lento, mas, seguramente alicerçado nas alterações que se processaram em virtude da dissolução de Bretton Woods, especialmente no que se refere ao mercado de títulos das dívidas dos países periféricos.

Nesse sentido, pode-se assinalar que se depreende, a partir da década de 1970, alterações descomunais nas políticas monetárias nacionais – segundo Chossudovsky (1999) esta foi privatizada pelos credores privados – e entre os países, que configuram um cenário distinto (porém, não-antitético) no modo de produção capitalista. Efetivamente, o capital financeiro (re)assumia a dianteira da economia mundial, (re)ordenando as relações geopolíticas, sem desfazer-se de sua essência desigual e combinada. Trata-se de um capital financeiro distinto daquele analisado por Marx, Hilferding, Lenin e Bukharin, que assumirá não somente dimensões gigantescas, mas mecanismos de atuação, definitivamente, mais especulativos e parasitários.

Embora os fenômenos em curso assemelhem-se às expansões financeiras que já ocorreram na história do capitalismo, apegar-se à abordagem de que se trata de uma mera repetição do “velho” capital financeiro, é algo teoricamente incorreto já que o passado não determina em termos absolutos nem o presente, nem o futuro. Ele não

¹⁹⁴ Chesnais (2003) afirma que em poucos meses, entre os anos de 1979 e 1980, os juros oficiais sobre os Bônus do Tesouro Americano saltaram de 2-3% para 10-12%.

se restringe, por exemplo, às definições clássicas, com o que se deve, a partir delas, aprofundar a análise de como corporações, bancos, empresas financeiras e até mesmo, indiretamente, os bancos centrais, ao monetizarem a riqueza fictícia, “atualizam” o conceito de capital financeiro, suas práticas e seus impactos na economia (BRAGA, 2000, p. 271).

Quando usamos o termo “distinto”, não queremos afirmar que o capital financeiro é antagônico àquele analisado por Marx e pelos críticos marxistas do imperialismo. Pelo contrário, como já dito nessa investigação, Marx desnudou as bases fundamentais do deslocamento intrínseco entre o capital produtivo e o capital portador de juros. E, sem dúvida, essa descoberta analítica de Marx serviu para o entendimento da emergência do imperialismo como fase capitalista sucedânea ao período concorrencial, sob o qual repousaria os ditames do capital financeiro. A diferença é que o capital financeiro, ademais de punctionador de lucros, tornou-se ele mesmo o próprio lucro, de apêndice ou suporte à produção industrial conquistou a hegemonia avassaladora, a ponto de ser considerada uma economia hegemonicamente bursátil¹⁹⁵.

Quando no final do século XIX irrompeu o capital financeiro como pólo dominante do capitalismo, ele teve de coexistir com um discurso produtivista, industrial, que legitimava a cultura ocidental. Assim ocorreu até a década de 1970, mas a partir daí a avalanche financeira sepultou por completo as estruturas de produção material e impulsionou a terceirização nas economias ricas. Foi nos Estados Unidos que este processo mais avançou. Tratou-se de um desenvolvimento colossal do parasitismo, com seus capítulos especulativo, mafioso, consumista etc., que acompanhou uma ruptura cultural decisiva. No imaginário burguês, o engenheiro industrial foi substituído pelo gerente financeiro e seus golpes baixos, seu imediatismo. O mundo dos produtos tangíveis perdeu peso diante da “economia virtual” (BEINSTEIN, 2011, p. 267).

Em outras palavras, o capital financeiro, no último quartel do século XX, reassumia os ditames do funcionamento da economia capitalista mundial, sob sua face mais fictícia, facilitado por alterações nos mecanismos institucionais de controle sobre os fluxos internacionais de capitais. Importante esclarecer, no que diz respeito a esse protagonismo que voltava a possuir o capital financeiro, que ele não se originou do acaso, da ganância dos players ou de uma mera política governamental – muito embora,

¹⁹⁵ No que se refere às diferenças em relação à época de Marx, Brunhoff (2010) elenca a alteração substancial no funcionamento da moeda. Enquanto que no período de Marx ela ainda pressupunha a relação valor-trabalho, desde a (des)regulamentação financeira suscitada nos albores da década de 1970, a moeda vem se transformou em elemento fiduciário. Chesnais (2010) também aponta que há notáveis diferenças em relação ao período estudado por Marx. Segundo Chesnais, naquele momento as finanças se localizam em uma situação inicial de expansão e não possuía uma vasta escala de processos surgidos no decorrer de um século.

esta tenha inegavelmente contribuído para precipitar o seu retorno e diluir os grilhões que o controlavam, vide as alterações na política monetária e fiscal de Estados Unidos e Inglaterra desde os anos 1960 – senão do próprio movimento imanente ao capital.

Isto significa que o desenvolvimento das finanças capitalistas, tanto em seu conteúdo conceitual, como em sua estrutura institucional é impulsionado do seu interior, e não apenas pelos seus operadores financeiros, pela lógica expansiva do valor e pela natureza valorativa do capital a tal ponto de esta lógica e esta natureza forçarem uma valorização fictícia, para além do que permite o processo real de valorização (CORAZZA, 2000, p. 2).

Frisar isso é fundamental para que nos afastemos de qualquer perspectiva regulacionista, mantendo-nos circunscritos ao escopo investigativo cunhado por Marx no século XIX para decodificar as contradições do próprio desenvolvimento do capital. Rotta (2008) numa acurada explicação sobre o dinheiro como signo, compartilha que a transformação do dólar como moeda universal sem lastro não derivou de um capricho norte-americano, mas da elevação de um signo, o dólar, de aparência à existência necessária, por exigência da própria dinâmica (ir)racional do sistema.

A centralidade do capital financeiro, retomada paulatinamente, desde os anos de 1970, assinala um interregno da internacionalização do capitalismo – denominado por Chesnais (1996) de “mundialização do capital” – de grandes incursões dos capitalistas, buscando a imediata valorização do capital. A celeridade, a fugacidade e a rapacidade serão os predicados de um capital que busca, peremptoriamente, arrancar lucros imediatos, à revelia de qualquer desdobramento de cunho social ou humanitário. Sem dúvida o imperialismo, enquanto fase capitalista em que predominam o capital financeiro e o poder dos monopólios, será recrudescido e (res)significado na acumulação mundializada do capital.

Capítulo 7- A incontrolabilidade do capital – as formas visíveis e invisíveis da desigualdade substantiva e universal do capital em tempos de crises.

Como analisado no capítulo 6, o quadro atual do capitalismo é caracterizado pelo recrudescimento do imperialismo, não se trata mais de um imperialismo, enquanto fase em composição ou tendência. Há mais de um século estamos envolvidos em seu corpo amorfo. A diferença é que o imperialismo vigente ao tempo que preserva elementos essenciais de seu DNA primário, apresenta mutações em seu gene que o tornam ainda mais predatório.

O imperialismo contemporâneo, dada a crise estrutural do capital, aprofundou sua força expropriadora e predatória, expandido a exploração direta de mais-valor, sob um formato ainda mais aviltante – e sem desprezar a (re)atualização de formas não-capitalistas funcionais à (re)produção ampliada do capital – como resposta à sua incontrolabilidade imanente e consolidando a força hegemônica do capital financeiro – especialmente sua face mais especulativa, o capital fictício – que alimenta o endividamento dos Estados nacionais e o parasitismo da economia mundial. Esse é o quadro político-econômico que vigora desde o último quartel do século XX, onde a dinâmica espacial e escalar do capital busca transformar todo o planeta em seu território.

Podemos assinalar os contornos do imperialismo em curso no século XXI:

- a) Hegemonia do capital financeiro. O capital financeiro definitivamente tornou-se hegemônico, levando alguns autores, como Chesnais (1996), a corretamente assinalarem que vivemos num capitalismo assentado numa acumulação de dominância financeira. A hegemonia do capital financeiro e sua capacidade de ordenar a economia em escala mundial é inédita, bem como, a pujante presença de sua face mais ardilosa e rapace, o capital fictício. A presença notória deste último na agricultura tem sido responsável pelo recrudescimento das expropriações primárias e secundárias. A apropriação monopólica da terra, bem primordial para a reprodução da vida, e das atividades derivadas da mesma pelo capital, jamais foi tão aplacador, oferecendo riscos para continuidade da espécie humana.
- b) Uma nova partilha territorial. A conhecida relação centro-periferia assentada teoricamente numa disputa entre capitais nacionais sob o esteio de seus respectivos Estados irrompeu em um novo significado. O grau

internacionalização do capitalismo junto à mundialização financeira alçou a economia mundial a um patamar elevado de integração – que não anula a concorrência – onde se torna incongruente a manutenção da conhecida disputa entre distintos capitais nacionais. Assim, a partilha territorial das nações periféricas, descrita por Lenin como tendência da fase imperialista perdeu força no discurso e nas ações dos países tradicionalmente beligerantes. De imediata, a partilha tornou-se mediata, onde é mais funcional para as nações centrais do capitalismo aprofundarem uma divisão internacional do trabalho e da produção absolutamente funcionais à valorização do capital, sem necessitar “sujar as mãos”. Face a isso, a fase imperialista do capitalismo em voga é mais aviltante contra o trabalho, que qualquer período ou fase anterior. A crise estrutural em que se compromete o capitalismo há décadas – com ciclos estreitíssimos de crescimento – conduz a uma exploração extensiva e intensiva de mais-valor sem precedentes, onde a extração de mais-valia relativa e absoluta se entrecruzam nas operações das corporações multinacionais em escala mundial no propósito último de dar sentido à valorização do capital em âmbito produtivo, remunerando o capital portador de juros e o capital fictício¹⁹⁶.

7.1- Hegemonia do capital financeiro

Registramos que essa forma peculiar em que se valoriza o capital, encontrou as condições objetivas para seu crescimento e domínio da economia no último quartel do século passado. As desregulamentações fiscais e monetárias serviram de combustível para aprofundar a separação entre o capital produtivo e o capital-dinheiro. Este se desenvolveu de maneira *sui generis* nas últimas décadas, ultrapassando em volume o capital funcionante (aquele destinado à extração de mais-valor).

Desde finales de los años setenta, la acumulación real ha tenido un aumento mediocre y precario, pero el sector financiero ha crecido de manera extraordinaria en lo que respecta a empleo, utilidades y tamaño de las instituciones y los mercados; ha habido desregulación, cambio tecnológico e institucional, innovación y expansión mundial. El sector financiero está ahora presente en todos los aspectos de la sociedad de los países desarrollados, aunque también se ha expandido

¹⁹⁶ Analisaremos esta segunda dimensão “uma nova partilha territorial”, no capítulo 8.

ampliamente en el mundo en desarrollo (LAPAVITSAS, 2011, p. 51)¹⁹⁷.

O volume de operações financeiras em escala global atingiu cifras tão significativas desde a crise do capital na década de 1970, que mormente se fala de um financeirização da economia mundial. O corolário desta afirmação radica na indigesta realidade que aponta uma influência exacerbada da lógica financeira nas atividades econômicas das corporações e dos Estados¹⁹⁸. Para Nakatani (2002) houve uma maiúscula migração de capitais para a esfera financeira como forma de minorar a queda tendencial da taxa de lucro, conferindo a essa esfera o poder dominante da economia mundial.

Para Boron (2006) é essa a condição que confere ao imperialismo vigente condições distintas daquele analisado pelos signatários da II Internacional, pois o fenômeno da financeirização da economia mundial logrou extremos colossais e, como parte disso,

el capital financiero asume el puesto de comando del proceso de acumulación a escala global, en detrimento de las demás fracciones del capital (industrial, comercial, servicios, etc.), que deben subordinarse a sus estrategias, plazos y preferencias (Ibid, p. 481)¹⁹⁹.

As corporações multinacionais ou transnacionais estão cada vez mais imiscuídas no processo de valorização financeira do capital. Muitas delas não abandonaram a produção direta de mais-valor, sofrendo a pressão para alavancarem seus lucros de forma equivalente aos facilmente obtidos na esfera financeira. Por isso, elas recorrem corriqueiramente às diversas instituições financeiras para obterem financiamento, bem como partilharem da valorização fictícia de capitais.

¹⁹⁷ “Desde finais dos anos setenta, a acumulação real tem tido um aumento medíocre e precário, mas o setor financeiro tem crescido de maneira extraordinária no que se refere ao emprego, utilidades e tamanho das instituições e aos mercados; tem existido desregulação, mudança tecnológica e institucional, inovação e expansão mundial. O setor financeiro está agora presente em todos os aspectos da sociedade dos países desenvolvidos, ainda que também se tenha expandido amplamente no mundo em desenvolvimento” (LAPAVITSAS, 2011, p. 51, tradução nossa).

¹⁹⁸ Chegamos ao que é uma das principais características do processo de mundialização do capital: o domínio do capital financeiro como força autônoma perante o capital industrial. Instituições financeiras bancárias e não bancárias passaram a determinar investimentos e a forma de exploração dos assalariados. É uma alteração qualitativa observada em meio às relações entre os elementos diferenciados da totalidade capitalista. É a guinada do capital financeiro como principal fração do capital e que tende a imprimir a sua marca no capital industrial e no capital comercial, ou seja, no conjunto das operações do capitalismo contemporâneo (OPOSIÇÃO OPERÁRIA, 2006, p. 14).

¹⁹⁹ “o capital financeiro assume o posto de comando do processo de acumulação em escala global, em detrimento das demais frações do capital (industrial, comercial, serviços, etc.), que devem subordinar-se a suas estratégias, prazos e preferências” (Ibid, p. 481, tradução nossa).

[...] los monopolios se han implicado cada vez más en las finanzas, incluso al grado de mantener departamentos separados para las operaciones de crédito comercial y títulos financieros (LAPAVITSAS, 2011, p. 53)²⁰⁰.

Ferreira (2011) explica que as corporações empresarias flexibilizaram suas operações dedicando-se crescentemente à lógica especulativa por meio de reformulações internas de sua própria estrutura.

Faz-se mister ressaltar que a crise do capital da década de 1970, desde então, conduziu as corporações a deslocarem suas atenções primárias à valorização célere e especulativa de seus investimentos.

[...] en el sistema financiero internacional, aproximadamente el 95% de todas las transacciones se realiza en un período igual o inferior a siete días, en donde además existen posibilidades de obtener tasas de ganancia muy significativas en un muy corto plazo. Esto hace que los sectores no financieros del capital deban extremar sus estrategias para succionar excedentes en la mayor cantidad y en el menor tiempo posible, para compensar lo que de otro modo podrían obtener en el sistema financiero. Este, por ser mucho más volátil, implica mayores riesgos, pero ejerce una influencia muy grande sobre las estrategias de inversión en todos los demás sectores de la economía. El capital ha ido transformando los más diversos aspectos de la vida social en meras mercancías, expandiendo su influencia hasta cubrir todo el planeta más allá de los avatares del ciclo económico (BORON, 2012, p. 31).

Isso significa que na atual esquina da história, o processo de concentração e centralização do capital está mais definido e as grandes corporações não tergiversam em combinar a exploração direta de mais-valor, junto a graúdas somas de investimento em operações financeiras, visando à acumulação patrimonial.

Encontramos grupos cuja atividade industrial passa por grandes dificuldades e que, ao mesmo tempo, aumentaram sua rentabilidade financeira. Quando, em fevereiro de 1997, o presidente da Renault anunciou o fechamento de sua filial de Renault-Bélgica (produção acima de 100 mil veículos por ano), a cotação das ações do grupo imediatamente deu um salto de 11,7% na Bolsa de Paris. Este exemplo constitui uma ilustração chocante da contradição na qual evolui o capital no seu conjunto (TOUSSAINT, 2002, p. 88).

²⁰⁰ “[...] os monopolios tem se implicado cada vez mais nas finanças, inclusive ao grau de manter departamentos separados para as operações de crédito comercial e títulos financeiros” (LAPAVITAS, 2011, p. 53, tradução nossa).

Por isso, na atualidade, é um trabalho de Sísifo tentar uma meridiana delimitação entre os operadores do capital produtivo e os operadores do capital financeiro, haja vista que eles se cristalizam em generalizadas sociedades anônimas, atuando nos distintos pontos do processo de rotação do capital – ainda que a maior parte de suas operações se concentre na transformação “fantasmagórica” e ininterrupta de D-D’.

De ahí que la financiarización debe ser abordada concibiendo el sistema financiero como un conjunto estructurado conectado orgánicamente con la acumulación real. El reciente ascenso de las finanzas tiene orígenes sistémicos y sus consecuencias sociales son mucho más complejas que una situación en la que los rentistas exprimirían a los industriales. De igual modo, no hay razón para que los trabajadores apoyen a los industriales en contra de los financieros (PAPADATOS, 2011, p. 229)²⁰¹.

Os Estados também fazem a sua “oferenda” ao todo poderoso capital financeiro, sendo peça indispensável à engrenagem especulativa. “O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 83). Com o fim do padrão ouro-dólar e a adoção do cambio flutuante em boa parte das economias nacionais, os Estados passaram a atuar com destaque nas operações especulativas cambiais, uma vez que tornou-se comum a adoção de elevados contingentes de moedas reservas como parte do pacote para “acalmar os mercados” (leia-se, oferecer mais garantias aos *players*).

TABELA 12

Mercados de cambio; volumes diários globais (bilhões de dólares)

	1989	1992	1995	1998	2001	2004	2007
Transações spot	350	394	494	568	386	621	1.005
Outright forwards	240	58	97	128	130	208	362
Swaps de câmbio	—	324	546	734	656	944	1.714
Gaps estimados na informação	0	324	546	734	656	944	1.714
Volume Total	590	820	1.190	1.490	1.200	1.880	3.210

Fonte: (DUMENIL; LÉVY, 2014, p. 136).

Esse é um processo generalizado entre as nações capitalistas desde as últimas décadas do século passado, mas acomete, sobretudo, as nações periféricas em razão da

²⁰¹ “Daí que a financeirização deve ser abordada concebendo o sistema financeiro como um conjunto estruturado conectado organicamente com a acumulação real. O recente ascenso das finanças tem origens sistêmicas e suas consequências sociais são muito mais complexas que uma situação na qual os rentistas exprimiriam os industriais. De igual modo, não há razão para que os trabalhadores apoiem aos industriais contra os financeiros” (PAPADATOS, 2011, p. 229, tradução nossa).

debilidade estrutural de suas economias. O Brasil, por exemplo, para manter uma “proteção” frente às oscilações do dólar e a debilidade de sua balança comercial, detém a 7º colocação no ranking mundial de reservas de dólares. Em sua companhia estão outros países dos Bric’s como a China (1º colocação), a Rússia (4º colocação) e a Índia (10º colocação).

TABELA 13

Reserva de divisas: alguns países selecionados (bilhões de dólares)

	2000	2003	2006	2007
Asia Industrializada	320,7	669,7	1489,1	2108,4
China	168,9	409,2	1069,5	1531,4
India	38,4	99,5	171,3	256,8
Rusia	24,8	73,8	296,2	445,3
Brasil	31,5	49,1	85,6	180,1
México	35,5	59,0	76,3	86,6
Africa	54,0	90,2	221,3	282,7

Fonte: FMI, 2008^a. FMI [2008a], World Economic Outlook, FMI, Washington, abril.

Além disso, sob o argumento do controle da inflação, o Estado impõe taxas de juros exorbitantes atraindo capitais voláteis²⁰², especialmente direcionados a compra de títulos da dívida pública. Assim, o Estado é funcional ao sistema sociometabólico do capital e opera decisivamente para a criação de um ambiente favorável ao perdulário sistema financeiro.

[...] el Estado, además de privatizar las empresas estratégicas bajo su control, impulsó a los bancos centrales para que desempeñaran un papel estratégico en la acumulación masiva de reservas y el manejo de las tasas de interés. Las mencionadas transformaciones generaron las condiciones para poner a disposición del capital –como nunca– grandes masas de ahorro y expandir el crédito hasta sus límites (CAMACHO; NIETO, 2011, p. 303)²⁰³.

²⁰² [...] el banco central es utilizado para socializar pérdidas con el fin de proteger ganancias privadas. La independencia del banco central y el control de la inflación han permitido el surgimiento de varias burbujas, en parte por las tasas de inflación bajas, en un esfuerzo por preservar los intereses financieros del capital. El consiguiente desastre ha llevado a renovar la figura del prestamista de última instancia complementado con la nueva función de creador de mercado de última instancia (PAPADATOS, 2011, p. 233; 234).

²⁰³ “[...] o Estado, ademais de privatizar as empresas estratégicas sob seu controle, impulsionou os bancos centrais para que desempenhassem um papel estratégico na acumulação massiva de reservas e no manejo das taxas de juros. As mencionadas transformações geraram as condições para por a disposição do capital – como nunca – grandes massas de acúmulo e expandir o crédito até seus limites” (CAMACHO; NIETO, 2011, p. 303, tradução nossa).

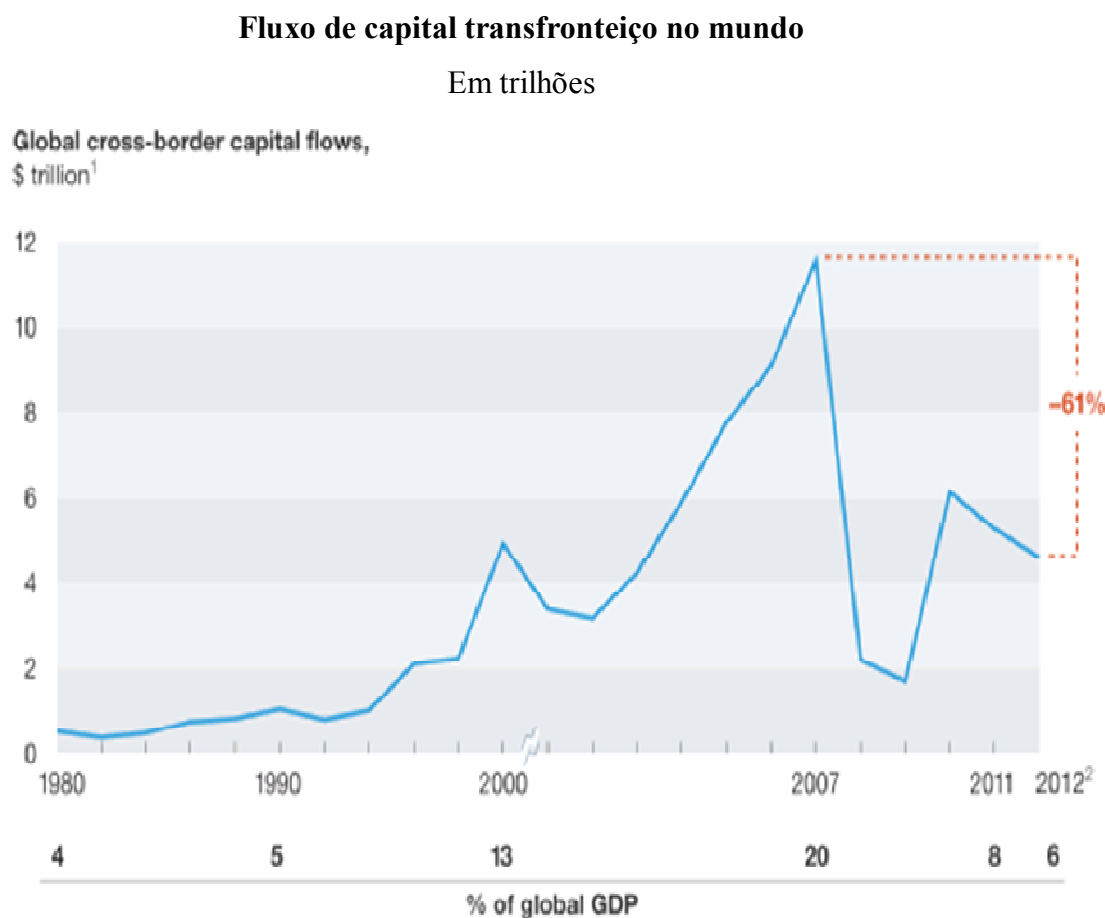
Compreende-se que o surgimento de variadas instituições financeiras ao longo das últimas décadas diversificaram as operações e as fontes de valorização fictícia do capital, como os fundos de pensão, os fundos de investimentos e as companhias de corretagem e seguros. Estas instituições forçaram os bancos a remodelar-se como forma de se manterem na concorrida economia de cassino, forjando uma pletora de capitais aptos a valorização fictícia sem precedentes.

[...] a la vez que la creciente liberalización financiera permitió que grandes corporaciones pudieran obtener préstamos casi sin restricciones en los mercados financieros abiertos, los bancos optaron por obtener ganancias mediante los préstamos a los particulares y la intermediación de las transacciones financieras. Dado que esos mercados crecieron, surgieron nuevas instituciones financieras que movilizaron dinero ocioso en la sociedad capitalista – fondos de pensiones, fondos de inversión, compañías de seguros, fondos de cobertura–,etc (PAPADATOS, 2011, p. 210; 211)²⁰⁴.

A pujante presença do capital financeiro na (re)ordenação da economia mundial pode ser notada em números. Segundo levantamento do McKinsey Global Institute publicado em 2013, o estoque mundial de ativos financeiros (incluindo títulos da dívida privada, dívida governamental, participação acionária e depósitos bancários) antes da eclosão da crise de 2008, quase quadruplicou de tamanho em relação ao PIB mundial, registrado a partir de 1980. Esse estoque sofreu uma ligeira queda em 2009, e se mantém em relativa estagnação (porém, com cifras, flagrantemente, superiores à década de 1990).

²⁰⁴ “[...] uma vez que a crescente liberalização financeira permitiu que grandes corporações pudessem obter empréstimos quase sem restrições nos mercados financeiros abertos, os bancos optaram por obter lucros mediante os empréstimos aos particulares e a intermediação das transações financeiras. Dado que esses mercados cresceram, surgiram novas instituições financeiras que mobilizaram dinheiro ocioso na sociedade capitalista – fundos de pensão, fundos de investimento, companhias de seguro, fundos de cobertura –, etc” (PAPADATOS, 2011, p. 210; 211, tradução nossa).

FIGURA 1



Fonte: Mckinsey Global Institute, 2013.

No tocante ao mercado cambial, Ricupero (2008) afirma que as reservas de moedas estrangeiras em poder dos bancos centrais cresceram de 910 bilhões de dólares em 1990 para o patamar superior a 5 trilhões no ano de 2006 (dois anos antes do estouro da crise). Ainda, segundo Ricupero (2008) a economia norte-americana é emblemática como exemplo do crescimento performático dessa riqueza fictícia: enquanto na década de 1980 o setor financeiro dos Estados Unidos abocanhava 10% dos lucros corporativos das empresas com sede no território ianque, em 2007, esse número havia alcançado 40% dos lucros. O mais curioso é que isso se materializou empregando apenas 5% da totalidade dos trabalhadores ativos.

Duménil; Levy (2014) explicam que os ativos estrangeiros de posse dos grandes bancos no ano de 1977 não passavam de 9%. Esse número foi miraculosamente majorado até o primeiro semestre de 2008, passando a cifra de 59%.

Há na atualidade, portanto, condições objetivas qualitativamente diferentes do início do século XX. As engenhosas tecnologias de comunicação e informação permitiram a criação de um verdadeiro sistema financeiro em escala global²⁰⁵, mais articulado, mas não menos desigual, que oferece a oportunidade de valorização fictícia e ininterrupta do capital.

A partir do processo desencadeado pelas multinacionais norte-americanas, as empresas européias e sobretudo japonesas, aprimoraram o sistema e formam hoje de forma integrada um sistema financeiro internacional e conseqüentemente um mercado internacional de capitais. A interligação/unificação das Bolsas de Valores de New York, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Milão etc., constituem um exemplo dessa realidade. Praticamente as vinte e quatro horas do dia, têm bolsas com pregão funcionando. Em função das diferenças de fusos horários, se tomarmos como exemplo o horário de Brasília, a primeira bolsa a abrir o pregão na Ásia, é a de Tóquio, às 20,30 horas, e vai funcionar até o equivalente a 3 horas da madrugada de Brasília. Depois vêm as bolsas de Cingapura, abertura às 22 horas e fechamento às 6 horas da manhã seguinte; Hong Kong abre às 22 horas e fecha às 4,45 horas da madrugada. Depois vem a abertura das bolsas européias, por exemplo, Londres abre às 5 horas da madrugada e fecha às 13,30 horas. São Paulo, por sua vez abre às 9,30 horas e fecha às 16,30 horas. New York abre às 11,30 horas e fecha às 18 horas. Ou seja, durante as 24 horas do dia, apenas duas horas e meia (entre 18 horas e 20,30 horas) não há bolsa com pregão aberto (OLIVEIRA, 2003, p.12).

A rapidez e a instantaneidade dos dados e informações servem como suporte à orgia especulativa que leva diariamente a movimentação de contingentes absurdos de capitais²⁰⁶, muitas vezes superiores ao PIB das principais economias do capitalismo. Existe uma gama de pesquisas científicas e investigadores dedicados a criar as condições materiais para a materialização e legitimidade das operações financeiras.

²⁰⁵ O sistema financeiro está envolto em um mistério que se origina da sua absoluta complexidade. Ele abrange o mundo intrincado do banco central, das instituições internacionais remotas (o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional), de todo um complexo de mercados financeiros interligados (bolsas de valores, mercados futuros de mercadorias, mercados hipotecários etc.), de agentes (corretores de valores, banqueiros, atacadistas etc.) e de instituições (fundos de pensão e seguros, bancos mercantis, associações de crédito, bancos de poupança etc.). E, acima de tudo, ele inclui uma série de bancos privados extremamente poderosos (HARVEY, 2013, p. 411).

²⁰⁶ A engenharia financeira acelerou este desenvolvimento. Fundos de pensão e de investimento, bancos e empresas encontraram na revolução da informática o atalho tecnológico que lhes permitiu criar produtos financeiros derivados, articular uma rede bursátil e cambial internacional operando 24 horas por dia e outras inovações que os meios de comunicação pintaram como os expoentes do novo capitalismo planetário triunfante. Estes negócios incluíram também famílias e pequenos poupadores que aderiram de forma direta ou indireta, principalmente nos EUA, à euforia das elites. Inflaram-se valores de ações e outros valores especulativos, aumentou a massa financeira global (BEINSTEIN, 2011, p. 143).

A gestão de carteiras de aplicação e de portfólios passaram a contar com sistemas e softwares de contabilização/processamento de dados financeiros. O gerenciamento de risco e o monitoramento de operações de *hedge*, arbitragem e especulação vieram a constituir práticas permanentes do mundo financeiro das empresas e bancos (CAFFÉ, 1999, p. 302).

A mobilidade de capitais não é a exceção. Em verdade, a tônica do processo de valorização fictícia dos capitais é a sua capacidade de movimentar-se em ciclos curtos e ao largo de qualquer controle monetário e fiscal, influenciando na manutenção ou ampliação da flexibilização das operações de cunho financeiro.

As regras internacionais que ordenam os movimentos de dinheiro e capital (através de fronteiras internacionais) contribuem para configurar os “campos de batalha financeiros”, nos quais os bancos e especuladores empreendem seus ataques mortais. Em sua busca de apropriação da riqueza econômica e financeira por todo o mundo, os bancos globais e as corporações multinacionais pugnaram ativamente pela total desregulamentação dos fluxos do capital internacional, incluindo o movimento de dinheiro quente (*hot money*) e “sujo” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 294; 295).

Como consequência disso, proliferaram-se nas últimas décadas os denominados paraísos fiscais – ou mundo extraterritorial, como nomeia Shaxson (2014) – que, ademais de pequenas ilhas paradisíacas envolve grandes economias financeirizadas, a exemplo de Estados Unidos e Inglaterra, servindo de abrigo para operações sigilosas e fraudulentas de diversos conglomerados.

El mundo extraterritorial nos rodea por todas partes. Más de la mitad del comercio internacional pasa, al menos en los papeles, por los paraísos fiscales. Más de la mitad de todos los activos bancarios y un tercio de las inversiones extranjeras directas que realizan las corporaciones multinacionales se canalizan a través del sistema extraterritorial (SHAXSON, 2014, p. 31).

Os *players* buscam os mercados de capitais mais lucrativos em períodos de forte aquecimento financeiro – geralmente radicados em países periféricos –, entretanto, não titubeiam em buscar os logradouros mais seguros ao primeiro sinal da crise, mesmo que o retorno destes esteja muito aquém da voracidade habitual dos *players*.

Los grandes especuladores se mueven hacia la toma de ganancias y transfieren sus recursos a inversiones más seguras, esperando nuevas oportunidades de negocios con grandes ganancias. Es lo que elegantemente llaman *vuelo hacia la calidad* y que expresa la búsqueda de ganancias menos riesgosas, retirándose de mercados vulnerables y refugiándose en el capitalismo desarrollado,

principalmente em EEUU , hasta que amaine el temporal y vuelva a ser rentable el negocio en nuestros empobrecidos países (GAMBINA, 2009, p. 38)²⁰⁷.

Daí a recorrente fuga de capitais que lastima irremediavelmente as nações periféricas em tempos de sobressaltos financeiros, a exemplo do que ocorreu com o Brasil em 1999, com a Argentina em 2001 e, recentemente, com a Rússia em 2014. Ressalta-se que a financeirização da economia mundial reatualiza as hierarquias econômicas entre as formações sociais, não obstante ser responsável por um processo cruzado de interesses, haja vista que a interpenetração de capitais de diversos matizes e origens agrupa desejos aparentemente antagônicos. O capital jamais teve pátria e no período de hegemonia das finanças em escala mundial, é corriqueiro que *players* radicados em nações periféricas especulem contra a própria moeda nacional ou se locupletem desavergonhadamente, majorando a dívida soberana de seus Estados. No atual contexto o que se clama é pela continuidade da valorização fictícia de capitais.

Como já alertado nesta investigação o capital financeiro não cria riqueza social. Seu lastro depende da dinâmica de extração de mais-valor e auferição da taxa de lucros do lócus produtivo. Entretanto, o dinheiro já liberto de suas funções primárias de equivalente geral e meio de circulação, atua como capital-dinheiro, ou seja, uma mercadoria como qualquer outra. Assim, assume a curiosa capacidade de valorizar-se a si mesmo e imprimir o ritmo da economia mundial.

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa “dinâmica” específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à “inflação do valor dos ativos”, ou seja, à formação de “capital fictício”. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este (CHESNAIS, 1996, p. 15).

²⁰⁷ “Os grande especuladores se movem em direção a apropriação de lucros e transferem seus recursos a investimentos mais seguros, esperando novas oportunidades de negócios com grandes lucros. É o que elegantemente chamam voo em direção a qualidade e que expressa a busca de lucros menos arriscados, se retirando de mercados vulneráveis e se refugiando no capitalismo desenvolvido, principalmente nos Estados Unidos, até que atenuar o temporal e volte a ser rentável o negocio em nossos empobrecidos países” (GAMBINA, 2009, p. 38, tradução nossa).

“Magicamente” ele consegue desvencilhar-se da necessidade de se envolver no trabalho demorado de exploração da força-de-trabalho, logrando o alcance célere de D-D’. O capital financeiro age duplicando a riqueza social e conferindo por meio de papéis, títulos ou demais meios a capacidade de autonomizar-se perante a produção de valor.

[...] a riqueza privada tornou-se crescentemente dissociada do capital produtivo na medida em que a determinação do seu valor passou a seguir um movimento relativamente independente da atividade industrial. Do ponto de vista do capitalista individual isso significou que uma parcela crescente dos seus haveres passou a subordinar-se as oscilações das Bolsas de Valores (PINTO, 1997, p. 16).

Por isso, é comum a valorização especulativa ocorrer mesmo quando não se verifica a progressão da produção e da extração do mais-valor, a exemplo, do que ocorreu recentemente com a proliferação de título imobiliários nos Estados Unidos na década de 2000, mesmo quando já não havia lastro comprovado. Trata-se da confirmação da previsão de Marx de que o capital financeiro tende a ganhar vida própria. Em outras palavras, uma dinâmica peculiar de valorização.

Aun cuando la acumulación real ha tenido resultados que no son ni buenos ni malos, la clase capitalista ha encontrado nuevas fuentes de ganancias en los mecanismos financieros modernizados (LAPAVITSAS, 2011, p. 51)²⁰⁸.

A lógica própria e irracional do capital financeiro o faz eminentemente parasitário na atualidade, haja vista que seus propósitos não coincidem com a produção real de valor.

Este processo é mistificado na medida em que se acredita que o processo de valorização do capital ocorre na esfera da circulação, onde o espírito empreendedor do capitalista seria capaz de transformar dinheiro em mais dinheiro (SILVA, 2014, p.30).

Os fluxos monetários em direção à valorização fictícia são sempre significativos, em detrimento da taxa de acumulação fixa de capital. Mesmo os fluxos de investimentos destinados à realização de pesquisas a serviço do capital, tão comentados como caudalosos e indispensáveis na contemporaneidade, tem amargado perdas diante

²⁰⁸ “Ainda quando a acumulação real tenha alcançado resultados que não são nem bons nem ruins, a classe capitalista tem encontrado novas fontes de lucros nos mecanismo financeiros modernizados” (LAPAVITSAS, 2011, p. 51, tradução nossa).

da ciranda especulativa que orienta a acumulação mundializada do capital. Conforme se pode observar na tabela seguinte, há um decréscimo nas pesquisas realizadas pelas corporações monopolistas no período em que se acentuam vertiginosamente a especulação financeira.

TABELA 14

Despesas das empresas em P&D
(taxa de crescimento médio anual a preços constantes)

País	1975-1981	1981-1985	1985-1989	1989-1991	1991-1994
Estados Unidos	4,5	8,6	1,3	- 0,8	0
Japão	8,2	11,2	7,4	6,6	- 3,02
Alemanha	6,1	5,2	3,8	-1,7	- 2,4
França	4,4	4,9	4,7	4,4	0,7
Itália	4,9	8,5	6,6	4,9	- 2,8
Reino Unido	4,1	1,9	4,8	- 5,4	0

Fonte: OCDE, base de dados sobre ciência e a tecnologia, DSTI, março de 1997 *apud* (AGLIETTA, 2004, p. 31).

Nesse sentido, o capital financeiro tem a capacidade de ordenar a economia em escala mundial na atualidade, ao tempo que se substancializa em atividades cada vez mais fictícias. Jamais na história do capitalismo a dimensão mais perdulária do capital financeiro exibiu tamanha pujança. É preciso observar que quando Marx quase profeticamente previu a autonomização dessa forma peculiar de valorização do capital, o capital industrial ainda era hegemônico. Por isso, o caráter fictício do capital financeiro era limitado e majoritariamente dominado pelas exigências de um dos seus polos, o capital portador de juros²⁰⁹.

²⁰⁹ No capital portador de juros já está aparente, para a sociedade, uma autonomia em relação ao processo de valorização, já que este parece surgir sem relação com o excedente produtivo pelo trabalho, na medida em que a apropriação dos juros ocorre sem a execução de trabalho. Porém, neste caso, o capital portador de juros está subordinado à lógica do capital industrial e fomenta, potencializando, a atividade geradora de empregos e produtora de bens, apesar de, como percebido em Marx, se apropriar de uma parcela do mais trabalho gerado na produção (CUNHA, 2011, p. 18).

Somente a expansão das relações sociais de produção capitalistas e a mercantilização da vida, permitiram o alcance da hegemonia global do capital financeiro. Mais que isso, permitiram que a atuação deliberada de seu pólo mais parasitário e irracional – o capital fictício – ocorresse com suporte institucional e com grande euforia.

[...] quanto mais se alarga o palco das operações financeiras, quanto mais se diversifica a variedade de aplicações, mais esse processo realimenta o frenesi especulativo, configurando uma verdadeira corrente da felicidade, em que os ganhos elevados e rápidos do capital fictício aceleram a sua própria retroalimentação (COSTA, 2007, p. 148).

A virulência do capital financeiro por meio do capital fictício, sem dúvidas, é tônica que chama mais atenção na contemporaneidade no âmago da acumulação patrimonial²¹⁰.

Neste movimento especulativo, o grande destaque contemporâneo tem sido o crescimento exponencial do montante de capital fictício e sua forma de “gerar” lucros (fictícios) (ANDRADE, 2010, p. 80).

O capital fictício origina-se do capital portador de juros (também chamado de capital monetário) – não obstante este também possua uma dimensão fictícia, pois duplica a riqueza social²¹¹ –, porém, diferencia-se do mesmo, porque não figura entre seus propósitos contribuir para a produção de mais-valor. Lupatini(2012), à luz dos escritos marxianos, também coaduna que o capital fictício deriva do capital portador de juros e afirma que essa é a chave para a compreensão do capital fictício.

Afirma-se que o capital fictício está plasmado nas operações mais furtivas e perdulárias que se pode imaginar. Sua volatilidade é ainda maior e, por isso, mais suscetível às tormentas.

À medida que o capital portador de juros, para continuar usando os termos marxistas, fornece as bases para a criação de títulos que podem vir a gerar novos direitos sobre pagamentos de juros, passa a existir o capital fictício (CUNHA, 2011, p. 11).

²¹⁰ Carcanholo; Nakatani (2001) chamam o capital fictício de capital especulativo parasitário no momento em que o primeiro passa a predominar em escala mundial.

²¹¹ O capital monetário é investido na apropriação futura. Por isso, desde o início, o capital monetário avançado tem de ser encarado como capital fictício porque ele não é apoiado pela garantia de nenhuma empresa. Além disso, a futura produção de valor excedente é incerta e varia segundo a situação da competição, o ritmo da mudança tecnológica, a taxa de exploração e a dinâmica geral da acumulação e da superacumulação (HARVEY, 2013, p. 354).

As duas formas de capital se inscrevem nos juros cobrados pelo valor de uso do dinheiro, mas, enquanto o capital portador de juros se relaciona diretamente com o processo produtivo, punccionando o mais-valor, o capital fictício é alheio à produção. Ele se substantiva na valorização do valor, mediada pela mera especulação.

A autonomia da circulação em relação à produção, já presente no capital a juros, se exponencia no caso do capital fictício. Neste, a relação com o processo produtivo se apresenta ainda mais remota que aquela do capital a juros, pelo fato de o dinheiro que representa o capital desdobrar-se sobre si mesmo, fruto que é, como apontado, da mera "capitalização" de rendimentos (GARLIPP, 2000, p. 17).

A respeito dessa singularidade do capital fictício frente ao capital portador de juros, Fontes (2010) explica que:

- a) A concentração de capital monetário favorece o aumento do capital fictício;
- b) Ambos, capital fictício e capital portador de juros, resultam da enorme concentração da propriedade sob a forma monetária, se configurando como se derivassem de D-D’;
- c) Embora cumpram papéis diferenciados, o capital sob a forma de dinheiro que necessita valorizar-se, pode transitar ligeiramente de uma situação para outra. Ou seja, o dinheiro concentrado pode operar como capital portador de juros em determinada situação e capital fictício em outra.

Importante registrar que o limite da voracidade do capital fictício não reside nos limites absolutos do mais-valor, oferecido pelo capital industrial²¹². Em verdade, enquanto se mantiver a “expectativa de valorização”, a especulação se encarrega de oferecer os lucros fictícios.

[...] o capital fictício, apesar de características distintas, nasce do capital a juros. Vejamos. Esta multiplicação da riqueza, e o crescimento do valor que surge a partir da negociação dos papéis, gera uma sensação de que para todo juro recebido existe, em contrapartida, um capital que lhe deu suporte. Nesta questão aparente está posta grande parte da controvérsia sobre a capacidade do capital fictício valorizar-se ou não sem que haja uma correspondente extração de mais-valia no âmbito da produção. O capital a juros, que financia o capital produtivo e o comercial, pressupõe a divisão do lucro total entre juros e lucro do empresário. Será que o mesmo ocorre com o

²¹² Na financeirização, o que se tem assistido é a uma valorização das ações que, sistematicamente, “corre à frente” dos ganhos operacionais, como que tornando “perene” o lucro fictício embutido na riqueza imobiliária (BRAGA, 2000, p. 286).

capital fictício? Afirmamos de antemão, ancorados em Marx, que esta categoria em nada contribui com o capital comercial nem para o aumento da produção (CUNHA, 2011, p. 18).

É importante registrar essa singularidade do capital fictício. Como ele está calcado na suposta possibilidade de alcance perene e longo de juros sobre a riqueza social, enquanto se mantiver a desatinada especulação todos os *players* ganham. Chesnais (2008) explica que o caráter fictício assegura aos detentores de títulos e ações em condições normais de fechamento de processos de valorização do capital, maiúsculos rendimentos e juros, e essa dinâmica se perpetua até envolver-se em uma nova crise.

O capital fictício está orientado a valorizações rápidas e arriscadas e seu compromisso é por transformar, à revelia da conjuntura econômica, D-D'. Não lhe estimula envolver-se em atividades que demandem tempo e que sejam “pouco” rentáveis²¹³. Trata-se de um processo em que a imposição dos juros multiplica a riqueza social como se existisse um capital com lastro indefinido.

Se está por tanto ante la forma más fetichizada del capital mediante la cual la relación social adquiere su manifestación acabada y el capital se presenta como la relación de una cosa consigo misma (ROMO, 2013, p. 161)²¹⁴.

Em resumo, mantem-se indefinidamente a espiral de valorização fictícia, enquanto não há problemas na dinâmica da exploração do valor e no ambiente do sistema financeiro que cause pânico e desconfiança entre os *players* e desvalorize torrencialmente parte dos títulos em voga. Isso demonstra que não obstante o capital fictício tenha vida própria ele não é absolutamente imune ao que se passa nas condições objetivas gerais do capitalismo.

Pode-se afirmar, portanto, que a realização do rendimento do capital fictício não repousa, diretamente, no processo de produção, mas em um direito de participação no excedente gerado, direito que pode estar regulado jurídica ou aleatoriamente, e que o valor do capital pode flutuar intensamente segundo as características do mercado de valores,

²¹³ Como lucro é o objetivo e o fim do capital, aquele dinheiro fantástico não pode obter seu lucro do trabalho humano. Por mais elevada que seja a taxa de exploração, o dinheiro especulativo só poderá retirar da especulação sua lucratividade fictícia. O desprezo pelo trabalhador, seu sucateamento sistêmico, decorre, em parte, do fato de que ele se tornou incapaz, “incompetente” para fornecer lucro para a totalidade do capital, na qual predomina o especulativo, o capital volátil, o capital-dinheiro irreal, fictício (CAMPOS, 2011, p. 320).

²¹⁴ “Encontra-se portanto ante a forma mais fetichizada do capital mediante a qual a relação social adquire sua manifestação acabada e o capital apresenta como a relação de uma coisa consigo mesma” (ROMO, 2013, p. 161, tradução nossa).

a 'confiança' do público, a situação econômica das empresas e a sua própria política de distribuição de lucros (GARLIPP, 2000, p. 17; 18).

O capital fictício hoje opera em diversos lócus como a especulação cambial, os títulos públicos, os derivativos do mercado de futuros, etc. Há uma profusão de meios fictícios de valorização do capital que inundam o mercado financeiro, ávidos pelo alcance e permanente ampliação de lucros. Nas últimas décadas, com o domínio do capital financeiro na agricultura, o capital fictício tem se apresentado com notoriedade.

7.1.1- O processo de financeirização na agricultura

O capital está no campo há séculos e a subordinação da agricultura a sua ordem reprodutiva foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a mercantilização das atividades produtivas no campo, permitiram a expansão das relações mediadas pela exploração do mais-valor, bem como a liberação de significativos contingentes de trabalhadores para o desempenho laboral em outros ramos de produção. Aliás, aí radica a origem da divisão territorial do trabalho e da produção entre o campo e a cidade.

A penetração do capital na agricultura, com o despojo dos trabalhadores camponeses da produção direta, fez com que a terra, um bem *a priori* alheio ao capital, conforme nos explicou Marx (1988), pois não é originalmente produzida pelo trabalho humano, passasse a atuar como equivalente de capital. Inscrita na produção e (re)produção capitalista, a terra foi disposta a operar como meio de produção e como mercadoria a ser comercializada e especulada.

A terra é um bem natural, que não pressupõe trabalho em sua constituição, mas, ao ser envolvida na lógica do sistema capitalista, a terra pode assumir tanto a equivalência de capital (na exploração da força de trabalho), como mercadoria (podendo ser comprada e vendida) (SOUSA, 2014, p. 22).

Apesar de dirigido pelos propósitos do lucro, o cultivo da terra sob o capitalismo contou em maior ou menor medida com os subsídios do Estado. Fazer a terra produzir comercialmente em grande escala encerra diferenças com a fabricação ou processamento de produtos industrializados, uma vez que a agricultura sempre se materializou num cenário de incerteza, diante das intempéries climáticas, de características singulares do solo, das oscilações da produção e do demorado processo de rotação do capital.

A especificidade do período de produção agrícola caracteriza-se por dois tipos de descontinuidade que trazem consequências à rotação mais lenta dos capitais empregados na agricultura, relativamente aos capitais aplicados em processos de produção contínuos. A primeira descontinuidade está referida pelo já apontado problema da interrupção do processo de trabalho, dentro do período de produção. Isso implica em rotação mais lenta do capital que, vista de outro ângulo, significa maior necessidade de imobilização no tempo do capital de giro que financia as operações produtivas, desde o preparo inicial do solo até o final da colheita e venda da produção. Mais há ainda uma segunda descontinuidade, que se verifica entre períodos de produção. Isso porque mesmo quando concluído o período de produção de um produto qualquer, em geral não há renovação imediata do processo, mas tão somente em datas anuais preestabelecidas no calendário agrícola, variáveis por produto e latitude geográfica (DELGADO, 2012, p. 23).

Ademais dessa condição estrutural, pode-se ainda incluir mais dois motivos: o primeiro advém do fato de a agricultura sempre ter sido estratégica para o controle do valor da força de trabalho, sendo a produção de gêneros alimentícios mais baratos – a fim de diminuir os custos do capital variável – um objetivo perseguido pelos capitalistas; o segundo decorre das preocupações com a soberania alimentar das nações, que durante largo tempo conduziu os Estados a tratarem a questão agrícola/agrária como elemento de suma importância, em meio à acirrada concorrência capitalista.

Assim, cultivar a terra sob o modo de produção capitalista, sempre exigiu imobilizações mais demoradas de capital na terra, levando os capitalistas agrários a se interessarem somente por investimentos em condições sempre vantajosas. Por isso, o indissociável apoio do poder estatal, materializado nos vultosos subsídios e na arguta proteção à propriedade privada.

Sem subsídio estatal, não haveria produção agrícola no regime capitalista. Essa é uma lei geral. Pode-se admitir a produção industrial urbana sem grandes subsídios nas economias dominantes, pelo menos nos períodos de prosperidade dos lucros. Mas não se pode nunca imaginar a existência do Estado japonês sem a proteção permanente à sua produção de arroz, do Estado europeu à sua produção de trigo e, finalmente, do Estado americano à sua produção do *corn belt* [cinturão do milho] (MARTINS, 2005, p. 149).

As indisfarçáveis dificuldades à reprodução ampliada do capital e o processo de financeirização da economia em meio à acumulação mundializada de capitais conferiram nas últimas décadas alterações importantes à presença do capital na agricultura. Busca-se na agricultura maneiras a permitir o alcance mais célere da

valorização do capital, especialmente a valorização de cunho eminentemente especulativo, cristalizada no modelo do agronegócio.

Nessa nova etapa de desenvolvimento capitalista, que identifique inicialmente com o processo de conglomeração, a luta concorrencial assume claramente a forma de mobilização (centralização e concentração) ampliada de capital, como recurso possível para enfrentar a rigidez das grandes imobilizações físicas. Nesse contexto, a instância financeira assume cada vez maior dominância, como meio de alavancagem de recursos e como gestão superior de sua circulação e valorização. Dá-se, então, a conglomeração industrial, cruzada com os bancos e/ou outras instituições financeiras, instâncias necessárias de operação do capital financeiro, que se expressa fundamentalmente pela finalidade de mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital, retransformando-o continuamente, de capital real em ativos financeiros (DELGADO, 2012, p. 36).

Essa incursão mais obstinada do capital na agricultura vinha se desenhando há algum tempo. A Revolução Verde funcionou como uma ante-sala preparatória ao processo sucedâneo de valorização especulativa do capital. Através da mesma, o capital financeiro – por meio do capital portador de juros – ofereceu várias modalidades de crédito para o aumento da produtividade e para a melhoria das técnicas de cultivo e pesquisas de sementes (o processo de hibridização genética). Nessa época, a liquidez do crédito oferecido era majoritariamente advinda do Estado e de instituições multilareais, e os tomadores do mesmo eram insuflados pela ideologia de que a soberania alimentar somente poderia ser assegurada com a elevação da produtividade/área.

Não foram poucos os camponeses que perderam suas terras, arruinando-se em dívidas impagáveis, buscando elevar a produtividade. Mandel (1990) explica que nos países periféricos essa situação se revelou mais evidente com o aumento da polarização no campo.

A Revolução Verde, portanto, contribuiu sobremaneira para a concentração fundiária, para uma maior difusão do capital financeiro na agricultura, e para o advento da investigação biotecnológica.

No interior desse processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura que antes baseava-se na produção dos camponeses sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais, e tinha na FAO seu órgão mundial, passou a conhecer um profundo processo de mudança. Primeiro, foi a pregação neoliberal contra os subsídios, e conseqüentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar,

sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais (OLIVEIRA, 2012, p. 06).

Nesse sentido, afirma-se que antes mesmo da emergência do agronegócio, o capital financeiro já desfilava seus tentáculos no campo, por meio de uma interconexão escalar que envolvia majoritariamente os Estados nacionais, os bancos de origem pública e as instituições multilaterais, a exemplo do FMI e Banco Mundial. O capital financeiro cristalizava-se nos empréstimos oferecidos e nas diversas modalidades de crédito, porém, ainda não possuía a capacidade de imprimir uma dinâmica de valorização fictícia do capital como modelo hegemônico na/da agricultura capitalista.

Porém, ao examinar o que se passa na atualidade, afirma-se peremptoriamente que o capital financeiro é quem ordena a agricultura capitalista. Frederico (2010), em uma análise desse processo no Brasil, explica que a passagem da liquidez creditícia do Estado para a iniciativa privada, na última década do século XX, detonou a financeirização da agricultura brasileira com a generalização de mecanismos visando os ganhos especulativos.

A transição do financiamento estatal para o financiamento privado da agricultura ficou evidente nas políticas agrícolas adotadas a partir da segunda metade da década de 1990. O governo federal praticamente extinguiu seus mecanismos tradicionais de política, tais como as aquisições diretas e empréstimos, e transferiu para a iniciativa privada a responsabilidade pelo custeio e comercialização. A partir da década de 2000, a crescente financeirização da agricultura começou a atrair também novos agentes, que teoricamente não possuem nenhuma relação direta com a produção, como os investidores e “especuladores” financeiros. No momento coevo, estimulados pelo aumento dos preços internacionais dos grãos, grandes investidores, buscam lucros a curto e médio prazo. Vive-se um círculo vicioso, entre o aumento dos preços dos grãos e a especulação financeira mundial (Ibid, p. 49).

Observa-se, portanto, no campo capitalista, a materialização do agronegócio. Trata-se de um modelo de exploração agropecuário e mineral que associa distintos capitais por meio da exploração monocultora da terra, com o fito de buscar lucros extraordinários, sob os auspícios da dinâmica especulativa da economia mundializada.

[...] a inserção do modelo do agronegócio responde ao complexo das mediações do sistema sociometabólico do capital que tem no objetivo do superlucro a redução da produção familiar camponesa, e a fome como forma especulativa de acumulação (CONCEIÇÃO, 2013, p. 100).

Campos (2011) explica que o agronegócio não pode ser confundido como uma mera produção agrícola capitalista, trata-se de um agricultura capitalista plasmada num contexto de singular mobilidade de capital e forte atuação dos conglomerados multinacionais.

É uma complexa relação que associa os conglomerados multinacionais, as instituições financeiras (bancos, fundos de investimento, fundos de pensão, entre outros), os grandes proprietários de terra, os laboratório de investigação em biotecnologia/engenharia genética e o suporte do Estado, irmanados no objetivo de garantir a reprodução ampliada do capital, sobretudo, fictícia, por meio da mercantilização do bem indispensável à vida – a terra – e de tudo que a envolve²¹⁵.

O agronegócio opera de duas maneiras: pela territorialização, dispondo diretamente da terra em grandes extensões e com relações eminentemente capitalistas – geralmente, em razão da expropriação primária de camponeses, extrativistas e indígenas – e pela monopolização do território, onde a terra, sob a propriedade jurídica camponesa é usada para os cultivos de interesse do capital, subordinando economicamente a pequena unidade de produção familiar.

O capital se move no campo em seu processo de territorialização expandindo-se espacialmente na produção da monocultura exportadora para o agronegócio, promovendo a violência principalmente nas áreas de fronteira agrícola onde avança sobre territórios indígenas, quilombola, camponês e extrativista. Concomitante, a violência velada do sistema de crédito é hoje uma das principais formas de subordinação da unidade de produção familiar a lógica do agronegócio, na produção da monocultura nas áreas de campesinato, pequenos produtores e de assentamento em detrimento a produção de subsistência e de alimentos para abastecer o mercado interno. O uso dos insumos agrícolas e a quase que eliminação das sementes criolas para o uso obrigatório dos transgênicos fazem a unidade de produção familiar ainda mais dependente e subordinada de empréstimos aos bancos (SILVA, 2014, p. 73).

²¹⁵ No processo de produção da vida material sob a regulação social do capital o lucro (a mais-valia) é o objetivo último e primeiro do movimento do capital, quer se trate de água, da terra, da vida, tudo é mercantilizado, tudo é submetido aos imperativos da produtividade. O valor de troca, logo os espaços de troca prevalecem sobre a terra e água, tem-se as porções do planeta que se colocam como terra-mercadoria e como água-mercadoria (DUTRA JUNIOR, 2010, p. 113).

Esse modelo específico de exploração da terra cresceu em tamanho e importância na economia mundializada e sua espacialização abrange os campos de países centrais e periféricos. Em alguns destes últimos, como em boa parte das nações latino-americanas, o agronegócio, a despeito do fetiche da modernidade que usa como um verdadeiro *standart*, não rompe com o latifúndio, ou seja, não é antagônico às conhecidas formas sociais de propriedade herdadas do modelo agroexportador colonial, senão, a forma como se apresenta na contemporaneidade.

Campos (2011) também está de acordo que o agronegócio se materializa em aliança com o latifúndio, afirmando que o agronegócio, ao tempo que suscita toda sorte de inovações técnicas e tecnológicas traz em seu bojo conhecidos elementos da espacialidade do capitalismo no campo, talhados nas investidas contra os camponeses e trabalhadores assalariados.

Gonçalves e Alentejano (2010) explicam que a continuidade da expansão do agronegócio pressupõe a incorporação de novas terras à sua dinâmica, daí, o uso de todo mecanismo que lhe seja conveniente. Veltmeyer (2010) explica que na economia mundializada do capital, denominada por ele de globalização neoliberal, há a aceleração da expropriação primária dos que produzem diretamente na terra, intensificando-se a concentração fundiária.

In the countryside the forces of neoliberal globalization and capitalist development accelerated the historic process of primitive accumulation - the dispossession of the direct producers, converting many peasants into a landless or near-landless proletariat, forced to migrate to the cities in the search for new opportunities or resort to wage-labour to sustain the livelihood of their households (Ibid, p. 34).²¹⁶

Desse modo, afirma-se que o agronegócio é o responsável direto pelo recrudescimento dos despojos primários, pela miséria e violência²¹⁷ que se espacializam no campo nas últimas décadas. Além disso, é um modelo de produção agrícola baseado no emprego de alta tecnologia, que eleva o exército de reserva de força de trabalho.

²¹⁶ “No campo, as forças da globalização neoliberal e do desenvolvimento capitalista aceleraram o processo histórico de acumulação primitiva - a expropriação dos produtores diretos, convertendo muitos camponeses em sem-terras ou proletários com pouca terra, forçados a migrar para as cidades em busca de novas oportunidades ou se assalariando para o sustento de suas famílias” (Ibid, p. 34, tradução nossa).

²¹⁷ No Paraguai, “cuando se han agotado los intentos de expulsión campesina por la vía judicial y de la fiscalía, los sojeros echan mano ya sea a la acción violenta de pistoleros especialmente contratados, o directamente a la fumigación aérea, lo que ya no puede ser resistido por las familias que se ven obligadas a desalojar sus prédios y viviendas (VILADESAU, 2008, p. 24).

Ao contrário do que apregoa, o agronegócio gera poucos empregos, além de promover a concentração da terra e de expulsar os trabalhadores do campo (CANUTO, 2004, p. 04).

Como explica Conceição (2007), a mobilidade do trabalho é potencializada e não são poucos os indivíduos que, sem emprego fixo e sem a posse da terra, se tornam errantes no ciclo curto de valorização do capital, assujeitados à irracionalidade do capital.

Além de privar o camponês do acesso a terra, recrudescendo as expropriações primárias, o agronegócio se relaciona com a terra de uma maneira singular. Consoante já afirmado, antes da emergência do agronegócio, as relações sociais de produção capitalista estavam no campo. Portanto, a exploração do mais-valor e a auferição da renda da terra já ditavam a tônica do processo, mas o estímulo à produção agrícola sempre esteve condicionado aos generosos estímulos fiscais, diante das incertezas da agricultura. O que se alterou, desde então?

Como explica Sauer (2013) os investimentos do setor financeiro, um setor historicamente avesso à imobilização de capital, especialmente na compra de terra, um mercado caracterizado pela baixa liquidez, chamam a atenção.

Observa-se que a mercantilização da produção agrícola e das relações agrárias continuam a todo vapor, mas o agronegócio, por ser a expressão máxima da presença do capital financeiro no campo, ou o modelo que permite a hegemonia do capital financeiro no espaço agrário, conferiu novas notas de irracionalidade no curso da busca desenfreada pelo lucro. O interesse do capital financeiro pela aquisição monopólica de terras aumentou e sob sua batuta, a produção de alimentos, outrora tão imprescindível à garantia da soberania e segurança alimentar²¹⁸ de um país e ao controle do valor da força de trabalho, converteu-se numa produção que tem como fim último remunerar o capital portador de juros e, sobretudo, o capital fictício, gerando uma crise alimentar²¹⁹ perene e sem precedentes.

²¹⁸ A segurança alimentar passou a ser tarefa do mercado mundial, fortalecido por meio da ampla e deliberada desestruturação das práticas policultoras próprias da organização camponesa. Por ser eminentemente endógena, esta é pouco fundamental aos desígnios da divisão do trabalho que esta escala de mercado pressupõe. Impõe-se, assim, a especialização produtiva como tônica do progresso agrícola, com sua expressão máxima nas *commodities*, de modo a reafirmar a via monetária como fundante da existência humana, que prescinde cada vez menos da circulação global dos alimentos (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 94).

²¹⁹ A respeito da crise alimentar que acomete a população dos países periféricos é interessante esse relato de Rubio acerca da mesma no país mais expoliado do continente americano: “[...] ningún movimiento tuvo la intensidad y las repercusiones que el ocurrido en Haití a raíz de la crisis alimentaria. En el país más pobre del continente americano, los precios subieron entre 50 y 100 por ciento, hecho que llevó a un

La crisis alimentaria es, por ello, un fenómeno inédito en la historia del capitalismo, ya que los granos básicos se han convertido en objetos de especulación (RUBIO, 2013, p. 12)²²⁰.

A ordem é especular, obter lucros extraordinários por meio da valorização fictícia do preço dos alimentos. Estes já não são mais alimentos destinados a assegurar a reprodução mais barata da força de trabalho. Em verdade, se tornaram *commodities*, ou seja, objetos com índices de preços fixados em escala mundial, junto às Bolsa de Valores²²¹, que se destinam a servir de veículo de especulação e ganhos fictícios.

[...] quanto mais se produz *commodities* menos se produz alimentos, porque, apesar de ambos serem obtidos a partir do uso humano das riquezas naturais, os alimentos são produzidos conforme a lógica que Marx denominou de valor de uso, enquanto as mercadorias agroalimentares são produzidas conforme a lógica do valor, ou seja, são produzidas para possibilitar aos capitalistas maior acumulação de capital, não para atender às necessidades das pessoas (CAMPOS, 2011, p. 129).

São inúmeros *players* que diariamente operam nas Bolsas de Valores, comprando instrumentos no mercado financeiro, geralmente derivativos, buscando numa estreita margem de tempo, lucrar com a valorização dos seus papéis recém-comprados.

Os grandes investidores financeiros compram títulos indexados a produtos agrícolas nas bolsas de mercadorias e futuros de todo o mundo, esperando a valorização futura das *commodities*. O capital destinado à compra dos títulos é repassado aos produtores agrícolas, que os utilizam para custeio e comercialização da produção (FREDERICO, 2010, p. 54).

Marx (1988) já explicava no capítulo sobre a mercadoria, localizado no livro I de O Capital, que o capitalista não se importa com o valor de uso da mercadoria que vende, e isso continua bastante atual. O que chama atenção nessas operações do chamado mercado futuro das *commodities* é que, sequer, os envolvidos na operação

recurso doloroso que dio la vuelta al mundo en los medios de comunicación. Ante la falta de comida, la gente empezó a comer galletas de lodo y aceite vegetal” (RUBIO, 2013, p. 30).

²²⁰ “A crise alimentar é, por isso, um fenômeno inédito na história do capitalismo, já que os grãos básicos tem se convertido em objetos de especulação” (RUBIO, 2013, p. 12, tradução nossa).

²²¹ Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel. ambém, etanol e boi gordo (OLIVEIRA, 2012, p. 06).

sabem o que aqueles papéis à venda representam e em que local o produto foi cultivado. Trata-se do que Neil Smith (1988) explicou posteriormente a Marx: à medida em que se verifica o desenvolvimento e a complexificação das relações capitalistas há um paulatina emancipação do capital frente ao espaço absoluto, por meio da produção de novos espaços relativos.

La mayoría de los contratos de futuros se cierran antes del vencimiento, de modo que no existe una compra real del producto, mientras que las partes del contrato no tienen contacto entre ellas ni se identifican, pues son mediadas por compañías intermediarias, *traders*, que realizan las transacciones (RUBIO, 2013, p. 18)²²².

Assiste-se, então, na contemporaneidade, ao aprofundamento da emancipação relativa do capital perante o espaço absoluto, pois, não obstante o espaço absoluto siga sendo essencial como lócus da exploração do mais-valor e instrumento de especulação, é insuficiente aos vorazes desejos da valorização imediata do capital, exigida pelos *players* nessa economia financeirizada.

A hegemonia do capital financeiro mundializado avançou também nesse segmento. Ocorre o envolvimento de grandes investidores financeiros nos negócios relacionados à agricultura de exportação e ao mercado de terras. Por outro lado, grandes empresários do agronegócio [...] vêm diversificando seus negócios e, imprimindo à terra o status de commodities, para lança-la no mercado financeiro (GARCIA, 2010, p. 265).

Nesse diapasão, pode-se afirmar que a lógica mais perdulária do capital financeiro – o capital fictício – assume a direção hegemônica dos investimentos capitalistas no campo, buscando sua valorização por meio da mera especulação com os frutos da terra e com tudo que a envolve. Embora haja uma busca pelo controle monopólico da terra, não há uma preocupação com a natureza do que se produz e seu fim último. A única preocupação em voga é a reprodução ampliada do capital, mais precisamente o alcance de um lucro perdulário, cobrado pelo capital fictício.

Sem sombra de dúvidas, a extração de mais-valor, especialmente, o mais-valor relativo, segue sendo cobiçado pelos capitalistas agrários, entretanto, o alcance de mais-valor pela exploração da força de trabalho é apenas uma parte – indispensável, claro – dessa complexa relação de valorização do capital. Os capitalistas agrários,

²²² “A maioria dos contratos de futuros se encerram antes do vencimento, de modo que não existe uma compra real do produto, enquanto que as partes do contrato não tem contato entre elas sem se identificam, pois são mediadas por companhias intermediarias, traders, que realizam as transações” (RUBIO, 2013, p. 18, tradução nossa).

indubitavelmente, desejam explorar o trabalho não-pago em sua propriedade, mas o que está subjacente a essa suposta atividade produtiva – e os estimulam a manter as propriedades semeadas, sob os generosos subsídios agrícolas estatais, ou apenas a propriedade monopólica da terra – é uma intrigante especulação em escala mundial que envolve uma gama de *players* sequiosos por valorizar, a qualquer custo, seus papéis.

Os cultivos do agronegócio são destinados à produção de açúcar (como o milho e a cana de açúcar), à ração animal (a exemplo do milho, da soja e do sorgo), à complementação alimentar das pessoas (como o milho, a soja e o sorgo) e à produção de energias renováveis (como o óleo da soja, a cana de açúcar, o milho e o sorgo). Existem centenas de empresas em todos os continentes, de diferentes graus de concentração e centralização do capital, situadas em uma parte ou em toda cadeia de valorização do capital no modelo do agronegócio. A Mc Donald's, por exemplo, é uma das maiores compradoras do milho transgeneticamente modificado e segundo Pollan (2007) o mesmo integra 45 itens diferentes do cardápio da transnacional.

Na contemporaneidade, com a possibilidade iminente de esgotamento da principal matriz energética usada no mundo – o petróleo – e as discussões acerca das mudanças climáticas, tem feito com que as instituições multilaterais, a iniciativa privada e os Estados exortem sistematicamente a diversificação gradual da matriz energética e sua substituição por energias “limpas”. Efetivamente, isto não representa uma preocupação pelo desequilíbrio da relação ontológica homem-natureza sob os ditames da sociedade capitalista, mas a possibilidade de formação de um novo filão para a valorização do capital. Nesse sentido, se observa a produção de agrocombustíveis, destinados a produção de energia. Nos variados campos localizados no espaço mundial, tem se observado o crescimento da produção de cereais e gramíneas da família *Poaceae* (milho, sorgo, cana de açúcar, entre outras) no modelo do agronegócio para a produção de energia. Os cultivos desses gêneros como *commodities* reduzem a área agrícola destinada à produção de alimentos nos países, acarretando em ameaça à soberania e segurança alimentar²²³, galvaniza a concentração fundiária e eleva o preço da terra.

²²³ O monopólio das sementes por parte das grandes corporações multi/transnacionais tendem a aumentar a insegurança alimentar, pois a principal necessidade humana, alimentação, perseguida em todo o nosso processo de hominização, passa a fazer parte agora de um ciclo econômico mundial, cujo principal objetivo é satisfazer as necessidades de lucro dessas empresas. Essa relação apesar de atingir de forma mais intensa os países subdesenvolvidos, atingem também os países desenvolvidos (CAMACHO, 2010, p. 184).

La característica esencial de la nueva fase productiva, por tanto, lo constituye la revalorización de los bienes agropecuarios, bajo la vanguardia de los cultivos energéticos y los tradicionales de exportación. Este proceso genera que la inversión agrícola vuelva a ser rentable, por lo que se observa una tendencia a la concentración de la tierra y el incremento en su precio (VEGA, 2012, p. 44)²²⁴.

As corporações multinacionais se territorializam no espaço agrário, controlando a produção monopólica desses gêneros para a exportação. Ou ainda, convencem a produção familiar camponesa a destinarem parcelas majoritárias de suas terras ao cultivo desses gêneros, subsumindo-a ao capital. Nos últimos anos é esse o quadro de relações responsável pela majoração dos preços dos alimentos, uma vez que produtores e especuladores se aproveitam da alta demanda e da oscilação especulativa dos preços das *commodities* no mercado financeiro mundial.

Desde aquele ano²²⁵ tenho escrito que a crise dos alimentos tinha relação entre a expansão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos e, tenho ressaltado que dois processos monopolistas comandavam e comandam a produção agrícola mundial. De um lado está a territorialização dos monopólios e a monopolização do território. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes (OLIVEIRA, 2012, p. 07).

Chauvet; Aguirre (2003) explica que alta dos preços dos alimentos não é um fenômeno passageiro, determinado por uma inflexão conjuntural da estrutura de preços decorrente de um fenômeno climático ou outra variável. Em verdade, ela reflete a corrida desenfreada do capital por recursos indispensáveis à existência e reprodução da vida, sendo uma incursão sem trégua para terminar.

No gráfico seguinte é possível observar os principais exportadores de cereais. Os Estados Unidos, França, Argentina e Canadá se destacam individualmente na comercialização mundial desse importante item do agronegócio.

²²⁴ “A característica essencial da nova fase produtiva, portanto, consiste na revalorização dos bens agropecuários, sob a vanguarda dos cultivos energéticos e os tradicionais de exportação. Este processo gera que o investimento agrícola volte a ser rentável, na qual se observa uma tendência à concentração da terra e ao incremento em seu preço” (VEGA, 2012, p. 44, tradução nossa).

²²⁵ O autor se refere ao ano de 2008.

FIGURA 2

Principais exportadores de cereais no mundo (2008)



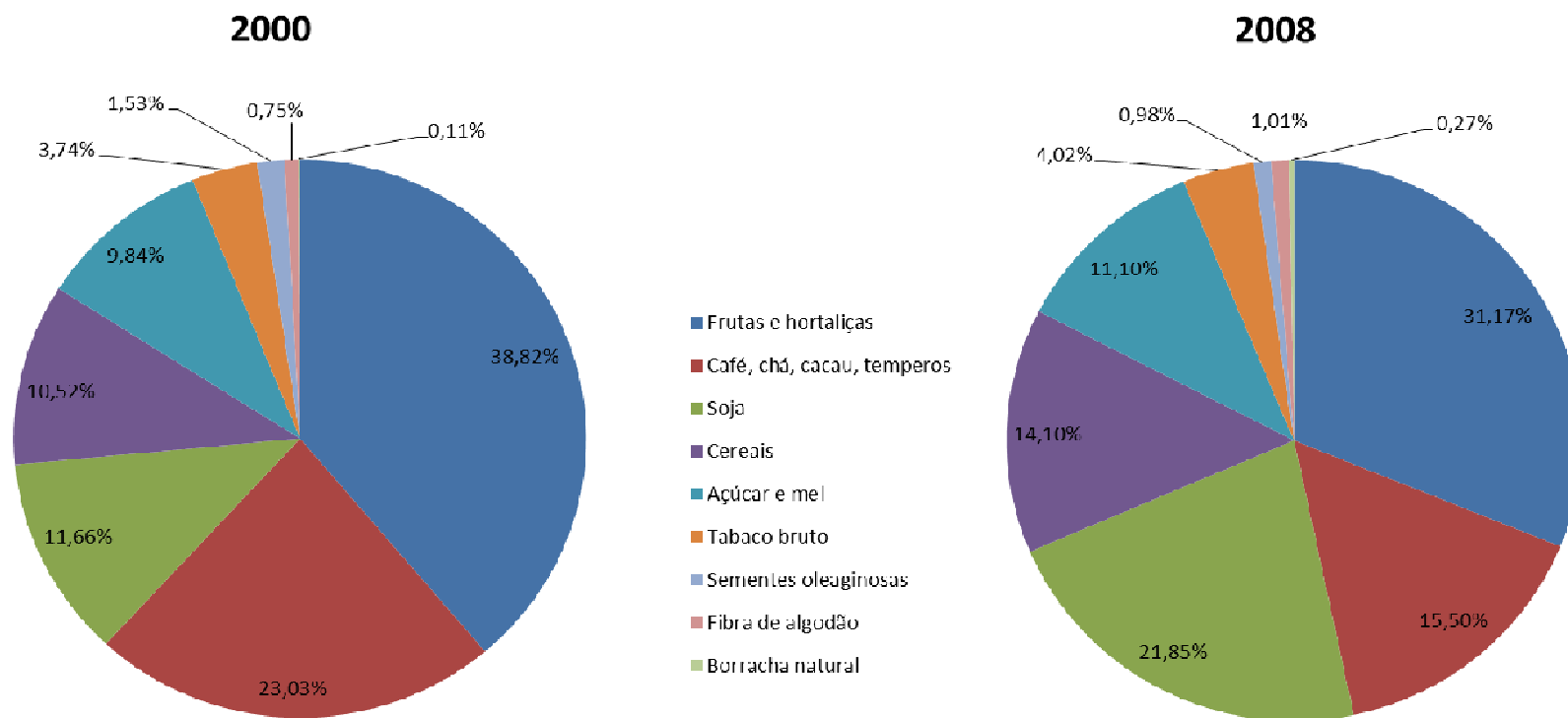
Fonte: Food and Agriculture Organization (FAO)/FAOSTAT *apud* (RUBIO, 2013, p. 23).

No figura 3 é possível observar a alteração na pauta de exportações da América Latina. Em um intervalo de apenas oito anos houve uma diminuição da venda para o exterior de produtos como café, cacau, temperos, frutas e hortaliças, enquanto que os itens do agronegócio mundial, como cereais e soja, tiveram seu volume majorado.

Na figura 4 observa-se que os três principais itens colhidos no ano de 2009 (soja, milho e cana de açúcar) estão no cardápio do agronegócio.

FIGURA 3

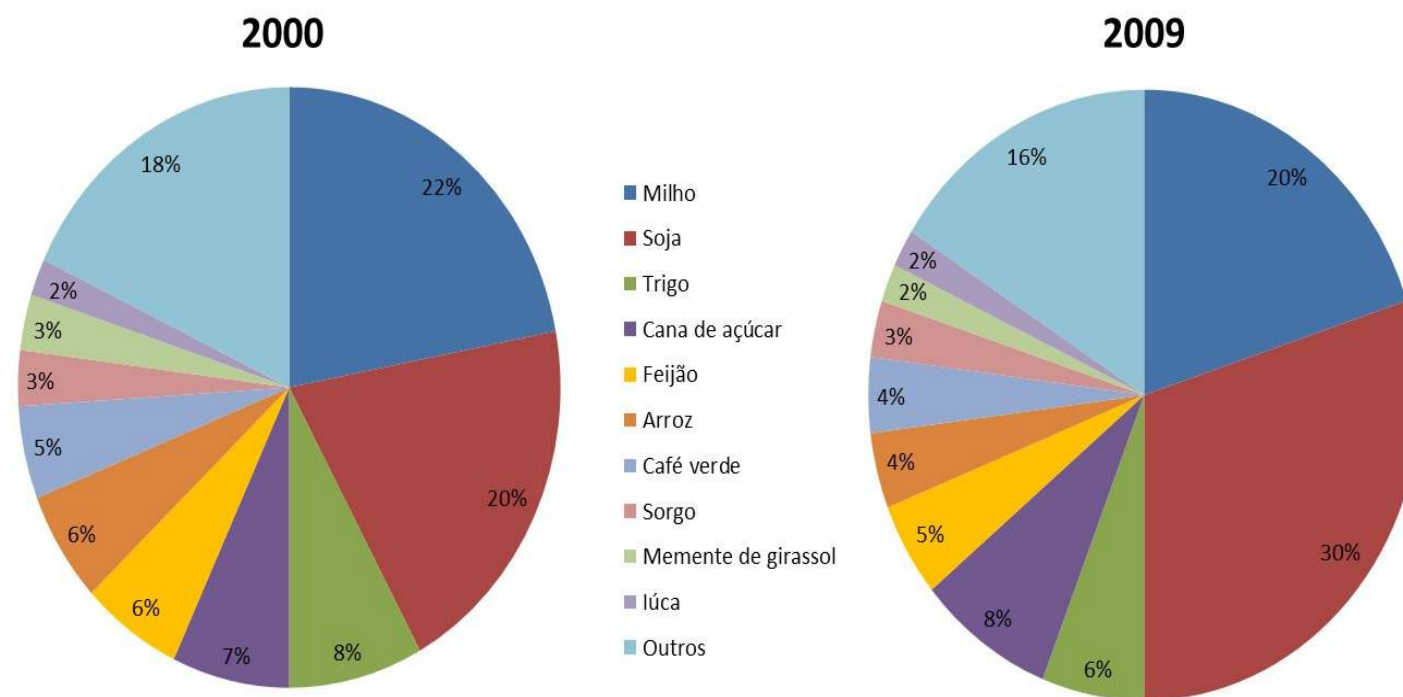
América Latina: estrutura percentual do valor das exportações agrícolas 2000 e 2008



Fonte: FAO, FAOSTAT, outubro de 2011 *apud* (VEGA, 2012, p. 43).

FIGURA 4

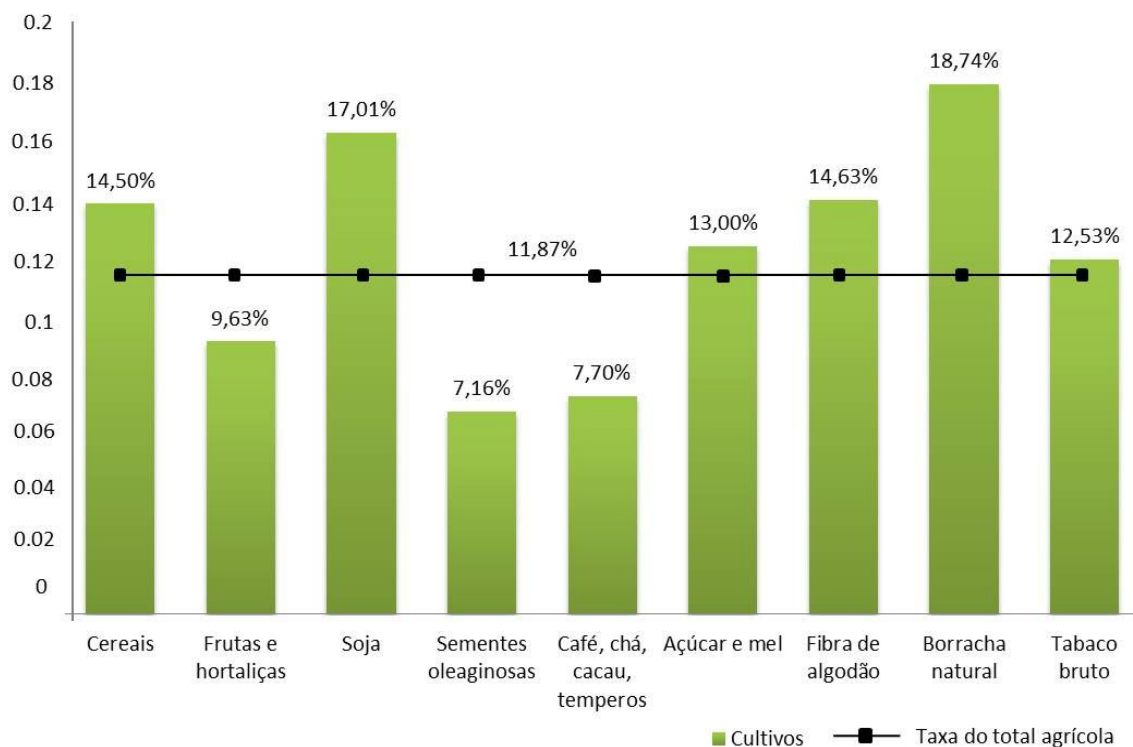
Participação percentual da superfície colhida dos principais cultivos na América Latina



Fonte: FAOSTAT, FAO, outubro de 2011 *apud* (VEGA, 2012, p. 43).

FIGURA 5

América Latina: taxa de crescimento do valor das exportações agrícolas, 2000-2008



Fonte: FAO, FAOSTAT, outubro de 2011 *apud* (VEGA, 2012, p. 43).

As corporações multinacionais também tem se dedicado à produção de sementes transgênicas, visando o controle sobre a agricultura²²⁶. Os maiúsculos investimentos em biotecnologia e engenharia genética²²⁷ são realizados com o fito de possibilitar aos

²²⁶ La inmensa mayoría de los cultivos transgénicos, el 60% por área cultivada, se da en América del Norte: Canadá (6%) y Estados Unidos (54%) [...]. El resto de los cultivos se encuentra: 18% del total en Argentina, 11% em Brasil, 4% em India, 3% em China, 2% em Paraguay, 1% em otros países (SEBASTIÁN, 2009, p. 116).

²²⁷ Pollan (2007) explica como a engenharia genética subsumida aos apetitosos desejos do capital tem se dedicado a pesquisar alimentos processados que possam ludibriar os “alarmes” naturais de saciedade do cérebro. O objetivo, claro, é conduzir os indivíduos a consumirem mais. “O poder da engenharia de alimentos reside na sua capacidade de quebrar os alimentos até chegar aos seus nutrientes e então rearrumá-los de maneiras específicas que, na realidade, apertam certos botões do nosso mecanismo evolutivo, ludibriando o sistema de relação de alimentos que herdamos na condição de onívoros. Acrescente gordura ou açúcar a qualquer coisa e o seu sabor vai melhorar na língua de um animal que a seleção natural programou para buscar alimentos com alta densidade de energia. Estudos sobre a vida animal comprovam isso: quando apresentados a soluções de sacarina pura ou a tubos de banha de porco – iguarias que raramente encontram na natureza –, os ratos se fartarão até ficarem doentes. Qualquer sabedoria nutricional com a qual os ratos tenham nascido cai por terra quando se vêem diante de açúcares

conglomerados a criação de patentes de diversos produtos feitos em laboratório²²⁸, em atividades *ex situ* da terra. Pollan (2007) explica como a engenharia genética subsumida aos apetitosos desejos do capital tem se dedicado a pesquisar alimentos processados que possam ludibriar os “alarmes” naturais de saciedade do cérebro. O objetivo, claro, é conduzir os indivíduos a consumirem mais.

O poder da engenharia de alimentos reside na sua capacidade de quebrar os alimentos até chegar aos seus nutrientes e então rearrumá-los de maneiras específicas que, na realidade, apertam certos botões do nosso mecanismo evolutivo, ludibriando o sistema de relação de alimentos que herdamos na condição de onívoros. Acrescente gordura ou açúcar a qualquer coisa e o seu sabor vai melhorar na língua de um animal que a seleção natural programou para buscar alimentos com alta densidade de energia. Estudos sobre a vida animal comprovam isso: quando apresentados a soluções de sacarina pura ou a tubos de banha de porco – iguarias que raramente encontram na natureza –, os ratos se fartarão até ficarem doentes. Qualquer sabedoria nutricional com a qual os ratos tenham nascido cai por terra quando se vêem diante de açúcares e gorduras em concentrações pouco naturais – nutrientes arrancados do seu contexto natural, isto é, daquilo que chamamos de comida. Os alimentos processados podem nos enganar ao exagerarem sua densidade de energia, driblando um aparato sensorial que evoluiu para lidar com alimentos naturais de densidade claramente menor (Ibid, p. 120).

A elaboração dessas mercadorias representa uma notável ameaça à reprodução da vida, especialmente à reprodução da espécie humana.

[...] si pensamos en términos de agricultura industrial transgénica o de agrocombustibles, que presentados por sus propagandistas (en ocasiones partícipes de ámbitos académicos) como soluciones para el hambre y el agotamiento de los combustibles fósiles, no paran de producir miseria y destrucción de bosques nativos, a la par del violento corrimiento de pueblos campesinos (MORINA; CACACE, 2013, p. 108)²²⁹.

e gorduras em concentrações pouco naturais – nutrientes arrancados do seu contexto natural, isto é, daquilo que chamamos de comida. Os alimentos processados podem nos enganar ao exagerarem sua densidade de energia, driblando um aparato sensorial que evoluiu para lidar com alimentos naturais de densidade claramente menor (Ibid, p. 120).

²²⁸ [...] o patenteamento permite proteger as invenções e abrir processos em caso de imitação, bem como proibir sua exploração por outras companhias (seja do país em questão ou estrangeiras). Por isso, a extensão do patenteamento ao plano internacional é um dos elementos que refletem, tanto a amplitude geográfica da atuação de uma companhia, como a importância que ela atribui à proteção de suas posições monopolistas, à extração rentista de *royalties*, a ao exercício do poder de esterilização das inovações, se assim desejar (CHESNAIS, 1996, p. 164).

²²⁹ “[...] se pensamos em termos de agricultura industrial transgênica ou de agrocombustíveis, que apresentados por seus propagandistas (em ocasiões partícipes de âmbitos acadêmicos como soluções para a fome e o esgotamento dos combustíveis fósseis, não param de produzir miséria e destruição de bosques nativos, em conjunto da violenta destruição dos povos camponeses” (MORINA; CACACE, 2013, p. 108, tradução nossa).

Gonçalves (2004) afirma que a produção e disseminação das sementes transgeneticamente modificadas simplificam a complexidade dos agroecossistemas e destrói os elos das cadeias de matéria e energia. Além disso, por serem elaboradas fora do ambiente natural da espécie, o futuro de sua relação com o ecossistema é sempre imponderável²³⁰.

Cada novo ser vivo transgenicamente modificado em laboratório necessariamente estabelecerá relações in natura não controláveis com os demais seres vivos e com todo o fluxo de matéria e energia, onde acaso e necessidade se fazem presentes (Ibid, p. 36).

Fontes (2010) coaduna da mesma perspectiva e explica que todo o conjunto da vida social tem se subordinado à dinâmica de acumulação internacional de capital, sendo responsável pela crescente mercantilização biológica humana, substancializada nos alimentos transgeneticamente modificados²³¹, na proliferação de agrotóxicos e na patentização das formas de vida.

É a “indústria lucrativa da vida”, cuja ação monopólica sobre a biota, sentencia a humanidade à morte. Como os códigos genéticos dos ecossistemas naturais têm sido estudados e patentizados, Bartra (2006) adverte que há um perigo iminente e de proporções incalculáveis. Pois, se a antiga renda da terra já acarretava danosos problemas, vide a disseminação da fome como objeto de especulação, a emergência da renda da vida monopoliza o direito à existência humana.

Si el monopolio sobre la tierra y sus cosechas generó rentas colosales especulando con el hambre, la usurpación de la clave genética de la vida es una fuente aún más grande de poder económico, pues pone en manos privadas la alimentación, la salud y cerca de la mitad de los procesos productivos (Ibid, 2006, p. 174)²³².

²³⁰ [...] la piratería genética y la privatización de los códigos no son sólo mecanismos de enriquecimiento especulativo; son también y sobre todo acciones ecocidas, un atentado a la biodiversidad, un suicidio planetario (BARTRA, 2006, p. 175).

²³¹ Acerca de los daños a la salud humana resultan innumerables, a esta altura del siglo XXI, la cantidad de situaciones en las que habitantes rurales y urbanos padecen afecciones respiratorias, dermatológicas, neurológicas, distintas formas de cáncer y muerte, en asociación directa con el uso de agrotóxicos, especialmente en la producción de soja (pero también en algodón, cultivos forestales, maíz, etc.) (MORINA; CACACE, 2013, p. 119).

²³² “Se o monopólio sobre a terra e suas colheitas gerou rendas colossais especulando com a fome, a usurpação da chave genética da vida é uma fonte ainda maior de poder econômico, pois põe em mãos privadas a alimentação, a saúde e cerca da metade dos processos produtivos” (Ibid, 2006, p. 174, tradução nossa).

Nesse sentido, há a formação de uma verdadeira “indústria da vida”, cujas consequências são verdadeiros vereditos de morte, que intenta conhecer, manipular e dominar como propriedade privada os elementos basilares à reprodução da vida na terra.

[...] podemos dizer que o conhecimento científico e técnico aplicado ao código e à engenharia genética abre um novo leque de interesses à acumulação capitalista, conformando o que se pode denominar de indústria da vida. O direito e a propriedade sobre o conhecimento do código genético e sobre os recursos da biodiversidade ganham relevância no presente e nas perspectivas de futuro. Estes processos intensificam e ampliam as disputas de apropriação de conhecimentos sobre o mundo natural e sobre a dinâmica da vida (MOREIRA, 2007, p. 185).

O caso da Monsanto é emblemático, sendo a maior multinacional na elaboração de sementes transgênicas, a empresa dedica-se a buscar controlar a reprodução da vida, por meio de mercadorias que empobrecem os solos e tornam os camponeses dependentes de suas invenções patenteadas – a exemplo do famigerado Roundup²³³ – e por meio da proposital contaminação de campos cultivados com semente crioula²³⁴, através da proliferação de sementes transgeneticamente modificadas, como acontece no México, com a contaminação de parte de suas plantações de milho – berço mundial do cereal²³⁵ e principal item da alimentação de sua população.

Monsanto que controla actualmente el 90% de los transgénicos plantados comercialmente en el mundo, es probablemente uno de los responsables de la contaminación del maíz nativo de México. México no permite patentes sobre plantas. Las plantaciones de soja transgénica causante de la contaminación de la soja se debe a “programas piloto” o “experiencias de campo”, que se están

²³³ El Roundup una palabra que en inglés significa “redadas” – es el nombre comercial dado por Monsanto al glifosato, un herbicida derivado de un aminoácido (la glicina) que los químicos de Saint Louis descubrieron a finales de los años setenta. La particularidad de este herbicida “no selectivo” o “total” – a diferencia del 2,4-D o del 2,4,5-T – es que acaba con todas las formas de vegetación gracias a su modo de funcionamiento: es absorbido por la planta a nivel de las hojas y transportado rápidamente por la saliva hasta las raíces y rizomas, afectando al mismo tiempo a un enzima esencial para la síntesis de los aminoácidos aromáticos, lo que acarrea una disminución de la actividad de la clorofila, así como de ciertas hormonas. Su acción bloquea el crecimiento vegetal y provoca una necrosis de los tejidos, que acaba en la muerte de la planta (ROBIN, 2008, p. 114).

²³⁴ É imprescindível pensarmos a respeito da contaminação genética que está ocorrendo, pois as culturas transgênicas misturam-se facilmente às produções orgânicas por meio dos ventos, das chuvas, dos animais e etc., contaminando-as. Hoje é muito difícil conseguirmos separar os alimentos orgânicos dos transgeneticamente modificados, devido a essa poluição genética. O que pode acarretar a extinção de diversas espécies, além do que não sabemos certamente ainda quais são seus efeitos para o ser humano (CAMACHO, 2010, p. 183).

²³⁵ Cultivado, en efecto, desde al menos 5.000 años antes del Cristo, el maíz constituía el alimento base de los pueblos maya y azteca, que lo veneraban como una planta sagrada. Una leyenda india cuenta que los dioses crearon al hombre a partir de una espiga de maíz amarilla y blanca (ROBIN, 2008, p. 362).

realizando bien lejos de la capital y de la opinión pública mexicana (SEBASTIÁN, 2009, p. 131)²³⁶.

Junto a Monsanto²³⁷ (empresa oriunda do início do século XIX, radicada nos Estados Unidos e maior produtora de sementes transgênicas) também competem outras corporações multinacionais como a Du Pont Pioneer (uma fusão de empresas radicadas nos Estados Unidos e hoje, uma das mais centralizadas, com fabricação de produtos do agronegócio a itens aeroespaciais), a Bunge (empresa do século XIX, de origem holandesa e com sede atual em Nova York), a Syngenta (empresa de origem suíça e considerada o maior conglomerado agroquímico do mundo), a Cargill (empresa do século XIX, com sede nos Estados Unidos), a Louis Dreyfus (com sede na França e ainda de capital fechado, é uma das que dominam o comércio global de commodities), a Archer Daniels Midland – ADM (um conglomerado com sede nos Estados Unidos e com mais de 200 fábricas espalhadas por todo o mundo), a Basf (radicada na Alemanha e importante conglomerado químico mundial), a Bayer (empresa química com sede na Alemanha e destacada produtora mundial de sementes transgênicas²³⁸) e a Dow Chemical (agroquímica radicada nos Estados Unidos e exportadora mundial de sementes transgênicas).

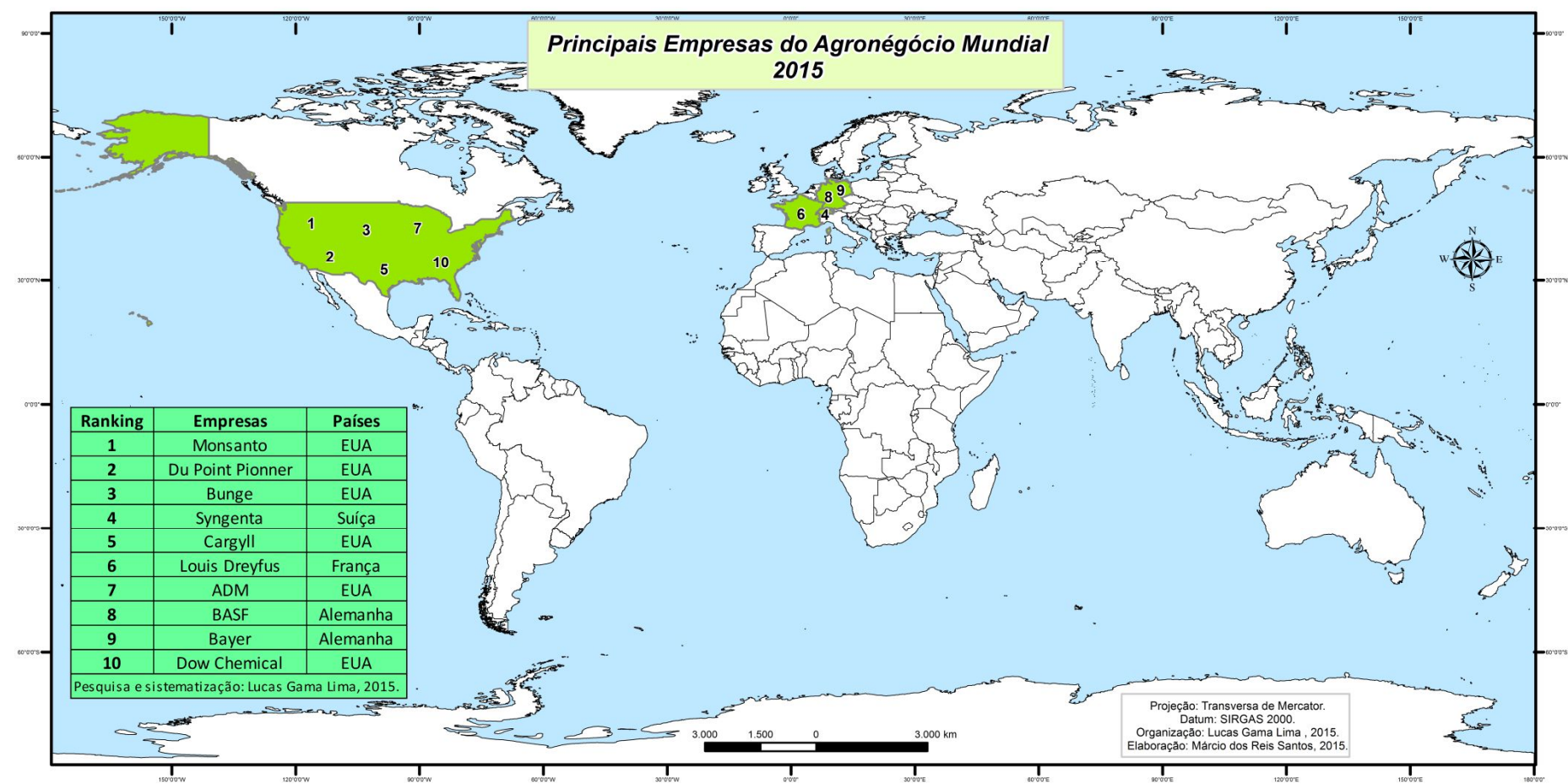
²³⁶ “Monsanto que controla atualmente 90% dos transgênicos plantados comercialmente no mundo é provavelmente uma das responsáveis da contaminação do milho nativo do México. O México não permite patentes sobre plantas. As plantações de soja transgênica causante da contaminação da soja deve-se a “programas piloto” ou “experiências de campo”, que estão sendo realizadas bem distantes da capital e da opinião pública mexicana” (SEBASTIÁN, 2009, p. 131, tradução nossa).

²³⁷ Segundo Robin (2008) a Monsanto é acusada em inúmeros países de crimes ambientais e de lesões irreversíveis à saúde da população em razão de seus produtos e de suas atividades. “[...] la historia de Monsanto constituye un paradigma de las aberraciones en las que se ha involucrando la sociedad industrial, obligada a gestionar como puede – es decir, obligatoriamente mal – la proliferación de sustancias químicas tóxicas que han invadido el planeta desde el final de la Segunda Guerra Mundial. La solución razonable sería prohibir pura y simplemente toda molécula que presente algún problema para el hombre y el medio ambiente. Pero, en vez de ello, para satisfacer los intereses de los grandes grupos químicos – y algunos dirán de los consumidores de la vida moderna –, se afanan en reglamentar sustancias peligrosas para limitar sus daños más aparentes. Fuera de eso, después de nosotros, el diluvio (Ibid, p. 123; 124).

²³⁸ Conforme Lima (2014) a Bayer, junto com a Basf e Hoechst, formavam o mais importante conglomerado químico alemão, o IG Farben, apoiador direto do regime nazista com o fornecimento de equipamentos para o holocausto e combustível para as operações de guerra.

FIGURA 6

Distribuição das principais empresas do agronegócio mundial 2014



Fonte: Organização própria.

Como se pode observar existem várias empresas dedicadas ao fortalecimento do agronegócio em escala mundial e, obviamente, para a produção de conhecimentos de caráter monopólico sobre a reprodução da vida. Embora existam corporações multinacionais sediadas em países periféricos²³⁹, as principais corporações multinacionais envolvidas na complexa cadeia agroalimentar do agronegócio, devidamente associadas com a engenharia genética e a biotecnologia, estão sediadas em países centrais do capitalismo. A maioria é de capital aberto, com diversos papéis negociados diariamente no mercado financeiro, e apresentam significativo grau de internacionalização e transnacionalização de suas operações, com unidades industriais localizadas em inúmeros países.

Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48).

Este dado demonstra que o elevado grau de concentração e centralização de capitais que possuem, permitem a estas corporações obterem lucros extraordinários e ingerirem na soberania e segurança alimentar da população de vários países periféricos. Não obstante o agronegócio esteja disseminado como modelo predominante de valorização do capital no campo, ameaçando a reprodução da própria espécie humana, os mais atingidos pelo seu processo expoliador são camponeses, indígenas e trabalhadores assalariados residentes nas formações sociais periféricas, vide a subtração das terras camponesas, através da monopolização territorial, a crescente dependência de sementes transgênicas e produtos patenteados e a biopirataria ostensivamente praticada.

A maneira *sui generis* e sem precedentes de valorização do capital por meio do agronegócio, que alcança o mais alto grau de mercantilização da terra e de tudo direta e indiretamente relacionado a ela, é uma manifestação crucial do imperialismo contemporâneo e de seus desdobramentos barbáricos.

²³⁹ No Brasil estão sediados os conglomerados, BRF (Brasil Foods) – uma das líderes mundiais em produção de alimentos, a primeira empresa alimentícia com sede no país a vender suas ações na Bolsa de Valores de Nova York e com operações em 11 unidades industriais espalhadas pelo mundo – e a JBS Friboi – maior conglomerado produtor de proteína animal no mundo e com operações na Bolsa de Valores desde 2007. Elas estão devidamente articuladas com o agronegócio, mas ainda engatinham nas pesquisas e inovações em biotecnologia e engenharia genética.

7.1.2- A influência do agronegócio no México: o caso do milho

O México foi palco da primeira revolução do século XX, ocorrida no ano de 1917. Fruto desse episódio histórico e político de notável relevância, foi feita uma reforma agrária que conferiu aos camponeses a posse e domínio de metade do território mexicano, através dos ejidos e propriedades comunais. A outra metade destinou-se aos bosques e pastos e ao setor privado-empresarial.

El reparto agrario efectuado entre 1917 y 1992 puso en manos de ejidos y comunidades agrarias más del 50% del territorio nacional, siendo una tercera parte superficie de labor y las dos terceras partes restantes bosques, pastos y montes. El Estado mexicano también intervino en la distribución de tierras para el sector privado-empresarial, el cual se benefició de un reparto agrario individual bajo formas privadas de tenencia (o cercanas a la propiedad privada) y obtuvo una parte importante de los recursos de fomento y subsidios se canalizaron hacia el campo (MACKINLAY, 2008, p. 165)²⁴⁰.

Apesar da previsão constitucional de existência de parcelas de terras com fins comerciais, o Estado impôs limites territoriais à propriedade privada da terra, bem como a proibição de involucrar-se em um mercado de terras. Assim, durante décadas as grandes corporações radicadas no México ou estrangeiras foram impedidas de se territorializar ou de lucrar com a renda capitalizada da terra.

Esse quadro começou a se alterar desde a emergência de governos neoliberais no país nas décadas de 1980/90 e a inscrição do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), em vigor desde 1994. As contrarreformas do ex-presidente Carlos Salinas que deformou o conhecido artigo 27 da secular Constituição Mexicana, propiciou, de forma inédita, a emergência de um mercado de terras e a possibilidade de territorialização de grandes corporações capitalistas no campo mexicano.

Saxe-Fernandez; Delgado-Ramos (2004) explicam que o Banco Mundial interveio diretamente para que a mudança no simbólico artigo 27 da Constituição Mexicana ocorresse. O objetivo era fragilizar os ejidos, propiciando a sua divisão e/ou transformação em propriedades privadas.

²⁴⁰ “A partilha agraria efetuada entre 1917 e 1992 pôs em mãos de ejidos e comunidades agrarias mais de 50% do território nacional, sendo um terço superfície de trabalho e os dois terços restantes bosques, pastos e montes. O Estado mexicano também interveio na distribuição de terras para o setor privado-empresarial, o qual se beneficiou de uma partilha agraria individual sob formas privadas de propriedade (ou próximas a propriedade privada) e obtem uma parte importante dos recursos de fomento e subsídios se canalizaram em direção ao campo” (MACKINLAY, 2008, p. 165, tradução nossa).

La intención fundamental de los prestamos agrícolas del BM fue inducir la apertura de la tierra ejidal a capitales “nacionales y/o extranjeros”; aspecto nodal y socialmente explosivo de su programa para la “modernización” rural aplicado por el gobierno de Salinas (1988-1994) (Ibid, p. 39)²⁴¹.

Foram extintas ou privatizadas várias agências públicas de fomento e cessada a continuidade da reforma agrária (*reparto de tierras*). Os acordos do TLCAN – não obstante a forte resistência dos movimentos sociais – extinguíram as barreiras alfandegárias contra os produtos estrangeiros, vulnerabilizando a produção interna de inúmeros itens da cesta alimentar básica da população mexicana.

[...] de 1994 a 2006 la agricultura enfrento la mayor devastación productiva de la etapa reciente. Tal situación respondió en esencia a la entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos y Canadá. Entre 1994 y 2003 se eliminaron los aranceles de todos los productos agropecuarios con excepción del maíz, el frijol, la leche y el azúcar, a los cuales se les brindó un plazo de 15 años para reducir a cero el arancel. Mientras tanto, se acordó la importación de 2.5 millones de toneladas de maíz sin arancel y 150 mil toneladas de frijol (RUBIO, 2013, p. 56)²⁴².

Apesar da liberalização da compra/venda da terra, a estrutura fundiária não se alterou drasticamente, conforme se pode observar no gráfico seguinte. As propriedades agrárias de famílias camponesas seguem sendo a esmagadora maioria, em detrimento das propriedades empresariais, cujo percentual – apesar de crescente, ainda é pouco significativo. A tendência, porém, aponta para uma maior pressão sobre as terras ejidais e comunais para convertê-las em propriedades com fins capitalistas, como já se observa no noroeste do país.

Al no existir prácticamente barreras para la acumulación de tierras privadas y pocas barreras para la acumulación de tierras ejidales, es muy probable que se demuestre en el futuro que los pequeños productores han disminuidos considerablemente, mientras que un relativamente reducido número de grandes productores y asociaciones agroindustriales están ocupando, a través de la compra o renta de la tierra, las mejores tierras agrícolas y ganaderas del país. Los

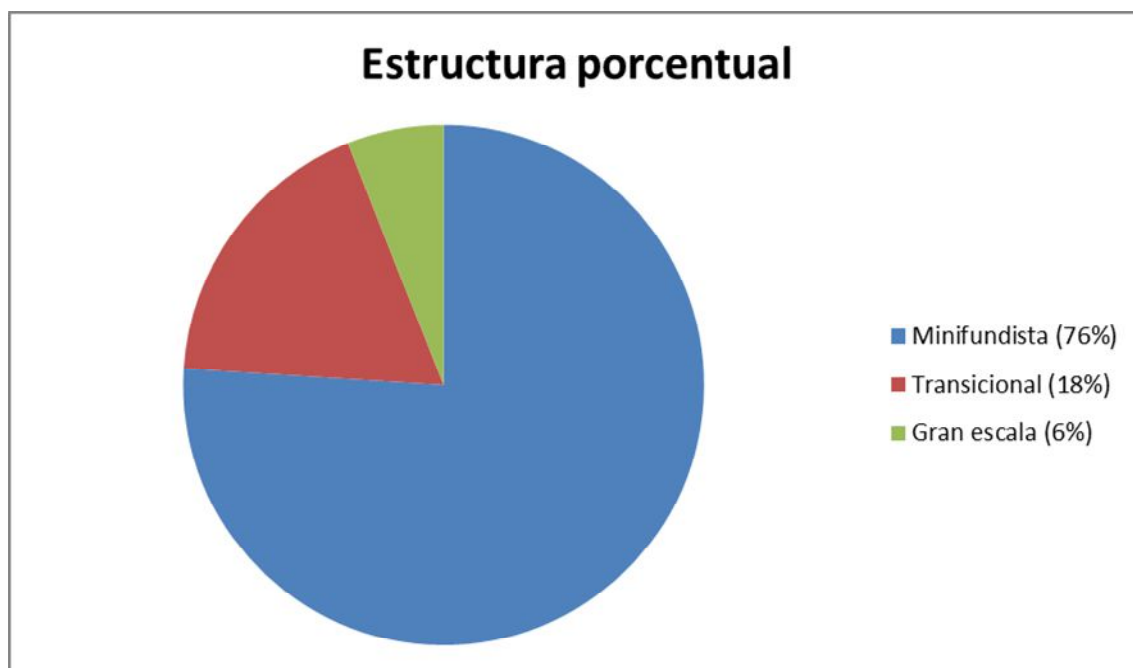
²⁴¹ “A intenção fundamental dos empréstimos agrícolas do Banco Mundial foi induzir a abertura da terra ejidal a capitais “nacionais e/ou estrangeiros”; aspecto nodal e socialmente explosivo de seu programa para a “modernização” rural aplicado pelo governo de Salinas (1988-1994)” (Ibid, p. 39, tradução nossa).

²⁴² “[...] de 1994 a 2006 a agricultura enfrentou a maior devastação produtiva da etapa recente. Tal situação respondeu em essência a entrada em vigor do Tratado de Livre Comercio com Estados Unidos e Canadá. Entre 1994 e 2003 eliminaram as tarifas de todos os produtos agropecuários com exceção do milho, do feijão, do leite e do açúcar, para os quais foi acordado um prazo de 15 anos para reduzir a zero a tarifa. Enquanto isso, se definiu pela importação de 2,5 milhões de toneladas de milho sem tarifa e 150 mil toneladas de feijão” (RUBIO, 2013, p. 56, tradução nossa).

campesinos que permanecen son por lo general personas adultas que no pueden emigrar y que muchas veces subsidian sus procesos productivos con remesas. El relevo generacional está en duda, ya que los campesinos más jóvenes prefieren buscar alternativas en otros sectores de la economía o en el exterior (MACKINLEY, 2008, p. 191)²⁴³.

FIGURA 7

Estrutura percentual das unidades de produção no México (2007)



Fonte: Inegri (2007) *apud* RUBIO, 2013, p. 59.

Assim, não se pode falar que há no campo mexicano um regime de propriedade disseminado aos moldes do agronegócio, como acontece em boa parte da América Latina. O que se observa, porém, desde as contrarreformas salinistas e a entrada em vigor do TLCAN é, além da paulatina perda de soberania e segurança alimentar, um empobrecimento das unidades familiares que pode potencializar a mobilidade do trabalho, especialmente dos jovens, em direção às áreas urbanas, desestruturando a

²⁴³ “Ao não existir praticamente barreiras para a acumulação de terras privadas e poucas barreiras para a acumulação de terras ejidais, é muito provável que se verifique no futuro que os pequenos produtores tem diminuído consideravelmente, enquanto que um relativamente reduzido número de grandes produtores e associações agroindustriais estão ocupando, através da compra ou arrendamento da terra, as melhores terras agrícolas e pecuárias do país. Os camponeses que permanecem são em geral pessoas adultas que não podem emigrar e que muitas vezes subsidiam seus processos produtivos com remessas. A renovação das gerações é incerta, já que os camponeses mais jovens preferem buscar alternativas em outros setores da economia ou no exterior” (MACKINLEY, 2008, p. 191, tradução nossa).

economia agrária camponesa e contribuindo para o processo *acaparamento* das terras pelo capital²⁴⁴.

Como resultado del TLCAN, los diferentes acuerdos comerciales firmados por nuestro país, y la apertura general de nuestras fronteras, desde 1986, México ha ido cediendo su derecho a implementar su política agroalimentaria de manera soberana (SILVEYRA, 2011, p. 21)²⁴⁵.

As injunções da dinâmica nefasta do agronegócio se realizam no México de fora para dentro, pois os preços dos alimentos passaram a ser determinados em escala internacional com os acordos do TLCAN, provocando oscilações frequentes nos preços dos principais itens da alimentação do México, dentre eles, o milho, usado na fabricação das *tortillas*²⁴⁶. Diante da forte concorrência com a produção norte-americana, muitos camponeses passaram a cultivar o milho somente para o autoconsumo ou se arruinaram economicamente.

El resultado de esa liberación comercial significó el aumento drástico de las importaciones, dada la reducción de los aranceles sobre granos básicos baratos, contra los que los campesinos no han podido competir (SAXE-FERNANDEZ; DELGADO-RAMOS, 2004, p. 40)²⁴⁷.

Isto galvanizou o já presente processo de mobilidade do trabalho e deu margem ao aparecimento de uma incipiente produção empresarial no campo, com alta tecnificação, que tem se destacado no atendimento parcial da demanda de *tortilla* na área urbana e rural.

Al enfrentarse a los enormes volúmenes de productos importados subsidiados, se derrumba la rentabilidad de los agricultores locales, lo

²⁴⁴ Em palestra conferida num evento sobre Direito Agrário, realizado no mês de agosto no Instituto de Direito da Universidade Nacional Autônoma do México no dia 17 de agosto de 2014, o professor Victor Quintana Silveyra da Universidade Autônoma de Ciudad Juarez afirmou que o desemprego e a pobreza no campo tem feito com que as terras dos camponeses passem para as mãos do narcotráfico. O professor ressaltou que boa parte dos camponeses situados ao norte do território mexicano já não produzem mais milho, agora produzem maconha.

²⁴⁵ “Como resultado do TLCAN, os diferentes acordos comerciais firmados por nosso país e a abertura geral de nossas fronteiras, desde 1986, o México foi cedendo seu direito a implementar sua política agroalimentar de maneira soberana” (SILVEYRA, 2011, p. 21, tradução nossa).

²⁴⁶ México es el centro de origen, diversidad y domesticación del maíz, los parientes silvestres de este cultivo se encuentran distribuidos en diferentes zonas del país; además, la tortilla de maíz es la base de la alimentación del pueblo mexicano (AGUIRRE, 2004, p. 188).

²⁴⁷ “O resultado dessa liberação comercial significou o aumento drástico das importações, dada a redução das tarifas sobre grãos básicos baratos, contra os que os camponeses não têm podido competir” (SAXE-FERNANDEZ; DELGADO-RAMOS, 2004, p. 40, tradução nossa).

que agudiza la pobreza, la exclusión y la migración (SILVEYRA, 2011, p. 18)²⁴⁸.

Da década de 1990 a 2007 o preço do milho esteve abaixo do custo de produção das unidades familiares no campo mexicano, fruto de um deliberado *dumping* praticado pelos produtores norte-americanos. O resultado disso foi um drástico aumento da importação do cereal frente à produção nacional²⁴⁹. Além disso, as corporações transnacionais, situadas nas atividades de distribuição e circulação no México se aproveitaram dos baixos preços para armazenar parte da produção para especulações futuras²⁵⁰.

De 1990 a 2008, la oferta total de maíz ha aumentado hasta 33 millones de toneladas (79 por ciento) con base tanto en la producción nacional como en las importaciones. Estas crecieron en 122 por ciento frente a 66,7 por ciento de la producción nacional, y representan 27 por ciento de la oferta total (en 1990 era 21,9 por ciento) (APPENDINI; QUIJADA, 2013, p. 123)²⁵¹.

Com a decisão do governo norte-americano em produzir etanol para fazer frente ao majorado preço do barril de petróleo, se diminuiu a oferta de milho no mercado mundial, elevando rapidamente o seu preço. Em 2008, o México como grande importador desse cereal se viu às voltas com a inflação do principal item do cardápio de sua população, que, por sua vez, provocou a majoração dos preços das *tortillas*.

La repercusión directa que tuvo México el aumento del precio del maíz en el mercado mundial fue elevar el precio de la tortilla que llegó a venderse en algunos estados a 30 pesos el kilo, por lo que el presidente Felipe Calderón estableció un máximo al precio de la tortilla (CHAUVET; AGUIRRE, 2003, p. 98; 99)²⁵².

²⁴⁸ “Ao se enfrentar com os enormes volumes de produtos importados subsidiados, se desmorona a rentabilidade dos agricultores locais, o que agudiza a pobreza, a exclusão e a migração” (SYLVEIRA, 2011, P. 18, tradução nossa).

²⁴⁹ Rubio (2003) explica que a dependência alimentar no México também se estendeu para outros itens desde o TLCAN: em 2008 se importava 52% do trigo, 75% do arroz e 98% da soja. Segundo o periódico La Jornada del Campo (2011), 15 anos após o TLCAN o México deixou de importar pouco mais de dois bilhões de dólares para passar a importar mais de 23 bilhões de dólares em alimentos.

²⁵⁰ Rubio (2003) explica que 4 empresas (Maseca, Cargill, Minsa, ADM) controlam 66% da oferta do milho no México.

²⁵¹ “De 1990 a 2008, a oferta total de milho tem aumentado até 33 milhões de toneladas (79%) com base tanto na produção nacional como nas importações. Estas cresceram em 122% frente a 66,7% da produção nacional, e representam 27% da oferta total (em 1990 era 21,9%)” (APPENDINI; QUIJADA, 2013, p. 123, tradução nossa).

²⁵² “A repercussão direta que teve o México com o aumento do preço do milho no mercado mundial foi elevar o preço da tortilla que chegou a ser vendida em alguns estados a 30 pesos o quilo, motivo pelo qual o presidente Felipe Calderón estabeleceu um máximo ao preços da tortilla” (CHAUVET; AGUIRRE, 2003, p. 98; 99, tradução nossa).

Assim, se pode concluir que, não obstante o campo mexicano continue sendo composto por uma significativa presença de camponeses e de uma estrutura agrária fincada historicamente nos ejidos e na propriedade comunal, a voracidade interminável do capital, inscrita no modelo do agronegócio, tem sistematicamente atentado contra o legado da Revolução de 1917. Não se pode afirmar que há no campo mexicano a materialização do agronegócio, aos moldes de como ocorre na Argentina e no Brasil, haja vista que o processo de liberalização das atividades agrícolas/agrárias é um processo muito recente no México²⁵³.

Há muitas transnacionais ligadas ao agronegócio instaladas no controle de parte expressiva do processo de distribuição e circulação, capturando da renda da terra e interferindo nas oscilações dos preços. Entretanto, torna-se cada vez mais evidente que a dinâmica escalar de acumulação mundial do capital promove ingerências sobre essa estrutura agrária, que pode provocar o agravamento da expropriação primária, empobrecimento das famílias camponesas e crises alimentares frequentes.

²⁵³ Enquanto no Brasil, o mercado de terras foi concebido desde 1850, o México viveu quase todo o século XX, sob a proibição compra/venda de terras, bem como sob a proibição da territorialização das grandes corporações no campo.

Capítulo 8- Novo significado da partilha territorial

Nas formulações dos críticos marxistas do imperialismo, situados na II Internacional, haveria uma beligerância entre as nações de capital monopólico pela conquista de territórios, especialmente, nos países periféricos da economia capitalista. Ou seja, aqueles países que ainda não passavam por processos de concentração e centralização do capital, capazes de alavancar a formação de grandes corporações e brindar o capital financeiro de maior elasticidade para as suas operações seriam vítimas da corrida imperialista por matérias-primas, por mercados para a venda de mercadorias e por investimentos de capitais.

[...] las teorías clásicas pronosticaban que como resultado de la competencia interburguesa las guerras entre las potencias capitalistas serían inevitables (BORON, 2012, p. 22; 23)²⁵⁴.

Delineava-se um cenário em que a concorrência econômica era transposta para uma concorrência político-militar entre as nações de economia avançada, anunciando um período de guerras e intensas disputas.

Lenin era o mais incisivo defensor de que o imperialismo reservava uma pugna interimperialista entre as nações pela conquista de mercados. Afirmando, inclusive, que a condição para a mais expressiva atuação do capital financeiro estava condicionada à apropriação direta das colônias, a saber, à subjugação política das nações de economia atrasada.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos (LENIN, 2002, p. 62).

Estas formulações calcavam-se num contexto em que as corporações monopólicas reuniam capitais de origem nacional. Não somente as mesmas tinham sua matriz radicada em seu país de origem, como o processo de concentração e centralização do capital estava hegemonicamente involucrado em escala nacional, contando com forte apoio dos Estados-nação. O curso da interpenetração de capitais de

²⁵⁴ “As teorias clássicas prognosticavam que como resultado da concorrência interburguesa as guerras entre as potências capitalistas seriam inevitáveis” (BORON, 2012, p. 22; 23, tradução nossa).

diversos matizes e diferentes formações sociais era pouco significativo. Desse modo, compreende-se, perfeitamente, a indicação da beligerante partilha territorial como uma tendência insofismável da fase imperialista do capitalismo pelos críticos marxistas do imperialismo da II Internacional. Este excerto, avultado por Bukharin (1984) é ilustrativo do que se objetiva expressar:

A sociedade capitalista é inconcebível sem armamentos, da mesma forma que não pode ser concebida sem guerras. E assim como não são os preços baixos que engendram a concorrência, mas ao contrário, é a concorrência que determina o aviltamento dos preços, tampouco é a existência dos exércitos a causa essencial e a força motriz das guerras (embora, na realidade, as guerras sejam impossíveis sem exércitos) – mas, muito ao contrário, é a inelutabilidade dos conflitos econômicos que condiciona a existência dos exércitos. Eis, por que, nos dias de hoje, quando os conflitos econômicos atingem os mais altos níveis de tensão, assistimos à corrida armamentista. O domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro (BUKHARIN, 1984, p. 120).

Ahmad (2006) compartilha da concepção de que a beligerância entre os países, que tinham como camada subjacente a “rivalidade interimperialista”, pressupunha uma fase dentro da evolução global do modo de produção capitalista em que os capitais nacionais eram essencialmente discriminados por natureza e com escassa interpenetração.

Amin (1999) de modo geral, também segue a mesma perspectiva:

Estos oligopólios eran todavía grupos organizados nacionalmente, a pesar de la expansión de sus actividades en el extranjero y de la ocasional interpenetración y cosmopolitismo de sus estrategias. Por aquella época su competencia agudizó la rivalidad entre los Estados nacionales[...] (Ibid, p. 24)²⁵⁵.

Esse contexto permitia às rivalidades nacionais se sobreporem à construção e consolidação de uma dinâmica de valorização do capital para além das fronteiras. As duas principais guerras do século XX foram sintomáticas do que se deseja explicar. A instável geopolítica da época impedia uma maior articulação internacional burguesa para assegurar a reprodução ampliada do capital em escala mundial, incursionando

²⁵⁵ “Estes oligopólios eram ainda grupos organizados nacionalmente, apesar da expansão de suas atividades no exterior e da ocasional interpenetração e cosmopolitismos de suas estratégias. Naquela época sua concorrência agudizou a rivalidade entre os Estados nacionais [...]” (Ibid, p. 24, tradução nossa).

conflitos interimperialistas, em nome da partilha imediata do espaço para exploração de suas respectivas corporações nacionais.

Isto permitiu, inclusive, que se forjasse nos países periféricos um pensamento pró-industrialização nacional (como ocorreu na América Latina com os formuladores da Cepal) e um pensamento crítico marxista que alertava as relações hierárquicas entre as economias centrais e periféricas (como também ocorreu na América Latina com os signatários da Teoria da Dependência).

Também permitiu que o imperialismo fosse concebido, necessariamente, como uma investida militar de um Estado contra outro, em prol da expansão das empresas monopólicas nacionais, dando origem ao equívoco de interpretação, que dissocia o imperialismo do capitalismo. Não foram poucas as organizações de esquerda – a exemplo dos vários partidos comunistas – que entoaram o discurso de uma suposta distinção entre a luta anti-imperialista e anticapitalista. Em outras palavras, a ênfase na partilha territorial contribuiu para que se perdesse de vista que o imperialismo é maneira em que se manifesta o capitalismo com a formação dos monopólios e o poder (re)ordenador do capital financeiro. Portanto, não representa uma coisa à parte do capitalismo ou seu suplemento.

É preciso observar que a fase imperialista do capitalismo segue vigente, apresentando em seu seio alterações que reforçam seu caráter expropriador e parasitário. A internacionalização do modo de produção capitalista, com o alcance ora observado, associada ao processo de financeirização da economia, que generalizou o modelo de corporação transnacional de sociedade anônima, propiciou uma interpenetração de capitais, sem registro similar na história do capitalismo.

O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas a nível mundial (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Não obstante muitas corporações continuem radicadas em seus países de origem, recebendo alguma forma de subsídio estatal, a captação de seus recursos tornou-se mundial. O capital portador de juros e o capital fictício afluem de diversos *players* situados em distintos países, inclusive, periféricos.

[...] com a internacionalização da produção e a mundialização da economia, as corporações transnacionais conseguiram unificar globalmente o ciclo do capital: produzem internacionalmente,

financiam-se internacionalmente e realizam a produção também internacionalmente (COSTA, 2007, p. 94; 95).

Gowan (2009) oferece um exemplo emblemático disso: em meio à ameaça de falência de duas das maiores instituições financeiras norte-americanas, Fannie Mae e Freddie Mac, as mesmas foram nacionalizadas pelo governo dos Estados Unidos com uma injeção de liquidez de 200 bilhões de dólares, por exigência de seu principal credor, o governo chinês, portador de mais de 400 bilhões de dólares em títulos das duas instituições.

Toussaint (2002) afirma que 1/3 do comércio mundial na atualidade é intra-firma, em outras palavras, entre as próprias corporações transnacionais, suscitando obstáculos em se estabelecer uma estatística que traduza a realidade das trocas entre os países.

Por consequência, não se observa na contemporaneidade a um imperialismo substantivado num iminente confronto direto entre nações de economias monopolistas e financeirizadas. Há uma contraditória articulação em escala mundial – a qual não suprime as diferenças de produtividade do trabalho e do capital, bem como a discrepância de volume de operações entre as corporações radicadas em distintos países, centrais e periféricos – da burguesia dos países, ensejada pelo compulsório desejo de valorizar o capital. Essa articulação contraditória forma um sistema imperialista que açambarca inúmeras empresas e Estados em uma relação hierárquica de valorização do capital.

Assim como a teoria se situava historicamente o “imperialismo”, será útil agora situar historicamente esta teoria, elaborada com base na experiência do final do século XIX e começo do século XX. Quase oito décadas depois, a disputa feroz entre potências capitalistas foi substituída por uma espécie de “aliança estratégica” dirigida pelos Estados Unidos, ainda que nela subsistam importantes contradições que poderiam mesmo se ampliar com o aprofundamento da crise. De qualquer forma, estamos muito longe do panorama de confrontos violentos do passado entre países centrais. Distintos fatores contribuíram para esta nova realidade. Um deles foi a permanência, durante quase meio século, de um bloco anticomunista dominado pelos Estados Unidos, que forjou cooperações, interesse comuns etc. Outro fator essencial é o processo de interpenetração econômica, associações e fusões transnacionais de empresas em cujo cume se encontra a constituição de um único sistema financeiro-especulativo hegemônico nos países centrais, condicionando seus estados e estruturas produtivas, atravessando fronteiras nacionais. Mas isso não significa a chegada de uma nova etapa, “superior” (ultra-imperialista) do capitalismo (BEINSTEIN, 2011, p. 257; 258).

Não se vislumbra, porém, o aparecimento de um cenário marcado por relações estáveis entre as corporações e entre os Estados. Muito pelo contrário. É sempre uma relação ancorada em “pés de barro”, ou seja, instável.

O caráter oligopolista da concorrência implica a dependência mútua de mercado, bem como a instituição de formas combinadas de cooperação e de concorrência entre os “verdadeiros rivais”. Não significa de maneira alguma, que os grupos deixem de se entregar a uma rivalidade acirrada, muitas vezes encarniçada, chegando até a ser “mortal”. A arena é mundial. É preciso, então, que também o sejam as estratégias dos rivais, bem como os modos de coordenação, controle e gestão aplicados dentro dos grupos. Mas é sempre explorando, o melhor possível, as desigualdades nacionais, e até reconstituindo-as, que os oligopolistas levam a concorrência (CHESNAIS, 1996, p. 117).

O que se deseja apresentar é que se verifica a primazia da valorização do capital sobre qualquer injunção de cunho político, social ou cultural. Como afirma Fontes (2010) a partilha, outrora hegemonicamente imediata, tornou-se, doravante, mediata.

Magdoff (1972) já afirmava que uma das transformações que passaria o imperialismo era o encerramento do foco na rivalidade pela partilha do mundo em nome da consolidação de um sistema imperialista.

A prioridade da subjugação é agora de cunho econômico, já não se faz imprescindível um conflito armado interimperialista de grande envergadura para abocanhar o espaço absoluto/relativo de um país de economia inferior.

Considerada entonces en retrospectiva, la violencia imperialista jugó el rol de garantizar una “acumulación originaria” en la periferia, abriendo el camino para la acumulación capitalista en las periferias. Por eso mismo la violencia dejó paulatinamente de ser el medio para la extracción del excedente. La explotación pasó a ser económica, en el sentido planteado por Marx, también en los países atrasados (ASTARITA, 2009, p. 91; 92)²⁵⁶.

O imperialismo não se transformou no ultra-imperialismo, como conceituou Kautsky, ou seja, numa relação de paz duradoura entre as nações, pois isso significaria desconsiderar a conhecida e indissolúvel contradição, nos marcos da sociedade capitalista, entre os imperativos expansionistas do capital e os sistemas de mediação estatais, que não consegue dissipar em definitivo a possibilidade de deflagração de

²⁵⁶ “Considerada então em retrospectiva, a violência imperialista jogou o papel de assegurar uma “acumulação originária” na periferia, abrindo o caminho para a acumulação capitalista nas periferias. Por isso mesmo a violência deixou paulatinamente de ser o meio para a extração do excedente. A exploração passou a ser econômica, no sentido proposto por Marx, também nos países atrasados” (ASTARITA, 2009, p. 91; 92, tradução nossa).

guerra interimperialista. O imperialismo também não se transformou em império – como Hardt; Negri (2005) tentaram nos fazer acreditar – ou seja, uma fase de Estados debilitados e ausência de uma referência espacial de poder e de reprodução do capital. O que se deseja apontar é que a previsão da mais absoluta beligerância entre as nações de economia avançada, como tônica da fase imperialista, obteve validade até certo momento da história.

Enfatizamos que com o elevado grau de internacionalização da economia capitalista, que estendeu os tentáculos da exploração do trabalho abstrato a quase totalidade do planeta e a economia financeirizada, que entrecruza interesses de *players* radicados em distintos países, não se faz mais premente o domínio político direto. Ele é indireto, mediado primariamente pela continuidade do processo de reprodução ampliada do capital que envolve as burguesias industrial/financeira/agrária das distintas formações sociais.

[...] la eficacia práctica del imperialismo pasa inexorablemente por estructura nacional-estatales de mediación. Nada más erróneo que suponer al imperialismo como un “factor externo”, que opera con independencia de las estructuras de poder de los países de la periferia. Lo que hay es una articulación entre las clases dominantes a nivel global, lo que hay podríamos denominar una “burguesía imperial” – es decir, una oligarquía financiera, petrolera e industrial que se vincula y coordina trascendiendo las fronteras nacionales –, que dicta sus condiciones a las clases dominantes locales en la periferia del sistema, socios menores de su festín, pero que tienen la importante función de viabilizar el accionar del imperialismo a cambio de obtener ventajas y beneficios para sus propios negocios (BORON, 2012, p. 26)²⁵⁷.

Diferentemente do que disse Lenin, de que seria mais vantajoso para o capital financeiro lançar mão de uma dominação imediata com perda de independência política das nações, observa-se, quase cem anos depois dessa assertiva, que o capital financeiro finalmente alcançou o mais elevado processo de açambarcamento da riqueza social, num momento em que a colonização direta, ou seja a subjugação política de toda uma nação, não está mais na ordem do dia. Contraditoriamente, o capital financeiro tornou-se mais penetrante, efusivo e com maior capacidade de ordenar toda a vida econômica

²⁵⁷ “A eficácia prática do imperialismo passa inexoravelmente pela estruturas nacional-estatais de mediação. Nada mais errôneo que supor o imperialismo como um “fator externo”, que opera com independência das estruturas de poder dos países da periferia. O que há é uma articulação entre as classes dominantes em nível global, o que há, poderíamos denominar é uma “burguesia imperial” – em resumo, uma oligarquia financeira, petroleira e industrial que se vincula e coordena transcendendo as fronteiras nacionais –, que dita suas condições às classe dominantes locais na periferia do sistema, sócias menores de seu festim, mas que tem a importante função de viabilizar o mecanismo do imperialismo em troca de obter vantagens e benefícios para seus próprios negócios” (BORON, 2012, p. 26, tradução nossa).

de uma nação, quando as relações mediadas pela dominação político-militar se enfraqueceram.

Isso significa que a noção de território econômico, preconizada por Hilferding (1985), que consistia de apropriação direta de um espaço (entendido por ele como área) de um país, para favorecer às corporações monopólicas nacionais, desproveu-se de correspondência real.

[...] tanto Hilferding como Lenin resaltaron la creación de zonas de comercio exclusivas y el consiguiente surgimiento de imperios territoriales; pero el capitalismo financiarizado no ha producido ese tipo de fenómenos; por el contrario, ha habido presiones para la reducción de los aranceles y la homogeneización del marco institucional del comercio internacional. El proceso ha sido desigual y contradictorio y, como es costumbre, ha implicado la discriminación de los países subdesarrollados (LAPAVITSAS, 2011, p. 82)²⁵⁸.

Os conflitos bélicos prosseguem e o recurso à guerra não saiu do conhecido cardápio da fase imperialista do capitalismo, entretanto, eles se tornaram mais seletivos e direcionados a determinadas formações sociais, ainda não perfeitamente adaptadas ao hierárquico sistema imperialista mundial ou que de alguma maneira obstaculizem a *vorágine* do capital. Boron (2012) explica que desde 1945 houve guerras, entretanto estas tem sido do capital contra a população das periferias (intra e inter-nações) do sistema capitalista e não entre as conhecidas nações da economia central.

Isso ficou mais nítido com as alterações processadas na economia capitalista e na geopolítica mundial desde a eclosão da crise do capital na virada da década de 1960/70 e desde a implosão da União Soviética, a saber: as deliberadas (des)regulamentações fiscais e monetárias dos países, que alavancaram a mobilidade do capital, (res)significando tradicionais fronteiras políticas, a formação de uma aliança internacional, cristalizada na OTAN, e nucleada pelo incontestável poder bélico norte-americano, além da criação de algumas instituições multilaterais para atuarem como *bureau* político dos interesses das principais corporações capitalistas, a exemplo do FMI, Banco Mundial e OMC.

²⁵⁸ “[...] tanto Hilferding como Lenin resaltaron la creación de zonas de comercio exclusivas e o consiguiente surgimiento de imperios territoriales; mas o capitalismo financeirizado não tem produzido esse tipo de fenómeno; pelo contrário, tem existido pressões para a redução das tarifas e a homogeneização do marco institucional do comércio internacional. O processo tem sido desigual e contraditório e, como é costume, tem implicado a discriminação dos países subdesenvolvidos” (LAPAVITSAS, 2011, p. 82, tradução nossa).

As armas de guerra continuam a ser produzidas e o complexo militar-industrial segue a todo vapor, ainda notavelmente marcado pela concentração e centralização²⁵⁹ de capitais em economias centrais do capitalismo, mas com saliente crescimento de empresas radicadas em economias periféricas. No último relatório divulgado pelo Sipri²⁶⁰ no ano de 2014, referente ao ranking das 100 principais companhias produtoras de armas e serviços militares, é possível observar que há uma ligeira inflexão para baixo da totalidade das receitas auferidas no ano de 2012, porém, é mais de 40% superior às cifras de 2002. Também se observa que 69 companhias presentes no ranking, ou seja, 84,2% do total das empresas citadas no estudo, radicam em países da América do Norte (38 nos Estados Unidos e 1 no Canadá) e Europa Ocidental (30 no total, distribuídas, principalmente, entre o Reino Unido e a França). O estudo chama a atenção para os “*emerging producers*”, sublinhando o crescimento da totalidade das receitas armamentistas de empresas radicadas em países como Brasil, Índia, Coréia do Sul, Singapura e Turquia. A Embraer S.A., por exemplo, única empresa radicada no Brasil listada no ranking e uma corporação transnacional com operações industriais e financeiras em outros países²⁶¹, saltou de 94º lugar no ranking de 2010 para 62º lugar em 2013.

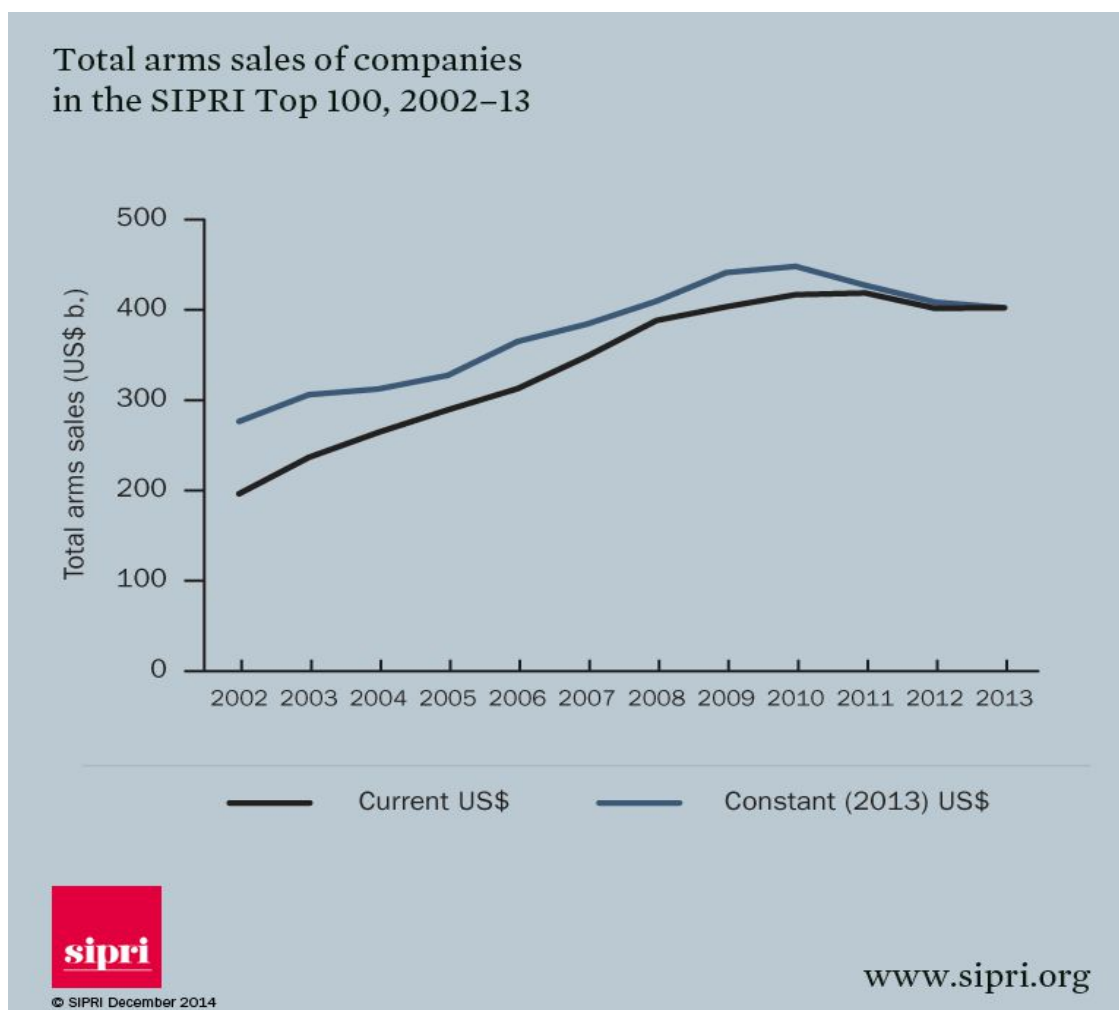
²⁵⁹ Refiro-me a profusão de empresas que aliam a fabricação de produtos da indústria não militar a produtos militares. A respeito disso, explica Martins (2005): “É difícil descobrir o que é produção de armamento ou produção civil em empresas como a Lockheed, General Electric, General Motors, IBM, Monsanto, quer dizer, nas maiores empresas americanas. A Boeing, por exemplo, é a maior produtora mundial de grandes aviões civis, mas também uma das maiores na produção de aviões supersônicos de combate (F-16 etc.)” (Ibid, p. 46).

²⁶⁰ Sigla em inglês do Instituto Internacional de Estudos da Paz de Estocolmo.

²⁶¹ A empresa oferece papéis nas Bolsas de Valores de São Paulo e Nova York e capta parte importante de seus recursos de fundos de pensão.

FIGURA 8

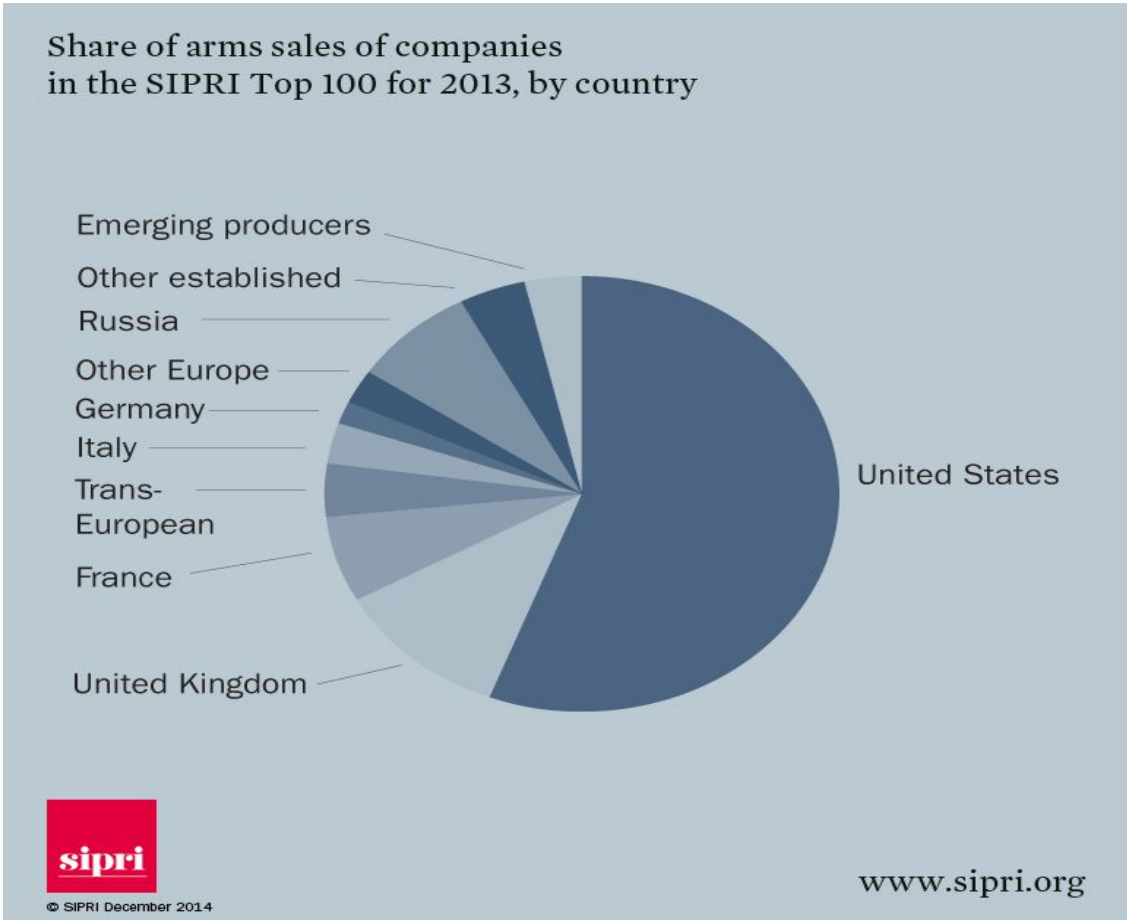
Total de Armas vendidas por Companhias no Ranking SIPRI 100



Fonte: Sipri, 2014, p. 01.

FIGURA 9

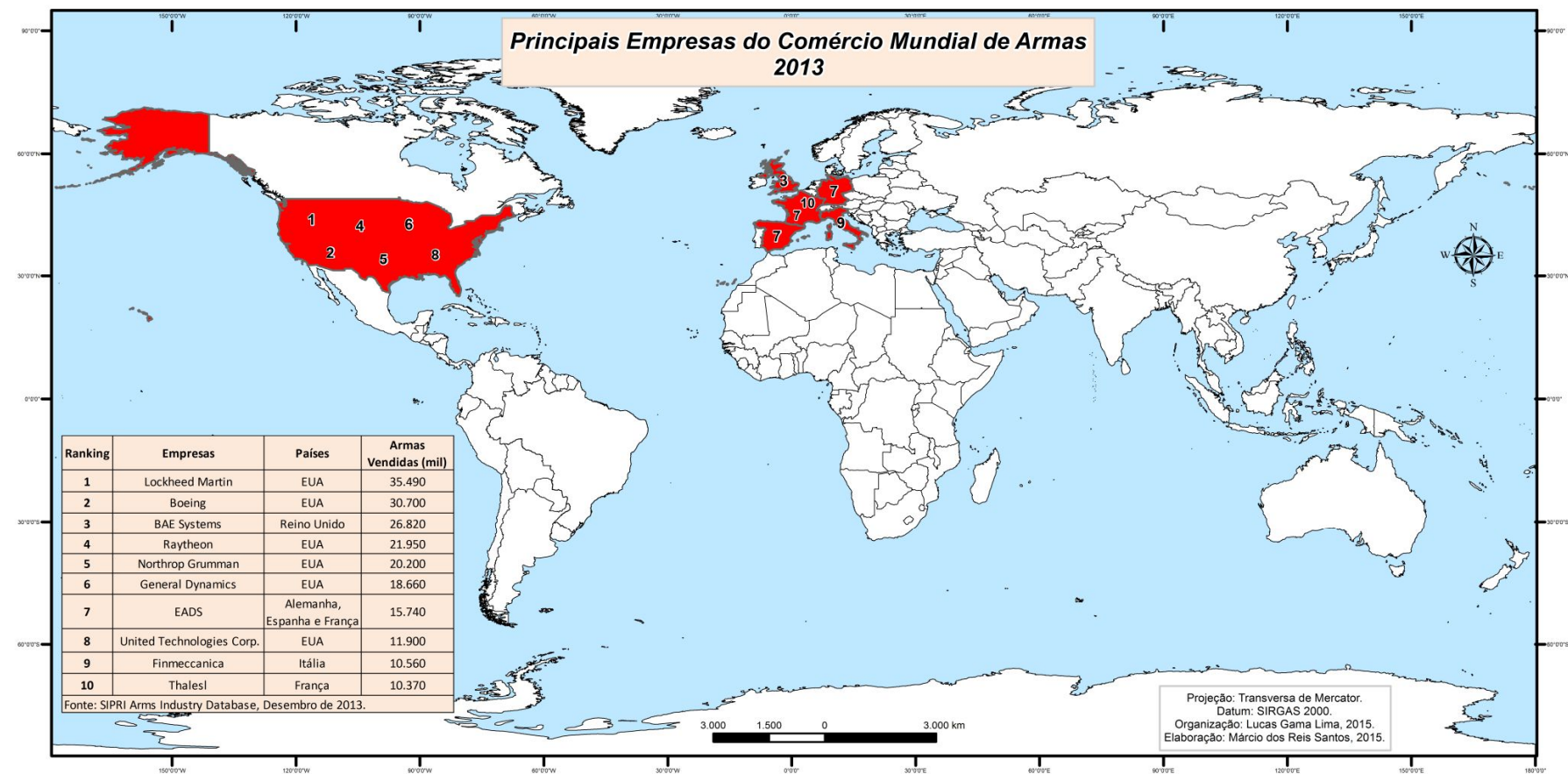
Divisão de armas vendidas pelas companhias no Ranking SIPRI 100, por país



Fonte: Sipri, 2014, p. 02.

FIGURA 10

Distribuição das principais empresas do comércio mundial



Fonte: Sipri, 2014, p. 03.

Embora siga em ritmo quase recalcitrante o complexo militar-industrial também se alterou. Se antes a aquisição de armas e equipamentos militares estava indissociavelmente relacionada aos Estados-nação – tendo como objetivo dotar de força seus respectivos exércitos –, com o fim da Guerra-Fria emergiram companhias voltadas à execução complementar de operações militares. São os novos mercenários²⁶² da indústria da guerra.

Uma publicação do Center for Public Integrity divulgada no ano de 2002, aponta que a terceirização de operações militares, especialmente aquelas de alcance rápido, se tornou a tônica da relação íntima entre Estados e companhias privadas de mercenários. Essas companhias, que já atuavam nos Estados Unidos há mais de três décadas, expandiram sua atuação para numerosos países, especialmente Estados Unidos, Reino Unido e África do Sul.

Não se descarta o aparecimento de uma guerra de proporções inigualáveis que envolva as principais economias do sistema imperialista. A violência foi parteira do capitalismo e o segue como parceira fiel sob a fase imperialista. Esta premissa se torna ainda mais relevante quando se observa que sob a fase imperialista do capitalismo, se registrou rotineiramente maiúsculas crises do capital, decorrentes da diminuição das margens de valorização produtiva do valor e do descolamento exponencial da esfera financeira.

A crise do capital tornou-se estrutural e cada vez é mais flagrante a irracionalidade do capital, buscando “saídas” parciais em formas barbáricas, a exemplo da guerra. Esta sempre figurou como uma alternativa contingente para crises de superprodução do capital, pois sua capacidade de liquidar excessos inconvenientes sempre esteve à mão.

[...] o método de solucionar os problemas acumulados pela ativação dos mecanismos de destruição não é de modo algum algo radicalmente novo, que só aparece com o desenvolvimento recente do capitalismo. Pelo contrário, esta é precisamente a maneira pela qual o capital conseguiu se livrar, ao longo de sua história, das situações de crise: isto é, destruindo sem cerimônia unidades de superproduzidas e não mais viáveis de capital, intensificando convenientemente tanto a concentração como a centralização do capital e reconstituindo a lucratividade do capital social total. A inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é dada pela generalização da prática anterior – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises –, que se torna então o modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema orientado no

²⁶² Mercenários são oficialmente banidos pelo artigo 47 das Convenções de Genebra.

sentido da produção para a destruição como procedimento corrente [...] (MÉSZAROS, 2002, p. 692; 693).

As possibilidades da irracionalidade do capital se cristalizarem com mais nitidez estão sempre à vista. Mas, há um obstáculo na atualidade que a torna pouco realista. O patamar de desenvolvimento das forças produtivas ao longo do último século permitiu a emergência de um verdadeiro complexo industrial-militar que se articula na forma de *clusters*, envolvendo universidades, centros de pesquisa, órgãos militares pertencentes ao Estado e grandes corporações transnacionais.

Eles se dedicaram a construir um arcabouço de armas letais jamais vistas, potencializando a capacidade de destruição. Este fastidioso cardápio de armas se espalhou para vários países desde que o complexo militar-industrial foi devidamente subordinado à lógica de valorização do capital. Ou seja, desde que a mercantilização da indústria da destruição assumiu patamares significativos mais e mais corporações radicadas em diferentes formações sociais se dedicaram a essa lucrativa operação. Obviamente a produção tecnológica segue altamente concentrada em poucas corporações, mas se registra um crescente processo de associações, fusões, *joint ventures* entre um significativo número de corporações que propicia o compartilhamento de informações e, até certo ponto, de tecnologia militar. Esse cenário indica que a capacidade de destruição da humanidade não é um evento apocalíptico bíblico.

Assim, é pouco provável que a encarniçada disputa econômica desague num desatinado conflito de proporções incomensuráveis como ocorreu nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais. A guerra para que atue como um verdadeiro recurso de contratendência à crise do capital não pode perdurar por muito tempo e tornar-se um mecanismo absolutamente imponderável. Como explica Dantas (2007), o setor bélico tem a capacidade de estimular a indústria não bélica, gerando efeitos positivos no plano imediato, no entanto, a manutenção da indústria da guerra se vale do aumento dos impostos cobrados pelo Estado e do maior endividamento do mesmo com a maior oferta de títulos da dívida pública para remunerar o capital fictício, sendo um recurso inócuo de contratendência à crise do capital a longo prazo. Um antídoto que apresenta limites objetivos.

O problema é que gasto militar, que vem como resposta à estagnação econômica (da economia não-militar), estimula o crescimento econômico em geral, mas depende de que aquele capital, da economia

não-militar – assim como também o próprio capital do setor bélico – por sua vez, aumente a taxa de extração de mais-valia, explore o trabalho vivo, consiga aumentar sua massa de lucro, caso contrário, o setor de bens de destruição não terá onde se apoiar consistentemente (Ibid, p. 69).

É sintomático o aparecimento de nações até então classificadas como periféricas, semicoloniais e subdesenvolvidas na multibilionária indústria da guerra. Isso evidencia que na atualidade há um comprometimento dos Estados e das corporações concorrentes em articular uma infraestrutura internacional de repressão e expropriação. Tudo em nome da necessidade compulsória de valorização do capital. Há, portanto, um sistema imperialista instável por natureza que costura relações desiguais e combinadas entre formações sociais centrais e periféricas com o fito de evitar sobressaltos ao processo de reprodução ampliada do capital. Essa é a tônica que alimenta o imperialismo no novo século: uma arquitetura industrial-militar em escala mundial, ávida por assegurar a valorização produtiva e especulativa do capital, que elege como principais inimigos àqueles que se oponham a esse objetivo – a classe trabalhadora em movimento –, e não a burguesia e Estados outrem.

8.1- A validade da categoria de dependência no imperialismo vigente

O florescimento de uma vasta pesquisa acerca das relações econômicas desiguais entre as nações centrais e periféricas emanou do entendimento de que haveria supostamente Estados imperialistas e Estados subimperialistas e não-imperialistas. A teoria marxista da dependência congregou vários autores adeptos da supracitada tese e seu corolário repousava num esquema analítico baseado no seguinte pressuposto: as economias periféricas sofriam as injunções da expansão das economias centrais, ou seja, onde a expansão do desenvolvimento gerava o subdesenvolvimento.

A importância das formulações avultadas pelos teóricos marxistas de dependência não necessita maiores explicações. Eles se contrapuseram às correntes pró-industrialização e dialeticamente inscreveram a situação de “atraso” das economias periféricas dentro da própria dinâmica internacional de acumulação de capital. Entretanto, essas formulações tal como àquelas formuladas pelos signatários da II Internacional estavam focadas em uma disputa entre economias nacionais mediadas pelo Estado.

Os representantes da Teoria da Dependência direcionaram suas investigações para suscitar as diferenças entre a dinâmica de acumulação do capital inscritas nas nações centrais e nas nações dependentes. Não se preocuparam em analisar o processo concentração e centralização de capitais que, em proporções bem inferiores às atuais, começava a associar tradicionais rivais econômicos na conjugação de um sistema imperialista. Embora, algumas formulações desses representantes buscassem apreender o padrão de reprodução do capital nas formações dependentes, elencando o déficit tecnológico e a superexploração da força-de-trabalho como suas características, havia um entendimento tácito que permeava todas as formulações, a saber: uma expoliação econômica praticada pelas nações imperialistas contra as nações dependentes.

Porém, a internacionalização do modo de produção capitalista gerou um cenário onde é possível observar na atualidade corporações transnacionais radicadas em países periféricos que realizam boa parte de suas operações produtivas no exterior.

Este desarrollo capitalista dio como resultado el surgimiento de empresas multinacionales en los países atrasados, outro fenómeno que según la visión tradicional de la dependencia y el imperialismo parecia imposible que sucediera. Petrobrás de Brasil, Tenarias de Argentina, Tata de India, Cemex de México, entre otras, se expanden por fuera de sus países de origen, y entran en competencia con otras grandes corporaciones a nivel mundial (ASTARITA, 2009, p. 86; 87)²⁶³.

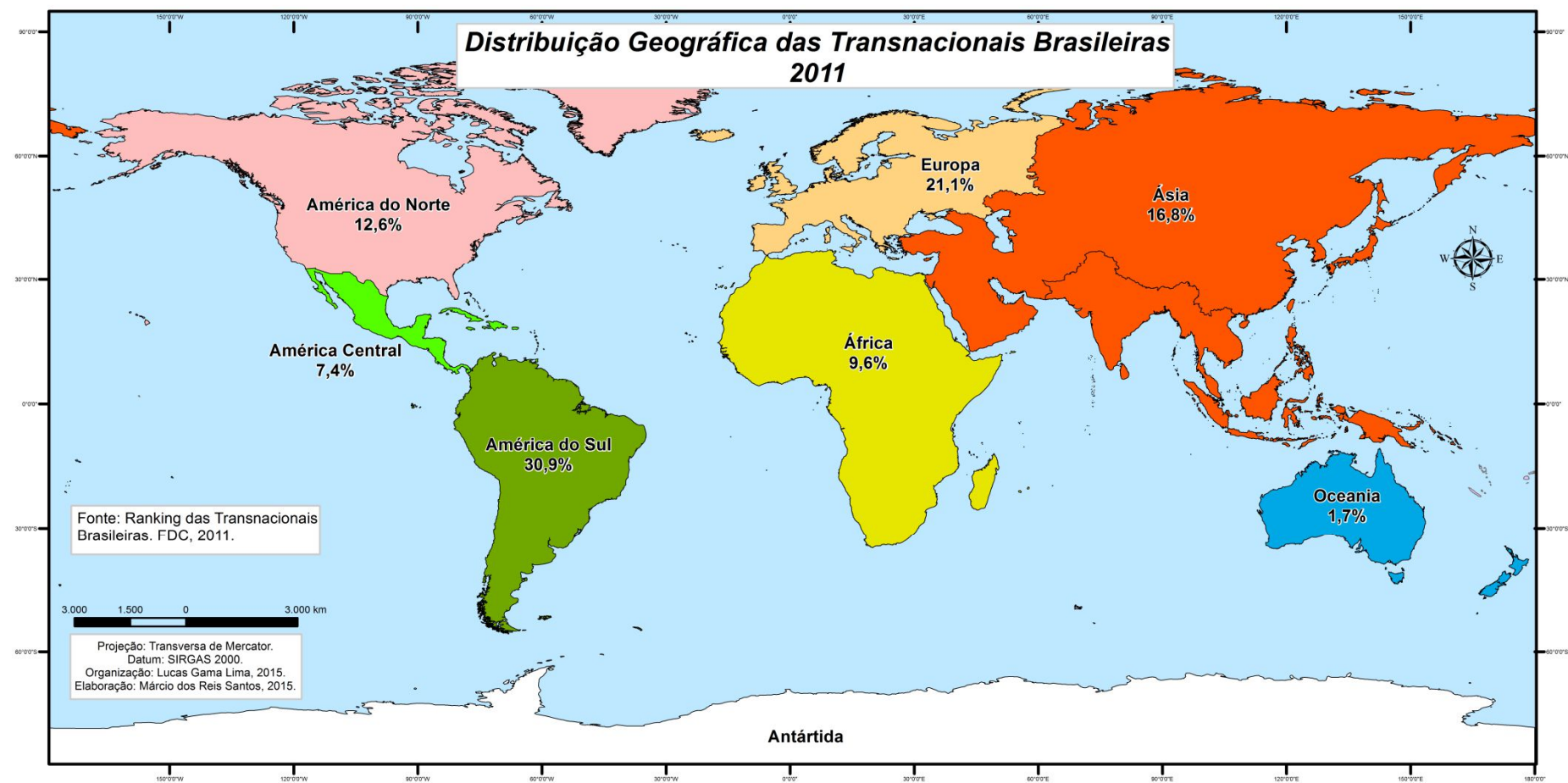
No curso do processo de rotação do capital, os trabalhadores dos países centrais também tem se inserido em boa medida como vítimas diretas da exploração do mais-valor praticada por corporações oriundas de países dependentes. Como explica Fontes (2010) a superexploração da força de trabalho, como parte das expropriações secundárias, tem se tornado corriqueira nos países centrais. Uma estratégia do capital para retomada dos lucros.

Astarita (2009) revela que as corporações transnacionais dos países periféricos tem perscrutado novos rincões para exploração de mais-valor, se destacando nos Investimentos Externos Diretos que alcançaram 13% no ano de 2006. Para o autor isso indica que as burguesias situadas em países periféricos tem abocanhado crescentemente parte do lucro capitalista mundial com atividades produtivas no exterior.

²⁶³ “Este desenvolvimento capitalista deu como resultado o surgimento de empresas multinacionais nos países atrasados, outro fenómeno que segundo a visão tradicional da dependência e o imperialismo parecia impossível que se sucedesse. Petrobrás de Brasil, Tenarias de Argentina, Tata de India, Cemex de México, entre outras, se expandem por fora de seus países de origem e entram em concorrência com outras grandes corporações em nível mundial” (ASTARITA, 2009, p. 86; 87).

No tocante a internacionalização das atividades de empresas transnacionais radicadas no Brasil, Bugiato; Beringer (2012) informa que os investimentos externos diretos superaram pela primeira vez na história os investimentos estrangeiros no país. Informam também que as aquisições e fusões envolvendo empresas transnacionais radicadas no país estabeleceram recorde no ano de 2007, com 48% de aumento em relação ao ano de 2006.

FIGURA 11



Fonte: Ranking das Transnacionais, FDC, 2011.

Os investimentos externos diretos deixaram de ser um marca quase que exclusiva das corporações radicadas em países centrais da economia e um mecanismo emblemático de exploração econômica dos países dependentes.

[...] não há razão para o leitor espantar-se com o seguinte fato: nos últimos trinta anos, os países dependentes e periféricos se tornaram exportadores de capital para os países centrais (NETTO; BRAZ, 2007, p. 235).

Com o desenvolvimento das forças produtivas nos países periféricos e sua articulação instável com conglomerados estrangeiros foi possível localizar vários empreendimentos industriais e financeiros advindos de corporações radicadas em países dependentes ou periféricos.

En la visión tradicional sobre el imperialismo, la IED constituía uno de los mecanismos más importantes de explotación de los países atrasados. Ya hemos señalado el elemento de cierto que había en esta afirmación. Sin embargo hoy hay que revisar esa noción, porque en líneas generales la IED no implica ninguna forma de explotación de las burguesías nativas por parte del capital extranjero. Por lo menos no lo es para los países subdesarrollados que reciben los mayores flujos de IED; entre éstos, Argentina, Chile, México, Brasil, China, India, Corea del Sur. En estos países tendencialmente se imponen tasas medias de ganancia para todos los capitales, sean nacionales o extranjeros. Las diferencias están determinadas, en lo fundamental, por el distinto poder económico – capacidad financiera, desarrollo tecnológico, etc., - pero no por algún tipo de coerción extra económica. Cuando los empresarios nativos se asocian con el capital extranjero – por ejemplo, capitales argentinos participaron en las privatizaciones de empresas públicas de Argentina junto a capitales europeos o estadounidenses – lo hacen como capitalistas que reciben su parte en la plusvalía según su peso económico. Los capitalistas nativos y los extranjeros están hermanados en la explotación de la clase obrera nativa, y no hay “opresión” por parte del capital extranjero sobre el capital nativo. Las transferencias de plusvalía que hacen los capitales extranjeros están determinadas por la misma lógica que gobierna las decisiones de cualquier otro capital. Los capitales nativos también transfieren al exterior plusvalías obtenidas dentro de “su” país cuando consideran que las inversiones no están seguras, o no son lo suficientemente rentables. Lo cual perjudica las balanzas de pagos, y las economías de los países subdesarrollados, pero esto no tiene nada que ver con alguna forma de “neo-colonialismo”, ya que obedece a las leyes del capitalismo (ASTARITA, 2009, p. 99; 100)²⁶⁴.

²⁶⁴“Na visão tradicional sobre o imperialismo, os IED’s constituíam um dos mecanismos mais importantes de exploração dos países atrasados. Já temos assinalado o elemento verídico nesta afirmação. Entretanto, hoje há a necessidade de revisar essa noção, porque em linhas gerais os IED’s não implicam nenhuma forma de exploração das burguesias nativas por parte do capital estrangeiro. Pelo menos não é para os países subdesenvolvidos que recebem os maiores fluxos de IED; entre estes, Argentina, Chile, México, Brasil, China, Índia, Coreia do Sul. Nestes países tendencialmente se impõem taxas médias de lucro para todos os capitais, sejam nacionais ou estrangeiros. As diferenças estão determinadas, no

Um informe da Cepal, publicado em 2014²⁶⁵, revela que houve significativa majoração do retorno de lucros do exterior, resultantes dos investimentos externos diretos. Em 2012, inclusive, os investimentos no exterior alcançaram um recorde com uma cifra de 50 milhões de dólares investidos no exterior. As empresas radicadas no México e no Brasil são as mais diversificadas e internacionalizadas. As empresas com sede no Brasil tem expressiva participação na América do Norte e África, além de alguns investimentos nos países da União Europeia. Já as empresas com sede no México possuem importantes investimentos nos Estados Unidos e Canadá, além de aquisições de empresas na Oceania, principalmente na Austrália.

fundamental, pelo distinto poder econômico – capacidade financeira, desenvolvimento tecnológico, etc., - mas não por algum tipo de coerção extraeconômica. Quando os empresários nativos se associam com o capital estrangeiro – por exemplo, capitais argentinos participaram nas privatizações de empresa públicas da Argentina junto a capitais europeus ou estadunidenses – o fazem como capitalistas que recebem sua parte na mais-valia segundo seu peso econômico. Os capitalistas nativos e os estrangeiros estão irmanados na exploração da classe operária nativa, e não há “opressão” por parte do capital estrangeiro sobre o capital nativo. As transferências de mais-valia que fazem os capitalistas estão determinadas pela mesma lógica que governa as decisões de qualquer outro capital. Os capitais nativos também transferem ao exterior mais-valia obtidas dentro de seu país quando consideram que os investimentos não estão seguros ou não são os suficientemente rentáveis. O qual prejudica as balanças de pagamentos e as economias dos países subdesenvolvidos, mas isto não tem nada a ver com alguma forma de “neocolonialismo”, já que obedece às leis do capitalismo” (ASTARITA, 2009, p. 99; 100, tradução nossa).

²⁶⁵ Disponível em

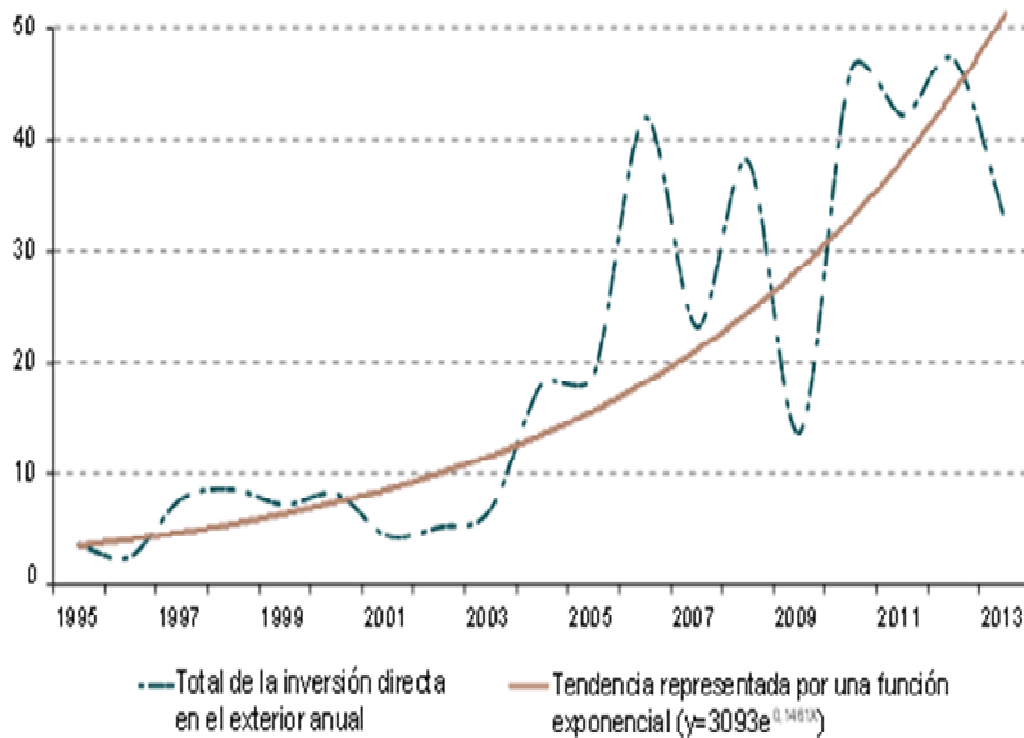
http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36805/S1420131_es.pdf?sequence=1

FIGURA 12

América Latina e Caribe: lucros líquidos de investimento direto no exterior (1995-2013)

(Em bilhões de dólares)

América Latina y el Caribe: egresos netos de inversión directa en el exterior, 1995-2013
(En miles de millones de dólares)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), 2013, p. 77.

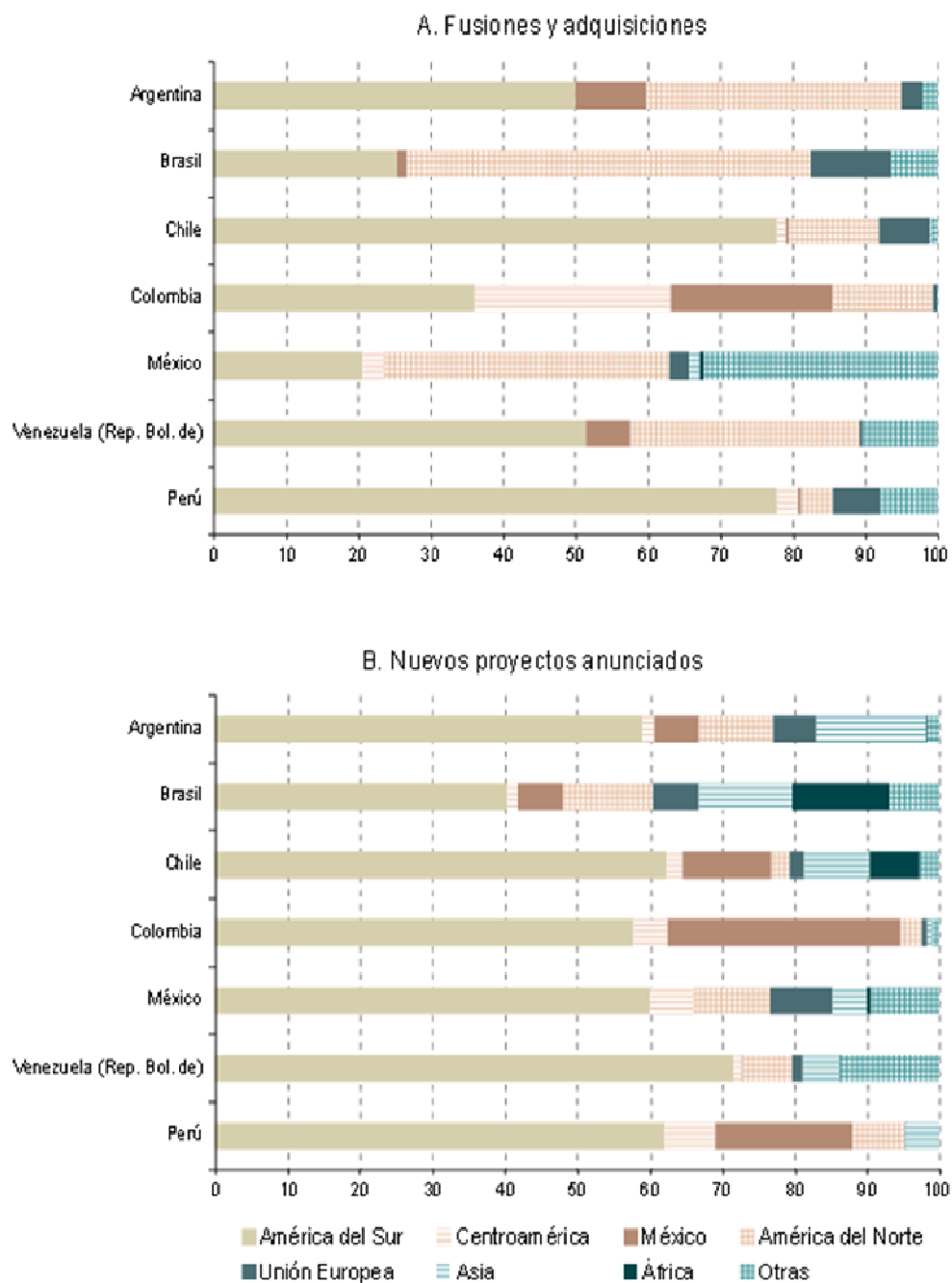
FIGURA 13

Distribuição das fusões, aquisições e novos projetos de investimentos anunciados por empresas translatinas, por região ou país de destino, 2005-2013.

(Em porcentagens)

Distribución de las fusiones, adquisiciones y nuevos proyectos de inversión anunciados por empresas translatinas, por región o país de destino, 2005-2013

(En porcentajes)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), 2013, p. 79.

Os representantes da teoria da dependência não observaram duas tendências importantes do desenvolvimento capitalista. A primeira é que a presença de atividades produtivas no exterior permite a longo prazo o desenvolvimento das forças produtivas do país que recebe essas atividades. Marx (2011) já havia observado essa tendência ao analisar a presença do capital inglês na Índia. A segunda é que o florescimento de atividades produtivas capitalistas nos países conduziu a processos de concentração e centralização do capital que deram origem a corporações com sede nestes países. Na atualidade, parte dessas corporações atua em escala mundial e está devidamente envolvida no complexo financeiro.

Desde esta perspectiva teórica también se puede entender el rol que ha jugado la violencia de las potencias imperialistas sobre los países y regiones de la periferia, aun cuando fueron políticamente independientes, a lo largo del siglo XX. Las intervenciones militares, los golpes militares promovidos por el imperialismo, y acciones similares, estaban destinadas a imponer gobiernos títeres que facilitaran altísimas tasas de ganancia a las empresas imperialistas. Las grandes potencias favorecían las inversiones de “sus” corporaciones, y en este sentido es válido hablar de explotación de los países, de saqueo y pillaje. Sin embargo esas inversiones terminaron generando capitalismo nativos, que dieron lugar a gobiernos con creciente capacidad de resistencia y de establecerse con autonomía política propia. De esta manera se llega a una situación como la actual, en que cada vez más los países atrasados establecen relaciones con los Estados más poderosos no como vasallos coloniales, predominantemente pré-capitalistas, sino como formaciones capitalistas con gobiernos políticamente independientes (ASTARITA, 2009, p. 91)²⁶⁶.

Assim, não se faz compatível falar em nações imperialistas e subimperialistas. Em verdade, àquelas nações consideradas subimperialistas, a exemplo do Brasil, alcançaram uma economia monopolista com forte atuação do capital financeiro ao seu modo, e na contemporaneidade integram o sistema imperialista mundial como sócios menores. Estes sócios menores não estabelecem uma relação de cooperação antagônica

²⁶⁶ “A partir desta perspectiva teórica também se pode entender o rol que tem jogado a violência das potências imperialistas sobre os países e regiões da periferia, mesmo quando foram politicamente independentes, ao longo do século XX. As intervenções militares, os golpes promovidos pelo imperialismo e ações similares, estavam destinadas a impor governos títeres que facilitassem altíssimas taxas de lucro às empresas imperialistas. As grandes potências favoreciam os investimentos de “suas” corporações e neste sentido é válido falar de exploração dos países, de saqueio e pilhagem. Entretanto estes investimentos terminaram gerando capitalismo nativos, que deram lugar a governos com crescente capacidade de resistência e de estabelecer-se com autônomo política própria. Desta maneira se chega a uma situação como a atual em que cada vez mais os países atrasados estabelecem relações com os Estados mais poderosos não como vassallos coloniais, predominantemente pré-capitalistas, senão como formações capitalistas com governos politicamente independentes” (ASTARITA, 2009, p. 91, tradução nossa).

com os sócios maiores, mas uma cooperação contraditória em que as rivalidades e a disputa pelo controle de mercado não são superados, mas amalgamados em uma articulação instável em escala mundial que visa assegurar a continuidade da reprodução ampliada do capital. Empregar a expressão subimperialista – ainda que esteja orientada a ressaltar as discrepâncias econômicas entre as formações sociais – acarreta inúmeras interpretações, inclusive, aquelas que enxergam com simpatia as operações externas de corporações transnacionais radicadas nos países periféricos, numa espécie de vingança do oprimido.

8.2- O recrudescimento das expropriações primárias e secundárias pelo capital

As formulações dos críticos marxistas do imperialismo localizados na II Internacional davam conta de uma expansão do capital e do capitalismo, onde a periferia, mais precisamente aquele espaço situado fora do território da nação imperialista, era apropriada visando à pilhagem, o saqueio e a extração de excedentes econômicos.

Entre as décadas de 1960 e 1970 os escritos dos teóricos marxistas da dependência lançaram mão de uma análise em que apontavam as singularidades do capitalismo nas periferias, nas quais a força de trabalho figurava como elemento importante para as corporações estrangeiras e as corporações nativas, haja vista que a força de trabalho possuía como características a inscrição numa relação plasmada na superexploração. Ou seja, os trabalhadores dos países dependentes ganhavam salários inferiores para a execução de serviços similares aos existentes nos países de economia central e, corriqueiramente, com jornadas de trabalho elásticas. Marini (1991; 2012) explicou que a prevalência da exploração da mais-valia absoluta é a tônica das relações sociais de produção nas economias dependentes, vide o suposto truncamento estrutural da lei do valor nas sociedades dependentes.

A internacionalização da produção capitalista e a hegemonia política alcançada pelo capital financeiro na ordenação da economia mundial representaram uma condensação maior de forças contra o trabalho. As expropriações primárias e secundárias se mesclam sistematicamente no início do século XXI, como forma de estancar a queda tendencial da taxa de lucros.

Nesse sentido, longe de se consolidar como característica exclusiva das sociedades dependentes, a superexploração do trabalho pelo capital tem se propagado

em direção às nações de economia superior na velocidade da luz, fazendo com que o truncamento estrutural deixe der um problema pertinente à maneira *sui generis* em que se reproduz o capital nas economias periféricas.

[...] a hipótese de um truncamento *estrutural peculiar* da lei do valor nas condições específicas brasileiras e por extensão, para o desenvolvimento do capitalismo nas periferias, não constitui traço distintivo das periferias e volta-se na atualidade contra as classes trabalhadoras dos países predominantes (FONTES, 2010, p. 356).

Não se deseja afirmar que a mobilidade do capital não se oriente precipuamente pela possibilidade do alcance de lucros extraordinários. É sabido que o capital ao tempo que igualiza as condições geográficas de exploração também as diferencia. Essa sempre foi sua tônica e hoje é cristalizada na expansão sobre a China, Índia, Tailândia e outros países.

Há que se observar, porém, que a crise do capital, decorrente do estreitamento das margens de lucro na produção, que galvaniza os excedentes para a valorização especulativa, impõe, severamente, a intensificação da exploração contra o trabalho. A precarização contra o trabalho se generaliza nas distintas formações sociais, varrendo arcabouços jurídicos que durante décadas impôs limites à exploração do trabalho. O famoso *Welfare State* é paulatinamente desmontado, indicando haver sido o resultado de uma construção histórica e não uma marca indelével da relação capital-trabalho no centro.

Estudo elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e publicado em janeiro de 2015, aponta piora nas tendências laborais e sociais para os próximos anos. Uma das tendências é a continuidade do agravamento das desigualdades sociais nos países centrais da economia capitalista. Uma outra tendência é que o desemprego continue se elevando, havendo uma profusão de oferta de empregos instáveis, especialmente nas economias periféricas, que tende a elevar a rotatividade no emprego. No gráfico seguinte, é possível observar a curva ascendente do desemprego no mundo desde o ano de 2011.

FIGURA 14



Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2014) *apud* ABRIL, 2015, p. 96.

Dessa feita, os ataques contra o trabalho assumem uma dimensão sem precedentes e não há formações sociais isentas dessa reestruturação imposta pelo capital. Importante registrar que a precarização do trabalho e sua generalização em escala mundial coincide com o processo de financeirização da economia. Desde que o capital financeiro tomou proporções gigantescas nas operações das corporações e dos Estados, a virulência dos ataques perpetrados pelo capital contra o trabalho aumentou exponencialmente. Para remunerar o capital portador de juros e o insano capital fictício, as corporações e os Estados orquestraram uma ação a fim de propiciar a captura da riqueza. Por isso, as terras comunais e as formações sociais alheias ao processo de valorização do capital têm sido alvos incontestes.

Nesse diapasão, os trabalhadores são submetidos a regimes laborais aviltantes e contraproducente aos direitos humanos. Como exemplo ilustrativo do que se deseja expressar, está o mecanismo da dívida pública. Se antes a dívida pública se situava como alavanca necessária ao florescimento das atividades produtivas de valorização do valor, nas últimas décadas, porém, a dívida pública é cada vez mais perdulária. Longe de representar um endividamento necessário do Estado para prover o capital industrial e agrário de liquidez nas atividades funcionantes, a dívida pública tornou-se um

mecanismo voltado precipuamente a alimentar o apetite do capital financeiro, mais precisamente o capital fictício.

[...] contrariamente ao processo de acumulação primitiva, quando a dívida pública foi um dos elementos que ativou artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção capitalista e abreviou a transição, nas últimas décadas, perante a saída engendrada pelo capital, após sua crise dos anos 1970, a dívida pública se constitui num espaço importante na reprodução ampliada do capital, sobretudo na valorização do capital fictício. A expansão da dívida pública no período recente é mais uma demonstração dos limites estreitos e das contradições em que se move o capital, e não o contrário (LUPATINI, 2012, p. 70; 71).

Como trata-se de um processo parasitário, sem lastro e não voltado a impulsionar os empreendimentos produtivos, os trabalhadores inevitavelmente pagam a fatura. Os Estados descarregam sobre os ombros dos trabalhadores os encargos dessa irracional relação: subtraindo direitos, diminuindo os salários, elevando a jornada de trabalho, majorando os impostos, etc.

A crise financeira foi assumida pelos Estados por meio da dívida pública e está sendo paga pela classe trabalhadora, via imposição de um ajuste fiscal que restringe direitos, contribui para o aumento do desemprego e precariza as condições de vida de grandes parcelas da população (BRETTAS, 2012, p. 115).

Peschansky (2012) ao analisar a situação do trabalho na Europa, desde a crise do capital em 2007/08, revela que a taxa média de desemprego se elevou a 10% em 2011. Além disso, o pesquisador informa que tem se disseminado empregos temporários e precários por toda União Européia. A pesquisa informa ainda que os ajustes fiscais foram medidas tomadas por todos Estados europeus. Na Alemanha, por exemplo, no ano de 2009, os salários de funcionários públicos foram alvos de redução arbitrária e a previdência pública, submetida a reformas neoliberais. Um dos efeitos mais nefastos desses ataques é a continuidade na curva descendente da taxa de sindicalização em todos os países europeus, vigente desde a década de 1990, e potencializada com a crise do capital em 2007/08.

Mészáros (2002) ao analisar o regime sociometabólico do capital, afirma que a diminuição dos desempregos e a arbitrária subtração de direitos prosseguem a todo vapor atingindo até aqueles trabalhadores situados em formações sociais consideradas avançadas. O desemprego tornou-se estrutural onde os trabalhadores, onde quer que estejam, são esgrimidos pela saga do capital.

[...] a atual explosão populacional sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois acreditava-se no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta. Na verdade, a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser – e, com um toque de cinismo, ainda é – usada para acalmar o operariado dos países “avançados” com relação à sua suposta superioridade concedida por deus. Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua (Ibid, p. 341).

Desse modo, observa-se que o imperialismo vigente é construído numa tessitura social mais bárbarica e complexa. Não se pode afirmar que as vítimas do imperialismo estão abaixo do Rio Bravo ou na parte Sul da Terra. Dada a imbricação de propósitos de capitais de diferentes matizes criou-se uma relação em escala mundial que arrebatou as rivalidades imperialistas em um sistema voraz e inapelável. A substância do imperialismo está nas corporações transnacionais e nos diferentes *players* do mercado financeiro que, juntos, pleiteiam a produção e reprodução de espaços adequados à valorização do capital. Sem dúvida, a materialização da antípoda à humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imperialismo como categoria de análise é essencial à compreensão da totalidade contraditória do capitalismo. Apesar das tentativas de obnubilá-lo ou substituí-lo é ferramenta imprescindível à investigação da dinâmica expropriadora e irracional do capital. Ele não se resume a uma mera investida militar de um Estado contra outro. Trata-se de uma fase do modo de produção capitalista que passou por alterações ao longo do último século e que, na atualidade, cristaliza-se na mais absoluta hegemonia do capital financeiro, no poder das grandes corporações empresariais, no maiúsculo entrecruzamento de capitais – provenientes de diversas formações sociais – e no recrudescimento das expropriações primárias e secundárias.

O imperialismo contemporâneo consiste da presença de grandes corporações multinacionais, denominadas por muitos de empresas monopolistas ou oligopolistas, de desmesurada pujança econômica e de lobby político para a continuidade da reprodução ampliada do capital, especialmente, para o alcance de lucros extraordinários. Essas empresas atuam em um cenário de avassaladora hegemonia do capital financeiro, sobretudo, de sua dimensão mais especulativa, o capital fictício, transformando-as em corporações com elevado grau de concentração e centralização do capital. Elas combinam a extração do mais-valor, a punção sobre os lucros e, também, a mera valorização fictícia de seus investimentos.

Ademais, apresentam uma dinâmica de operação calcada em uma peremptória mobilidade de seus ativos produtivos e financeiros, haja vista que a forte concorrência as impele a um processo de territorialização/desterritorialização sem limites.

Diferentemente da época da análise dos primeiros críticos do imperialismo, não se pode afirmar que há uma nítida exploração econômica das nações imperialistas, compreendidas como um seletivo núcleo de países detentores de companhias monopolísticas nacionais, contra as nações periféricas. O curso da internacionalização da produção capitalista ao longo do século XX e a acumulação mundializada de capitais acrescentaram duas características que não podem ser olvidadas: a) emergiram corporações multinacionais radicadas nos países periféricos com operações em países do seletivo núcleo de nações centrais do capitalismo, como Estados Unidos e Europa. Obviamente, é um contingente bem inferior à quantidade de corporações radicadas nos países centrais, mas, um indicador de que as multinacionais radicadas nos países periféricos também partilham do desejo comum de valorização de seus capitais,

extraindo trabalho excedente, puncionado os lucros e abocanhando ficticiamente seus investimentos também no exterior; b) formou-se um mercado financeiro em escala mundial, onde as corporações também se capitalizam através de *players* situados em outros países. Há uma ressignificação das fronteiras dos Estados para assegurar torrenciais deslocamentos de massas de capitais. Dessa feita, a conhecida ideia de corporações nacionais já não corresponde com rigor à realidade, pois, apesar de continuarem dispondo de proteção e subsídios dos Estados que comandam politicamente o território onde radicam, as corporações estão crescentemente envolvidas em operações no exterior e parcela expressiva de suas ações está nas mãos de outros *players*.

Verifica-se, portanto, uma interpenetração de capitais de diferentes matizes e oriundos de diversos países, imbuídos da vontade de valorização imediata de seus investimentos, de modo que a delimitação da nacionalidade de uma corporação torna-se, no mínimo questionável. Não se quer afirmar que as abruptas diferenças tecnológicas e de domínio da ciência tenham se evaporado. Pelo contrário, estão vivas e isso é o que permite afirmar que as discrepantes produtividades de capital constante contribuem para uma concorrência desigual entre as corporações, contribuindo para o alcance de lucros extraordinários. Todavia, é preciso ressaltar que a financeirização da economia, permite aos *players* situados em países periféricos também partilharem desse virtuoso negócio.

Constituiu-se um sistema imperialista mundial que articula as economias centrais e parte das nações periféricas na busca de valorização produtiva e fictícia de capitais. Essa articulação é eminentemente instável, pois acontece em um contexto de aguçada concorrência pela continuidade da reprodução ampliada do capital. Também é desigual por natureza, pois o fosso que separa as economias produtoras e possuidoras de patentes tecnológicas civis e militares prossegue. Entretanto, isso não impede que as burguesias situadas nos países periféricos se apropriem de um quinhão da riqueza mundial. Desse modo, as hierarquias econômicas entre as nações não são suficientes para traçar uma fronteira entre países imperialistas e não imperialistas, pois há várias corporações empresariais radicadas em países considerados periféricos, altamente financeirizadas e de alcance multinacional, portanto, diretamente envolvidas nesse sistema imperialista. Os interesses das burguesias – em que pesem as históricas rivalidades – estão crescentemente imiscuídos e suas vítimas são os trabalhadores de todo o mundo. Vide o que ocorreu em 2009, na província de Ontário no Canadá, quando trabalhadores, da empresa Vale S.A (radicada no Brasil e anteriormente chamada de

Vale do Rio Doce), fizeram uma greve de várias semanas contra o agressivo regime de exploração da força de trabalho praticado por essa corporação multinacional. Seguramente, esta realidade não encaixava nas primeiras décadas da fase imperialista do capitalismo, nos albores do século passado.

Sob esse sistema imperialista, a noção de partilha territorial foi ressignificada. O recurso ao conflito armado não está descartado e a considerar a irracionalidade do capital jamais poderá ser dispensado. Ocorre que a partilha territorial não está calcada necessariamente no conflito bélico entre exércitos adversários pela ampliação do território, mas no poder econômico exercido pelas grandes corporações empresariais. O controle territorial deixou de ser imediato e passou a ser mediato, contando crescentemente com a participação de empresas multinacionais radicadas nas periferias.

O sistema imperialista é formado sob a hegemonia do capital financeiro e seus inescrupulosos ditames. Há uma pressão generalizada para que o processo de auferição de lucros não se interrompa e os vorazes usurpadores da riqueza social e apropriadores de valores sem lastro (sem correspondência material) estão distribuídos nas economias financeirizadas de países centrais e de alguns países periféricos, não possuindo qualquer preocupação com os desdobramentos de seus incontidos apetites.

O comando econômico sob a batuta do capital financeiro permite uma acumulação interescolar de capital sem paralelo na história. A escala mundial passa a ser dotada de grande primazia nas operações econômicas, especialmente aquelas voltadas a alimentar o capital portador de juros e o perdulário capital fictício. No imperialismo contemporâneo, a escala mundial exerce deveras influências no que se passa nas demais escalas, exigindo maior virulência na extração do trabalho excedente.

A mobilidade do capital assume ritmos cada vez mais frenéticos, ensejando por imobilizações produtivas no espaço de curto prazo. A tônica é aproveitar ao máximo as condições vantajosas de exploração do mais-valor, de acesso aos bens naturais e de relação promíscua com o Estado para assegurar a reprodução ampliada do capital e quicá, lucros extraordinários. São sempre operações não longevas, materializadas pela produção de um espaço absoluto/relativo em um estreito intervalo de tempo que permita a exploração do mais-valor e a remuneração do capital financeiro. Não há qualquer preocupação com os rebatimentos desse processo fugaz de territorialização/desterritorialização.

Como consequência, os ataques contra o trabalho recrudesceram e essa é uma dimensão indissociável do imperialismo contemporâneo. São diversos expedientes de

expropriação secundária praticada pelo capital no interior da sociedade capitalista, como o desemprego estrutural, a minoração sistemática dos salários, a violação de leis trabalhistas e dos direitos humanos, além de jornadas laborais aviltantes. Isso tudo é realizado sob o artífice apoio estatal e como explicou Garcia (2010) trata-se de uma dinâmica de exploração da força-de-trabalho em escala mundial que aprofunda o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e acomete os trabalhadores das nações centrais e periféricas do capitalismo. Meszáros (2011) aponta que na atualidade há uma ação orquestrada pelo capital para em conjunto atingir os trabalhadores, onde quer que eles se situem. Netto; Braz (2007) afirmam que no estágio imperialista em voga essa precarização do trabalho assume magnitude extraordinária, fazendo padecer a massa trabalhadora nas periferias e no centro capitalista.

As expropriações primárias também foram recrudescidas e se verifica uma expansão do capital sobre formações sociais não-capitalistas, vide a violenta apropriação de terras camponesas e indígenas para o crescimento do agronegócio. A hegemonia do capital financeiro intensificou as pressões sobre as terras destinadas ao autoconsumo e às terras comunais.

Ademais dos ataques perpetrados contra o trabalho, se observa uma incursão do capital rumo à apropriação de bens indispensáveis à vida humana. Como explicou Fontes (2010) é a expropriação primária sob pilares mais destruidores. Terra, água e tudo diretamente relacionada às mesmas tornaram-se objeto de investida do capital para controle monopólico.

Instrumentalizado pela biotecnologia e pela engenharia genética o capital tem sistematicamente destruído as sementes crioulas, patentizado espécies de plantas endêmicas e construído em laboratório produtos *ex situ* para convivência imponderável com os biomas. Os elementos necessários à reprodução da vida foram, sem cerimônia, inseridos no regime sociometabólico do capital, representando um desmesurado risco à humanidade.

Outrossim, o imperialismo contemporâneo tornou-se mais virulento e envolve uma complexa relação de interesses provenientes de vários países. A elevação de sua agressividade advém dos desejos incontroláveis do capital de seguir com sua reprodução ampliada. Dada às dificuldades de superação da crise estrutural que lhe acometem, a tendência que se vislumbra consiste de uma incursão ainda mais expropriadora do capital contra os trabalhadores e contra a espécie humana. Nesse

sentido, afirma-se que a luta contra o imperialismo, na atual dinâmica de acumulação mundializada do capital, coincide com a empreitada contra o capital e o capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel. **Macroeconomia financeira. Mercado financeiro, crescimento e ciclos**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2004.

AHMAD, Aijaz. **O imperialismo do nosso tempo**. PP 71-94. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Orgs). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ALBO, Gregory. **A velha e a nova economia do imperialismo..** In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Orgs). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: Clacso, 2006. P. 127-160.

ALMANAQUE ABRIL 2015, ano 41. São Paulo: Editora Abril, 2015.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **Globalização: a nova retórica do velho imperialismo: uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI**. 2009. 432 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

AMIN, Samir. **El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico**. Samir Amin. Barcelona: Editorial Fontanella, 1975.

_____. **Los fantasmas del capitalismo: una crítica de las modas intelectuales contemporaneas**. Traducción de Magdalena Holguín. Bogotá: El Áncora Editores, 1999.

_____. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Tradução de Francisco Rego Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Reflexiones en torno al proceso de mundialización/globalización**. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1998.

ANDRADE, Patrick Rodrigues. **Ensaio sobre crise e desmedida do capital: notas para uma crítica do subconsumismo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Pp. 01-99. Orientação de Rosa Maria Marques.

APPENDINI, Kirsten; QUIJADA, María Guadalupe. **La crisis alimentaria y su impacto en Mexico: el maíz**. Pp. 119-149. In: RUBIO, Blanca (Coord). **La crisis alimentaria mundial: impacto sobre el campo mexicano**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM; Miguel Ángel Porrúa, 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado, Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012.

BARAN, Paul. **A Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARTRA, Armando. **El capital en su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida**. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de la Ciudad de México; Itaca, 2006.

BENSAID, Daniel. **Marx y las crisis**. Pp. 7-20. In: MARX, Karl. La crisis del capitalismo. Madrid: Ediciones Sequitur, 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social**. Pp. 153-180. In: SALVADOR, Evilasio [et al] (Orgs). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global**. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **El comienzo del invierno global**. PP. 61-70. In: SAXE-FERNANDÉZ, John. Crisis e imperialismo. Cidade do México: UNAM: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2012.

BÉJAR, Alejandro Álvarez; DAZA, Germán Sánchez. **La crisis mundial y sus efectos en Mexico: analisis sectoriales y regionales**. Benemerita Universidad Autónoma de Puebla: Editorial Itaca, 2013.

BOIS, Guy. **Una nueva servidumbre: ensayo sobre la mundialización**. Granada: Universidad de Granada y Universidad de Valencia, 2004.

BORON, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

_____. **De la Guerra perpetua a la crisis perpetua**. In: La crisis actual del capitalismo. Alonso Aguilar Monteverde [et al]. México: Siglo veintiuno editores: Centro de Estudios Sociales, 2011.

_____. **Imperio e Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri**. Madri: El Viejo Topo, 2003.

_____. **“Pensamiento único” y resignación política: los límites de una falsa coartada**. Pp. 138-156. In: BORON, Atilio; Julio C. Cambina; MINSBURG, Naum (Orgs). Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 1999.

BRAGA, José Carlos Souza. **Temporalidade da Riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo**. Campinas: Unicamp; Instituto de Economia, 2000.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Tradução de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **The economics of global turbulence**. New Left Review, 229, mayo-junio, 2008. In: PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Juicio a las multinacionales: inversión extranjera e imperialismo. Madrid: Editorial Popular, 2007.

BRETTAS, Tatiana. **Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público**. Pp. 93-122. In: Financeirização, fundo público e política social. Evilasio Salvador [et al] (Orgs). São Paulo: Cortez, 2012.

BROWN, Michael Barrat. **La teoría económica del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1975.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista**. Tradução de Ricardo Brinco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Finança, capital, Estados. In: A finança capitalista. BRUNHOFF, Suzanne de; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

BUGIATO, Caio Martins; BERRINGER, Tatiana. **Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro**. Revista Em Debate. Florianópolis, n. 7, p. 28-44, jan-jul, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/19803532.2012n7p28/23239>. Acesso em 25/01/2015.

BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity Press, 2009.

CAMACHO, Carlos Morera; NIETO, Jose Antonio Rojas. **La globalización del capital financiero: 1997-2008**. In: CAMACHO, Carlos Moreira; LAPAVITSAS, Costa (Coords). La crisis de la financiarización. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Economicas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.

CAMPOS, Lauro. **A crise completa: economia política do não**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CANUTO, Antonio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. Revista Nera, ano 07, numero 05. Pp. 1-12. Agosto/dezembro de 2004.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Apontamentos críticos sobre a teoria da crise em Rosa Luxemburgo. Marcelo Dias Carcanholo Pp. 01-10. V Colóquio Internacional Marx e Engels. Unicamp, 2007. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao1/Marcelo_Carcanholo.pdf. Acesso em 18/12/2014.

_____. **Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades.** Revista Marx e o marxismo 2011: teoria e prática. NIEP/UFF. Disponível em http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC513_F.pdf Acesso em 14/12/2014.

CARCANHOLO, Reinaldo A; NAKATANI, Paulo. Capital especulativo parasitário versus capital financeiro. Revista Problemas del Desarrollo (Revista Latinoamericana de Economía), vol 32, nº 124. México, D.F., enero-marzo de 2001. pp. 09-31.

_____. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização.** Ensaios FEE, vol. 20, n. 1, p. 284-304. Porto Alegre, 1999.

CAFFÉ, Ricardo. **Capital fictício, inovações financeiras e derivativos: algumas observações sobre a natureza da finança globalizada.** In: II Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, maio de 1997. p. 301-309. Disponível em <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=94> Acesso em 16/12/2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A barbárie moderna do agronegócio latifundiário exportador e suas implicações socioambientais.** Revista AGRÁRIA, São Paulo, N. 13, pp. 169-195, 2010.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em território do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS.** Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é imperialismo.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

Center for Public Integrity. **Privatizing combat, the new world order.** 2002. Disponível em <http://www.icij.org/project/making-killing/privatizing-combat-new-world-order> Acesso em 23/01/2015.

Cepal. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe, 2013.** Santiago de Chile, 2014. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36805/S1420131_es.pdf?sequence=1. Acesso em 25/01/2015.

CHAUVET, Michelle; AGUIRRE, Rosa Luz González. **La crisis alimentaria y los biocombustibles en Mexico.** Pp. 85-117. In: RUBIO, Blanca (Coord). La crisis alimentaria mundial: impacto sobre el campo mexicano. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM; Miguel Ángel Porrúa, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A proeminência da finança no seio do capital em geral.** In: A finança capitalista. BRUNHOFF, Suzanne de; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard;

LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. **Crise vem pôr a nu os limites históricos do sistema capitalista.** Disponível em: <<http://www.esquerda.net/dossier/crise-vem-por-nu-os-limites-historicos-do-sistema-capitalista>> Acesso em: 24 de maio de 2014.

_____. **A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense.** In: CHESNAIS, François [et al]. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos.** Pp. 35-69. In: CHESNAIS, François (Org). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior.** 2008. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-capitalismo-tentou-romper-seus-limites-historicos-e-criou-um-novo-1929-ou-pior%0D%0A%0D%0A/7/14341> Acesso em 17/03/2014.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global.** Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. **Informática, automação, capitalismo e socialismo.** Pp. 51-70. In: KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio.** Revista Meridiano, número 02, 2013. Pp. 81-104. Disponível em <http://www.revistameridiano.org/n2/05>. Acesso em 07/01/2015

_____. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. Revista Okara, v. 1, n.1, pp. 77-100, 2007. Disponível em <http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/1247/926>. Acesso em 11/01/2015.

CORAZZA, Gentil. **Dinheiro, crédito, capital financeiro e capital fictício: um estudo da natureza das finanças capitalistas em Marx.** Pp. 01-17. V Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. Fortaleza 21 a 23 de junho de 2000. Disponível em <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=387>. Acesso em 15/12/2014.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DANTAS, Gilson. **Breve introdução à economia mundial contemporânea: acumulação do capital e suas crises**. Brasília: Ed. do Autor, 2012.

_____. **Chesnais, a esfera financeira e a crise capitalista**. Revista Iskra de Teoria e Política Marxista: Liga Estratégica Revolucionária, n. 2, p. 62-78, 2009.

_____. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição: belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DEL ROIO, Marcos. **O capital além do imperialismo**. Disponível em: <http://www.mhd.org/artigos/delroio_imperialismo.html> Acesso em: 13 de abril de 2013.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. **A finança capitalista: relações de produção e relações de classe**. In: **A finança capitalista**. BRUNHOFF, Suzanne de; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. **Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo**. In: CHESNAIS, François [et al]. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

DUTRA JUNIOR, Wagnervalter. **A geografia da acumulação – territórios do trabalho (abstrato) e da riqueza (abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2010. Pp. 01-148. Orientação de Alexandrina Luz Conceição.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. Tradução de Sergio Blum. São Paulo: Editora 34, 2012.

EUROPEAN ECONOMY, “**Statistical Annex**”, 2001. In: (BRENNER, Robert. O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. Pp. 45-70. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Luís. **A gênese da teoria do imperialismo**. Autor: Luís Fernandes. Disponível em http://grabois.org.br/porta/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=107&id_indice=306. Acesso em 08 de março de 2014.

FERREIRA, Paulo Sergio Souza. **O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2011. Pp. 01-117. Orientação de José Flavio Motta.

FMI, Estadísticas Financieras Internacionales *apud* PALAZUELOS, Henrique. **La globalización financeira: la internacionalización del capital financeiro a finales del siglo XX**. Madrid: Editorial Sintesis, 1998.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **El redescubrimiento del imperialismo**. Pp.445-462. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1982.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Ranking das transnacionais brasileiras 2011**. Disponível em: www.fdc.org.br. Acesso em: 21/01/2015.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GAMBINA, Julio C. **Crisis del capitalismo y sujetos que actúan**. Pp. 29-50. In: GAMBINA, Julio C.; ESTAY, Jaime. (Orgs). Economía mundial, corporaciones transnacionales y economías nacionales. Buenos Aires: Clacso, 2009.

_____. **La crisis y su impacto en el empleo**. Pp. 38-50. In: BORON, Atilio; GAMBINA, Julio C.; MINSBURG, Naum (Orgs). Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 1999.

GARCIA, Severina. **Relações e condições de trabalho no universo produtivo: escravidão contemporânea ou acumulação por espoliação?** Pp. 254-270. In: BOSCHETTI, Ivanete [et al.] (Orgs.). Capitalismo em crise: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

GARLIPP, José Rubens Damas. **Ex proprio sinu capital fictício em Marx e o capitalismo contemporâneo**. Pp. 01-26. V Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. Fortaleza 21 a 23 de junho de 2000. Disponível em <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=408>. Acesso em 15/12/2014.

GEJO, Omar Horacio; BERARDI, Ana Laura. **La cuestión China: algunas hipótesis sobre el sistema mundial**. Revista Meridiano, nº 02. P. 53-68. Buenos Aires, 2013. Disponível em <http://www.revistameridiano.org/n2/03>. Acesso em 14/12/2014.

Germinal, Revista da Oposição Operária. Salvador. Ano 2006. N.1.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos.** Revista Conflitos no Campo. Volume 01. Pp. 109-117, 2010. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2010/FLG0566/A_violencia_do_latifundio.pdf. Acesso em 08/01/2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** Pp. 01-55. Revista Interthesis. Volume 01, numero 1, 2004. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>. Acesso em 08/01/2015.

GORENDER, Jacob. **Apresentação de O Capital.** In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GOWAN, PETER. **A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. GOWAN, Peter. **Crise no centro. Consequências do novo sistema de Wall Street.** Pp. 49-72. Revista Estudos Avançados n° 23 (65), 2009. Tradução de Maria Brant. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/NLR28901%20(1).pdf. Acesso em 22/01/2015.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUTTMANN, Robert. **As mutações do capital financeiro.** In: CHESNAIS, François (Coord.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo.** Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade.** Tradução de Maria Celi Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOBSON, John A; LENIN, Vladímir I. **Imperialismo.** Tradução de Jesús Fomperosa Aparicio. Madrid: Capitán Swing, 2009.

IANNI, Otávio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JEFFERS, Esther. **A posição da Europa na valorização mundial dos capitais de aplicação financeira.** In: CHESNAIS, François (org). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

KATZ, Claudio. **Tecnologia e capitalismo na década de 90.** Pp. 227-260. In: KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996.

ROBERT, Kurz. **Com todo vapor ao colapso.** Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin, 2004.

LAPAVITSAS, Costa. **El capitalismo financiarizado. Crisis y expropiación financiera.** Pp. 33-90. In: MOREIRA, Carlos; LAPAVITSAS, Costa (Coords). La crisis de la financiarización. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Economicas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** Barcelona, Anthropos, 1984

LENIN, Vladimir Ilitch. **El imperialismo y la escisión del socialismo.** Moscú: Editorial Progreso, tomo 23, [19__].

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** Tradução de Silvio Donizete Chagas. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.

LIMA, Cláudia de Castro. **Os aliados ocultos de Hitler.** Revista Super Interessante, São Paulo, n. 333, p. 24-35, mai, 2014.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante.** Fortaleza: Editora do Banco do Nordeste, 2012.

LUCE, Mathias. **O novo imperialismo e os corretivos do capital.** Revista Margem Esquerda: Boitempo, 2005, nº 06.

LUPATINI, Márcio. **Crise do capital e dívida pública**. Pp. 59-92. In: SALVADOR, Evilasio [Et al] (Orgs). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MACKINLEY, Horacio. **Pequeños productores y agronegocios en México: una retrospectiva histórica. Tendencias de expansión y operación de los agronegocios a principios del siglo 21**. Pp. 165-194. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Mckinsey Global Institute. **Financial globalization: retreat or reset?** 2013. Disponível em http://www.mckinsey.com/insights/global_capital_markets/financial_globalization Acesso em 19/01/2015.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo: a economia da política externa norte-americana**. Tradução de Sílvia Freire de Andrade. Porto: Portucalense, 1972.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo, Ensaio: Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

_____. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Rui Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. Editora Era: México, 1991.

_____. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARTINS, José. **Império do terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. Tradução de Walter S. Maia. São Paulo: Editora Global, 1981.

_____. MARX, Karl. **Formas que preceden a la producción capitalista**. In: MARX, Karl; HOBBSBAWM, Eric J. Formaciones Económicas Precapitalistas. Ciudad de Mexico: Siglo Veintuno, 2011.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **La crisis del capitalismo.** Madrid, Ediciones Sequitur, 2009.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro Primeiro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro Segundo. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro Terceiro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Eric. **50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial.** Tradução de Noémie Rodrigues Josse. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINSBURG, Naum. **Transnacionalización, crisis y papel del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial.** Pp. 5-24. In: BORON, Atilio; Julio C. Cambina; MINSBURG, Naum (Orgs). *Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina.* Buenos Aires: Clacso, 1999.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência.** Tradução de Lucas de Azevedo Assunção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONTEVERDE, Alonso Aguilar. **Globalización y Capitalismo.** México: Plaza y Janés Editores, 2002.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo).** Pp. 11-28 In: SILVA, José Borzacchiello da [et al] Orgs. *Panorama da geografia brasileira II.* São Paulo: Annablume, 2006.

NAKATANI, Paulo. **A crise atual do sistema capitalista mundial**. Pp. 01-21. In: Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política. Curitiba: SEP, 29 a 31 de maio de 2002. Disponível em <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=602>. Acesso em 17/12/2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

OCDE, Financial Market Trends In: PALAZUELOS, Henrique. **La globalización financiera: la internacionalización del capital financiero a finales del siglo XX**. Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

_____. **Social Expenditures 1960-89**, Paris, 1985; OCDE, **The Future of Social Protection**, Paris, 1988. In: BRENNER, Robert. O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Maio de 2012. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em 19/09/2012.

_____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 2. São Paulo, jul./dez. 2003.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **Capitalismo global e império norte-americano**. PP 19-70. In: PANITCH, Leo ; LEYS, Colin (Orgs). O novo desafio imperial. Buenos Aires: Clacso, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PESCHANSKY, João Alexandre. **Crise europeia e austeridade fiscal**. Março de 2012. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2012/03/12/crise-europeia-e-austeridade-fiscal/>. Acesso em 26/01/2015.

PÉREZ, Carlota. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinamica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. Mexico: Siglo veintiuno Editores, 2013.

PETRAS, James. **Imperialismo e Luta de classes no mundo contemporâneo**. Tradução de Eleonora Frenkel Barreto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. **Juicio a las multinacionales: inversión extranjera e imperialismo**. Madrid: Editorial Popular, 2007.

_____. **La globalización: un análisis crítico.** Pp. 33-86. In: SAXE-FERNÁNDEZ, John; PETRAS, James; VELTMEYER, Henry; NUÑEZ, Omar. Globalización, Imperialismo e Clase social. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional.** 2º Vol. A consciência crítica. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

PINTO, Nelson Prado Alves. **O capitalismo financeiro.** Revista Crítica Marxista, v. 01, tomo 5. P 09-26. São Paulo, Xamã, 1997.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições.** Tradução de Claudio Figueredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

POLANYI, Karl. **La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo.** Tradução de Eduardo L. Suárez. Ciudad de México, FCE, 2003.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento Latino-Americano.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

RICUPERO, Rubens. **A crise financeira e queda do Muro de Berlim.** Revista Estudos Avançados. Volume 22. Numero 64. São Paulo: dezembro de 2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000300012> Acesso em 22/12/2014.

ROBIN, Marie-Monique. **El mundo según Monsanto: de la dioxina a los OGM, una multinacional que les desea lo mejor.** Traducción de Beatriz Morales. Barcelona: Península, 2008.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2010. Pp. 01-235. Orientação de Alexandrina Luz Conceição.

RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROMO, Roberto Escorcia. **Fundamentación lógica del dinero y del proceso de financiamiento desde el concepto capital.** 2013. 199f. Tese (Doutorado) – Universidad Autónoma Metropolitana, Ciudad de Mexico, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Tradução de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

ROSTOW, Walt Whitman. **Las etapas del crecimiento economico: un manifiesto no comunista.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Economica, 1970.

ROTTA, José Heleno. **Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade.** Pp. 459-477. II Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: maio de 1997.

ROTTA, Tomas Nielsen. **Dinheiro inconvertível, derivativos financeiros, e capital fictício: a moderna lógica das formas**. 2008. 204f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RUBIO, Blanca. **La crisis alimentaria en el corazón de la crisis capitalista mundial**. In: La crisis alimentaria mundial: impacto sobre el campo mexicano. Blanca Rubio (Coord). Ciudad de México: Miguel Angel Porrúa, 2013.

_____. **La crisis alimentaria en México**. In: RUBIO, Blanca (Coord). La crisis alimentaria mundial: impacto sobre el campo mexicano. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM; Miguel Ángel Porrúa, 2013.

SANTI, Paolo. **El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo**. In: SANTI, Paolo; VALIER, Jacques; BANFI, Rodolfo; ALAVI, Hanza. Teoría Marxista del Imperialismo. Ciudad de México: Pasado y presente, 1979.

SANTOS, César Ricardo Simoni. **Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo**. Revista Mercator, volume 9, número 18, 2010: jan./abr. Fortaleza. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/393/266>. Acesso em 19/12/2014.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Theotonio dos. **Dependencia y cambio social**. Santiago: Editora do CESO, 1972.

_____. **Imperialismo y corporaciones multinacionales**. Santiago: Editora PLA, 1973.

_____. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SAUER, Sergio. **Caminho da roça: a questão agrária ainda dá samba no Brasil?** Pp. 197- 212. Novos Temas: revista de debate e cultura marxista nº 8, 1º semestre/2013, ICP, São Paulo, 2013.

SAXE-FERNANDEZ, John; RODRÍGUEZ, Omar Nuñez. **Globalización e imperialismo: la transferencia de excedentes de América Latina**. Pp. 87-166. In: Globalización, Imperialismo e Clase social. SAXE-FERNANDEZ, John; PETRAS, James; VELTMEYER, Henry; RODRÍGUEZ, Omar Nuñez. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001.

_____. **La crisis norteamericana y América Latina**. Santiago: Editora PLA, 1971.

_____. SAXE-FERNANDÉZ, John; DELGADO-RAMOS, Gian Carlo. **Imperialismo y banco mundial**. Madrid: Editorial Popular, 2004.

SEBASTIÁN, Luis. **Un planeta de gordos y hambrientos: la industria alimentaria al desnudo**. Barcelona: Ariel, 2009.

SHAXSON, Nicholas. **Las islas del tesoro: los paraísos fiscales y los hombres que se robaron el mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

SILVA, José Danilo Santana. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão, Dezembro de 2014. Pp. 110f.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001.

SIPRI. **The Sipri top 100 arms-producing and military services companies, 2013**. Disponível em <http://www.sipri.org/research/armaments/production/recent-trends-in-arms-industry/Fact%20Sheet%20Top100%202013.pdf>. Acesso em 22/01/2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **Geografía, diferencia y las políticas de escala**. In: Revista Terra Livre, nº19, 2002, p.127-146.

STRANGE, Susan. **Dinero Loco: el descontrol del sistema financiero global**. Barcelona: Paidós, 1999.

SYLVEIRA, Victor M. Quintana. **Crisis y soberanía alimentaria**. In: MARTÍNEZ, Alfonso Cortazar. La continuidad de la discusión sobre soberanía alimentaria y economía del sector agropecuario en México. Ciudad Juárez: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2011.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOUSSAINT, Eric. **A Bolsa ou a vida: a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WORLD BANK, **Global Development Finance**, 1999 In: SAXE-FERNANDEZ et al, Globalización, Imperialismo e Clase social. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001.

VALENCIA, Adrian Sotelo. **La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**. Ciudad de México: Editorial Itaca; Universidad Obrera de México; Escuela Nacional para Trabajadores, 2003.

VASAPOLLO, Luciano. **La cara sucia de la globalización**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

VEGA, Blanca Rubio. **El declive de la fase agroexportadora neoliberal en el contexto de las crisis capitalista y alimentaria**. In: MORENO, María del Carmen Hernández; TORRES, Juana María Meléndez (Coord). Alimentación contemporánea: un paradigma en crisis y respuestas alternativas. Ciudad de México: Clave Editorial, 2012.

VELTMAYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Revista Nera, ano 13, número 17, pp. 29-49, julho/dezembro de 2010.

VERDÚ, Vicente. **El capitalismo funeral: la crisis o la tercera guerra mundial**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2009.

VILADESLAU, Tomás Palau. **El agronegocio de la soja en Paraguay – antecedentes e impactos sociales y económicos**. Pp. 17-44. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.